

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PPGSA - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA

RAIMUNDO MIGUEL DOS REIS PEREIRA

“O QUE ESSA GENTE VEIO FAZER AQUI?” MIGRAÇÃO E SOCIABILIDADE DA  
FORÇA DE TRABALHO “DESQUALIFICADA” PARA PARAUAPEBAS-PA

Belém-PA  
2016

RAIMUNDO MIGUEL DOS REIS PEREIRA

“O QUE ESSA GENTE VEIO FAZER AQUI?” MIGRAÇÃO E SOCIABILIDADE DA  
FORÇA DE TRABALHO “DESQUALIFICADA” PARA PARAUAPEBAS-PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia e Antropologia – Área de concentração : Sociologia. Sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Andrea Bittencourt Pires Chaves.

Belém-PA  
2016

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP)

Pereira, Raimundo Miguel dos Reis

“O que essa gente veio fazer aqui?” Migração e sociabilidade da força de trabalho “desqualificada” para Parauapebas-Pa / Raimundo Miguel dos Reis Pereira : orientadora : Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrea Bittencourt Pires Chaves - Belém, 2016.

Tese – Universidade Federal do Pará (UFPA)

1 – Sociabilidade 2 – Migração 3 - Força de Trabalho 4 - Trabalho Desqualificado

CDU:

RAIMUNDO MIGUEL DOS REIS PEREIRA

“O QUE ESSA GENTE VEIO FAZER AQUI?” MIGRAÇÃO E SOCIABILIDADE DA  
FORÇA DE TRABALHO “DESQUALIFICADA” PARA PARAUPEBAS-PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA, como re-  
quisito parcial para obtenção do título de Doutora-  
mento em Sociologia e Antropologia – Área de co-  
centração : Sociologia.

Data da aprovação: \_\_\_\_\_

---

Orientadora Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Andrea Bittencourt Pires Chaves.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Raymundo Heraldo Maúes  
PPGSA -UFPA

---

Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo  
PPEB – UFPA

---

Profª Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura  
PPGSA – UFPA

---

Prof. Dr. Manoel Moraes Jr.  
PPGCR/UEPA

Em homenagem a minha avó, *in memoriam*, Maria Gomes dos Reis e a minha mãe Catarina dos Reis Pereira.

## AGRADECIMENTOS

Muitos foram os amigos, professores e parentes que contribuíram para que este trabalho se concretizasse. Meus agradecimentos mais profundos aos professores da Universidade Federal do Pará que contribuíram para o meu processo de formação, desde a graduação no Curso de Ciências Sociais, passando pelo mestrado do antigo PPGCS, até o doutorado, atual PPGSA. Estendem-se aqui meus agradecimentos aos professores e amigos da Universidade do Estado do Pará, local em que labuto, sobretudo pela generosidade e compreensão. Em particular, presto aqui meu agradecimento à Profa. Dra. Andrea Chaves, que pacientemente me ajudou a encontrar os melhores caminhos para construir esta tese. De mesmo modo, agradeço aos meus amigos Silvio Bicho, Davi Alves, Thais Barbosa Sales, Laíse Silva, que me deram guarida e apoio para realizar a pesquisa de campo em Parauapebas. Deixo aqui também meus agradecimentos a Ronair Faria, pelo apoio em permitir passar um tempo em sua casa em Conceição do Araguaia, para que tivesse a tranquilidade, e pela ajuda na construção do título desta tese, ao seu relato valioso da história da sua família, que se deslocou para o estado Tocantins e sofreu na própria carne o questionamento “o que essa gente veio fazer aqui?”. Agradeço ao Bosco Maia, amigo de longas datas e lutas, servidor público, professor e escritor pelas indicações de correções de forma e conteúdo da elaboração final da tese. Ao amigo Ronaldo Marcos de Lima Araújo pela generosa contribuição nas correções da tese.

‘É das relações contraditórias entre produção e realização que frequentemente surgem as crises. Ricardo e sua escola, observa Marx, “Jamais compreenderam as *crises modernas* efetivas, nas quais essa contradição do capital desaba em tormentas que ameaçam cada vez mais o próprio capital como fundamento da sociedade e da produção” (MARX apud HARVEY, *Grundrisse*, p. 335)

## RESUMO

Esse é um estudo sobre o processo de migração e sociabilidade da força de trabalho “desqualificada” para Parauapebas, Sudeste do estado do Pará. A proposta é investigar sobre a afetação da sociabilidade dos migrantes, e como a construção e desconstrução de identidades estabelecem o estranhamento no convívio social. A análise e pesquisa se baseia no método dialético-histórico, e a metodologia principal é um estudo bibliográfico, secundariamente fez-se algumas observações e entrevistas com o intuito de confirmar as afirmações teóricas. Parauapebas é escolhida para comprovação do estudo porque reúne características sociais e econômicas que possibilitaram-na ser atrativo à força de trabalho migrante. Neste sentido, procurou-se compreender as formas pelas quais a migração para a Amazônia seguiu certo roteiro definido pela mobilidade do capital ao longo da história, principalmente nas décadas de 1960 à 2010. A tese parte do princípio de que a migração, e a afetação da sociabilidade do migrante, está diretamente ligada a expansão econômica da Amazônia, que confrontou interesses da força de trabalho migrante e o capital. Esse atrito reverbera na relação social dos migrantes e dos membros da sociedade, que causa estranhamento entre migrantes e habitantes receptores, e acaba por enfraquecer a sociabilidade do migrante e altera sua identidade cultural. Os mais afetados são os setores mais pobres dos migrantes que são obrigados a negociar com desvantagens sua participação na esfera pública. Por isso - o que essa gente veio fazer aqui? - é a síntese que incorpora a expressão de “desqualificado” para diminuir o potencial de empregabilidade da força de trabalho. Essa instabilidade social e cultural constroem pontos cegos na alteridade da população receptora, e abrasam os conflitos na conturbada vida urbana de Parauapebas.

Palavras chaves: Sociabilidade; Migração; Força de Trabalho; Trabalho Desqualificado



## ABSTRACT

This is a study of the migration process and sociability of the workforce "disqualified" to Parauapebas, Pará state in the Southeast. The proposal is to investigate the affecting the sociability of migrants, such as construction and deconstruction this identity-belece estrangement in social life. The analysis and research is based on dialéctical-history method and the main method is a bibliographic study, secondarily was made some observations and interviews in order to confirm the theoretical statements. Parauapebas is chosen to prove the study because it brings together social and economic characteristics that enabled it to be attractive to migrant workforce. In this sense, we tried to understand the ways in which migration to the Amazon followed right script defined by the mobility of capital throughout history, especially in the 1960s to 2010. The thesis assumes that migration, and affectation the migrant's sociability, is directly linked to economic expansion in the Amazon, which confronted interests of migrant labor and capital. This friction reverberates in the social relations of migrants and members of society, causing estrangement between migrants and recipients inhabitants, and ultimately weaken the sociability of the migrant and change their cultural identity. The most affected are the poorest sectors of migrants who are forced to negotiate with handicaps their participation in the public sphere. So what these people doing here? is the synthesis that incorporates the expression "disqualified" to decrease the potential employability of the workforce. This social and cultural instability build blind spots in the otherness of the recipient population, and abrasam conflicts in the troubled urban life of Parauapebas.

Key words: Sociability; Migration; Workforce; Work Disqualified

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

### **Figuras**

Figura 1 - Mapa de localização de Parauapebas – 27

Figura 2 - Mapa menor, em azul, PA-150 e PA-275. Belém-Marabá-Parauapebas – 29

Figura 3. Destaque em vermelho Bairro União, primeiro de Parauapebas - 32

Figura 4 - Região Sul e Sudeste Paraense – 42

Figura 5 - Destaques: em vermelho: Belém-Transamazônica; em azul: Belém à Conceição do Araguaia; em Preto: Belém-Brasília – 43

Figura 6 - Mapa geográfico do Brasil. Recorte da fronteira do Estado do Pará com Maranhão, Tocantins e Mato Grosso- 44

Figura 7 - Mapa rodoviário Belém-Brasília – 45

Figura 8 - Fluxos migratórios em direção do Sul e Sudeste paraense, Marabá – Parauapebas.

Fluxos: em laranja Belém; preto Maranhão; vermelho Tocantins; azul Mato Grosso - 46

Figura 09 - Processo geral do Umwelt – 89

Figura 10 – Estr. de Ferro Carajás. Parauapebas-PA ao Porto de Itaqui em São Luiz-MA -111

Figura 11 – Mapa – Belém à Conceição do Araguaia - 115

### **Fotos**

Foto 01. Vista de Parauapebas a partir da Sede da Prefeitura – 112

Foto02 - Rio Verde, Primeiro bairro satélite de Parauapebas – 113

Foto. 03 - Vista do morro habitada pela população de Parauapebas de baixa renda –113

Foto 04 - Casas da Periferia de Parauapebas, ao fundo o centro urbanizado da cidade – 114

Foto 05 – Trabalhadores na Praça do Cidadão - 121

Foto 05 - Trabalhadores em frente ao SINE de Parauapebas – 122

## LISTAS DE SIGLAS

ANN - Agroindústria do Norte e Nordeste

CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CNAI - Comissão Nacionais de Apoio ao Imigrante (Portugal)

CLAI - Centros Locais de Apoio ao Imigrante

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S.A

IDESP – Instituto de Desenvolvimento e Econômico, Social e Ambiental - Pará

MTE- Ministério do Trabalho e emprego

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

RAIS – Relação Anual de informações Sociais

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SIMETAL – Sindicato dos Metalúrgicos do Pará

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINTRAPAV - Sindicato da Indústria Pesada

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 .....	24
1 A expansão econômica e social na Amazônia: migração e sociabilidade da força de trabalho “desqualificado” .....	26
1.1 Reconhecendo o objeto de estudo .....	26
1.1.1 – Ação estratégica da Vale e a lógica expansionista .....	33
1.2 O contínuo refazimento da Amazônia .....	36
1.3 A migração da força de trabalho .....	48
1.4 A migração, capitalismo e sua dinâmica global.....	54
1.5 – O migrante: a invenção do estranho e a alteridade afetada .....	60
1.6 A sociabilidade: “O que essa gente veio fazer aqui?” .....	69
1.7 – Mobilidade da força de trabalho “desqualificado” .....	76
CAPITULO 2 .....	84
2 Uma crítica à teoria da migração: as sociedades de migrantes .....	84
2.1 A exigência de novo marco teórico: migração e força de trabalho.....	97
2.2 O paradoxo necessário: mobilidade do capital e mobilidade da força de trabalho .....	99
2.3 A Vale e a farsa do desenvolvimento .....	103
CAPITULO 3 .....	109
3.1 Os Migrantes e a fronteira.....	109
3.2 A territorialização: por uma visão sociológica .....	111
3.3 Trabalho e Sociabilidade: as condições do migrante em Parauapebas .....	119
3.4 Condições sociais de fronteira, migração e trocas entre Pará e Maranhã .....	128
3.4 A sociabilidade afetada da força de trabalho migrante do Maranhão: preconceito e discriminação na bacia de riquezas da Serra dos Carajás.....	132
CAPITULO 4 .....	139
Os pontos cegos da alteridade: sociabilidade afetada da força de trabalho migrante ...	139
4.2 As fronteira: migração, sociabilidade e trabalho “desqualificado” .....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	153
BIBLIOGRAFIAS .....	173

## INTRODUÇÃO

Variadas questões foram importantes para definir e fundamentar o estudo relativo a problemática da migração da força de trabalho para Parauapebas e a sociabilidade estranhada do migrante, sobretudo, destacou-se a necessidade da escolha do território da pesquisa e a sua importância política e econômica. Foram importantes os estudos prévios para saber qual município entre 2000 a 2010 trazia a marca histórica da proposta de estudo.

Com base nesta visão histórica, a ideia foi construir um quadro panorâmico do complexo teórico, estatístico, cultural, político e econômico, passando ligeiramente pelas décadas de 1960, até os períodos recentes, dialogando com os vários autores que interpretaram o processo migratório e o espaço social amazônico.

Não é demais afirmar, que a reconstrução da realidade, utilizando as Ciências Sociais como instrumento interpretativo e argumentativo, exige muito mais de um pesquisador do que o registro passivo de fatos, não é uma tarefa intermitente, é um fazer que permite continuidade aos fatos isolados em relação com outros fatos mais amplos e a maneira como se integram. Por quê? A realidade sociológica dos fatos não se apresenta na realidade física do mesmo modo para o senso comum e para o pesquisador. Os “fatos” não ficam completamente expostos para leitura e a sua interpretação, muitas vezes é ambígua, porém, se a realidade não pode ser compreendida do mesmo modo por diferentes olhares, cada olhar é um ângulo específico de uma generalidade.

Os dados que foram obtidos e a bibliografia selecionada, correlacionará a pesquisa em contato direto com o conflito social. Compreendendo que o olhar teórico exige escolhas associadas diretamente a forma como se percebe o mundo, ou qual modelo analítico-explicativo e interpretativo satisfaz a perspectiva de quem escreve. Isto porque se compreende que a natureza da realidade social é a sua dinâmica em constante transformação, e que os seus aspectos morfológicos tendem a exigir do pesquisador aprender a ter um olhar multifocal e policromo.

No entanto, seria um dispêndio de energia intelectual colocar todas as teorias sociais em um mesmo cadinho para obter uma fórmula que conduza o trabalho em tela, ou seja, responder a todas as questões sobre os deslocamentos humanos postos como desafios, por isso, se optará por tomar por base as teorias de conteúdo histórico-crítico que questionam e interrogam a dinâmica da realidade social.

Em perspectiva geral se tem como nexos de origem a migração e sociabilidade, tendo como recurso discutir os processos que transformaram a condição social do trabalho na Amazônia, que “permitiu” a penetração capitalista nos moldes da concentração e exploração

industrial; o deslocamento de partida e chegada do migrante (o momento em que a sua sociabilidade é afetada e desqualificada); e secundariamente, não menos importante, o papel do Estado na ocupação do espaço e como mediador dos interesses dos “atores” em jogo.

Com esses objetivos posto, realizou-se pesquisas junto as instituições que tratam das questões de desenvolvimento econômico, social e demográficos, como o IBGE e IDESP, assim como consultar obras de experientes pesquisadores, com várias publicações sobre o tema, para encontrar o diferencial entre os municípios do sudeste do Pará - pois esta era, na ocasião, a região que reunia as condições sociais, política e econômica - que disparou, desde a década de 1960, as circunstâncias que propiciaram intenso deslocamento da força de trabalho migrante. Assim, encontrou-se em Parauapebas os requisitos que identificavam ser esse município um dos polos mais importantes de atração de migrantes nos últimos dez anos no estado do Pará. Primeiro, porque é ali que está instalado um dos principais projeto de mineração do Brasil, gerenciado por umas das maiores mineradora do mundo, a Vale. Segundo, por conta deste empreendimento, o município de Parauapebas teve crescimento econômico, de 2010 a 2014 (IBGE; IDESP, 2010) que superou, por exemplo, até o orçamento da capital paraense, Belém. Terceiro, a cidade de Parauapebas urbanizou-se com extrema rapidez que constituiu-se em uma cidade moderna, para os padrões amazônicos, mas com todas as mazelas econômicas, sociais e ambientais, características do sistema social de desigualdades, comuns a todas as experiências de cidades de modernidade “inconclusa” na Amazônia. Quarto, para Parauapebas migrou diferentes ordens de força de trabalho, entre estas, migrantes que não se adequavam as exigências da Vale, e as suas subsidiarias e empresas terceirizadas.

A proposta da pesquisa teve como preocupação compreender: como é afetada a sociabilidade da força de trabalho dos migrantes que se deslocam para o município de Parauapebas? Como também, nos aspectos gerais, se queria compreender a relação entre a migração da força de trabalho e a “necessidade” da acumulação do capital na Amazônia; e interpretar, especificamente, como essa relação dialética, entre trabalho e capital, atritam interesses sociais, culturais e econômicos a desconstruir e construir sociabilidades. Percebeu-se, neste sentido, que no processo migratório, contraditoriamente, convivem a integração social e assimilação de valores; mas, concomitantemente, as relações capitalistas instalam a desagregação indenitária e a sociabilidade, por meio do preconceito e discriminação contra a força de trabalho migrante mais pobre.

Por isso, nos estudo bibliográficos verificou-se que as subjetividades dos migrantes são afetadas no processo de estranhamento com “o outro” por meio das tradições inventadas e pelos costumes. As tradições inventadas podem ser identificadas pelas suas condições constantes, que

exigem práticas fixas e repetitivas no convívio social. Simultaneamente, os costumes, principalmente, também são afetados porque são variáveis e fator de mudança nas relações sociais (HOBBSAWM, 2012). Ademais, o estudo sobre a fricção entre tradição e costumes ajudou a compreender o porquê migrantes sempre começam em desvantagens ao negociar espaços nas sociedades para aonde se deslocam. Isso ocorre, justamente porque os receptores inventam exigências de sociabilidade e identidades que dificultam a aceitação do migrante, assim como, torna problemática a rápida assimilação do migrante às novas condições de vida e seu acomodamento geral societário.

Compreendeu-se com o estudo, que a força de trabalho migrante enfrenta forte carga de preconceito e discriminação, levando a abalos consideráveis na percepção de pertencimento do migrante e o seu sentimento de coletividade. Por outro lado, engolfar o migrante no sentimento de coletividade dá a falsa percepção homogênea de coletividade a migrantes que são oriundos de territorialidade diversas, o que faz com que se vulgarize o espaço de convívio e reforce o etnocentrismo e o rompimento da compreensão da alteridade (SAYAD, 1998). De modo que, o estranhamento e a afetação da sociabilidade são os resultados da práxis do cotidiano, vivenciada pelos indivíduos no campo social, especificamente resultado do trabalho social (LUKÁCS, 2010). O que se sucede é o aprofundamento do estranhamento, a ausência de alteridade, o retorquir da sociabilidade, aspectos sintetizado na entrada do título da tese: o que essa gente veio fazer aqui?

Inclusive a sociabilidade, do ponto de vista teórico, abrange muito mais interpretações por conta da complexidade das diferentes sociabilidades em sociedades não semelhantes. De certo que, a pesquisa bibliográfica exigiu que procurássemos outras abordagens sobre a sociabilidade como de Simmel (2006), quando discute que a sociabilidade não pode ser algo que se vivencie em seu sentido genérico, ou, a sugestão de Martins (2008) que considera a sociabilidade não apenas como exercício da vida cotidiana, é também produzida pelos reflexos das sociedade moderna, resultado das mudanças organizacionais da humanidade.

A discussão sobre a questão da migração renova-se, e as definições teóricas exigem esforços para compreender na atualidade as interpenetrações das variadas áreas de conhecimento. Neste sentido, o exame do processo de migração da força de trabalho para Parauapebas tratou sobretudo de constituir uma interpretação sociológica, crítica, do processo da mobilidade de uma força de trabalho específica, que denominamos de força de trabalho “desqualificada”. Neste caso, tratou-se de traduzir o conceito de qualificação para basear a ambivalência do termo “desqualificado”. A visão sociológica trata o termo “qualificação” como parte importante da constituição do capital humano, significa identificar pessoas que desfrutam

de habilidades, educação e experiência para o avanço político e econômico de um país (MANFREDI, 1998). De certo, a ideia se refere a produção e a organização do trabalho, significa afirmar que a força de trabalho que não possui essas qualidades estará frequentemente a margem da sociedade e portanto da produção econômica formal. Mais uma vez, a noção de desqualificado é uma invenção dos gestores de empresas, que ao exigir qualificação se eximem da formação da força de trabalho. Em outros modos, trocam desqualificação por capacidade de empregabilidade (RAMALHO, 2003).

Encontramos, seja na pesquisa bibliográfica ou no contato com sindicalistas e alguns moradores de Parauapebas, que o sentido de desqualificação faz parte da recepção à força de trabalho migrante, funciona também como forma de enfraquecer a sociabilidade do migrante. E também, “o que essa gente veio fazer aqui?” Esse questionamento tem um forte caráter ideológico e ambivalente, que impede ao migrante estabelecer relações no mesmo nível de negociação do espaço social e de trabalho com o morador-receptor (MENDES et al, 2011). A desqualificação utilizada como um termo ambivalente funciona como mecanismo desestabilizador no diálogo de receptores e migrantes, porque tornam redutíveis os princípios de sociabilidade, que moldam o cotidiano e de como são construídas as relações sociais (GERMANO e BESSA, 2010).

Toma-se, desse modo, migração e sociabilidade como aspectos que são vivenciados, elaborados e reelaborados no espaço amazônico, o espaço das realizações humanas em que homens e mulheres são contingenciados a aceitar o jogo do receptor, seja do Estado ou das pessoas. Este espaço é inclusive o lugar da territorialidade onde a trama social se viabiliza.

Uma forma geral de compreender a territorialidade de Parauapebas é entender a Amazônia e as suas contradições. Logo, os grandes projetos implantados, principalmente após o Golpe Militar de 1964, foram responsáveis pelo atual modelo de poder político e econômico na Amazônia, fundamentado na lógica do mercado expansionista e acumulação de capital estrangeiro, tendo o aval das elites políticas e econômicas regionais.

Compreendeu-se, que esses eventos locais estavam intimamente ligados a processos resultantes da dinâmica da globalização capitalista, que consistiu a uma expansão não somente de mercado, mas, principalmente na Amazônia, para exploração dos meios ambientais, de bens não-renováveis e da força de trabalho. Isso suscitou trazer para a discussão, que os conflitos gerados pela migração, se tem relação com os próprios problemas regionais e nacionais, estão também estão umbilicalmente ligados a dinâmica da acumulação do capital global, o que possibilitou compreender que o capital externo foi a força geradora da migração em larga escala para a Amazônia, e para conquistar espaços, que além da pressão política, contou com o



consentimento das forças políticas e econômicas internas (HÉBETE e MARIN, 2004; LOUREIRO, 2009).

A partir dos aspectos mencionados acima, sendo este estudo uma pesquisa bibliográfica, colocou-se a Amazônia como parte de um complexo maior, ao compreender que as sociedades contemporâneas, ou modernas, resultam de um longo processo civilizatório. Concluiu-se que poucas foram as sociedades que não tenham sido constituídas por uma sucessão de episódios de expansão e retração demográfica, e que a relação econômica não tenham sido, no geral, a força motriz da mobilidade humana.

Para efeito de metodologia da pesquisa, para confrontar a pesquisa bibliográfica, ou referencial teórico, com a realidade, buscou-se contato com instituições de assistência social, habitação e no Sistema Nacional de empregos local; igrejas que historicamente têm a tradição de cuidar de questões de migrações e imigrações. O objetivo era dar uma conotação específica ao estudo, para saber sobre, por exemplo: os bairros para onde se deslocavam os migrantes recentes, o objetivo aqui seria identificar fluxos e redes de acolhimento; o perfil destes migrantes e origem dos mesmos; a política de recepção do estado aos migrantes; programas de acolhimento aos migrantes; até mesmo trabalho filantrópico costumeiro das pastorais de migrações existentes por exemplo em São Paulo, contidas nas pesquisas de folego de Silva (1999) em sua obra “Errantes do fim do Século”. Porém, estas instituições locais não produziram dados sobre o processo migratório para Parauapebas, utilizam em seus documentos informações gerais publicadas pelo IBGE e algumas tratadas pelo IDESP. Era de se esperar que o município de Parauapebas, que tem apresentado ao longo dos últimos 15 a 20 anos intensa migração; que apresentou índices alarmantes de problemas urbanos e sociais, as instituições governamentais e não-governamentais apresentassem preocupação em pesquisar e buscar propor medidas concretas para resolver os problemas comuns causados pelas migrações desordenadas.

Por causa disso, a metodologia que inicialmente foi pensada para se fazer certa pesquisa etnográfica, foi abortada em sua inteireza, porque sem os dados acima elencados, que exigiria: identificar as redes de recepção de migrantes, escolher um bairro específico, com intuito de delimitar ainda mais o foco (cidade-bairro), seria um outro trabalho de maior fôlego que reclamava uma pesquisa muito antecedente de censo demográfico primário, quantitativa e qualitativa, e se envolver como uma comunidade específica de Parauapebas. O tempo para este modelo de pesquisa exigiria maior tempo e gastos com recursos que talvez nenhum programa de pós-graduação poderia financiar. Logo, os desafios metodológicos foram minimizados e ampliado o foco metodológico. Com a logística menor, concentrou-se em problematizar e testar

a tese da afetação da sociabilidade dos migrantes para Parauapebas, ampliando assim os estudos de referências e minimizando a pesquisa de envolvimento com a comunidade local.

Optou-se, então, em realizar a pesquisa de revisão de literatura e observação qualitativa em Parauapebas para analisar conflitos de classes sociais, migrantes e receptores; migrantes e o avanço da acumulação de capital, com o intuito de imprimir uma abordagem dialética; realizou-se atividade de campo de entrevistas não-diretivas, que envolveu quatro entrevistas com sindicalistas de Parauapebas, sendo que, como o resultado das entrevistas se repetiam, optou-se em transcrever e analisar duas, por serem consideradas as que refletiam os fundamentos da problemática do trabalho (RICHARDSON, 2015). Ainda sobre as entrevistas não-diretivas, entrevistou-se alguns migrantes, um artista da noite em Parauapebas, migrante do Maranhão. No entanto, logo após a entrevista, o mesmo optou em entregar uma letra de música que expressava toda a angústia do cantor com a situação degradante da sociabilidade dos migrantes maranhenses em Parauapebas; um testemunho, digamos dessa forma, de quem convive diretamente com centenas de migrantes recentes. A partir destas entrevistas procurou-se discutir as categorias e produziu-se medições entre a leitura e os referenciais para conseguir alguns detalhes que talvez os questionários não poderiam obter. Porém a pesquisa não se enquadra a uma pesquisa metodológica participante porque não se conviveu emocionalmente com os pesquisados, ocupou-se então observar e ter conversas informais (Ibid.).

As observações de campo limitaram-se às frequentes visitas ao SINE de Parauapebas; aos logradouros mais importantes da cidade, principalmente praças frequentadas por trabalhadores, aposentados, migrantes recentes, o objetivo era captar o máximo de conversas informais sobre os problemas do migrante e as dificuldades de empregabilidade, questões relatada no terceiro capítulo. Os Bairros visitados foram, Tropical e Ipiranga, no qual manteve-se contato com uma das lideranças comunitárias que esteve à frente da luta por melhores condições de moradia em Parauapebas; Bairro dos Minérios (um dos locais de da estada, a maioria dos moradores são funcionários da Vale); Bairro Rio Verde onde fica a Praça do Cidadãos, tem este nome porque lá localizam-se todas as instituições governamentais de emissão de carteira de trabalho, identidade, reservistas e outros documentos.

Tendo em vista os limites e vantagens das entrevistas não-diretivas e observações assistemáticas (LAKATOS, 2003), procurou-se aprofundar a análise de conteúdo dos documentos (das instituições e autores), ao privilegiar a interpretação crítica dos autores, por isso encontrar-se-á um número reduzido de citações diretas com mais de três linhas, ou seja, a análise de conteúdo, segundo Chizzotti (2009), é dar conta criticamente do sentido da comunicação, compreender as significações explícitas ou tácitas, seja nas entrevistas,

observações e leitura, e o cuidado com os sentidos da comunicação no momento do discurso, ou tentando revelar as acepções dos conceitos em meios sociais diferenciados, como na relação migrantes e receptores.

Os capítulos seguem tendo como objetivo dialogar com as obras dos autores e não meramente cita-los, apresenta assim um trabalho crítico, um esforço teórico resultado da curiosidade e experiências concretas. Com efeito, realizou-se esforços para conciliar a pesquisa bibliográfica com as entrevistas não estruturadas, observações e anotações que foram feitas ao longo de oito viagens à Parauapebas.

O primeiro capítulo se dedica a discutir sobre os principais conceitos que serviram para sustentar a pesquisa bibliográfica. Antes, procurou-se na primeira seção do capítulo demonstrar a importância da escolha da cidade de Parauapebas para a pesquisa, sob o título de “Reconhecendo a territorialidade do objeto de pesquisa”. O estudo privilegia na primeira parte da seção os dados territoriais, econômicos, sociais e a dinâmica urbana que tornaram relevantes Parauapebas, no Pará, para o estudo sobre migração e sociabilidade. A seção também dá início a discussão sobre a importância da Vale no processo econômico que alavancou o sudeste paraense para a condição de uma região paradoxal: ao mesmo tempo em que prospera economicamente, em comparação a outras regiões do Pará; por outro lado, é uma região de confrontos sociais que aprofundam a pobreza e as desigualdades. Assim, na subseção, responsabiliza-se a Companhia Vale pela prosperidade econômica, como também, pela pobreza resultado da ação expansionista da empresa. A base teórica e de pesquisa, para essas linhas iniciais sobre a Vale, foi relevante o estudo no trabalho de Castro (1994),

A segunda seção é histórica, procura entretelar os aspectos mais gerais para compreender a Amazônia da mesma forma que um espaço em construção, de dinâmica complexa para compreensão; e os aspectos específicos que possibilitaram interpretar a cidade de Parauapebas na territorialidade amazônica, pois, Parauapebas é também parte significativa do “continuo refazimento da Amazônia”. Esta seção manifestou a preocupação, igualmente, em definir os aspectos da formação política e econômica da Amazônia, às frentes de expansão econômicas, enunciada por Velho (2013) e Loureiro (2009); as definições de frente pioneira ou frente de expansão, que permitiram abrir novos fluxos de migrações. Estes aspectos exigiram retomar os estudos sobre papel dos militares que permitiram, com mais intensidade, abrir à Amazônia à expansão do capital externo.

Veremos ainda que do ponto de vista mais amplo, vendo a realidade macrossocial na Amazônia, historicamente perceberemos que o processo migratório foi induzido há muitas décadas antes de 1970, porém, os grandes projetos são responsáveis pelo atual modelo de poder

e de exploração da força de trabalho, compartilhado com uma elite econômica regional que segue com excessos modelos estrangeiro, e por uma parcela da população carente de consciência política. Estas permitiram com que a Amazônia se tornasse um campo fértil para a exploração do capital estrangeiro e nacional. Ou seja, a migração, a história socioeconômica e cultural da Amazônia Oriental não há como ser contada de modo fragmentada, é necessário fazer conexões com os vários modelos de exploração, que foram ungidos pelos governantes militar-civil e civil, para constatar que a Amazônia vive atualmente o resultado dos seus refazimentos contínuos, condicionados pela mobilidade do capital.

Nas seções seguintes, terceira e quarta, abrem-se para conceituar migração e força de trabalho e; migração, capitalismo e sua dinâmica global, respectivamente. A interpretação analisa a migração a partir da realidade concreta do capitalismo, e define o processo migratório em larga escala como consequência da acumulação do capital que precariza as relações sociais. Além disso, a exploração de bens-materiais acentuou a exploração da força de trabalho e dos bens ambientais. Martins (2012), Hébet e Marin (2004), definem a mobilidade do trabalho como sendo essencial para a mobilidade do capital. O capitalismo, por promover a desigualdade social, interfere diretamente nos costumes e distorce o processo de sociabilidade dos migrantes e receptores, constituindo o que se denomina, no quarto capítulo, de *ponto cego da alteridade*. Por isso, há a necessidade de compreender que não é a mobilidade da força de trabalho, especificamente, que desorganiza o espaço e a territorialidade, mas sim, a mobilidade do capital proveniente da dinâmica global do capitalismo em busca de matéria-prima e força de trabalho de modo desordenado.

Deste modo, não é meramente o fenômeno da mobilidade demográfica que provoca as crises. A migração é essencialmente um fato social que se generalizou junto com a dinâmica global do capitalismo. É o capital externo que é a força geradora da migração exponencial, que pressionou as forças internas a abrir espaço, utilizando estratégias no campo da geopolítica. Os capitalistas escolheram os territórios, com recursos naturais abundantes, e interferiram negociando com as elites econômicas locais favores para abrir espaço para os empreendimentos. A ideia era fazer parecer que os fenômenos migratório desordenados são resultado do processo natural do desenvolvimento econômico das sociedades. Porém, para Santos (2001) é a falácia do determinismo que justificar a globalização como um processo espontâneo, e por isso, dizem os ideólogos do capitalismo, não dependem da interferência externa para começar os deslocamentos humanos em larga escala.

As seções cinco, seis e sete, promovem a retomada do tema, compactado no tripé: migrante, sociabilidade e trabalho desqualificado. O que se quer comprovar é que a alteridade

do migrante é afetada por meio do esvaziamento da sociabilidade do migrante, dito de outro modo: o que essa gente veio fazer aqui? Ademais, esta é a simbiose de estranhamento e tradições inventadas. Pode-se afirmar que a migração, desacompanhada do estranhamento etnocêntrico, é um processo de assimilação e integração. Porém, o capitalismo, ao provocar a mobilidade da força de trabalho de forma desordenada, promove a desagregação social, alterando a sociabilidade a criar condições para que a população receptora inventem formas de repulsa à força de trabalho migrante, a partir das tradições de proteção dos costumes (HOBBSAWM, 2012). De todo modo, sabemos que estas tradições são parte de um aparato político maior, ideologicamente constituído, que serve como instrumento na luta pelos interesses simbólicos, no campo do controle social (BOURDIEU, 2005). Dessa maneira, a sociabilidade, e a alteração desta, foram objetos de estudo principalmente utilizando a abordagem de três autores: Lukács (2010), Simmel (2006) e Martins (2008), que apesar de apresentarem pontos de partida diferentes para conceituar a sociabilidade, podemos na saída, aproximar os conceitos, se considerarmos as múltiplas possibilidades de socialização. Sendo assim, se a sociabilidade é um exercício na vida cotidiana, também o é a construção de várias possibilidades de relações humanas, e é essa variabilidade que nos torna humanos, tanto quanto, provoca o estranhamento e quebra da alteridade com o outro, que serve para desqualificar o migrante.

Dessa maneira, O migrante é um estranho inventado, ele não pode entrar na disputa por espaços sociais e econômicos no mesmo nível do receptor, este receptor que mesmo já tendo sido migrante ganhou a condição de não-migrante. Migrantes e receptores sofrem processos idênticos de desconstrução de identidades porque as suas tradições são de igual modo inventadas, é uma relação de perder e ganhar, ganhar e perder identidades que no alto dos atritos entre sujeitos os dois lados sofrem idênticas “desculturalização”. Entretanto, para o receptor aparentemente apenas um lado deve perder, aquele que chega é que tem o dever de negociar a sua sociabilidade. Ao se considerar essa relação a um jogo, o migrante se questionará e tentará encontrar caminhos para sofrer menos perda de sua identidade.

No segundo capítulo, o esforço foi tentar buscar alargamento teórico mais amplo do que os que foram apresentados no primeiro capítulo, são quatro as seções. As duas primeiras são ensaios críticos à teoria da migração e como a dinâmica da migração se transforma com celeridade, o que exigiu evocar novos marcos teóricos sobre a migração e força de trabalho (ALEXANDER 1999). Uma vez que, as sociedades contemporâneas, ou modernas, resultam de um longo processo civilizatório, não existiu nem uma sociedade que não tenha sido constituída por uma sucessão de episódios de expansão e retração demográfica, em virtude de

que, muitas das vezes os indivíduos foram impelidos por eventos sazonais a deslocarem-se em busca de melhores condições de subsistência (PINSK, 1994).

Talvez esse seja o desafio teórico a ser enfrentado. Estudamos e pesquisamos as sociedades primitivas e artesanais, urbanas e rurais, modernas, pós-modernas e tradicionais, industriais e de terceira ou quarta geração tecnológica, são todas parte do imaginário humano, episódicas (LEVEBURE, 2002), mas são acima de tudo, sociedades de (i)migrantes. Raramente, talvez dificilmente, encontraremos grupos humanos ou sociedades que vivam em territorialidades originais. Ao se convencer dessa retórica, provavelmente não teríamos motivos para encontrar significados, de pouca penetração simbólica, que coloque o migrante como um sujeito despido de humanidade e que apenas o eu etnocêntrico tem validade civilizatória. É disso que trata o segundo capítulo sobre “uma crítica a teoria da migração”, é uma tentativa de ensaiar uma acuidade teórica um pouco mais profunda, buscando originalidade ao lado de tantas outras originalidades, uma investigação de certa forma cuidadosa de uma generalidade em um objeto específico, a migração.

Com o propósito de buscar uma teoria mais geral que pudesse dialogar sobre a ação do indivíduo, ou como uma pessoa decide se mobilizar para outro lugar fora do seu mundo-próprio, encontramos nas contribuições teóricas de Uexkül (2008), a ideia de que o mundo-ambiente influencia o mundo-próprio do indivíduo afetando as suas subjetividades e o seu mundo da ação. Bem como Hall (2003), que admite a existência de um mundo-próprio, mas, a liberdade é contingente, eventual, que a *priori* não determina o que serão as escolhas dos indivíduos, porém, o mundo-imaginário (o mundo-próprio de Uexkül) resgata os indivíduos do aprisionamento coletivo. Estes aspectos nos ajudaram a interpretar o modo pelo qual os indivíduos decidem sair do seu mundo-próprio para se aventurar no mundo-ambiente fora do seu lugar.

As exigências de “um novo marco teórico” complementam os objetos tratados acima. A ideia foi investigar os parâmetros necessários para compreender os novos processos migratórios da força de trabalho, sabendo que o capitalismo na Amazônia Oriental não pode ser estudado somente a luz dos conceitos das décadas de 1960 a 1970 do século XX. Becker (1997) nos dá algumas pistas. Afirma a autora que nas décadas referidas, pelo menos até à década de 1980, a maioria da força de trabalho migrante eram oriundas do meio rural. Ao longo do tempo essa característica foi se modificando, o que exigiu, e exige, uma mudança conceitual para entender o processo migratório e as características da força de trabalho migrante na atualidade.

As seções posteriores, terceira e quarta, são a demonstração prática de que a mobilidade do capital e a mobilidade da força de trabalho se constitui em um paradoxo necessário para o

funcionamento do sistema capitalista. Martins (2012), Antunes (2005) e Santos (2005) nos levam a entender que o processo migratório para a Amazônia exige a compreensão política sobre a transnacionalização econômica e o deslocamento do capital. Igualmente, no Sul e Sudeste paraense, não saber do papel econômico, social e político da empresa mineradora Vale, terá dificuldade em precisar com clareza a atual fase histórica de parte do processo migratório.

O terceiro capítulo é uma tentativa de buscar provas, é uma experiência de campo, ou um ensaio de trabalho de campo. Contou com observações não-participante, anotações de impressões e entrevistas não-estruturadas, e principalmente é a continuação da discussão com os referências. O objetivo foi o de comprovar as afirmações teóricas sobre migração, sociabilidade afetada e estranhamento da força de trabalho migrante na cidade de Parauapebas. Não se constituiu em um trabalho etnográfico, e nem uma pesquisa de campo exaustiva.

O empreendimento acima resultou na construção de cinco seções do terceiro capítulo assim estruturados: o migrante e a fronteira; compreender a territorialização de Parauapebas por meio de uma visão sociológica; entender as condições do migrante nesta cidade, principalmente trabalho e sociabilidade; analisar as condições de fronteira entre Pará e Maranhão; e discutir a afetação da sociabilidade da força de trabalho migrante oriunda do Maranhão. Para efeito de demonstração escolheu-se comentar a situação da comunidade maranhenses. No geral encontrou-se em Coelho (2015), Loureiro (2009), Carvalho e Medeiros (2005), Hébette (2004), Kowarick (1995), Santos (2002) e outros, o apoio teórico necessário para o diálogo. É um capítulo também de retomada das questões de fundo sobre as fronteiras da migração e, por meio das indicações dos autores acima citados, apresentamos os possíveis fluxos geográficos da migração, tendo como base também a experiência pessoal desta autoria na região do sul e sudestes paraense.

O capítulo aborda a visão sociológica sobre a territorialização de Parauapebas, foi um esforço teórico, sem fazer grandes generalizações, com objetivo de validar as observações. Discutisse o espaço vivenciado, a territorialidade onde se encontra, ou se busca, a segurança das relações identitárias comuns, porém, Parauapebas é o lugar da territorialização dos desterritorializados, onde os caminhos se convergem enquanto os conflitos se abram. Neste espaço confirmamos as dificuldade das condições de vida geral de migrantes em Parauapebas, que não são confortáveis, mas há migrantes em condições piores que outros. O migrante pobre, nordestino, em sua maioria negros são os que mais são assediados em sua sociabilidade, essa é a característica da maioria dos migrantes do vizinho estado maranhense, que tem a sua sociabilidade estranhada e afetada em Parauapebas, confirmadas pelos sindicalistas entrevistados. Justamente por isso, dedicou-se nas últimas duas seções deste capítulo, análise e

diálogo com Silva (2010), Sennet (2014), Sivinsk (2015), Souza (2012) e Alencastro e Renaux (1997), para discutir sobre as condições de fronteira entre Pará e Maranhão e a sociabilidade dos migrantes maranhenses.

Certamente que o debate e a contribuição sobre migração, neste trabalho, deverá ser superada, entretanto, considerou-se que as questões da afetação da sociabilidade ainda não estão suficientemente cotejadas, quando se analisa a sociabilidade na realidade amazônica tendo em vista a identidade migrante. Em que pese, como demonstraremos nos capítulos, que um número considerável de autores regionais, nacionais e internacionais, buscaram e buscam ângulos de análise variados, porém, ainda voltados para a questão demográfica, conflitos agrários, problemas da economia, questões indígenas, influência do capital estrangeiro, grandes projetos e por aí somam-se centenas de trabalhos absolutamente importantes para compreender a realidade complexa da territorialidade amazônica. Esta é a razão pela qual, tentou-se realizar essa pesquisa bibliográfica com pequeno suporte de pesquisa de campo, como modo de compreender a questão da migração e do migrante, principalmente, a afetação de sua sociabilidade. Por isso, no quarto e último capítulo, o esforço foi fazer a síntese das questões principais, que se jugou ter apresentado ao longo dos três primeiros capítulos.

O quarto capítulo iniciou-se com proposição da tese: a afetação da sociabilidade do migrante, tentando identificar os pontos cegos da alteridade no convívio entre força de trabalho migrante e moradores-receptores. A ideia foi apresentar concretamente que a sociabilidade do migrante é afetada por meio do estranhamento exercido pelos moradores receptores, como? Analisou-se que a alteridade, ou o sentido dela, que em termos gerais significa: o respeito pelo outro (ou estrangeiro). Porém, por causa dos efeitos que a tradição e o costume impõe sobre os indivíduos, a afetação da sociabilidade do migrante acontece porque o sentido da alteridade apresenta pontos cegos, ao lesar a compressão de que o estranho, o diferente, não é exatamente um invasor. Neste sentido, para dar mais consistência teórica a proposição retomou-se a discussão sobre o sentido de lugar, pois é nele que se constrói a territorialidade e a identidade e, onde o sentido de pertencimento é elaborado.

Na segunda seção, priorizou-se uma síntese geral para possibilitar compreender as interconexões com a proposição principal. É um exercício de tentar relacionar migração, sociabilidade e trabalho “desqualificado”, objetivando compreender as suas características, tendo como referências diacronicamente os capítulos como um todo.

Nas considerações finais, como de praxe, retomam-se as problematizações e proposições das questões abordadas. Entretanto, a proposta é enfrentar o desafio de combinar as questões expostas ao longo dos capítulos, com as novas incitações que nos move na direção



de questionar o papel do estado na problemática da migração. E assim, apresentar experiências internacionais e referências sobre a recepção de migrantes e imigrantes. Ou seja, as definições e conceitos serão objeto de reexame, acrescido de sugestão de problemática que envolvem: o papel do Estado no processo de recepção aos migrantes; a organização das redes de migrantes em associações de cooperação de trabalho para fortalecer a identidade cultural e social de migrantes, assim como, em perspectiva, reesignificar o conceito de trabalho fora do âmbito do trabalho formal das relações capitalistas de ordem econômica dependente.

## CAPÍTULO 1

Neste primeiro Capítulo serão apresentadas as referências teóricas que inspiraram esse trabalho. Os dados estatísticos serão suporte importante, estarão no corpo dos textos e logo interpretados. De outro modo, o objeto de pesquisa (migração e sociabilidade) será trabalhado em sua totalidade<sup>1</sup>, privilegiando a investigação sociopolítica na sua complexidade e dinâmica; isso por se compreender que a investigação indica a existência de várias possibilidades de análise da realidade do processo da migração.

A migração e a sociabilidade são pontos nevrálgicos nas sociedades contemporâneas em mudanças constantes, por isso, não se pode compreendê-las sem relacionar os nexos fugidios impostos pela realidade no campo econômico e político.

Sociologicamente e antropologicamente a mobilidade humana e a formação social, considerando os processos de construção da identidade sociocultural de parte dos amazônidas, especificamente dos que migram à Parauapebas, fazem parte das dinâmicas sociais que lançam desafios na arte de experimentar as várias possibilidades de tentar explicar, e principalmente interpretar, como afirma Martins (2008), parte da realidade cotidiana de homens e mulheres simples.

Sobre o reconhecimento do objeto de estudo, neste primeiro capítulo, traçaremos como alvo o espaço e a territorialidade em que deteremos a nossa análise teórica, o perfil econômico e social que faz o município de Parauapebas ser objeto de pesquisa. Ao mesmo tempo, conhecer Parauapebas no universo amazônico é possibilitar demonstrar a complexidade e a dimensão de como os aspectos localizados são dependentes de um universo social maior, e também como as relações sociais constroem novas e ousadas formas de negociação específicas no espaço-temporal dos seres humanos. Então, a natureza do problema apresentado e suas evidências estabelecem o grau de afinidade existente entre os aspectos específicos da realidade amazônica e esses contornos influenciados pela dinâmica global.

Por outro lado, a maneira de demonstrar a importância da escolha, ou seja, responder a questão: por que o município de Parauapebas e não outro? Em 2011, quando foi divulgado o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Pará pelo IDESP/IBGE (2010-2012), Parauapebas alcançou um PIB de R\$ 19,8 bilhões, enquanto Belém atingiu a cifra de R\$ 19,6

---

<sup>1</sup> O conceito de totalidade neste trabalho é inspirada na concepção marxista. Considera essa visão que os aspectos específicos da realidade são também uma totalidade. Para se chegar aos aspectos gerais os indivíduos não são meramente uma somatória de individualidades, mas uma totalidade em si que gera totalidades sempre mais ampliadas. Desse modo, para se conhecer a realidade social precisa-se “movimentar” do geral para o específico e retornar a interpretação novamente aos aspectos gerais

bilhões. E demonstraremos com dados que Parauapebas até 2010 foi o município que recebeu um enorme contingente de migrantes nos últimos dez anos.

A proposta é analisar o espaço amazônico tendo como ideia principal a dinâmica da continuidade e descontinuidade que tem neste trabalho a seção de “O contínuo refazimento da Amazônia”. O objetivo é demonstrar que a ideia de um espaço intocado foi uma construção ideológica, nunca foi parte da realidade amazônica a condição de ser intacta, haja vista a condição e existência de suas imensas riquezas econômicas, humanas, ambientais e políticas.

Tratar-se-á os deslocamentos humanos de força de trabalho migrante, com o objetivo de compreender Parauapebas e a Amazônia como parte de uma “trama” que possibilitou transformar esse espaço, acolheu a constituição de nova fronteira de expansão do capital para exploração de riquezas, e conduziu uma determinada força de trabalho, orientada em busca de resolver necessidades humanas.

Se buscará ampliar os contextos, para isso, relacionaremos a migração com conceitos ainda mais amplo, tendo como abordagem o capitalismo e a sua dinâmica global. O objetivo é compreender o modo fragmentado como o capitalismo incorporou a Amazônia na “aldeia global”. Perceber que a crise e a condição de se globalizar é movimento vital para o capitalismo. Para servir como suporte, e tentar aprofundar as questões acima, denominou-se uma das seções de: “Ambição Internacional”, que trata da cobiça sobre a Amazônia, com considerações específicas das décadas de 1990 a 2000.

Ainda que os aspectos concretos da realidade social nós dê possibilidades de interpretação mais próxima da conformidade com o real, entretanto sem refletir sobre as subjetividades do migrante a leitura da totalidade seria prejudicada, por isso intitulou-se uma das seções de “O migrante: a invenção do estranho e a alteridade afetada”. No fundo ambiciona-se entender como, do ponto de vista teórico, foram construídas, no processo da mobilidade humana, as identidades que abreviam a aceitação das “tradições inventadas” tanto pelo migrante quanto pelo receptor, e principalmente como o migrante é marcado e marca as sociedades receptoras. “A migração e alteridade afetada” são o reforço dos sentimentos alterados do migrante, da busca por novos espaços de sobrevivência que inquietam sua visão de mundo, do espaço físico que se transforma em espaço social e as “sobras” reservada para o “outro”, é neste espaço que serão cunhadas as suas denominações, seus “novos” nomes, apelidos e a essência de ser migrante.

O sobressalto da alteridade afetada pode ainda ser mais aprofundado quando se discute sobre a sociabilidade na seção sob o título de: “o que essa gente veio fazer aqui?”, é uma narrativa do estranhamento do receptor tendo como base o conceito de sociabilidade. É uma forma de desconstruir parte da ideia de que sociabilidade seria tão somente a qualidade de ser sociável.

A questão é fazer emergir, primeiramente no seu sentido etimológico, pois é uma palavra adjetiva de socialização que são tendências para a aceitação da vida em sociedade, porém, sociabilidade, é também o modo pela qual os receptores esperam do comportamento do migrante em seus espaços público e privado. Ou seja, que o migrante negue sua identidade para em seguida ser aceito no convívio público com sociabilidade alterada

A questão do trabalho desqualificado poderia ser tratado em uma das seções dedicadas a abordagem da sociabilidade, no entanto, optou-se em construir uma seção própria, pois, tratará de responder a opção que se fez em utilizar uma forma contraditória, mas principalmente ambivalente, da palavra “desqualificado”. Desqualificado e qualificado são formas que denotam compreender o lugar em que receptores querem colocar o outro na sociedade, de posicioná-lo em situação inferior. Será então o momento de discutir sobre a mobilidade da força de trabalho “desqualificado” que se constitui em uma metáfora da narrativa, principalmente para localizar o narrador, migrantes e receptores no sentido hermenêutico das interpretações, instrumentalizadas para compreender a mobilidade humana e suas consequências. Vejamos então as seções.

## **1 A expansão econômica e social na Amazônia: migração e sociabilidade da força de trabalho “desqualificado”**

### **1.1 Reconhecendo o objeto de estudo<sup>2</sup>**

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010-2011), identifica Parauapebas<sup>3</sup> como sendo um município onde residem 153.908 habitantes. Está administrativamente estendida no solo paraense por cerca de 17.722,3 km<sup>2</sup>. Localiza-se a 645 km de Belém, capital do estado do Pará. Pertencia ao município de Marabá, emancipou-se em 18 de maio de 1988 (IBGE/IDESP, 2012).

---

<sup>2</sup> Os dados foram elaborados pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) e SPOF, sendo que a fonte é do IBGE (2010-2011).

<sup>3</sup> Que em tupi significa “Rio das Águas Claras”

Figura 1 - Mapa de localização de Parauapebas



Fonte: skyscrapercity (2015)

Chega-se a Parauapebas pela rodovia PA-150 e PA-275, que se ligam a Belém. Parauapebas é cercada por imensas riquezas minerais, de lá as empresas mineradoras exploram cerca de 18 bilhões de toneladas de ferro de alta qualidade. Há informação extraoficial de extração de outros minerais, contudo, nem a Companhia Vale e nem o governo brasileiro tornam público a informação detalhada, denunciada fartamente por parlamentares e jornalistas, da extração de outros minerais estratégicos (IDESP,2012).

Precisamente o complexo da Serra dos Carajás é de 4 mil km, está situada entre Marabá e São Félix do Xingu, entre os rios Itacaíunas e Parauapebas. “A região é um complexo de cristas e chapadas que se elevam de 300 a 400 metros acima do terreno e alcançam uma altitude média de 600 metros acima do nível do mar, quase inteiramente recoberta de floresta tropical” (BORGES apud BEZERRA, 1987, p. 72).

O projeto Grande Carajás, da Vale, foi o maior empreendimento do Governo brasileiro e é a maior mina a céu aberto do planeta com produção em escala mundial. A mina descoberta em 1960 faz parte de um complexo que transporta e exporta minérios por meio da Estrada de Ferro Carajás, via férrea que cortam parte do Pará, envia o produto até o porto da Ponta da Madeira em São Luis – MA. A ferrovia é uma fração do projeto denominado Projeto Ferro Carajás (FERREIRA e SALATI, 2005).

Para se compreender melhor a importância econômica de Parauapebas, do ponto de vista de exportação de produtos minerais semielaborados, é confirmado que o subsolo paraense guarda 2,69 bilhões toneladas de minério de ferro, dos quais em Parauapebas concentra-se 95% da reserva do minério. A Vale, maior exportadora de minérios do mundo, extrai 17 mil caminhões de ferro para abastecer o mundo, são dez trens por dia, 300 vagões com 80 toneladas. Ao final de cada dia a Vale transporta 396 mil toneladas de ferro. Essa condição econômica de Parauapebas é um atrativo significativo para o deslocamento de milhares de migrantes de vários

cantos do Brasil (ibid.). Para efeito de comparação, em 2015 a Vale alcançou mais um recorde na produção de ferro na Serra dos Carajás, foram 129,554 milhões de toneladas (VALE, 2015).

Em 2015, conforme a SEFA (2016), o estado do Pará arrecadou em *royalties* a soma de R\$ 2,7 bi, no primeiro semestre de 2015 e, segundo o DNPM (2016), o CEFEM (Compensação Financeira sobre Produtos Minerais) distribuiu o montante de R\$ 281.249.952,79 entre os municípios que exploram a atividade mineral, sendo que apenas três destes concentram 76,01% dos recursos. Nesse ano, Parauapebas foi favorecida com R\$ 150.669.0918,11, o equivalente a 53,57% dos recursos; Marabá, R\$ 40.550,924, 24, 14,41%; Canaã dos Carajás, R\$ 24.562,652,49 8,75% (gráfico 1). Era de se esperar que a riqueza trazida pelos depósitos minerais gerasse melhorias no bem-estar da população.

Parauapebas era um pequeno aglomerado de pessoas em terras de Marabá, ao pé da Serra dos Carajás, no curso médio do Rio Parauapebas. A notícia de que a Vale de fato implantaria um projeto vultoso se espalhou a nível nacional e migrantes de vários estado se somaram, em grande quantidade, aos que já estavam nas lavras manuais de ouro, no comércio e agropecuária. Os migrantes margearam a estrada conhecida como Rio Verde (mais tarde o primeiro bairro da cidade). Essa população de migrantes cresceu vertiginosamente e em pouco tempo superou o número de moradores do núcleo urbano projetado (no alto da serra) pela empresa Vale do Rio Doce (IDESP/IBGE, 2012).

Os funcionários da Vale do Rio Doce (atualmente apenas Vale) que vieram para trabalhar na mina de ferro Carajás residiam no Núcleo Urbano de Carajás, construído em 1981, onde habitavam aproximadamente 5 mil pessoas morando em 1.274 casas, o Núcleo Urbano, bem planejado, nos altos da Serra de Carajás, onde está também localizada a Floresta Nacional dos Carajás, no alto da Serra dos Carajás começou então a ser habitada por técnicos especializados vindos dos estado de Minas Gerais, Espírito Santos e outros estados. (IBGE/IDESP/SEPOF, 2012)<sup>4</sup>.

Até 2010, ano do último Censo do IBGE, 153,908 pessoas habitavam a cidade de Parauapebas. Subdivididos por região do Brasil assim: oriundas da Região Norte, 67.906; da Região Nordeste, 5.296; da Região Sudeste, 790; da Região Sul, 5.657; da Região Centro Oeste, 1.295. Há ainda os que vieram do estrangeiros, que são em número de 92. Da população residente 77.893 são do sexo masculino e 76.015 são do sexo feminino. A maioria dos chegados é

---

<sup>4</sup> Os dados do IDESP e SEPOF são compilações dos dados do IBGE publicados em 2000. Isso se explica porque o IBGE faz sua pesquisa de recontagem populacional de 10 em 10 anos. 2011 foi a última e 2012 foi o ano de publicação do IDESP SEPOF.

proveniente de migrações internas, são 28.785,28 paraenses. Depois do Pará, o estado do Maranhão aparece com o maior número de migrantes 24.292, seguido pelo o estado do Goiás com 3.716 e o Piauí com 3.190. A maioria dos migrantes vem do Nordeste brasileiro (com exceção do estado do Maranhão já comutado), o que dá característica cultural peculiar à cidade de Parauapebas. (ibid.).

Figura 2 – Mapa, efeito azul, PA-150 e PA-275. Belém-Marabá-Parauapebas



Fonte: mapas-brasil.com (2016). Efeitos do autor

No que diz respeito à arrecadação de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços), o município, em 2007, arrecadou R\$122.429.935,40; sendo que, R\$ 40.944.717,98 são provenientes da extração de minerais metálicos, enquanto que R\$ 30.708.346,47 têm origem da atividade comercial, não incluindo veículos automotores e motocicletas (IDESP/SEPOF, 2012). Outros dados foram ignorados por conta do foco de interesse da pesquisa. Foram mostradas apenas as atividades que serviram como atrativos para a intensa migração ao município de Parauapebas.

As atividades econômicas prevalecentes em Parauapebas até 2010, segundo o IDESP-SEPOF, apontam o comércio com 808 estabelecimentos; em seguida, surge o setor de serviços com 495; em terceiro, vem a indústria de transformação<sup>5</sup> 109; em quarto a construção civil leve<sup>6</sup> com 92; e por fim, a agropecuária com 78 estabelecimentos. O setores de serviços, construção civil e comércio são os que mais empregam. Os que menos empregam são: agropecuária, indústria de transformação e extração mineral (MTE-RAIS, 2010). Estes dados indicam que os

<sup>5</sup> Indústria que transforma matéria física, química e biológica em novos produtos, por exemplo transformar celulose em papel.

<sup>6</sup> Prestação de serviços que envolvem o processo de construção de edificações

empregos que exigem maior certificação profissional são os que menos empregam, principalmente por causa da falta de maior verticalização da produção mineral. Estas atividades econômicas foram concentradas no centro urbano de Parauapebas, embora não sendo a cidade planejada para receber forte migração para a área urbana.

Nesse sentido, o município de Parauapebas foi afetado por uma dinâmica urbana que não seguiu a tradicional rede de formação das cidades amazônicas. Razão pela qual é flagrante que o processo de formação da rede urbana tem mais relação com experiências do Centro-Oeste e Sudeste brasileiro do que com experiências paraenses - do Nordeste, Oeste, Região das Ilhas, Região do Marajó, onde houve por um longo tempo predomínio de relações econômicas voltadas para o consumo familiar. A grande maioria dos municípios de fronteira ao sul e sudeste paraense já nasce com características que têm predomínio do urbano como estilo de vida, no campo político, institucional, cultural, econômico, havendo assim, um rápido amadurecimento da expansão do capital nas cidades polos, porque as cidades estão associadas às novas atividades econômicas voltadas para o mercado exterior (SOUZA, 2011). Objetivamente o desenvolvimento dos núcleos urbanos no sudeste paraense sempre estiveram acompanhados de empreendimentos induzidos por grandes capitais, tendo como suporte decisivo o apoio do Estado, como a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e agropecuária, por exemplo. Assim preparou-se um espaço territorial apropriado à concentração urbana para concentrar capitais.

A concentração de capitais promoveu relações econômicas profundamente injustas. Segundo Souza (2011), a região sudeste se desenvolveu mais, economicamente, do que a maioria das cidades da região metropolitana de Belém, contudo, os ganhos dos grandes empreendimentos não foram solidários com as empresas subcontratadas, “ou seja, não (*fez*) faz parte da estratégia de expansão capitalista na região (*amazônica*) o transbordamento dos ganhos para empresas locais e nem para a sociedade autóctone” (Ibid., p.239). Não houve troca de tecnologias com empresas regionais, o que seria uma forma de remover as pedras do caminho do avanço de melhores níveis de empregos. Essa constatação é importante porque confirma a extrema falta de certificação da força de trabalho migrante e tradicional, de modo ambivalente denominado neste trabalho de “desqualificado”, que trataremos melhor na última seção deste capítulo.

Não obstante, a força de trabalho migrante acompanhou todos os momentos de desenvolvimento e formas diferentes de expansão do capital no entorno da região da Serra dos Carajás. Foram os sinais iniciais de que o processo de ocupação e urbanização sofreria com o aumento acelerado do crescimento populacional desordenado, percebido no primeiro processo de migração para Parauapebas (lavra manual do ouro na região do sudeste paraense) liderado por



mineiros, nordestinos e goianos que queriam alcançar as jazidas de ouro na região de Serra Pelada.

A busca por ouro transformou a localidade de Parauapebas em um aglomerado de pessoas e um amontado de casas desordenadas. A Vale do Rio Doce (quando estatal) não quis associar o seu empreendimento a uma cidade feita de barracões de lona, ponto de prostituição, conflitos agrários e outros tantos problemas sociais. Ao invés de investir no tratamento dos bairros criados por migrantes, construiu a sua cidade no topo da Serra do Carajás com infraestrutura “de primeiro mundo”, completamente diferente da realidade social e econômica da região (ibid.).

Mais tarde surge a Cidade Nova, um bairro planejado pela Vale, com perfil de bairro moderno. Comparada com as residências na serra, serviu como conjunto habitacional para os que não necessitassem residir no alto da Serra no núcleo de Carajás (Esses trabalhadores eram das empresas terceirizadas). Contudo, a migração intensificou-se, o bairro planejado expandiu-se, e deu lugar ao surgimento do bairro União que se conurbou ao bairro do Rio Verde e Cidade Nova (Ibid.). Essa expansão possibilitou ao bairro Rio Verde ser um ponto de atração de força de trabalho regional e do nordeste brasileiro. Mas, o que ocorreu em Parauapebas é o resultado de um empreendimento maior.

Para Machado (2011), os projetos estatais, pensados para a fronteira amazônica, buscavam estabelecer infraestrutura que tivesse a capacidade de atrair novos empreendimentos para tornar eficiente a concentração de capitais. Para isso se concretizar, no interior da Serra dos Carajás, pensou-se nos fatores estéticos da cidade, um “sistema de povoamento controlado e organizado de acordo com a projeção dos interesses das atividades econômicas” (SOUZA,2002 p.241). Esse fluxo migratório, em sua maioria, contrariou os objetivos de construir bairros ou cidades modelos, ilhas de prosperidades, e surgiu então um caldeirão efervescente de novas identidades, socializações variadas em que a sociabilidade dos estranhos se moldou no conflito de poder e dominação de interesses diversos, assim como, provocou recorrente problemas sociais e ambientais.

É disso que as insistentes notícias de catástrofes ambientais em Parauapebas tratam. São fenômenos que permitem entendermos que o processo de crescimento dos assentamentos nas periferias da cidade, principalmente margeando os rios e igarapés, áreas essas denominada de risco, são ocupadas desordenadamente.

Souza (2002) ainda acentua que a diferença intra-urbana (entre centro e periferia) de Parauapebas não é resultado apenas da migração espontânea das cidades em geral, é também a aparência de cidades com forte influência da Vale “que mantém uma estratégia planejada de

segregação social e espacial, onde os técnicos diretamente ligados à empresa são alocados em um núcleo habitacional (Carajás) administrado diretamente pela empresa e dotado de externalidade exclusivas” (ibid. p.242). Então vejamos.

A Vale constitui alguns os bairros (como o bairro União) em espaços de “triagem”, outros, mais antigos, são de apoio logísticos, atribuídos de infraestrutura que comportam as atividades comerciais, educacionais, bancos e hotelaria, outros, mais à periferia da cidade, resultado do recente processo migratório, são bairros para selecionar força de trabalho para dotar de mão de obra barata às subsidiárias da Vale com trabalho na sua maioria precarizado. “(...) a intensidade crescente do deslocamento populacional face a falta de recursos materiais e físico da cidade, tornam Parauapebas um espaço de conflito social” (Idid.). Bairros pobres com pessoas vivendo miseravelmente, e no alto da serra, no centro das operações da Vale um outro “mundo ordenado”.

Figura 3. Destaque em vermelho, bairro União, primeiro de Parauapebas.



Fonte: Maps (Google, 2015).

O jornalista, escritor e empresário paraense Valdomiro A. M. Gomes (1997), junto com vários empresários, foi convidado a visitar o grande empreendimento do Governo militar na Amazônia em fins da década de 1980, a Vale do Rio Doce na Serra dos Carajás. Publicou na imprensa de Belém as seguintes impressões em sua visita às instalações da companhia:

Foram mais de quinze horas visitando e recebendo informações sobre os projetos de ferro, manganês, ouro, assim como conhecendo uma comunidade, que, vivendo em plena selva amazônica, usufruindo dos padrões de qualidade de primeiro mundo (...) a tecnologia usada na extração, beneficiamento e transporte, mesmo sem ser técnico, posso afirmar que me surpreenderam pelo grau de precisão, controle e automação. Tive a impressão que também na operação a Vale representa eficiência e a qualidade do homem brasileiro.

Por que (sic) homem brasileiro e não paraense?... a) na escola em cinco contatos, não encontrei nenhuma professora paraense, assim como nas minas, nenhum engenheiro paraense; b) na escola de música a professora, mineira, não conhecia a Fundação Carlos Gomes;...d) a grande maioria das placas dos carros não era do Pará;[...] (GOMES,1997,pp.63-65)

O modelo de empreendimento da Vale fez de Parauapebas uma cidade de confrontos de sociabilidades, de um lado uma cidade com imensas necessidades, em um contexto urbano conflituoso, povoado por migrantes regionais e de outros estados brasileiros, constituída de áreas empobrecidas; e de outro, a cidade-empresa construída de modo que a vida da população é vigiada, subordinada e controlada, com uma realidade fabricada diametralmente oposta da cotidianidade amazônica. Porém, novas relações sociais emergem deste contexto, transformando paisagens, formando novas redes de convivências que estruturam a base de uma possível “nova” sociedade (possivelmente a luta de classes perdure ainda por muitos mais tempo, o importante é compreender que novas estruturas surgem para desvelar a realidade e encontrar novos caminhos), dando continuidade ao processo constante do eterno e consistente refazer do homem no mundo. Parauapebas, portanto, é parte significativa, ou um dos produtos legítimos da metamorfose pela qual a Amazônia foi atravessada pelos inúmeros projetos de poder que se instalaram na política brasileira.

### **1.1.1 – Ação estratégica da Vale e a lógica expansionista**

O objetivo desta seção não tem intenção de esgotar o assunto, mesmo porque seria necessário um aprofundamento para além do centro desse trabalho. O objetivo é mostrar que o processo de migração para a região Amazônia está incluída em uma estruturação de um complexo estratégico de mercado muito mais amplo do que simplesmente a um espaço em que “por acaso” foi descoberto o potencial mineralógico, e a partir daí se organizou a economia local (CASTRO, 1994). A verdade é que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), contou com carta em branco, com aval do Estado brasileiro, para explorar o minério, e ao mesmo tempo, o governo federal tirou a ingerência dos estados e municípios para não interferirem nas decisões da CVRD.

Essa seção é necessária por se tratar de como a antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) montou sua ação estratégica para ocupar a região oriental da Amazônia, a partir dos anos 1970, de modo que a região do Sudeste do Pará fosse definitivamente incluída no processo

de globalização no campo econômico da modernidade, em uma região que a modernidade<sup>7</sup> é precária, e esse projeto não teve continuidade nas outras regiões mais urbanizadas da Amazônia. Muito pelo contrário, as capitais pertencentes à Amazônia, foram desindustrializadas, a exemplo de Belém que perdeu boa parte de suas indústrias urbanas para depender quase que completamente dos produtos industrializados do Sul e Sudeste brasileiro. Essa estratégia do Estado brasileiro foi denominada por sociólogos e geógrafos como divisão regional do trabalho, em que as regiões nordeste e norte do Brasil tiveram como missão, suprir de força de trabalho as regiões encarregadas de ser “as locomotivas” da economia do Brasil (o sul e sudeste).

Pois bem, a CVRD surge, em 1942, por meio de um decreto no Governo de Getúlio Vargas, para ser um projeto global<sup>8</sup>, empresa encarregada de explorar as riquezas minerais da Amazônia. Nas regiões em que a CVRD se estruturou, hoje apenas Vale, aplicou-se um projeto estratégico pensado de modo minucioso e rigoroso, dos cálculos dos gastos energéticos à redução do papel do estado nas ações intervencionistas, até a limpeza dos espaços territoriais, como a retirada das populações tradicionais, necessárias para a implantação física dos projetos na Amazônia<sup>9</sup>.

Dos governos militar-civil<sup>10</sup> aos dos civis não houve monitoramento da ação da Vale (CVRD). Ficou transparente que o projeto incluía entes poderosos no consórcio governo-empresas nacionais e multinacionais envolvidas, com o governo tendo menos poder, em um processo de autofagia política e econômica. À elaboração do projeto, seguida da implantação, à forma de atuação até o processo de privatização, tudo mantido em sigilo para evitar os olhares críticos. Mesmo depois que foi fartamente denunciado por pesquisadores, jornalistas e movimentos sociais, até os dias atuais, não se acumulou forças para impedir que o desenvolvimento da CVRD<sup>11</sup> se desse a expensas da sociedade brasileira (CASTRO, 1994).

Castro (1994) destaca que na década de 1980 a CVRD implementou intensa política de expansão sobre o território amazônico, porém, não sem resistência (Na seção sobre o contínuo refazimento da Amazônia aprofundaremos um pouco mais), entretanto com apoio oficial atuou num território de 900.000 km<sup>2</sup>, o que corresponde, segundo a autora, a 10,6% do território nacional.

---

<sup>7</sup> José de Souza Martins denomina em várias de suas obras de modernidade inconclusa, ao se referir sobre como o capitalismo inclui a Região Amazônica na globalização contemporânea.

<sup>8</sup> Se demonstrará que a implementação da Companhia Vale do Rio Doce contou com estímulo e gerenciamento do capital estrangeiro para se implantar.

<sup>9</sup> Mais tarde, a aprovação da Lei Kandir, que entrou em vigor em 1997, no Governo do ex-presidente Fernando Henrique, teve como objetivo isentar os impostos para a exportação de produtos semielaborados (ou não industrializados).

<sup>10</sup> No campo da história ainda há serias divergências sobre esse termo.

<sup>11</sup> Lembremos que a ação da Vale não se resume ao Sul e Sudeste paraense, o complexo é internacional.

A solidez da relação da Vale com os governos nacional tem permitido que por anos seguidos a Vale conseguisse liberações dos órgãos do Estado para explorar minérios em todos os municípios ao redor de Parauapebas. E justamente por isso, de 1994 até os dias atuais, a Vale tem adquirido um estoque gigantesco de terras com acesso institucional sem limites, como: a prioridade na aprovação dos projetos, nos órgãos reguladores dos governos estadual e federal, de pesquisa e industrialização do minério em todo território paraense. Isto é, se o Estado brasileiro foi (e é) parcimonioso com a Vale, a ação fiscalizatória é limitada sobre a constituição de novos projetos de exploração de minérios, e porquanto, a publicidade, principalmente do que se extrai, é ainda mais limitada.

A Vale exerce, segundo Castro (*ibid.*), poder pessoal sobre as empresas públicas e privadas, ou seja, não há controle estatal, tampouco é permitida à sociedade civil organizada: as instituições ambientais, os órgãos reguladores; os governos estaduais e as empresas privadas de capital nacional fiscalizem e exerçam de modo transparente as suas funções, além de que todas as instituições não-governamentais não participam dos planejamentos estratégicos que visem a troca de tecnologias com empresas locais e nacional. E ainda, pra incluir nos desmandos, a Vale desloca seu capital e força de trabalho sem consultar nem um poder estatal local, conduz os deslocamentos humanos de forma desordenada, desestruturando a já precarizada vida urbana, saúde, educação, transporte e infraestrutura.

O mercado de trabalho, estruturado pela Vale, obriga os sindicatos a não ter pleno domínio organizacional em suas bases de atuação. Algumas categorias se fragmentaram, seja pela disputa no interior do movimento sindical, seja pela imposição que a Vale determinou ao conteúdo de cada função. Por exemplo, atividade de construção foram divididas em leve e pesada, o que obrigou os sindicalistas a formarem sindicatos para cada função. Talvez para terem mais forças, deveriam definir os trabalhadores da Vale como uma única base sindical. É claro essa fragmentação tirou a força numérica dos sindicatos, diga-se ainda que muitos líderes sindicais aceitaram e até estimularam essa fragmentação, obrigando-os a dependerem completamente das mesas de negociação (mais dados sobre o assunto no capítulo terceiro).

A Vale utiliza a sua força e influência para constituir os perfis de trabalhadores diferenciados, ou “incomum ao perfil do mercado regional” (*ibid.*, p. 12). A empresa não se responsabiliza pela formação e qualificação da força de trabalho, faz parceria com Estado e municípios, porém os cursos não formam para que ocupem as funções bem remuneradas. Essa força de trabalho é conduzida para as empresas terceirizadas que assumem funções insalubres.

A Vale constituiu hierarquias entre os trabalhadores. As relações sociais diferenciadas foram constituídas dentro e fora do trabalho, entre os que são da Vale e a força de trabalho das

subcontratadas (ou terceirizadas); os que moram na Serra dos Carajás (com equipamentos urbanos de qualidade); e os que moram em Parauapebas com baixos-salários, moradias precárias, jornadas de trabalhos maiores.

Os trabalhadores da Vale não sabem ao certo sobre a permanência no município para a qual a contratação da maioria dos trabalhadores foi assinada, eles podem ser deslocados à revelia. Essa postura da Vale faz parte de uma operação que transforma a mobilidade em um caos aos municípios, a demografia populacional sofre efeito “sanfona”, crescem o número de trabalhadores e encolhem conforme as atividades a serem realizadas, e esvaziam e incham as cidades dependendo do que a gestão da Vale vai decidir. Essa é uma postura que se mantém por longos anos. Vejamos o que indica a pesquisa de Castro (Ibid., p.15)

As empresas do setor da construção civil, subcontratadas na fase inicial de construção do projeto ferro Carajás, contrataram cerca de 28.000 trabalhadores. Quando a CVRD estabilizou a produção e exportação de ferro, em 1988, seu quadro funcional estava em torno de 1855 pessoas repartidos da seguinte maneira: gerências (0,42%); técnicos (3,93%); supervisão e operários especializados (14,21%); trabalhadores generalistas (72,55%) e estagiários/aprendizes (3,93%). Porém quantidade bem maior de trabalhadores e serviços – cerca de 3.000 – estava engajada nas empresas subcontratadas.

Além desses dados demonstrarem o modo como a Vale opera há mais de 21 anos as suas contratações, o que implica em queda ou aumento nos níveis de empregos nas cidades afetadas pela ação da Vale, mostra também que ao longo da história a empresa acelerou a terceirização dos serviços. A consequência é de a força de trabalho especializada prioritariamente contrata para ficar com os melhores salários, nas terceirizadas essa força de trabalho fica subjugada aos salários menores, entretanto, essas duas categorias são remanejadas para novos projetos sem que haja revisão nas remunerações.

## 1.2 O contínuo refazimento<sup>12</sup> da Amazônia

É um passo mesmo no sentido da ocupação racional de uma área que se caracteriza pelo vazio demográfico, só comparada às regiões polares... (ARQUIVO NACIONAL,2013)<sup>13</sup>

O governo está disposto a fazer, segundo expressão do Presidente, andar o relógio amazônico que muito se atrasou ou ficou parado no passado. A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica, o café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riquezas, momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças à infraestrutura socioeconômica... (idem)

<sup>12</sup> Ato ou efeito de refazer

<sup>13</sup> Áudio transcrito de 1970

O Presidente Médici expressou sua confiança em que a transamazônica possa ser o caminho da verdadeira vocação da Amazônia (idem)

As citações acima nos mostram de modo resumido uma pequena parcela da história da Amazônia. É uma comunicação oficial do governo brasileiro sobre a Amazônia, e que é parte dos momentos que constituíram a nossa saga em tentar descobri-la, mas essa história tem um sentido mais profundo e redescobri-la parece estar sendo ainda muito mais desafiador.

A Amazônia não é uma mera paisagem que fotografada pode-se compreendê-la por inércia, mas é na sua dinâmica, no seu conteúdo translucido que jogamos luzes para observá-la. As dificuldades na sua construção, enquanto espaço em disputa, não permite que vejamos de imediato os seus vários lados. Deve ser no eterno refazer-se, da territorialidade amazônica, o ponto para buscarmos compreendê-la na sua amplitude histórica, fabricada ao longo de séculos de exploração, nos encontros e desencontros, nos processos de deslocamento humano que podem nos permitir interpretar a mobilidade do capital e suas fases. A ideia é preencher parte das lacunas da realidade ainda em movimento, pois, a extensão indefinida da realidade não permite que vejamos a Amazônia na sua totalidade sem desafiarmos compreender as totalidades específicas, seja no espaço como no tempo (da territorialidade), para em seguida chegar a totalidades cada vez mais ampliadas da realidade. É isso que nos propomos a fazer nesta seção, tendo como objeto a migração e sociabilidade para ampliar a visão sobre o eterno refazer-se da Amazônia, nesse espaço onde se produz realidades cada vez mais dilatadas.

O contínuo refazimento da Amazônia não será compreendido com o sentido de reorganização, assim como não cabe a concepção de reforma-la, restaurá-la ou recuperá-la. Uma vez que a cada momento histórico as classes dominantes apresentam modelos de reorganização do espaço amazônico, e, em todo paradigma de reorganização os governos, seja estaduais ou federal, sempre se postaram como prestadores de serviços, visando apenas os interesses imediatistas de elites econômicas desinteressadas em resolver os problemas sociais das forças produtivas.

Estes interesses imediatistas eram, e são, uma prática dos governos do estado do Pará, assim como também dos estados que fazem fronteiras com o Pará, na década de 1970, destacamos, os estados de Goiás (estado de Tocantins, desde de 12 de setembro de 2011) e Maranhão. O governo destes estados faziam visitas frequentes ao complexo Grande Carajás. Gomes (1997), relata que enquanto parlamentares e o governo do estado do Pará pouco se mobilizaram para acompanhar de perto o empreendimento da Vale do Rio Doce, o governador do Maranhão, José Sarney, fazia visitas insistentes à Direção do complexo. O resultado das

visitas foi à linha férrea e o porto, para exportação de commodities, construídas em São Luís do Maranhão. As fronteiras do Maranhão são consideradas de pobreza endêmica em relação ao Brasil. Populações que vivem na fronteira foram entusiasticamente convencidas a emigrarem para a região da Serra do Carajás onde “corria leite e mel”. Além das emigrações estimuladas e até organizadas por governos municipais, centenas de pessoas se deslocavam por conta própria encorajados por insistente propaganda do governo federal.

O ufanismo nacionalista e a política de atração da força de trabalho estão registrados, narrados e com imagens reproduzidas pelas lentes da Agência Nacional de Notícias na década de 1970. As imagens mostram grandes máquinas derrubando a floresta, festas de moradores para recepcionar o presidente Emílio Garrastazu Médici e muita promessa para os que desejassem uma nova vida de progresso. Vejamos alguns trechos: A construção da Transamazônica.

(...) o coração da Amazônia é o cenário para que se diga ao povo que a revolução que deste governo são essencialmente nacionalista...a prevalência das soluções brasileiras para problemas do Brasil. (ARQUIVO NACIONAL, 1970, 2013).

O atraso da Amazônia e do nordeste repercute negativamente no resto do Brasil, por isso o presidente Médici asseverou: “A Transamazônica será uma vereda aberta ao nordestino para a colonização de uma região em vales férteis e promissoras jazidas minerais” (ibid.)

Das várias fases, econômica e política, a Amazônia se transformou por meio da escrita de vários autores, formando feixes de convergência nos estudos onde a cobiça às riquezas é marcante. Destacamos aqui o trabalho de Morel publicado em 1984, com o título de “Amazônia Saquada”. Esse trabalho mostra com vibração jornalística, porém cercada de documentos em profusão, a política de ameaça e saque promovida pelos estrangeiros do norte do planeta com o apoio incondicional das elites econômicas do Brasil. Era a Amazônia vista durante longos anos antes e depois do Regime Militar. O trabalho de Morel nos apresenta com realismo a miséria da população, lembra-nos de como a imensa riqueza dos Carajás principiou uma nova fase de saque às riquezas dos amazônidas.

Morel (1984), preocupado mais com a narrativa do que com a técnica científica de um foco específico determinado, nos mostra às ilusões cultivadas pela elite econômica regional revestida nos projetos das grandes montadoras de carros, que, com efeito, não instalaram fábricas, e sim grandes projetos agropecuários que contribuíram com a degradação do meio ambiente sem deixar nada em troca. A venda de terras em abundância para estrangeiros anunciava uma invasão silenciosa, encontrava uma atitude apática e permissiva de autoridades



que misturavam o ufanismo patriótico com um sussurro “surdo” de soberania, com objetivo de mitigar os males que estavam por vir.

A obra de Morel na verdade é um brado, um aviso iminente da nova modalidade de saque à Amazônia nas décadas de 1970 a 1980. Nestas décadas os brasileiros mais informados tomam conhecimento das várias notícias do *The New York Times*<sup>14</sup>, uma delas propunha a entrega da Amazônia como pagamento da dívida externa brasileira que alcançava a ordem de 115 bilhões de dólares (MOREL, 1984).

Além de tudo, Morel nos faz refletir, sobre os anos de invasão que a Amazônia Oriental foi sacudida ao longo de sua história. Analisa cada detalhe que embotou as energias da população brasileira em responder ao saque às riquezas. Mas muito mais, a questão é entender como nestes anos 1970 a 1980 a inteligência brasileira e o meio acadêmico se comportaram quando tiveram conhecimento em 1976 de uma expedição que saiu de Londres, promovida pela Royal Geographical Society<sup>15</sup>, com o pretexto de encontrar com um de seus aventureiros, Fawcett, que estaria, se vivo estivesse, com 110 anos. Como afirma Morel:

Honestamente, nenhum cronista tem elementos para fixar o número exato de grupos estrangeiros que saquearam a Amazônia, com várias entradas e saídas. Entravam e saíam clandestinamente, abarrotados de ouro, sendo maior quantidade procedente do Amapá, teatro de violentos choques entre foragidos da Justiça de todas as pátrias, principalmente da França, com permanentes incursões no nosso território (MOREL, 1984, p.25).

E os relatos dessa história se multiplicam, para trás e para frente, com poucas mudanças nas estratégias de ocupação da Amazônia, ou até mesmo reescritas em árdua tarefa de nos fazer reencontrar com aquela história. O mais importante na obra de Morel é a narrativa que humaniza a territorialidade amazônica. Do apresamento de indígenas em solo paraense e sua resistência, da bravura do cabano à escravização da força de trabalho nordestina, com a chegada dos novos migrantes muitos embarcados no Porto do Sal, no bairro da Terra Firme em Belém, 300 homens para trabalhar em Monte Dourado, numa viagem de quatro a cinco dias com a promessa de bom emprego. Desconfiados, ao chegar, têm a certeza que foram enganados. “A área em que trabalharão em Monte Dourado é cercada e vigiada por homens armados, comandados pelo Tenente Bezerra. Ninguém sai do local sem o visto dele, numa espécie de passaporte” (Ibid. p. 49).

O interessante é que dita e escrita de forma descontextualizada, neste caso de propósito, não sabemos de imediato se esse relato diz respeito ao ano de 1877 quando o Nordeste foi

---

<sup>14</sup> Um dos jornais mais importantes do mundo, sediado nos EUA.

<sup>15</sup> A Real Sociedade Geográfica, originalmente chamada de Geographical Society of London, é uma sociedade erudita fundada no Reino Unido em 1830, com o patrocínio do Guilherme IV.

arrasado por uma seca e 54.875 cearenses abandonaram suas terras e vieram povoar a Amazônia para trabalhar nos seringais no Pará, Acre e Amazonas; ou se a história se trata da denúncia de Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix de Araguaia, nas décadas de 1980 a 1990 de trabalho escravo. Trabalho escravo que ganha novas roupagens na contemporaneidade por meio das palavras de juristas e sociólogos de “trabalho similar à escravidão”.

É nesse confronto entre migrantes e o capital que o ambiente da Amazônia Oriental se processam, não exatamente por motivações espontâneas e desinteressadas, ou até mesmo para trocarem valores simbólicos, é também, e fortemente, na disputa por espaços que possibilitem a sobrevivência de uns ou de todos. Isso não depõe contra as formas espontâneas, porém, é na luta econômica e na inserção de interesses antagônicos que se constroem as relações sociais na realidade amazônica. O fato da maioria dos deslocamentos humanos ser econômico está narrado nos processos históricos de expansão e exploração das riquezas na Amazônia.

Entretanto, se excursionarmos ligeiramente na histórica da ocupação da Amazônia, verificaríamos que os colonizadores portugueses pouco se interessavam em explorar as riquezas da Amazônia.

Os portugueses no século XVI pouco se interessavam pelo norte do Brasil. Apenas os franceses em 1524 enviaram expedições ao Pará. Só em 1594 é fundada uma colônia no Maranhão. Depois desse fato os franceses em 1610 exploram a foz do Tocantins, buscavam o Pará para estabelecer uma ligação com a sua colônia no Maranhão. A atitude de franceses, espanhóis e ingleses fez os portugueses assumirem uma postura de avançar rumo ao norte, já que os acordos com espanhóis protegiam o sul do Brasil. Os portugueses tomam o Maranhão dos franceses, e próximo ao delta do Amazonas fundam uma fortaleza, origem da cidade de Belém. O importante é saber que são as expedições de exploradores sobre a existência de ouro, e outras riquezas naturais, que aceleram as medidas político-militar dos portugueses em ocupar outras regiões do Brasil, em consequência da ameaça da crise da economia açucareira (VELHO, 2009).

Nessa interpretação de Velho, foram abertas várias frentes de expansão no Brasil ao longo da história colonial e republicana: exploração do pau brasil, a frente açucareira; de minerais preciosos; agrícola, no Pará e Maranhão; Borracha, no Pará, Manaus e Acre, sendo a porta de entrada Belém-PA; a frente pastoril; do café e a frente industrial, e uma variedade de formas de organização econômica e de mercadorias se estabeleceram ao longo curso da história do Brasil e da Amazônia.

Das etapas da expansão autores como Becker (1997), Sckimink ; Wood (2013), Loureiro (2009) e Velho (2009) retomam aspectos históricos para reconstituir diferentes frentes de

formação política e econômica da Amazônia. De todo modo, veremos que as concepções não se excluem e podem se complementar para construir uma estrutura analítica sistematizada, tendo em vista a complexidade que é interpretar a territorialidade amazônica.

Vejamos algumas interpretações.

Becker (1997) ao apresentar-nos aspectos relevantes nas décadas de 1950 e de 1960, dando conta que o fluxo migratório nas regiões de fronteira na Amazônia, na maioria, era espontânea. Mas a partir da década de 1970, momento em que se aceleram a apropriação privada e a centralização das terras de florestas pelo governo federal, é estancado em sua maioria o movimento espontâneo de ocupação nas terras. Assim, a migração passa a ser induzida tendenciada para os médios e pequenos produtores do Sul do País. A ideia não era apenas povoar o território amazônico, mas constitui-la de força de trabalho para aumentar o lucro do capital.

Sobre as frentes de expansão a obra de Schimink e Wood (2012), desenvolvem um minucioso relato histórico dos conflitos sociais de formação da Amazônia. Da ocupação portuguesa à militarização; da luta pela terra à implantação da industrialização do minério e da agropecuária extensiva, a Amazônia viveu sobre intenso processo de refazer-se. A dedução dos autores, desta causalidade, está inscrita ao longo de cerca de cinco séculos aonde novos sujeitos foram incorporados no cenário político, econômico e sociocultural na vida amazônica. Pessoas foram transformadas e se transformaram em um mundo de elaboração e aniquilamento, intimidação e resistência que marcaram a vida de aproximadamente de cinquenta e cinco mil migrantes nordestinos no período da borracha.

Loureiro (2009) e Velho (2009) recompõem um quadro teórico histórico para caracterizar a Amazônia como fronteira, em momentos que se justapõem. A partir dos anos de 1960 e 1970, em que os estudos e debates circundavam em torno da expansão civilizatória, convergindo para a compreensão de que os movimentos migratórios foram induzidos à expansão agrícola, confrontando-se com a cultura e terras indígenas. Foi o momento crítico da expansão migratória em que os confrontos entre índios, grandes proprietários, grileiros e pequenos agricultores, invariavelmente terminavam em conflitos sangrentos.

Mais à frente retomaremos a discussão sobre frentes pioneiras e frentes de expansão.

Schmink e Wood (2012), consideram que nos anos de 1964 a 1985 a Amazônia é marcada pelo processo de militarização. E a ocupação veio por meio de um planejamento minucioso, impulsionado pelos resultados satisfatórios do crescimento econômico de 1968 a 1974, denominado de o “milagre econômico”, resultado de um protótipo de desenvolvimento

que só conseguiu ter êxito porque dependia da repressão política e da centralização do poder pelos militares.

Estes foram os modelos para compreender os fluxos de interesses divergentes (proprietários e não proprietários); às migrações de convergência territorial (movimentações de várias regiões do Brasil para o Sul e Sudeste do Pará). Estradas de chão e furos de rios na Amazônia foram caminhos que desenharam a fronteira do Pará com o Maranhão; do Pará com Goiás (atualmente Tocantins); e do Pará com Mato Grosso, e por “fim” formou uma única fronteira a ser superada, a expectativa de desenvolvimento econômico, que reconfigurou os meios de locomoção na fronteira do estado do Pará

O Sul do Pará (Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, São Geraldo) e no Sudeste (São Felix e Marabá), que antes eram conectadas por imensas redes de rios e furos, aos poucos foram substituídos por estradas e o transporte terrestre foi ganhando importância em conduzir grandes projetos, monopólio da terra, mais migrantes e os novos conflitos se agudizaram no espaço amazônico.

Figura 4 - Região Sul e Sudeste Paraense



Fonte: Maps (Google, 2016)

Assim, a pavimentação das estradas foi importante fator que impulsionou a migração para o Sudeste paraense, principalmente a Belém-Brasília, que o governo federal inicia a sua construção em 1950, mas só chegou a região do Sul do Pará em 1960. Quanto mais a estrada avançava rumo à região Norte do Brasil, mais migrantes vindos do sul do país ocupavam os estados de Goiás e Mato Grosso. Os migrantes que não conseguiam êxito nestes estados continuavam sua caminhada rumo mais ao norte do Brasil, ao encontro do estado do Pará.

Estradas (Norte-Sul do Pará, que liga Belém à Conceição do Araguaia; Norte e Oeste a Transamazônica e a Rodovia Belém-Brasília), foram rasgadas para abrir e alargar a fronteira de expansão econômica, atrás, milhares de novos migrantes iam ocupando as terras do Sul do Pará,

onde não se semeava apenas produtos de subsistências (SCHIMINK e WOOD 2012), também novos “atores” sociais surgiam e junto novas formas de conflito social e político se configuravam, escrevendo uma nova história tecida “no exercício cotidiano e incansável de fixarem-se no novo lugar de vida e trabalho” (LOUREIRO, 2009, p.68).

Figura 5 - Destaques: em vermelho: Belém-Transamazônica; em azul: Belém à Conceição do Araguaia; em Preto: Belém-Brasília



Fonte: IBGE, 2016. Destaques do autor

Os planos desenvolvidos pelos militares para ocupação da Amazônia tinham dois aspectos que se convergiam. O primeiro foi a constatação de que as riquezas dos recursos existentes estavam inexploradas e havia um imenso território pouco habitado. Esse projeto abria à perspectiva para a descoberta de potencial “inesgotável”, “para absorver investimentos de capital e excedente de mão de obra” originários de outras regiões do país (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 101). O segundo aspecto eram os critérios geopolíticos da região. Os militares levavam em consideração a vulnerabilidade das fronteiras Amazônicas, principalmente ao Norte, por isso deveriam ser ocupadas por meio de incentivos à imigração, colonização e de incentivos financeiros. Para isso ser posto em prática os militares precisavam deslocar para a periferia do poder as elites econômicas tradicionais amazônicas e centralizar no governo federal as decisões políticas econômicas que insidiam sobre as questões estaduais, Ou seja, as decisões que normatizavam o acesso aos recursos do orçamento da União não deveriam contar com a anuência das lideranças política regional.

O resultado não foi o esperado pelo regime. Seguidos confrontos dos movimentos sociais com o regime militar, a luta pela terra, principalmente, provocada pela inversão de

prioridade do governo, que no início dava preferência ao investimento ao pequeno agricultor migrante e passou a incentivar o setor privado; a desordem burocrática, culminando com o clima político conturbado e devastação ambiental, foram responsáveis em acelerar o desgaste do projeto de militarização da Amazônia (Ibid.). Porém, não se podia deter: o capital, que não vê fronteiras econômicas e políticas, não pede passagem e se fortaleceu ainda mais nos governos pós-militarismo; e a construção das redes de seres humanos que cresciam cada vez mais, invadindo as fronteiras.

As fronteiras entre estados, Pará-Maranhão, Pará-Goiás (atualmente Tocantins), Pará-Mato Grosso, compuseram as linhas fronteiriças que convergiam constituindo-se em uma ampla interiorização da vida política e econômica, de modo que ligação norte-sul do país estava praticamente concluída na década de 1980.

Figura 6 - Mapa geográfico do Brasil. Recorte da fronteira do Estado do Pará com Maranhão, Tocantins e Mato Grosso



Fonte: IBGE/GUIAGEO (2016). Destaque do autor.

São esses fatos narrados também na obra de Jean Hébette (2004), refletindo sobre 30 anos de estudos em uma realidade de mais de 40 anos de ruralização e urbanização do espaço social, político e econômico amazônico.

Em tempo, a rodovia Belém-Brasília fora a primeira a receber os primeiros migrantes no processo de colonização nos 55 últimos anos. Inicialmente, dos anos de 1960 a 1970, Hébette (Ibid.) sugere ser a migração ainda não dirigida. Entretanto, ele dúvida que a desorganização da colonização necessariamente signifique que havia ausência de planejamento para a ocupação ou mesmo a não existência de obrigação que constringia à migração, visto que, lavradores das regiões Norte e Nordeste e Centro-Oeste do Brasil foram forçados a abandonar suas terras de

origem, mas não se pode também afirmar, mesmo em pequena escala, que não houve colonização espontânea. Hébette lembra ser a colonização, espontânea e dirigida, processos distintos e convergentes. Porque medidas políticas de Estado tendem a interferir direta ou indiretamente em toda dimensão da vida social “(...) de forma impositiva, incentivadora ou simplesmente permissiva ou omissa” (Ibid. p.42).

Figura 7 - Mapa rodoviário Belém-Brasília



Fonte: IBGE/GUIA GEO (2015). Destaque do autor.

Grosso modo, há relação direta entre os episódios: a colonização espontânea ao se expandir propiciou concentração populacional, por sua vez, as frentes de expansão e as fronteiras se “encurtam”, se integraram rapidamente à economia nacional. “Foi o que aconteceu na Belém-Brasília, com programas de incentivos fiscais, como o Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), os projetos fundiários, os planos de abertura de estradas” (Ibid.p.43)

Esses grandes investimentos abriam espaços, no geral para grandes monopólios da terra, que ocupavam os fáceis acessos ao longo das estradas abertas e pavimentadas, esse fenômeno expulsava e empurrava os pequenos agricultores para dentro da mata. Quanto mais as terras eram concentradas, mais os latifúndios se aproximavam destes pequenos agricultores no interior da floresta. Essa fricção aproximou interesses antagônicos. Os latifundiários acabaram expulsando os pequenos agricultores de seus lotes, muitos se deslocaram na direção do Sul do Pará, e em seguida muitos migrantes chegaram aos municípios localizados no Sudeste paraense,

e vão se juntar aos nordestinos que há muitos anos antes tinham se fixados, de Conceição do Araguaia a Marabá, no auge da borracha (SCHMINK e WOOD, 2012).

Figura 8 - Fluxos migratórios em direção do Sul e Sudeste paraense, Marabá – Parauapebas. Fluxos: em laranja Belém; preto Maranhão; vermelho Tocantins; azul Mato Grosso



Fonte: IBGE/EMBRACAT (2015). Destaques do autor

As formas de exploração e migração da Amazônia, apesar de terem sido planejadas, pelos governantes, têm como uma das configurações principais a ocupação territorial desordenada. Assim, havia necessidade de interpretar e elaborar novas definições teóricas que se aproximassem desta nova realidade. As questões teóricas mais relevantes giraram em torno de determinar a extensão ou os limites dos conceitos para encontrar o ponto de convergência entre o fenômeno econômico-social observado, a dinâmica dos interesses em jogo e a realidade objetiva. Esses desafios estimularam o interesse de pesquisadores, em busca de denominar com precisão se é fronteira ou frente de expansão?

Que categoria pode expressar a complexa interpretação de uma realidade em que os humanos transformam com tanta pressa? Várias foram as formas para designar uma mesma realidade, que aos olhos de diferentes pesquisadores encontravam heurísticas diferentes: geógrafos, antropólogos, sociólogos, economistas, “palpiteiros”, todos mobilizados pela sede de conhecer esta realidade singular que emanava do espaço amazônico. Martins (2012) demonstra que geógrafos diante da profusão de possibilidades designaram a marcha humana de migrantes para a Amazônia Oriental de “zona pioneira” e em outros momentos de “frente pioneira”. Os antropólogos, por sua vez, de “frente de expansão”.



A interpretação de “frente de expansão”, submetida ao rigor epistemológico de Darcy Ribeiro (apud MARTINS, Ibid.), carrega a ideia de um espaço de construção social em que a priori a terra, enquanto meios de produção, não tinha valor no processo de acumulação de riquezas. Por isso, os migrantes inicialmente não se deslocaram com intuito de ter a posse legal de terras e sim a propriedade fundiária<sup>16</sup>. Sugere então Martins que Darcy Ribeiro tratava de frente de expansão por refletir o espaço amazônico como fronteira de civilização, tendo como referências os povos indígenas e os impactos da presença de populações brancas em território amazônico, em divergência a “frente pioneira” que acolhia em sua concepção a figura do empresário, fazendeiro, comerciante, o pequeno agricultor moderno e empreendedor como explorador dos sertões que conduzia o progresso a lugares inóspitos. Então, são modos de ver a fronteira que na apreciação de Martins (2012, p.136):

(...) as ideias subjacentes às duas concepções, de frente de expansão e frente pioneira, sugerem que, apesar das aparências em contrário, elas se referem a realidades sociais substantivas, modos singulares de organização da vida social, de definição dos valores e das orientações sociais. Realidades substantivas que não foram definidas por aqueles que as empregaram. Os antropólogos quando falam de frente de expansão, fazem-no basicamente para poupar palavras na definição daquilo com que defronta o índio. Não está dizendo nada de específico e definido. Estão dizendo que sobre os territórios tribais se move uma fronteira populacional e cultura de brancos (...) se apoia essencialmente no sub entendido.

A representação teórica do refazimento contínuo da Amazônia acata as duas formas de perceber a realidade da Amazônia. Nos dois casos a migração de humanos e mobilização do capital são responsáveis pelos conflitos, o que possibilitou a aceleração do processo civilizatório, marcando de modo indelével a fronteira como fronteira da humanidade, o limite humano, e a frente de expansão, o reconhecimento da posição das várias formas de organização social que se digladiam no espaço e “tempo de conflito e alteridade” (ibid.p.141).

Ainda podemos refletir a Amazônia como uma parte do Brasil onde a modernidade se constituiu e se desenvolveu nas últimas cinco décadas sustentada pelo processo migratório. E que, os grandes problemas pelos quais os amazônidas passam também são o resultado de um longo e complicado processo de modernidade contraditória. Contraditória no sentido de que a

---

<sup>16</sup> Juridicamente “propriedade fundiária” diz respeito a posse legal da terra, diferente daquela condição em que o “posseiro” que está na terra mais não tem documentos comprobatórios. Então, o Título de posse é o documento que confere direito de uso e de cuidar do imóvel, não podendo portanto o posseiro se desfazer do terreno ou lote. O título de propriedade garante o direito de uso e de cuidar e confere o direito de propriedade. Na primeira situação o migrante se tivesse que retornar para seu lugar de origem não poderia vender a lote de terra. Como em muitos casos o migrante estava imbuído do interesse de melhorar de vida e retornar o título de propriedade definitiva lhes era mais conveniente.

migração não pode ser considerada pelas Ciências Sociais como uma sucessão de estado de mudança fundamentalmente negativa. Na verdade, pagamos um alto custo social pelas opções que a elite econômica e política da Região Amazônica fez, colaborando com a implantação de grandes projetos mineralógicos e agrários, e pela ausência de fortes movimentos sociais, que estavam amordaçados pelo Regime Militar, no período de implantação e de consolidação da política militar para a Amazônia.

Portanto, o que vimos foram marcos teóricos importantes que nos ajudam à compreender a mobilidade da força de trabalho na e para a Amazônia e permiti-nos ir mais a fundo nas teorias apresentadas, mas, sobretudo a partir delas constituir novos significados, e especificar com mais precisão a ideia de fronteira que expande o meio urbano. De modo que, a expansão econômica da Amazônia tem, nos últimos anos que correspondem às décadas de 1970 a 1980, como característica principal que a mobilidade da força de trabalho não se dirige em sua grande maioria para o meio rural, mas para o meio urbano, isso se origina da dificuldade de acesso à terra por causa dos sangrentos conflitos agrários e o aumento de projetos para o meio urbano. Segundo Becker, “a fronteira atual já nasce urbana, como uma estratégia de ocupação utilizada pelo Estado” (BECKER, 1997, p.46).

### **1.3 A migração da força de trabalho**

O capitalismo, onde quer que se instale, precisa para sustentar-se manter a exploração da força de trabalho em níveis máximo. Nesta questão tentaremos interpretar o processo de migração da força de trabalho para a Amazônia e suas consequências. Como os episódios históricos da saga indígena já são de domínio da maioria dos estudos que se interessam sobre o tema, não há necessidade de nos determos com profundidade sobre a questão, porém não é interessante deixar em branco algumas problematizações que podem nos ajudar a refletir sobre o foco desse trabalho.

A migração interna da força de trabalho na Amazônia e no Brasil não é recente. Os “brasileiros” que primeiro sofreram deslocamentos compulsórios, como força de trabalho, foram os indígenas. Com a chegada dos portugueses foram retirados de suas terras para trabalharem na coleta de drogas do sertão e na agricultura. Em diferentes regiões foram escravizados e explorados para exercerem diferentes atividades que rendiam lucro para os lusitanos.

Outras migrações internas continuaram a ocorrer ao longo do Século XIX e XX. Na década de 1950, a marca foi à migração do campo para cidade, se desenvolveu em virtude do

processo de industrialização no Sudeste do Brasil, em grande escala, e em pequena escala em outras cidades brasileiras de menor porte. Nesses dois momentos um número considerado de nordestinos se deslocou para as cidades para fugir das mazelas sociais. Esses fatos sociais fizeram inverter o censo demográfico, aumentando a população nas cidades e esvaziando o meio rural (SILLER et al, 2011).

O Sudeste paraense é parte da história também dos problemas ambientais, agrário e urbano no Brasil, que mobilizou a resistência e estudos para reescrever os destinos da Amazônia enquanto territorialidade, mas também profundamente como palco de enfrentamento étnico e social de 1968 a 1987. Nesse contexto, indígenas foram envolvidos na luta pela terra na tentativa de defender seus territórios da invasão de posseiros, grileiros, do governo que federalizava mais territórios para em seguida entregar a grandes empresas agropecuárias, aos bancos como Bamerindus e Bradesco. Emblemática é, neste ponto de vista, a narrativa que Martins apresenta em sua obra “Fronteira: a degradação do outro nos confins do mundo”:

Nestes últimos 30 anos, diferentes facções da tribo Kayapó lançaram continuados ataques às fazendas de sua região, inicialmente para rechaçar os civilizados e depois de pacificados para impedir que continuasse invadindo seu território. Em 1984, os kayapós-txukahamães sustentaram uma verdadeira guerra de 42 dias contra as fazendas e o governo, que culminou com o fechamento definitivo de extenso trecho da rodovia BR-080, maliciosamente aberta através de seu território para possibilitar futura invasão das terras por grandes fazendeiros. Nestas lutas, houve mortos de ambos os lados, verdadeiro massacre (MARTINS, 2012, p. 133).

Camponeses, indígenas, miseráveis, pobres moradores, migrados em sua maioria, foram obrigados a traçar um itinerário de enfrentamento com latifundiários que resultou em assassinatos e expulsão. É esse conflito social em ebulição que torna importante o estudo da fronteira e da migração. Há uma singularidade latente nesse processo, mas também que faz emergir uma realidade presente nos confrontos de interesses que movem as relações nos confins da Amazônia e faz com que “a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontros” (Ibid.)

A razão da integração com o outro se inscreve nos momentos em que se exige uma maior integração ao migrante por conta das exigências de sociabilidade no campo cultural e de conquistar espaço no campo político e nas relações socioeconômicas. Entretanto, os interesses ao se atritarem conduzem a uma luta de definições em campos distintos, entre eles o campo político-econômico se sobressai na medida em que a acumulação do capital é determinante ao atrair o migrante para a participação em outros campos de disputa que incluem a possibilidade de perda de identidade social. Visto que, o migrante é parte essencial no cenário sócio-

econômico-cultural Amazônico e a Amazônia é o espaço onde se relacionam distintos interesses de classes sociais e de acumulação de capital.

Mas o que significa relacionar o migrante, o cenário histórico-local e a acumulação de capital? O processo de acumulação de capital na Amazônia periférica (no sentido da divisão territorial do trabalho) não pode ser compreendido com a mesma circunstância que se apresentou nas regiões metropolitanas e nas grandes cidades. De todo modo, a acumulação capitalista depende do excedente de capital, e está intimamente relacionada ao grau de exploração da força de trabalho, e trata-se de compreender que enquanto for maior a acumulação de capital, menor é a parte do excedente destinada ao consumo individual (CEDAC, 1981). Daí se pode inferir que o cenário histórico-econômico Amazônico foi enquadrado no processo de acumulação de capital por conta das condições do seu potencial econômico, e em dado momento histórico o Estado se mobilizou para permitir que as riquezas da Amazônia fossem exploradas com o objetivo de consolidar e ampliar a acumulação de capital dos grandes consórcios nacional e internacional.

Visto que o Estado brasileiro não se interessou com projetos de longo curso para formar uma nova concepção econômica autônoma (projeto de Estado), mas sim aprofundou um certo capitalismo dependente e imediatista. Para Martins (2008, p.19), “A modernidade é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar”. Razão pela qual, o “capital”<sup>17</sup>, na Amazônia, não reservou espaço para o surgimento de uma nova burguesia moderna. Isso não significa afirmar que havia ausência de valores capitalistas na burguesia nativa. Mesmo porque os valores capitalistas já se faziam presentes por intermédio de classes sociais sem definição ideológica clara, e uma modernidade<sup>18</sup> que bloqueou as realizações que se apresentaram como possível para o “desenvolvimento” da população. Mas, contraditoriamente, isso faz parte da construção do mundo moderno.

A situação precária das relações sociais, a penosa condição de sobrevivência das populações periféricas, o subdesenvolvimento revestido de imagem de progresso - que dá a falsa impressão de evolução – continua a produzir incertezas, e os valores e mentalidades são construídas a partir dessa “modernidade acrítica” (ibid.). Assim, o capitalismo penetra nas

---

<sup>17</sup> Grandes empresas e Consórcios nacionais e estrangeiros..

<sup>18</sup> Modernidade. Este é um “conceito de contraste”. Extrai seu significado tanto do que nega como do que afirma. Daí a palavra poder aparecer em diferentes épocas com significados amplamente diversos, dependendo, do que está sendo negado e, em contraste, do que está sendo afirmado. A moderna sociedade industrial, recebeu uma análise abrangente dos principais teóricos sociais do século XIX: Hegel, Marx, Tocqueville, Weber, Simmel e Durkheim. Suas análises permanecem relevantes em muitos aspectos para as sociedades dos dias atuais (Outhwaite; Bottomore, 1996, p. 473,

regiões mais atrasadas, como o Sudeste paraense, desorganiza as econômicas pré-capitalistas e desencadeia a política de dominação às populações locais utilizando o mito do desenvolvimento econômico para atrair a força de trabalho migrante. Esta relação é parte da compreensão de que a Amazônia foi fustigada pela modernidade como forma de difundir um capitalismo irregular, mesmo porque a própria modernidade que se instalou no Brasil é inconclusa.

Vimos então, que a estrutura econômica construída com base na exploração de bens não-renováveis não legou desenvolvimento econômico que incluísse a todos amazônidas indistintamente. Além do mais, governos colocaram à disposição dos grandes grupos econômicos terras e bens, excluindo caboclos, ribeirinhos, migrantes antigos, negros de quilombos e colonos. O Estado, desse modo, assumia uma postura de excluir populações dos direitos prometidos pelo Estado liberal.

A exploração de meios ambientais e força de trabalho (qualificada ou não) construíram definitivamente parte significativa do capitalismo dependente na Amazônia. Sendo assim, os trabalhos de Hébette e Marin (2004) ao buscar a abordagem baseada na dialética capital-trabalho estruturam uma versão marxista, que leva em consideração a dinâmica do capital, nos limites do modo de produção capitalista. Essa análise atualiza a recepção ao modelo marxista que diz “respeito às diversas formas de subordinação ao capital: subordinação direta e indireta, formal e real” (HÉBETTE; MARIN, 2004, p. 115). Subordinação direta é um espaço econômico subalterno ao capital, quando o capital assenhora-se da produção; subordinação indireta são relações sociais na produção não capitalista – relações artesanais e camponesas, por exemplo.

Nessa perspectiva a mobilidade espacial e ocupacional, e a subordinação ao capital na problemática amazônica, ganham contornos maiúsculos para uma análise teórica e empírica de grande importância.

A mobilidade do trabalho é uma qualidade que o capitalismo confere à força de trabalho, com o objetivo de torná-la propensa à criação de mais-valia e para manter os espaços preparados para o capital. Justamente porque o capital é móvel e necessita igualmente de mobilidade da força de trabalho (ibid.). Por isso, o migrante se desloca motivado por melhores condições de vida, induzido por redes itinerantes que se espalham nas regiões empobrecidas. O *termo itinerante* pode significar aquele que viaja, assim como o que percorre um ou mais itinerários (AURÉLIO, 2009), o termo é empregado neste trabalho no sentido de *não-fixação*, alguém que não se apega a um lugar ou que não quer ser incluído nele permanentemente. A ideia é entender A migração que segue o itinerário das empresas de mineração. No geral a maioria dos migrantes

planejam retornar, sociologicamente isso é importante é por isso muitos sociólogos se empenham em entender o imaginário do retornado.

O capital tem a facilidade de passar de um estado para outro, de um lugar para outro causando inúmeros problemas sociais, que são marcas históricas insistentes na realidade amazônica. São relações sociais de desigualdades sociais e regionais que devem ser compreendidas mobilidade da força de trabalho e do capital, como um braço do desenvolvimento retardatário da econômica nacional e regional.

Pode-se compreender que, do ponto de vista geral do capital, não há razões para acreditar que o capitalismo dependente do Brasil, implantado na Amazônia, fracassou, ou que os grandes projetos foram um desastre para todos. A implantação de novas tecnologias, o processo acelerado de urbanização fez surgir novas possibilidades no campo das relações sociais e caso a sociedade se “empondere” das estruturas econômicas, construídas pelo capital, pode transformá-las em benefício à população.

De todos modo, as desigualdades regionais e explosão demográfica são consequências do modo de produção capitalista, com efeito, criando polos de concentração de pessoas (zonas urbanas) e polos de esvaziamento (no meio rural). A forma como a concentração e esvaziamento populacional se apresentam são variadas, dependem do momento das economias locais e regionais. Como exemplo: na região do Sudeste paraense muitas cidades antes completamente rurais sofreram rápida transformação, a economia agrária deu lugar predominantemente para a urbana. Porquanto, o que determinou o modelo econômico de ocupação dos espaços foi a decisão de especializar a produção e venda de *commodities*<sup>19</sup> na área da extração mineral, “reproduzindo dentro” da região, a “dicotomia desenvolvimento x dependência e subdesenvolvimento” no nível local (SINGER, 1998. p. 37).

Logo, convive-se na Região Sudeste do Pará com a economia em grande escala<sup>20</sup>, que exige profissionais certificados, e por outro lado, a economia de trabalho precário<sup>21</sup> que se “encontra à margem da divisão inter-regional do trabalho, fechando-se em si mesma na base da produção de subsistência, cujo excedente [...] anima a débil vida urbana e rural local” (Ibid.).

Com pouca compensação para a população mais pobre e lucros enormes das grandes empresas, a região Sudeste paraense é um polo de atração, inscritos nos fatores de mudança,

---

<sup>19</sup> Commodities são produtos padronizados, não diferenciados cujo processo de produção é dominado em todos os países (o que gera uma alta competitividade) e cujo o preço não é definido pelo produtor, dada a sua importância para o mercado. Geralmente são negociados em Bolsa de Valores internacionais, e seu valor é definido pelas condições do mercado, daí a impossibilidade de o produtor definir seu preço (dicionário informal, 2013)

<sup>20</sup> Considerado na região Sudeste do Pará: o agronegócio, empresas de tecnologia avançada para extração de minérios, siderúrgicas.

<sup>21</sup> Serviços terceirizados, ambulantes, empregados de pequenos negócios não legalizados, empregos sem carteiras assinadas.

que seduz a população das regiões em estagnação econômica impactadas pelos efeitos regressivos da economia em descenso. Nesta análise os fatores que contribuem com o processo de migração, em que o deslocamento proporciona o esvaziamento de cidades de fronteira, são consideradas por Singer (1998) em duas ordens.

Primeira ordem, os *Fatores de Mudança*: são os resultados das relações capitalistas. O Estado e o latifúndio expropriam camponeses, expulsam indígenas, parceiros e outros agricultores não proprietários; implantam grandes empresas mineradoras e agropecuárias (agronegócio) que tem como objetivo o aumento da produtividade utilizando tecnologia avançada; em alguns casos a introdução da força de trabalho similar a “escravidão”, que reduz os níveis de empregos formais.

Em segunda ordem, os *Fatores de Estagnação*: ocorrem em regiões com suficiência de terras cultiváveis, onde famílias tradicionais vivenciaram a agricultura familiar, mas encontram-se sob pressão pela ação do monopólio de grandes proprietários de empresas e do agronegócio, e esta luta persistente criam os fatores que expulsam a força de trabalho. As terras altamente concentradas e o agronegócio causam insuficiência demográfica. Porém, algumas regiões são “prósperas” economicamente e criam em seu território uma vida urbana crescente.

Os fatores de estagnação contribuem para a emigração da população considerada economicamente “ativa”, são regiões estacionárias, do ponto de vista da economia de mercado, de forma que perdem pessoas para as cidades em processo de “desenvolvimento”. Considerando o tamanho populacional absoluto, estas regiões vivem apenas de seu crescimento vegetativo, já que o crescimento populacional proveniente da mobilidade humana é insignificante. Dificilmente há deslocamentos humanos em larga escala para lugares em descenso econômico, talvez em caso de guerra.

Segue Singer (1998) afirmando que os fatores de mudança e estagnação são responsáveis pelos efeitos propulsores e efeitos regressivos. Os efeitos *propulsores* estão presentes em uma região industrializada, ou de economia em acelerado “desenvolvimento” que irradia para outras regiões circunvizinhas ou de fronteiras o seu feixe de atração, provocando migração, que aciona os efeitos *regressivos*, visto que, esvaziam as cidades em estagnação econômica.

Ou seja, os efeitos propulsores expulsam pessoas do meio rural onde são instaladas as relações capitalistas, e os trabalhadores do campo são expulsos das áreas em estagnação por “insuficiências físicas” (de terras) por causa do monopólio. Assim, os efeitos propulsores dizem respeito aos movimentos das atividades produtivas, e os efeitos regressivos dizem respeito ao movimento de seres humanos que saem de suas sociedades de origem (SINGER,1998).

O fenômeno migratório não é mera contingência intelectual, talvez os conceitos que se buscam para dar significação à realidade os sejam, por isso, a insistência em estudar o processo de deslocamento humano para a Amazônia não se encerram nas questões do cotidiano, precisam ser aumentadas as lentes para os aspectos globais para em seguida retomar novamente para relações dos seres humanos simples.

#### **1.4 A migração, capitalismo e sua dinâmica global**

Na Amazônia homem e natureza são fragmentados, por conta dos mitos ideologicamente construídos, com base na ideia da grande fronteira de possibilidades, de recursos copiosíssimos e de “pouca gente” para explorá-las, a propalada propaganda de que apenas os brasileiros não teriam capacidade de saber defender e explorar de modo “sustentável” essa imensurável riqueza.

Porém, quem toma a frente da construção do ideário e do virtuoso esforço empreendedor “são forças transformadoras geradas, na maior parte das vezes, em espaços extra-amazônicos e extracontinentais” (FERREIRA e SALATI, 2005, p. 06); forças poderosas, suficientes para exercer pressão sobre a população tradicional e aos migrantes simples. Forças que foram mobilizadas para corresponder às necessidades cada vez mais vultosas de matérias-primas necessárias para alimentar o modo de produção do atual sistema econômico globalizante.

As forças políticas e econômicas internacionais podem ser caracterizadas como sendo o exercício de pressões centrípetas para o campo de poder que obedece a um referencial estratégico, neste caso específico a Amazônia.

As ações das forças políticas internacionais dirigiram-se primeiramente para intervir nos territórios com capacidade de suprir de matéria-prima os centros de produção do capital. Como a empreitada era onerosa o mais eficaz era se interpor nas decisões do Estados por meio de cooptação política, como forma de definir os usos do território na Amazônia. Para Becker (2005), tratou-se de uma nova manobra no campo da geopolítica, ou seja, antes a ocupação era com base no constrangimento militar. Essa definição de Becker é o resultado do desenvolvimento das redes do campo de poder nos países ricos (com o fim da bipolaridade político-militar no mundo, surgiu o paradigma dos blocos econômicos regionais), que utilizaram o avanço tecnológico e o domínio da circulação planetária para escolher territórios, para então destinar recursos e aumentar a capacidade de investimento produtivo.

A Amazônia brasileira é um excelente território no âmbito da geopolítica para os investimentos do capital transnacional. Constitui-se como a mais antiga região afastada do centro do sistema mundial capitalista, com imenso potencial de riquezas, mas carentes de



infraestrutura e serviços urbanos; abriga um dos maiores setores de baixa renda da população no Brasil; o crescimento econômico é baseado na “incorporação de terras e de recursos naturais”, caracterizada como economia de fronteira (BECKER, 2005, p.72).

Retomemos algumas ideias já iniciadas para sustentar as ideias acima, no parágrafo seguinte continuaremos.

A década de 1990 é um dos referenciais para compreendermos as novas implicações política e econômica reservadas para a Amazônia. Transformações na forma e conteúdo da ordem mundial. Sugerem Ferreira e Salati (2005, p.9), que “a transição dessa mudança caracteriza-se em dois vetores de transformação regional, o tecnoecológico e o tecnoindustrial, resultante da coalescência de projetos de múltiplos atores e parcerias”. Ou seja, os projetos de ocupação da Amazônia estavam sendo incorporados de modo fragmentados, tanto pelas grandes empresas como pelo Estado, ou de instituições preservacionistas e outras organizações civis. Entretanto, a partir da década de 1990 os atores das elites econômicas resolveram tornar os projetos para Amazônia reunidos em um único propósito, principalmente para transformá-lo amplo suficiente para explorar e exportar as riquezas. Ademais, apesar dos autores (Ferreira e Salati) definirem as décadas de 1990 como referencial para aplicação de uma política que resultasse na junção dos vários projetos de exploração da Amazônia, não há dúvida de que o processo de militarização da Amazônia, na interpretação de Schimink e Wood (2012), passou a ser a primeira versão mais elaborada da “coalescência de projetos de múltiplos atores e parcerias”, projetadas pelo Regime Militar.

Do século XIX ao século XX o Estado brasileiro e suas elites econômicas preferiram a concentração de renda e a desarticulação do trabalho artesanal, no âmbito mais geral da economia, e da agricultura familiar para desenvolver-se, preferiram a “(...) fácil acumulação de capital, através de uma atividade produtiva rudimentar, altamente lucrativa que beneficiava uma reduzida elite e excluía milhares de trabalhadores direto do usufruto da renda por eles geradas” (LOUREIRO, 2009, p.44).

A obra de Loureiro acentua que a Amazônia é o espaço de territorialidade em que o século XXI é o resultado de um amplo e secular modelo exportador, moldado para ser paradigma de desenvolvimento desviante, para adaptar os migrantes e as populações tradicionais em uma trama de subordinação às regras do mercado externo.

Lembremos ainda, segundo Loureiro, o governo federal de 1973 a 1978 ignorou a crise mundial, deu continuidade à aventura dos investimentos no projeto “Brasil Grande”. Continuou com grandes investimentos na Amazônia, abrindo espaço para aumentar o nível de dependência do Brasil às grandes empresas e governos estrangeiros, principalmente aos Estados Unidos.

Os países industrializados com atividades econômicas mais organizadas não queriam apenas explorar e importar matérias-primas e semielaborados. A crise exigiu incorporar novas tarefas aos países periféricos, com o objetivo de forçá-los às exigências do processo de produção descentralizado para obterem vantagens. Isso se tornou realidade quando os países centrais decidiram refazer a divisão internacional do trabalho, transferindo meios de produção para diminuir a asfixia que a crise do petróleo, em 1979, imprimia aos países centrais. Para Loureiro isso significava avançar

(...) na estratégia de acumulação, queriam também poupar energia. Muitos decidiram transferir para os países periféricos algumas atividades altamente consumidoras de energia. É por essa razão que a grande transformação da fronteira amazônica ocorreu por volta de meados da década de 1980 (ibid.p.64).

Das “divergências” de interpretações apresentadas ficaremos com a questão que aproxima as opiniões, ou seja, a concordância de que as elites econômicas trabalharam arduamente com o propósito de desfragmentar os vários projetos de exploração das riquezas. Como consequência direta desta lógica, foi fundamental modificar o modelo de atração de força de trabalho, transformar a migração “espontânea” em “fenômeno” induzido por meio de propaganda e de migração forçada. Então, o que isso implica na análise mais geral sobre a expansão capitalista e o fenômeno migratório?

O que registramos na realidade cotidiana, nos processos locais e globais, são imprescindíveis para compreender o fenômeno migratório, porquanto, o capitalismo que nasce na Europa ocidental emigra se expandindo aos vários continentes, primeiro como forma de forjar novos mercados, depois se transporta para se firmar enquanto sistema global. Entretanto, a crise, ou o resultado da crise do capitalismo global, paradoxalmente, é o que lhe dá vitalidade para expandir-se.

Atesta-se, por meio de estudos dos vários autores, alguns já apresentados neste trabalho, que a partir do século XVI a maioria dos processos migratórios, em particular na Europa Ocidental, se expandiu por conta da ruptura com o mundo medieval. As primeiras migrações das sociedades europeias para “as terras virgens” da América foram movimentos explicados por conta das superpopulações, privações, causas políticas e religiosas que se multiplicavam em todas as regiões europeias. A partir do século XIX a consecução das revoluções ocidentais modernas fora responsável por novos fluxos migratórios que se expandiram exponencialmente rumo às cidades levando ao que conhecemos por revolução urbana. Neste caso, o sufocamento da sociedade medieval e a expansão industrial possibilitou a indução de mudanças globais, que intensificaram as interações transnacionais de extraordinária amplitude.

Nesta síntese, o fenômeno migratório é parte da dinâmica estrutural da globalização moderna, que mobiliza dispositivos ideológicos e políticos a favorecer intencionalidades específicas. Essas intencionalidades transformam-se pelo discurso intelectual em explicação rigorosa que não permite heurística, considerada por Santos (et al 2001) como a falácia do determinismo, que é uma forma de caracterizar e uma tentativa de apregoar a ideia de que a globalização é um processo espontâneo, “automático, inelutável e irreversível que se intensifica e avança segundo uma lógica e dinâmica própria, suficientemente forte para se instituir a qualquer interferência externa” (ibid, 2001, p,50). Segundo essa dinâmica a economia é informacional o que impede que movimentos externos intercedam na sua dinâmica. Não há por que apresentar subterfúgios, “a globalização resulta, de facto, de um conjunto de decisões políticas identificadas no tempo e na autoria” (ibid.).

Entretanto, ao definir o processo de globalização é necessário realizar inflexões para discutir os processos de globalização, nela podemos encontrar a sua natureza na dinâmica social atual. Por que muitos autores, como Friedman (1994), ao analisarem a notável amplitude e extensão das interações transnacionais pensaram ser uma ruptura em relação a outros processos de globalização dos sistemas de produção<sup>22</sup>?

Incoerentemente as sociedades contemporâneas, principalmente na América Latina, não se revestem de padrões precisos da modernidade, ou o que ela propôs historicamente: igualdade, liberdade e fraternidade. As definições para distinguir a atual fase das sociedades ganham variabilidade, talvez porque se forçou o descolamento na interpretação teórica, do final do século XX e início do XXI, como sendo uma ruptura com os padrões tradicionais do processo produtivo.

Uma questão é definir a mudança no processo produtivo, o que permite o avanço da sociedade, ou a necessidade que o capitalismo tem de renovar continuamente as formas tecnológicas para acumulação do capital, e outra questão, é a manutenção do modo de produção na dinâmica da estrutura do sistema. Então, o paradoxo é o que marca nas sociedades atuais os riscos, as incertezas e períodos de certezas. Momentos em que as “crises podem ser controladas, para instantes de crise profunda de natureza civilizatória, ao mesmo tempo acompanhada de uma ‘criatividade social e política radicalmente nova’, constituiria, segundo alguns autores, o cerne de uma verdadeira transição paradigmática que está em curso” (SANTOS, 2011, p.164). Por isso, assistimos a uma vertiginosa avalanche de distintos conceitos para caracterizar as sociedades contemporâneas: “modernidade tardia, pós-modernidade, segunda modernidade,

---

<sup>22</sup> Contra ponto entre modernidade e pós-modernidade, ainda em processo de assimilação e discussão sobre os pressupostos da coerência da existência da pós-modernidade

modernização reflexiva, sociedade global, globalização cultural, globalização, sociedade do conhecimento e da informação, e etc.” (ibid. p. 163).

Hespanha (SANTOS, 2011) afirma que a fragmentação da produção nos vários espaços dos continentes, que desvia a interpretação, não é uma anomalia do sistema, é a consecução da busca por eficiência e competitividade para o capitalismo conquistar novos mercados. Estes mecanismos se utilizam de um conjunto de rotinas para diminuir os custos da produção, como a externalização dos custos, o *franchising*<sup>23</sup>, a subcontratação ou a informalização “que asseguram o controle econômico dos sectores juridicamente autonomizados relativamente a empresa mãe” (ibid. p. 169).

Hespanha (ibid.), sugere que apenas na aparência o deslocamento da produção pelas grandes empresas transnacionais é uma medida prejudicial aos interesses da acumulação do capital. Há uma forte concentração de decisões na captação dos mercados e do processo produtivo, assim como, definem e controlam a fração do lucro que ficará com os países que fazem parte do elo da cadeia de exploração. Ainda para isso ocorrer é preciso que os migrantes sigam o fluxo indicado pelo capital. Vejamos.

A atualização teórica sobre migrações, em face do processo de globalização, que incluem as formas produtivas, decorre da irredutibilidade de seu caráter político, justamente porque no curso da história não há apenas uma realocação física, mas principalmente uma mudança de “jurisdição e de pertença” por parte do migrante (Ibid., 201, p. 133). Este sentido de pertencimento está presente nas migrações internas que guardam algumas particularidades (em relação às imigrações internacionais, estas sujeitas a sanção política dos Estados) em sua maioria são determinadas pelas desigualdades sociais e autossustentadas por redes migratórias formais e informais. Migrantes inter-regionais ao se deslocarem de seus lugares de origem se incorporam à sociedade de acolhimento com o seu capital social e cultural (Bourdieu, 2005), ou às sociabilidades “originais”, com seus conhecimentos prévios. Ou seja, aspectos específicos da migração e sociabilidade são afetadas por um conjunto de medidas estratégicas capitaneadas pelo Estado e o capital que se geminam para elaborar estratégias, tendo em vista a expansão capitalista, para então potencializar a exploração da força de trabalho (ibid.).

A modernidade não se configura como uma proposição construída nas sociedades não industrializadas. Para Martins (2008) há uma relação profunda entre modernidade e progresso. Confundido como oposição ao tradicional, não ser moderno no Brasil é sempre achar-se próximo ao passado, o que já nos colocaria na contramão do progresso, por isso a insistência,

---

<sup>23</sup> Consiste na reprodução de um mesmo conceito de negócio: loja, clínica, hotel, restaurante, indústria.

quando se pensa em desenvolver o Brasil, associar os planos estratégicos ao modelo de industrialização europeia, o que em princípio já anula o aproveitamento de suas potencialidades econômicas e ambientais como base para o desenvolvimento humano e social. “Seriam manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização” (MARTINS, 2008, p.17).

A questão passa em reconhecer essa condição irregular em que são elaborados as percepções e o acabamento de nossa identidade social, do trabalho, os valores e mentalidades, e da relativa crítica à modernidade, formadas pelo desenvolvimento dependente; e a maneira pelo qual lidamos com projeto de nação, inconciliável com atitudes de longo curso, ou seja, a nossa cultura do imediatismo impede que planejemos a vida social e econômica a longo prazo.

É também, como estes mecanismos penetram e se reproduzem na territorialidade amazônica, que postas em funcionamento colocam em movimento a força de trabalho? Neste sentido, pensar o fenômeno atual da migração na Amazônia fora da dinâmica do sistema capitalista enviesada os resultados sociológicos; ou pensar a migração principalmente pelo viés das redes espontâneas, sem decisões políticas, o estudo acomoda-se numa concepção conservadora. Obviamente que no final do trajeto se constitui em uma escolha do pesquisador ampliar ou diminuir o foco de visão sobre o objeto.

É fato, que as relações econômicas são as que desgarram e colocam em movimento um maior número os “grãos de areia da rocha”<sup>24</sup>, condicionando o fenômeno da migração a um fato social. Ou seja, para o migrante a escolha de se deslocar torna-se inevitável diante da possibilidade de colocar em risco a sobrevivência dos indivíduos ou do grupo familiar da sociedade de origem, são determinações “exteriores” ao indivíduo que lhe conduz ao deslocamento, sejam político-econômico-social ou sazonal. Mesmo porque, o que dá sentido ao capital para gerar riquezas são as forças produtivas. Assim, o que mobiliza o mercado capitalista a ser global e a acumulação de capital, que exige um eficiente processo de globalização, e para o capital se globalizar necessita de mobilidade humana.

---

<sup>24</sup> A seção sobre sociabilidade, neste capítulo, Sayad constrói essa alegoria na tentativa de tornar explícita a mudança radical que um imigrante dolorosamente faz para sair de sua sociedade, então trata o imigrante como um grão de areia que se desloca de sua sociedade, a rocha.

### 1.5 – O migrante: a invenção do estranho e a alteridade afetada

Para tentar buscar abrangência teórica, nesta seção, optou-se em dialogar com autores que discutem o processo pelo qual se inventa o estranho, as subjetividades afetadas, e ainda tratar da questão da desterritorialização; os aspectos relacionados à problemática da tolerância, particularmente as invenções das tradições, construídas no âmbito das relações sociais. Dentre os “estranhos” que mais sofrem assédios dos grupos sociais receptores estão os (i)migrantes e emigrantes.

O DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX (1996) definem o (i)migrante como aquele que sofre um processo de ‘aculturação’, quando se vê diante da exigência de romper com seus laços tradicionais, submerge em uma experiência de desorganização social, que pode levá-lo a um comportamento desviante e marginal, associado à (i)migração. Porém a maioria deles não está sozinha, reencontram grupos de sua comunidade no novo lugar e podem manter os laços comunitários e a coerência da organização social, onde lhes são oferecidas oportunidades, segurança e continuidade da identidade. A (i)migração, portanto, pode ser assimilada como um processo gradual, durante a qual em contato com o receptor as identidades vão mudando e se misturando sem jamais fundir-se completamente, sem no geral ser tão harmonioso.

As migrações compõem-se de um processo de integração e assimilação, mas é um processo de desagregação das sociedades de origem. A migração é um componente angular na estrutura social, pois pode ser medido tanto qualitativamente quanto quantitativamente. As migrações são marchas de transformações culturais que incide sobre o grupo de indivíduos, visto que suas normas e valores de origem se desvanecem diante dos grupos majoritários da sociedade receptora, “sem adotar os padrões da sociedade que recebe e sem se sentir aceito” (ibid. p.467). Mas, paradoxalmente, o migrante ao se misturar também marca a sociedade receptora.

Veremos que o leque a partir desse momento se abre, a alteridade e estranhamento não se constituem em natureza estática. Por isso a tarefa exigiu esforço epistemológico, e optou-se, então, em dialogar com os autores de modo a não fechar as suas concepções, mas apresentá-las de modo que nos abra possibilidade de utilizar os conceitos de modo a abarcar os capítulos de referência e do trabalho de campo.

Certamente, a questão da migração e a alteridade afetada do migrante é de uma abrangência enorme, que pode ocupar mais de uma ciência social e humana. Assim, a migração é estudada por vários ângulos e por várias ciências, destacamos: a Sociologia, a Estatística, a Demografia, a Antropologia, a Política, o Direito entre outras, o que torna difícil abraçar todas,

mesmo todas sendo necessárias. Consciente deste dilema metodológico a ciência que pode falar de si e emprestar de todas parte do conteúdo de cada uma, são as Ciências Sociais, em particular a Sociologia, razão pela qual, se precisará de significativo viés sociológico, auxiliado por quase todas as ciências Humanas e Sociais, o que exige tentar remontar o conceito de migração para a especificidade que este trabalho persegue, mas não antes de buscarmos a definição do que é um migrante ou imigrante.

Mesmo tentando amenizar os conceitos etimológicos é necessário explicitar a diferença de migrante, imigrante e emigrante. Sociologicamente estes termos quando aplicados no processo de sociabilidade perdem a eficácia, porque os que saem de um espaço ou que entram guardam os sentidos aproximados de estranhamento, ou seja, a etimologia ou a demografia falam de espaços. Vejamos: o emigrante é aquela pessoa que deixa seu lugar de origem para viver em outro lugar; o imigrante é o que entra em um país para viver nele, o que sai do seu lugar de origem para outro lugar qualquer; o migrante é o indivíduo que muda de uma região para outra no mesmo país, que entra em qualquer outra territorialidade. Objetivamente saber a diferença dos termos podem nos ajudar a compreender apenas de onde e para onde o indivíduo se desloca, mas não sabemos de imediato os motivos que os leva a se deslocar. São esses motivos que interessam neste trabalho, por isso utilizaremos migrante e imigrante, não como sinônimos, mas como idênticas subjetividades afetadas.

O modo pelo qual as subjetividades são afetadas, no confronto com o outro no curso do deslocamento e fixação dos migrantes, importa compreendermos o processo de construção e desconstrução de identidades, por meio das tradições inventadas, aonde se estabelece o estranhamento com o outro, nas relações sociais que moldam novas sociabilidades na sociação conflituosa entre interesses dos que recebem e dos que são recebidos. Essas sucessivas mobilidades de seres humanos se constroem e se intensificam ao longo da história da humanidade.

Junto com a mobilidade de pessoas e mercadoria, ideias, imagens e até mesmo indústrias circulam. Essa mobilidade intensa causa estranhamento nas pessoas, ou como define Santos (2002) em sua obra “A natureza do espaço”, impele a desterritorialização dos indivíduos. A desterritorialização no primeiro momento é um paradoxo da alteridade, ou, de outro modo, é o momento em que se processa a “desculturização” que é, com outras palavras, o estranhamento. De maneira que para Silva (et al, 2011) o estranhamento é uma ação dos atores, ou sujeitos sociais, estabelecidas nas relações de conflito e de interconhecimento, uma vinculação ambígua, indeterminada no seu desenvolvimento e conclusão.

Assim, o migrante (o estranho) se pergunta: como devo me relacionar com pessoas que não conheço, se amigos e inimigos da comunidade ou sociedade a que pertencemos nos são habituais? Em contato com o outro, aos poucos, aprendemos que o que marca a relação face a face é a imprevisibilidade, a diversidade incógnita que deixa pendente “qualquer avaliação apriorística” (ibid. p, 452), que restringe a percepção da confiabilidade social. O encontro com o estranho exige tolerância e resignação, porque o processo e o resultado da relação de estranhamento não são plenos de êxitos antecipadamente, pois, também sugere Norbert Elias (1989), “Estamos destinados a ser tolerantes por necessidade e não por virtude, ou seja, por imperativo elementar da nossa adequação à civilização e à cultura urbana” (ibid.). Para o migrante o estranhamento vai para além do conflito de identidades, também ele é acusado de ocupar o espaço do outro e de querer tornar sua situação transitória em permanente.

O migrante ao se refazer do espanto (com a presença do outro), ao saber que a situação transitória virou permanente, submete a ideia de futuro a partir da nova realidade, da sociabilidade vista como uma troca vivida, daí o migrante reaprende aos poucos, sai da ignorância para assim buscar novas formas de sobrevivência. Mas, antes que a nova vida se reordene para o migrante, mesmo quando a conjuntura econômica é mais favorável, ele é de um tipo sem lugar, deslocado, sem classificação; nem cidadão, nem estrangeiro “mentalmente do lado do mesmo, nem totalmente do lado do outro” (SAYAD. 1998. p.11).

Nos aspectos gerais, o deslocamento de seres humanos de uma região para outra, é um fenômeno que dista desde os humanos primitivos, com dinâmicas nem sempre relacionada a processos econômicos conturbados, mas na maioria as migrações são narradas como resultado de invasões, conquistas, êxodos, privações, superpopulações, mudanças sazonais, forçando o migrante ao estabelecimento permanente ou não em outros territórios e em diferentes sociedades. Atualmente pode-se afirmar que são poucas as sociedades que não se formaram pela integração de grupos de indivíduos e culturas que se agregaram<sup>25</sup>. Todavia, não sem antes acontecer o espanto com a presença do diferente, a partir daí a força da tradição e dos costumes da sociedade receptora espargirá toda ordem de mecanismo associados à falta de alteridade. No estranho caberá a negação da coletividade receptora, pois ele é alguém que com seus costumes negará a tradição e os costumes do outro, por isso o migrante é recebido com estranhamento, pois, nem o migrante, e nem o receptor tomam consciência que o seu estranhamento é o resultado da suas sociabilidades inventadas. As divinizações de seus atributos de suas

---

<sup>25</sup> Aprofundaremos mais no segundo Capítulo, que uma crítica a teoria da migração.



identidades são invenções que determinam os limites das ações do indivíduos (HOBSBAWM, 2012).

Entretanto o termo cientificamente aceito de “tradição inventada” guarda sentido amplo, porém não indefinido. As tradições são os resultados de construções formalmente institucionalizadas, com relatório de surgimento, ou as que surgem sem que se consiga estabelecer um período limitado em um tempo determinado, com regras fechadas ou abertamente aceitas. Tradição inventada são práticas de temperamento simbólico para fixar determinados valores e modelos de condutas por meio da repetição. A relação que se busca é uma continuidade, muitas das vezes artificial, do passado com o presente. As tradições inventadas são reações às mudanças. Sendo assim, o migrante é uma ameaça à tradição, em alguns casos, e na maioria dos casos uma ameaça aos costumes.

Hobsbawm (2012) diferencia as “tradições inventadas” dos costumes para que não haja sobreposição conceitual ao se analisar os fatos sociais nas relações cotidianas. As tradições são identificadas pelas suas condições invariáveis, cujo presente exige práticas fixas, exercidas no passado, através de repetições. O “costume” tem dupla função de impulso e condução dos indivíduos nas sociedades. Interfere pouco nas inovações, apesar de sempre dar o parecer imbuído da sanção do antecedente. O “costume” não pode ser invariável, porque é o fator da mudança, mesmos nas sociedades tradicionais a sua decadência modifica a “tradição”. Consequentemente, “tradição” tem a função de cristalizar repetições simbólicas e o “costume” são convenções ou rotinas nem sempre constituídas de rituais importantes. De fato, é compreensível que práticas sociais muito repetidas podem se normatizar e gerar algumas convenções e rotinas para facilitar a transmissão do costume.

Essas alterações nas tradições e costumes são necessárias para ajudar a compreender o migrante no “novo” social do qual ele mesmo, seja por vontade ou por indução, se incorporou, quando decidiu se desprender da “rocha” onde estava ligado às suas tradições e costumes. Esta atitude aparece nas concepções de Geertz (2008), na obra “A interpretação das culturas” ao interpretar Max Weber, para quem o conceito de cultura não aparece como sendo algo meramente imposto aos indivíduos, mas que a atitude do migrante e dos indivíduos receptores se configuram certo “mimetismo” e ações semióticas, porque “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (p.15).

Porém, as concepções de Geertz sustentadas em Weber, não inclinam em suas considerações os aspectos da luta de classes. O estranhamento é o resultado de fatores “interacionistas” como também o universo social é uma luta no campo ideológico de diferentes segmentos de classes. Este é outro prisma sustentado no “poder simbólico” de Bourdieu (2005),

para quem os indivíduos e sociedades estão envolvidos em uma luta simbólica, que cerca os espaços de poder, na definição de Bourdieu campo de poder, e as classes sociais envolvidas em contradições ideológicas lutam para imporem suas concepções de mundo, sem que isso, a priori, seja planificado em pranchetas de engenheiros sociais. O campo da luta simbólica é o campo de produção simbólica no microcosmo da luta de classes. É certo que os homens constroem as suas teias de significado em que ele mesmo se emaranha, e que as teias não são confeccionadas do mesmo modo para todos os membros das sociedades. São estas formas diferentes de construir relações sociais que estruturam modelos de significados diferentes.

Desse modo, os signos e símbolos são significantes nas relações sociais e é a aceção de construir um mundo possível de se viver, tendo a sua solidez mantida pelas redes de relações por meio dos costumes e normas. Na relação imediata muitos dos significados não estão assegurados a priori como significantes, ou seja, à relação social é expressa de forma aberta entre o migrante e o receptor. Justamente porque o contato que permite o acabamento político-ideológico nem sempre se faz presente na luta por espaços no campo político-sociais, em que necessariamente o estranho, o outro, muda de papel conforme os interesses em jogo.

Na análise de Bourdieu (ibid.), as ideologias no campo das lutas simbólicas, e as lutas simbólicas no campo do controle social, ganham contornos de uma sociodicéia, uma aventura sociológica, uma luta de conquista em que o receptor precisa inventar o estranho, com o objetivo de iniciar a negociação com vantagens. Os indivíduos que chegam se não tiverem força seja política, ou ideológica, sempre estarão em desvantagens no momento de negociar os espaços na sociedade.

Para dar conclusão à crítica iniciada, a sugestão de Bourdieu é que as ideologias são duplamente determinadas, estão presentes nos interesses de classes gerais e específicos no campo da produção e da luta política. Reduzir a negociação dos espaços apenas as suas características específicas, quando não se define o campo de luta, é superestimar a produção ideológica como “totalidades auto-suficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiologia)” (ibid. p, 13). Outras interpretações sobre o estranho e o estranhamento, ganha uma sociodicéia diferente, o que não significa contraditória, nas observações, por exemplo, de Sayad.

Sayad (1998) compara o (i)migrante, um estranhado, a um grão de areia, preso a um turbilhão que o arrancou da rocha mãe (da sua sociedade e de sua comunidade de origem). Na sociedade moderna a economia monetária é esse turbilhão que força o migrante (grão de areia) a desgarrar-se de sua sociedade-comunidade (a rocha) e o transporta para as primeiras fabricas que os atraí e se oferece para comprar a força de trabalho do (i)migrante.

Com o tempo o (i)migrante percebe que o turbilhão que os tirou da agricultura tradicional, transportou-lhe para outro campo econômico, a indústria. Mas, se passar o turbilhão talvez não consiga retornar porque a “rocha” de origem já não é a mesma ou não existe mais.

Sayad (ibd.) faz uma excelente descrição do (i)migrante da modernidade para encontrar a definição conceitual. Guardadas as devidas especificidades que levam pessoas a se deslocarem de seu lugar para outro, no geral pessoas deslocam-se em busca de sobrevivência, ou seja, são aspectos econômicos (necessidades e rupturas de laços tradicionais) que conduzem levadas imensas de pessoas a desgrudar-se da sociedade-comunidade.

Considera-se que o migrante só é percebido quando se constitui em um problema, em ocasiões históricas excepcionais pode vir a ser aceito momentaneamente. Quando o migrante se constitui em um problema causa estranhamento ou mal estar, alimentado pelo embaraço de ter saído de sua sociedade de origem e torna-se um “incomodo” na sociedade receptora. De certo que os problemas do migrante são mais graves em países que vivem em momentos históricos de crise econômica, aí se vê o migrante como estorvo. De todo modo a sua condição, mesmo quando a conjuntura econômica é mais favorável é de um tipo sem lugar, deslocado, sem classificação; nem cidadão, nem estrangeiro “mentalmente do lado do mesmo, nem totalmente do lado do outro” (ibd., p.11). Ou seja, entre o Ser e o não-ser social. Essa situação nos obriga a repensar inteiramente a legitimidade da cidadania, ou os seus fundamentos.

Alguns ensinamentos fora da nossa realidade são importantes para entender esse Ser e Não-ser social. Sayad (ibd.) escreveu sua obra em um momento crítico da Argélia. Colônia da França, os imigrantes argelinos viviam em casas nas franjas das cidades, com empregos precarizados, mas os imigrantes consideravam a França como a única porta para sair de seu país dominado e se livrar dos constrangimentos impostos pelo colonizador francês. O argelino queria deixar de se sentir estrangeiro em sua pátria, um perseguido político, paradoxalmente, um não cidadão; parece ser o extremo de se sentir longe e perto do seu lugar, ou uma certa carga de falta de pertencimento, por isso, a França poderia ser a porta aberta onde se exercia o contrassenso de não ser perseguido no solo do colonizador, mas, para quem desejasse ficar encontraria sérios obstáculos se quisesse se incorporar aos movimentos de libertação argelinos.

Porém o tempo se encarregou de punir os contemporâneos de Sayad, não mais com as torturas em porões. A acolhedora França, os franceses, julgaram os imigrantes um tipo sem lugar, desclassificados, nem cidadão, nem estrangeiro. Mesmo porque depois dos conflitos colonialistas, com o passar dos anos, o imigrante argelino deixou uma leva de filhos nascidos na França, sem ser franceses de identidades, sem direitos. Em Paris, 10 de maio de 1968, na Quar-

tier Latin milhares de jovens lutavam contra o modelo social tecnocrático do capitalismo fordista. Mas, o movimento mais emblemático dos imigrantes e principalmente de seus filhos e netos foram às revoltas de outubro a novembro de 2005. Este movimento foi essencialmente de jovens de escolaridade baixa, que moravam nos subúrbios, netos e bisnetos de imigrantes das antigas colônias francesas. O drama destes jovens surgiu junto com a crise estrutural do socialismo e do capitalismo, as novas formas de racismo, o avanço da nova direita e os problemas urbanos do século XXI. Os jovens queriam ser tratados como franceses reconhecidos por terem nascido na França; não queriam apenas direitos econômicos e sociais, mas também cultural; queriam deixar as margens do subproletariado para se tornarem legítimos cidadãos, que já o eram, mas forçar o estado a reconhecê-los (COSTA, 2008).

Essa ilustração não tem o objetivo de aprofundar o estudo dos movimentos apresentados, mas o propósito principal é traçar um caminho que conduza a compreender os aspectos globais do processo de migração (e imigração); e, como durante o percurso deste trabalho deve-se esgrimir com os conceitos gerais que geram os conceitos particulares, o inverso também é verdadeiro, do fenômeno da migração na Amazônia e singularmente no sudeste paraense. Desse modo, é coerente que se siga analisando um pouco mais os conceitos de imigração de Sayad (1998), que parecem se ajustar aos conceitos de sociabilidade e alteridade na discussão sobre a migração.

A partir deste instante trataremos de migração e não de imigração, contudo se houver necessidade de retomarmos o termo imigração o faremos apenas por questão de forma, porque nos fundamentos a sociabilidade e a alteridade são afetadas em ambas as definições. De outro modo, fica claro que não nos caberá tratar de todos os fenômenos de imigração ou migração, talvez apenas de passagem. As definições de migração terão como foco a migração da força de trabalho. O objetivo é buscar a coerência com parcela do objeto de estudo proposto, a migração do trabalho desqualificado para o sudeste paraense.

No exemplo que discorremos, sobre os movimentos na França podemos detectar que há uma repercussão prolongada do deslocado e sem classificação imputada ao imigrante. Do mesmo modo, o migrante, ou a definição de migrante, sofre uma dupla contradição: não se consegue compreender se a situação do migrante é um estado provisório que se quer prolongar indefinitivamente; ou é uma situação duradoura, mas que se quer viver num intenso sentido de provisoriedade. A condição provisória do migrante interessa-lhe por conta do caráter hostil da sociedade receptora. Passa o migrante a tentar convencer-se da provisoriedade da sua situação. Porém, a contradição está na sua condição praticamente efetiva. Ou seja, a provisoriedade do

migrante está apenas na teoria, porque, na maioria dos casos, de fato a situação é definitiva. É o que demonstra a experiência histórica de imigrações (SAYAD, 1998).

A dupla oposição recíproca se instala na medida em que para os receptores dos migrantes a condição de estrangeiro já indica a provisoriedade, quando lhe é negado o direito a presença reconhecida como permanente. Mas quando o ciclo econômico se expande a força de trabalho migrante permanente é aceita. Regiões que sofrem picos de expansão econômica são “consumidores” vorazes de força de trabalho migrante. Neste caso, o que ocorre, simultaneamente, é que os migrantes dividem a ilusão coletiva da permanência na sociedade receptora, alimentados pelo meio do discurso da necessidade ou da condição indispensável do migrante para a economia, ou até mesmo a acentuação da necessidade da migração para regiões com pouca ocupação demográfica.

A maioria das sociedades receptoras de migrantes ressaltam as vantagens da utilidade da força de trabalho migrante para a economia. Como modo de agradecimento, exalta-se o direito de continuar como migrantes, porém no primeiro sinal de agravamento das condições econômicas a força de trabalho migrante transforma-se em parasita, e são acusadas de serem responsáveis em elevar os custos sociais. Toda ilusão coletiva se desfaz no primeiro obstáculo, mas antes se acreditava que o migrante tem o seu lugar permanente na sociedade. Qual lugar? “Um lugar à margem e na parte inferior da hierarquia social, é verdade, mas um lugar duradouro”. (Ibid, p.47).

As sociedades receptoras deixam marcadas claramente a provisoriedade do migrante, quando ao instalá-lo permitem-lhes apenas as residências provisórias, “trabalhador pobre, só pode ser alojado pobremente” (ibid. p.78). Mas isso faz parte de tornar o permanente em provisório, ao perpetuar as condições paupérrimas do migrante. A consequência é que, ao não ter outra saída, e nem mesmo à condição do retorno às origens, estarão sempre com um “pé” na sociedade receptora, e o pensamento no retorno. Por que o migrante só pode ser alojado em locais precários?

O imigrante só pode ser alojado em regime de emergência. É certamente por causa dessa “emergência”, mais do que por algum outro limite técnico (preço, ausência de legislação nesse sentido, normas e condições impostas por regulamento de financiamento da habitação social etc.), que as únicas formas de habitação colocada à disposição dos trabalhadores imigrantes, aliás quase sempre em troca de pagamento de um aluguel, pelos patrões e muitas das vezes também pelas associações de proprietários dos “alojamentos” (...) (SAYAD, 1998, p. 76).

As razões pelas quais Sayad afirma que os imigrantes passam a conviver, desde sua chegada em solo estrangeiro, literalmente com sua condição de não-cidadão, se baseia da condição jurídica ambígua, ou da não condição jurídica imposta ao (i)migrante, não reconhecendo a sua condição de inquilinos e todos os direitos reservados a essa categoria de morador, não há assinatura de papel, portanto, não há clausuras a serem respeitadas nem pelo morador, e principalmente ao proprietário, que pode despejar o (i)migrante a seu bel prazer, sem lhe dar o direito de ficar residindo por trinta dias, conforme as legislações.

Em qualquer lugar, no Brasil especificamente, (em países reconhecidamente como Portugal e Espanha), não se conhece que os estados tenham legislação específicas para moradias de migrantes, que haja até mesmo alojamentos apropriados, principalmente para aqueles que buscam espaço no denominado mercado de trabalho. Há albergues para turistas, estudantes, mas para o migrante deve ser raridade. Se viajarmos por toda a região amazônica não se encontrará nem uma forma de recepção acolhedora por parte do Estado, por exemplo, albergues, mesmo provisórios, para trabalhadores migrantes.

Em empresas dos grandes projetos, os alojamentos dos trabalhadores migrantes são de péssima qualidade, invariavelmente casas, ou contêineres, como nas empresas terceirizadas, onde os utensílios se limitam a uma cama, ou rede; um banheiro para indicar que ali é apenas um dormitório, não é uma residência para ficar e pensar no futuro. Essa é a marca que é imposta para definir a provisoriedade do migrante, que se desloca apenas para servir a empresas que têm atividades laborais também provisórias.

O aspecto de uma habitação-alojamento é de uma comunidade, os migrantes dividem o mesmo espaço, e nesse espaço as mesmas condições de habitação e as mesmas condições de sobrevivência, a mesma disciplina normatizadas ou não; dividem as mesmas atividades domésticas e de lazer. “Isso tudo só pode reforçar o sentimento que os imigrantes têm de sua proximidade social, de sua solidariedade...” (Ibid. p.85).

Migrantes que se deslocam, não exatamente em busca do trabalho regular, são mobilizados em busca de qualquer trabalho, não habitam em contêineres, ou casas geminadas, muito pior, no caso específico de Parauapebas, no Sul do Pará objeto desse estudo, se deslocam para as franjas das cidades, na maioria no que sobrou de espaço urbano, muitos para a beira de igarapés<sup>26</sup> e rios.

---

<sup>26</sup> Igarapé é o fluxo de um rio ou canal, que significa “caminho de canoa”, e é um termo tem origem na língua tupi, uma língua indígena. Igarapé pode ser um estreito ou pequeno canal entre duas ilhas, ou entre uma ilha e a terra firme.

Não obstante essas diferenças visíveis, os migrantes continuam sendo os mesmos sujeitos submetidos às regras e do igual tratamento social, continuam sendo indivíduos dispersos e que não se confundem. Contraditoriamente, constituem também uma comunidade que de igual modo é vista pela sociedade receptora como uma categoria homogênea e por isso tendem a querer reuni-los num mesmo espaço social, para constitui-los a uma comunidade integrada, “...apesar de tudo, (*constituem*<sup>27</sup>) um amalgama de indivíduos ou de grupo de indivíduos separados, apesar do estatuto e da condição social que compartilham...” (ibid.).

Os sentidos e definições teóricas do processo migratório guardam motivações variadas que se interpenetram. Economia, sociabilidade, política e cultura se produzem e se reproduzem no cotidiano sob novas formas de socialização. Os sentimentos coletivos são afetados na falsa percepção da semelhança dos migrantes, na verdade é uma comunidade ilusória, é nessas bases que se consolida o etnocentrismo e o espaço da vulgarização. Homogeneizar os migrantes em habitações que os guetizam é uma forma de dominação, é o ato de ferrar: para não marcar um por um, marca-se todos *com uma único emblema*<sup>28</sup>. “...isso equivale, na verdade, a estigmatizar a ausência de qualidades individuais...” (ibid.). Conhecemos e ouvimos pessoas quando querem indicar o *habitat* de um tipo de indivíduos ou de um grupo de indivíduos: quem são aqueles? São os maranhenses, ou pernambucanos. Ou por vulgarização: são os arigós, sinônimo de matutos.

Portanto, o outro, a força de trabalho migrante, é o afetado pela invenção do estranho, entretanto o receptor também afeta-se com a presença do inusitado. Mas, por quê? Porque o confronto de sociabilidades assusta o receptor muito mais do que o migrante. Porém, aquele que é forçado a perder a subjetividade é o estranho. O migrante é que tem que ser decomposto, ele é o desterritorializado, é o que vem com seus costumes para quebrar a tradição com suas convenções estranhas ao ambiente do receptor que se vê como autóctone. Por isso talvez, se somos todos resultados de processos migratórios o melhor termo deveria ser *o receptor* e não *o autóctone*.

### 1.6 A sociabilidade: “O que essa gente veio fazer aqui?”

O questionamento negativo do outro diante de outro (estranho, estrangeiro) é o indício da ausência de alteridade. “O que essa gente veio fazer aqui?” é uma síntese do estranhamento – e também é a não admissão de atritos do convívio social - e dos humores revelados pelas sociedades receptoras ao migrante desgarrado de sua sociedade. Mas o princípio do

---

<sup>27</sup> Grifo nosso

<sup>28</sup> Grifo nosso

estranhamento não está nas pessoas e sim na sociedade. Nas pessoas se revelam as multiplicidades da sociabilidade ou a carência de alteridade, porém a sociedade só se realiza nas suas diferenças e só se constitui quando variedades de interesses, contraditórios ou não, formam uma unidade. Esta, a sociedade, não se realiza fora da relação vivida do ser social. Além da sociabilidade ser um fato social, também apresenta um sentido filosófico profundo.

Entretanto a filosofia entra tarde com sua contribuição sobre o debate do ser social e a sociabilidade, visto que está mais preocupada com questões relacionadas à teoria do conhecimento, com a lógica e com a metodologia. Nas observações de Lukács (2010) as ciências do espírito esqueceram-se do seu compromisso social e não colocaram a teoria do conhecimento a serviço da interpretação ontológica do ser social, ocupada que ficou por muito tempo em assegurar “o direito à hegemonia científica das Ciências Naturais, preservada para a ontologia religiosa” (Ibid. 2010, p.33). E por que a questão do ser social é tão importante para compreender a sociabilidade? Porque, compreendido o sentido profundo do ser social verificaremos que o que dá orientação à humanização aos seres humanos, por meio da socialização, é o trabalho concreto, vivenciado, que resultará em todas as outras qualidades do ser social.

A demanda do ser humano está para o mundo do trabalho porque se relaciona à evolução da vida à política, à ação social e à práxis. A tendência filosófica que abandonou estes princípios, inspirados nas concepções renascentistas da ciência, privilegiou o indivíduo isolado, satisfeito com as ilusões produzidas no mundo moderno. Os esforços empreendidos por Lukács (2010), e outros filósofos antes dele, como Marx, resultou em superação à problemática da ontologia existencialista. Um dos principais enfrentamentos foi de encontro à ideia de que para se alcançar o conhecimento a “sociabilidade ontológica primária do homem tem de desaparecer” (ibid. 35). Aqui não se está considerando desprezível a condição orgânica. A afirmação está relacionada à condição humana orgânica, que aos poucos vai dando lugar, como primazia, à condição social.

Autores da Antropologia e da Sociologia, há algum tempo, perceberam que a sociabilidade primária constitui os fios iniciais das teias de significados que os homens teceram para se atarem (GEERTZ,1989), que são produtos da cotidianidade e ganham mais relevância do que os aspectos aparentes (orgânicos) (LUKÁCS, 2010). Considera-se nesta teoria delimitar os aspectos essenciais, a especificidade do ser social, enquanto ser vivo e de práxis, embora não se ignore os problemas gerais do ser social, que são os resultados elaborados em contínuo refazimento.

A sociabilidade é a conexão entre a as naturezas inorgânica e orgânica e a sociedade (ibid.), sabendo que estas três modelagens têm relações uma com as outras, entretanto duas são



suspensas, sem deixar de existir, pois com a sociedade surge um ser de natureza específica. Ou seja, a ontologia do ser é resultado da práxis, especificamente do trabalho.

A ontologia como produto, inacabado, da práxis empalideceu no pensamento contemporâneo. A ontologia do ser passou a ser encontrada na linguagem, na comunicação, na semiótica, menos no momento inicial da sociabilidade, “nos fatos mais simples da vida cotidiana dos homens” (ibid. p. 37). A sugestão é que só vamos encontrar representações e significados em fatos vivenciados pelos indivíduos. E ainda, este fundamento tem propriedade na medida em que nossas pressuposições e conclusões perdem força, dissolvidos na totalidade das teias que constituíram as sociedades. A proveniência das relações humanas surge da nossa incapacidade de ter um “conhecimento total de todos os componentes de nossas decisões e suas consequências -, também na vida cotidiana o ser real muitas vezes se revela de maneira altamente distorcida” (ibid. 39).

Em parte o que pensamos sobre o Ser muitas vezes são projeções que fazemos no momento da relação social inconclusa, que dissimulam a essência do ser no plano ontológico, são precipitações, silogismos analógicos, estranhas ao outro, apenas imaginadas por nós. O modo pelo qual o conhecimento intelectual pode se superar da falsa impressão, de que só existe conhecimento quando o ser social consegue se libertar do seu pensamento construído na vida primária, é a partir da vida cotidiana e, ao mesmo tempo buscar a autenticidade do ser *em-si*. E mais, simultaneamente, para ir além, submeter o domínio intelectual a permanente critério rigidamente crítico, para então generalizar exageradamente as experiências vividas no cotidiano.

Esta forma de pensar sobre a sociabilidade mostra duas tendências opostas, ou historicamente e intelectualmente opostas, de tendências verdadeiras ou falsas. A questão é que o ser *em-si* precisa ser visto na ação cotidiana para então se compreender que é nas relações humanas que se apresentam a necessidade do exercício da ideologia, com características às vezes momentâneas (assistêmicas) e muitas das vezes estruturais (própria do sistema social vigente). É por isso que Lukács afirma, que há uma forma enganosa de constituir a ideologia como “uma consciência antecipada falsa da realidade” (LUKÁCS, 2010, p.38). A ideologia, não a ausência dela, é a forma como os seres humanos se conscientizam de seus conflitos. E portanto, a sociabilidade, como forma concreta do exercício da ideologia, se constitui sendo elemento inerente às relações humanas e, principalmente da manifestação das diferenças pelos quais se constroem o estranhamento ao outro, os critérios estabelecido para a adesão ou não, por exemplo, do migrante (o outro) à sociedade receptora.

Segundo Lukács (2010), Marx não dá uma única resposta metodológica das impressões verdadeira ou falsa das ideologias, “assim, as ideologias em nosso caso podem proporcionar

tanto uma aproximação do ser como um afastamento dele [...]”. Outrossim, “Como tais ideologias, especialmente em tempos de crise da sociedade, podem se desenvolver, tornar-se verdadeiras forças espirituais, sua influência na formulação de soluções da questão teórica sobre o ser é considerável” (ibid. p. 39).

Veremos então que para muitos outros autores a interpretação sobre a sociabilidade ganha outros contornos, que não significa questionamento profundo sobre tudo que já foi dito sobre sociabilidade, porquanto a sociação está para além do ato de se socializar-se, e sociabilidade não se limita a maneira positiva, ou a qualidade de ser sociável, é preciso que se saiba de quem e para quem se exige a sociabilidade. Se os indivíduos são de uma mesma sociedade, ou grupo social, o processo de socialização tem como objetivo cativar o indivíduo para que o mesmo aceite as regras de convivência, aqui a sociabilidade só aceita os conflitos que gerem continuidade da tradição. A sociação é a forma pelo qual necessidade de se agrupar, que está presente também em outros animais, se combina com a extensão histórica do ser social. Nesta visão mais ampliada, a sociabilidade tem alcance histórico que em outras versões ganha acentuação maior os aspectos que dão sentido à permuta entre os indivíduos e que as ações tenham sentido possíveis de serem compreendidos, ou seja, compreender as motivações da ação social dos indivíduos em inter-relação.

Para Simmel (2006), antes de definir o conceito de sociabilidade, deve-se intermediar dois conceitos, forma e conteúdo, como possíveis diferenciadores de sociabilidade em sociedades não semelhantes. A ideia é que a sociedade não é vivenciada em seu sentido genérico, é a ação recíproca entre indivíduos que sugere certas finalidades, por exemplo: instintos, interesses, objetivos, jogo e doutrinação. É o ser humano em uma relação de convívio, “de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro em um estado de correlação com outros” (Ibid, 2006, p.60), são relações mútuas de estímulos a causa final que forma uma unidade a fim de moldar as sociedades.

A sociação<sup>29</sup> é, ao mesmo tempo, o conteúdo do que permanece no indivíduo e tem existência material (forma) em toda extensão histórica, e o interesses, condicionamento psíquico (conteúdo). Segundo Simmel (2006), a vida se ocupa dessas motivações que não tem natureza social como a fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou resultados da inteligência, não são por si só sociais, se transformam em fatores de sociação

---

<sup>29</sup> Conceito, em Simmel, de "sociação" nomeia as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam, por meio de interações sociais e as relações de interdependência não representam, necessariamente, a convergência de interesses entre os atores sociais envolvidos.

quando a simples vontade de agregação gera interesses, ao passo que se apresenta de inúmeras maneiras distintas e orienta-se em direção a uma unidade. Os interesses sejam subjetivos ou materiais, momentâneos ou duradouros, constroem a base da sociedade humana.

Formas de sociação só existem quando são compartilhados sentimentos e o prazer de estar socializado. A sociabilidade ao assumir sentido e consistência valoriza a forma, “a forma correta”. É a forma que permite a interação entre elementos que constroem uma unidade. Para construir essa unidade a sociabilidade tem pouca tolerância aos atritos, pois é por meio da forma, quanto mais perfeita melhor, que a sociabilidade adquire “papel simbólico que preenche as suas vidas e lhe fornece um significado que o racionalismo superficial busca somente nos *conteúdos concretos*” (ibid., p. 65).

Se compreendemos o ser humano informe e inconcluso de formas e conteúdos, seja econômico ou político, sendo membro de um grupo familiar ou profissão, não importa, ele será sempre o resultado de um preparo construído, porquanto a natureza de sua vida será “uma ideia específica”. Por causa dessa natureza específica, a sociabilidade perante o outro, para ser compreendida, não deve ser vista como um elemento formador, e sim o momento formal, superficial e mediador.

Toda sociabilidade é democrática, porém o caráter democrático de toda sua estrutura só pode ser realizado no interior de um estrato social, “já que, muitas vezes, uma sociabilidade entre membros de diferentes estratos sociais se torna algo contraditório e constrangedor” (Ibid., p.69). A razão desta afirmação é que a democracia da sociabilidade “é *um jogo de cena*”, a sociabilidade cria um mundo ideal, um momento ideal, a satisfação do indivíduo está totalmente atrelada à felicidade do outro.

Estas concepções podem nós proporcionar interpretação da realidade para qual se escolheu o objeto concreto para análise. Isto é, as incoerências das sociedades modernas são os efeitos causados pelo processo formação das estruturas econômica e social. Incoerente porque não é contraditória, é inerente à sociedade capitalista que a sociabilidade seja afetada, e que os processos de deslocamentos causem os estranhamentos entre migrantes e receptores. Vivemos em sociedades desiguais, individualistas, consumista e que não aceitam a variabilidade cultural e social, isto porque as especificidades das concepções sobre o tema são amplas e variadas. Vejamos como podemos aplicar a interpretação sociológica da realidade no espaço territorial e histórico relativo da Amazônia.

Ao trata-se de observar a sociabilidade do migrante na Amazônia, não apenas na relação de passividade, ou na sociabilidade em que os envolvidos pertencem à mesma sociedade, mas principalmente a do migrante, apesar das condições adversas, a ação do migrante ao se deslocar

ele renova a história por meio de sua atitude como agente ativo de seu destino ou é conduzido por um projeto inacabado, frouxo, dependente de outras elites econômicas, sejam estrangeiras ou nacionais, isso é o que permite a reinvenção da territorialização e possíveis resoluções de novos problemas no campo político, econômico e social.

Os dados elencados nas primeiras seções deste primeiro capítulo, e ao longo do trabalho, nos mostram uma realidade em que os problemas são parte de um contexto de numerosas possibilidades, e os princípios da modernidade é que conduzem novas ideias, contrárias ou não, sejam as que afirmam a fortaleza ideológica, ou que desnudam as fragilidades da modernidade enquanto sistema social inacabado.

Observar a sociabilidade do migrante no contexto de uma sociedade encrostada na modernidade, “neste tempo de modernidade, numa sociedade de modernidade frágil como a nossa sociedade brasileira” (MARTINS,2008, p.09) é buscar a incoerência como suporte na construção da vida cotidiana do migrante.

Se está clara a falta de coerência das sociedades modernas, repartida em vários “mundos”, que provocam: a inautenticidade das frágeis relações sociais; a inépcia da construção histórica da sociedade brasileira, e conseqüentemente da sociedade amazônica, que colocam em oposição, o moderno e o tradicional, somos levados hipoteticamente a pensarmos que devemos relegar o passado em detrimento do moderno, considerado como o futuro ou o único caminho viável para o “progresso”. Logo, está contido nesse raciocínio a ideia de que a sociabilidade é a manifestação do tradicionalismo, é a demonstração irregular e derrotada “de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização” (ibid., p,17).

Para Martins (2008) a anomalia da sociedade moderna brasileira está contida nela mesma, na sua inconclusividade. A nossa experiência é a típica sociedade moderna a qual não vive sem as mazelas produzidas em seu interior, porém, teoricamente não faz parte do universo da modernidade, pelo seu atraso econômico, político, social e cultural, comparada a sua matriz europeia, e pelo seu grau de dependência, a crítica ao moderno.

Como afirmado antes, a mediação da sociabilidade se dá em um terreno escorregadio. A multiplicação do capital é a forma racional da modernidade, que se instalar na vida social e na moralidade, impõe “o sujeito posto como estranho em relação a si próprio” (ibid.). A trama cuidadosamente construída entre os sujeitos é relegada, e não é incorporada na história de suas sociabilidades, porque essa é a trama do capital que assume a postura de desenhar os contornos mais salientes da vida cotidiana, relegando o sujeito para o segundo plano. Ou seja, A diversidade dos repertórios sociais e econômico do homem comum, é amalgamada nos

interesses do capital para servir como ingrediente superlativo para manter as tradições do poder pessoal e do clientelismo político.

A sociabilidade não é apenas um exercício da vida cotidiana, também é como um conceito mais amplo sem negligenciar a vida do homem simples. A vida cotidiana está geminada aos resultados que a sociedade moderna produz e principalmente aos reflexos das possibilidades de mudança estrutural da humanidade, contraditando com a descrença na história, resistindo à criação intelectual da renúncia de que o homem é o senhor de sua História (MARTINS,2008).

Para alguns, a impossibilidade de mudança da humanidade colocou o estudo da vida cotidiana em um abrigo de um futuro improvável, se isolou-se a sociologia dos seus aspectos gerais para tratar tão somente da sociologia do detalhe. No fundo essa é uma concepção que fratura o raciocínio sociológico, acentua o ceticismo que acredita na resistência da sociedade capitalista às transformações e na sua autorregeneração. Isto é, o estudo do cotidiano tornou-se o encosto de uma concepção desprovida de sentido, onde a economia é apenas uma forma de relação social em que se manifestam dádivas sem relação direta com necessidade, ou trocas desprovidas de racionalidade. O estudo do cotidiano tem existência com o estudo do homem simples, “O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento, mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social” (MARTINS, 2008, p,54)

De todo modo, “Se a vida de todo dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano” (ibid., p.52). É porque, na vida de todos os dias é que se constrói a sociabilidade na negação das tradições, costumes e as inovações, a territorialidade (cultura, a política, o espaço e o tempo), são os desafios do pensamento sociológico.

Assim, esse é o ser humano que em algum momento se distingue dos outros membros das sociedades receptoras, como veremos, em Parauapebas, é o estranho inventado, e por condições sociais específicas, esse esquisito singular, mesmo que tenha vindo de vários lugares do Brasil será sempre um maranhense, sendo eles em sua maioria pobres terão a sua sociabilidade afetada nos espaços de negociação da territorialidade. E a pergunta se encarregará de colocar o migrante em seu lugar: “O que essa gente veio fazer aqui?”

## 1.7 – Mobilidade da força de trabalho “desqualificado”

Como a questão da mobilidade da força de trabalho já foi (e será) analisada com persistência, nesta seção procuraremos discutir algumas variações do conceito de trabalho desqualificado. Utilizaremos o termo trabalhado no artigo de Manfredi (1998), por se tratar de uma visão ampliada do termo atualizado para a realidade brasileira.

Manfredi (1998), destaca que as mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho, colocam novos desafios para interpretar as questões relacionadas à formação profissional, das relações entre trabalho, qualificação e educação. Estas questões fazem parte de vários campos de estudo preocupados com as mudanças em desenvolvimento. Qualificação, competência e formação profissional transformaram-se em uma batalha crítica de significados. Destaca-se que as expressões qualificado e competência estão inseridos em campos diferente de conhecimento. O termo qualificação para o trabalho é estudada metodicamente pela sociologia; enquanto o sentido de competência tem seus estudo fundamentado pela psicologia e educação, associada a capacidades e habilidades.

Nos concentraremos nos significados de qualificação. O termo qualificação se aproxima da ideia de preparação em “capital humano”. Sugere Manfredi (1998, p.04) que a expressão “formação de capital humano”, empregada por Harbison, significa o processo de formação e incremento do número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento político e econômico de um país”. No Brasil a lógica da qualificação é compreendida “...como preparação de mão de obra especializada (ou semi -especializada), para fazer rente às demandas técnico-organizativas do mercado de trabalho formal”.

Há noções de qualificação que tem como referência a produção e a organização do trabalho, desse modo a força de trabalho deveria se adaptar aos modelos gerais de produção para ser considerada apta para exercer funções na organização e produção. Destacamos os modelos: tayloristas, fordistas e toyotismo.

A noção marxiana leva em consideração a concepção social da qualificação, ou seja: “Em Marx e nos autores contemporâneos de tradição marxiana, as concepções de qualificação têm sido construídas tomando-se o trabalho como eixo articulador das noções de qualificação/desqualificação.” (MANFREDI, 1998, p. 07).

O trabalho “desqualificado”, na visão marxista, está associado a organização do trabalho que aliena e fragmenta por meio da divisão entre trabalho manual e intelectual (execução e concepção). “Essa divisão não tem nada a ver com a divisão entre funções mentais e físicas do

organismo humano, tomadas no sentido puramente abstrato”, inclusive, “Nenhum trabalho é tão completamente rotinizado que possa ser executado sem que se tenha alguma forma de organização conceptual. Da mesma forma, todo trabalho mental envolve alguma atividade corporal, a qual é, em muitos casos, um aspecto vitalmente importante desse trabalho” (ibid.)

Já do ponto de vista do capital a fragmentação é extremamente necessário que haja no processo de produção a hierarquização e a disciplina para punir. A desqualificação, porquanto, é de natureza do capital, “..porque este trabalho deve ser executado à velocidade máxima e com o mínimo de "porosidade" e porque o capital quer força de trabalho que seja barata e facilmente substituível. É bastante difícil explicitar o que é essencial à noção de desqualificação” (Ibid., p.,08).

Vejam os por outro ângulo, tomando por base os aspectos socio-culturais (identitários).

Por outro lado, como vimos, no campo cultural se inventa o estranho para desfigurar os indivíduos de suas identidades, o migrante é um estranho desclassificado, e a sua força de trabalho, negociada nas relações sociais e do trabalho, é destituída de capacidade para melhores funções e para o trabalho melhor remunerado. Com isso, o receptor quer diminuir ou eliminar a capacidade de “empregabilidade” do migrante. O espaço na vida econômica para estes, em sua maioria, lhes é reservado a informalidade. Essa luta de interesses é geradora de tensões pelos espaços de trabalho, porém, nem o Estado e tão pouco os movimentos sindicais e sociais têm se ocupado com a problemática dos ressentimentos causados pelas disputas do mercado de trabalho. De todo modo, a classificação da força de trabalho é um artil das empresas capitalistas que muda-o conforme o contexto do capital. Quando não há crise econômica o migrante é extremamente necessário, mas em dado momento a força de trabalho é certificada para se diferenciar dos outros não certificados. O receptor na luta por espaço transforma os migrantes em “desqualificados” para exercerem determinadas funções específicas. Essa denominação é obra das tensões entre os vários interesses em jogo na ocupação dos frágeis espaços sociais e principalmente do chamado mercado de trabalho.

Veremos então que o “desqualificado” na verdade é uma modelagem em que se associam fatores de negatização do estranho com a tragédia política e econômica reservada para os confins da Amazônia.

Ou seja, a “desqualificação” da força de trabalho migrante é uma categoria inventada como o é o entendimento do trabalho informal e a capacidade de empregabilidade da força de trabalho. Ao categorizar a força de trabalho migrante como “desqualificada” implica em buscar a representação social do perfil do trabalho na região do Sudeste paraense e englobá-lo no processo de construção política, social, cultural e econômica da Amazônia, que foi iniciado neste

capítulo, e reconhecer no trabalhador migrante o perfil da “natureza” do trabalho que trazem consigo. Esta premissa se justifica do mesmo modo em que é imerso no debate da Sociologia do Trabalho, nas décadas de 1960 a 1980, a noção de informalidade e empregabilidade. Diferente daquela, o conceito de empregabilidade se aproxima eminentemente da noção de trabalho desqualificado.

O termo empregabilidade foi, no argumento de Silva na obra organizada por Santana e Ramalho (2003), uma tentativa de criar um modelo para definir a condição em que o trabalhador está apto para às “chances” abertas no mercado de trabalho, a sua adaptação aos modelos de produção, e gestão, e as condições da oferta em relação com a desregulamentação jurídica do uso da força de trabalho, qual seja, a “flexibilização” da contratação. O que está em jogo? São os limites e a rapidez com que a força de trabalho se integra na continuidade e na descontinuidade em relação às mudanças de gestão, do emprego e da introdução de novas tecnologias no mercado de trabalho, e, principalmente, das novas formas de acumulação do capital.

Entretanto, este debate é encoberto por tons cinzentos de uma ideologia que tenta negar os conflitos inerentes aos desequilíbrios estruturais do sistema político e econômico. Por sua vez, se o trabalho formal fica escasso a tendência é que a força de trabalho migrante vá para a informalidade.

Então, porque não há vagas? Não é porque o mercado ficou “exigente”, é que às empresas não querem mais se responsabilizar pela qualificação da força de trabalho. Por isso, o termo empregabilidade, ganha, na ilação do título da tese, emprestado do comentário de membros das sociedades receptoras de migrante, de força de trabalho “desqualificado”, e ou “o que essa gente veio fazer aqui?”, sentido linguístico e significado real na luta por espaços de trabalho.

Apesar das explicações iniciais do termo desqualificado, não é demasiado reafirmar que a primeira vista o título parece ser um manifesto desmedido. Tratar a força de trabalho sem certificação como desqualificada soa a um apelo xenofóbico de quem nega a importância da força de trabalho migrante e seus saberes. Porém, é verdadeiro que a integração do outro é o avesso do que se espera de uma inclusão solidária.

Neste caso, é necessário demonstrar que o solidarismo não tem sido uma prática estratégica da política estatal ou do movimento dos trabalhadores urbanos e rurais em recepcionar o migrante, principalmente em cidades de menor porte em acelerado processo de urbanização como o caso de Parauapebas. E, por outro lado, o insipiente desenvolvimento da indústria tem contribuído para diminuir a possibilidade de estruturar a verticalização da economia, porquanto o trabalho precarizado e periférico é que tem incluído no “mercado de trabalho” a maioria dos migrantes.



A questão colocada é antes assumir, como autor, papéis sociais de experimentação, se colocar no lugar do outro, seja ele migrante ou receptor. É estranho, mas é possível envidar esforço para se colocar em papéis dispare, porém é mais fácil assumir o papel de migrante, porque no fundo somos todos imigrantes, portanto migrantes também.

Jean-Paul Sartre ao homenagear o escritor Albert Memmi, escrevendo o prefácio da obra “Retrato do colonizado precedendo de Retrato de colonizador” (MEMMI, 2007), inicia-o arredondando as palavras para ser incisivo: “Somente um sudista tem competência para falar de escravidão: pois conhece o Negro (...)” (Ibid., p.25). O que se está supondo é que papéis podem ser assumidos por qualquer pessoa, entretanto as palavras só têm dramaticidade se contadas por quem realmente se enfeixou em sofrimento ou alegria.

O retrato do colonizado ou do desqualificado é uma criação “mítica”. A existência do qualificado, inventada pela empresa capitalista, portanto pelos seus ideólogos, propõe a imagem do desqualificado, que é uma falácia para justificar o próprio modo de ser do qualificado, sem isso o capitalismo colocaria em risco o conjunto da obra, ou parte significativa do sistema do mercado de trabalho. É como tonar realística a perspectiva de assumir ser, sem realmente ter experimentado diretamente e profundamente as rejeições sociais. Então, para escrever esta seção é preciso assumir a condição de viajante, sendo um escrivão da realidade social, é uma possibilidade.

No papel de viajante, observando atentamente, já se identifica que os empregos precários são exercidos, na imensa maioria das cidades do Sudeste paraense, por migrantes pobres vindos das mais diversas regiões do Brasil. São categorias de trabalhadores “desqualificados” que não se pode identificar com precisão e/ou que não são reconhecidas pelo Estado em funções formais. Entretanto, a observação do pesquisador social não deixa passar incólume a busca por definições de fenômenos relacionados às manifestações da ação social cotidiana. Hébette e Marin (2004) em suas pesquisas identificaram ao longo da Belém-Brasília um exército de força de trabalho nas mais criativas e variadas funções.

(...) parando nos pontos de concentração populacional e de intercambio, não pode deixar de ter sua atenção voltada para a afluência de pequenos vendedores, carregadores de mala, arrumadores, informadores, motoristas de táxis, transportadores usando os mais diversos veículos (do carrinho de mão até a carroça e a velha caçamba), locutores de aparelhagem, cantores e repentistas, músicos, engraxates, cartomantes, transatores, prostitutas, enfim, um sem-número de pessoas que só consegue sobreviver graças à imaginação e ao jeito com que compensam a falta de um mercado formal de trabalho á altura das necessidades (HÉBETTE E MARIN, 2004,p.89).

Essa percepção da realidade relatada nessa pesquisa há mais de 39 anos de trabalho pode se constituir em modelos de classificação que se aproximam com as construídas para sociedades

com grandes centros urbanos, mas também o contexto que se apresenta é de realidades de subdesenvolvimento nos confins da Amazônia. São vivências se “repetindo” e elevando o seu grau de dramaticidade social, apontados nos vários estudos ainda em construção. Hébette e Marin reconhecem que: “só recentemente é que se tem dado certa relevância teórica ao estudo desse tipo de atividades no contexto do subdesenvolvimento brasileiro” (Ibid.), por isso a relevância da “contribuição ao estudo (...) da atividade econômica e de emprego em regiões subdesenvolvidas” (Ibid.).

Neste primeiro momento do curso dialético da discussão, sobre o trabalho “desqualificado”, o que chama atenção é que o drama social no campo da Sociologia do Trabalho exprime a expectativa de se construir modelos que possivelmente substituirão as “virtudes” capitalistas por inclinações associativistas e, conseqüentemente, a substituição do trabalho assalariado convencional (BARBOSA, 2007). Embora esta expectativa esteja mais para um viés fortemente político, por se apresentar uma proposta de nítido sentido ideológico, a política e a sociologia se agrupam no campo social.

A migração da força de trabalho é processada no campo social, mobilizada por um conjunto de fatores congruentes que podem falar de si mesmo e, ao mesmo tempo, podem se conjugar no campo político. Porque, a mobilidade humana exige com que o migrante esteja apto a negociar no espaço social a sua sociabilidade e a sua força de trabalho. Significa afirmar que existem no processo de interação social, negociações e relação de poder. Aparentemente a negociação dos espaços, ao exigirem às vezes mudanças de comportamento na forma de se apresentar, leva a crer que o indivíduo teve que se despir da sua “cultura” e identidade social para diminuir a fricção que as diferenças causam em contato com o outro.

Há construções intelectuais que buscam categorias que ensejam afirmar a existência do multiculturalismo, para demonstrar às variações culturais e desejos em burburinho no mesmo espaço social, é o caso da interpretação de Mazza e Simson (2011) que lembra nesta obra o centro do pensamento que julga que vivemos em uma sociedade diferente da modernidade, uma sociedade pós-moderna em que se eliminaram as fronteiras econômicas e com ela a cultura “original” se desfaz em uma liquidez impalpável.

Todavia, eminentes antropólogos e sociólogos, como Geertz (1997), nos permitem refletir que os indivíduos não conseguem se despir completamente de suas identidades. Pessoas não são como cebolas que podem ir perdendo cascas no caminho das negociações até que ele se negue completamente. Embora saibamos que variadas situações na ação social exija saber o que é importante e o que deve ser dito e feito para se negociar o lugar no mundo e possibilitar

a mudança. Ou seja, os termos ambivalentes podem se constituir em uma janela aberta para as várias explicações ou narrativas.

A migração do trabalho “desqualificado”, ou a forma de abordagem que esse trabalho busca, é mostrar a ambivalência que o termo desqualificado denota em compreender ao que se nomeia de identidade narrativa. Essa denominação teórica não trabalha na forma como observa um olhar esclarecido, mas como a sociedade receptora vê o migrante e como o mercado fortalece essa expectativa como uma forma de moldar e adestrar a força de trabalho.

Segundo Mendes (et al, 2011), do ponto de vista científico Mikhail Bakhtine construiu teoricamente a análise dos processos identitários, tendo assento na antropologia filosófica na concepção de alteridade, visto que o diálogo com o outro é indispensável na construção da consciência de cada indivíduo. De maneira que os indivíduos das sociedades receptoras mantêm inalteradas suas empatias ou seu reconhecimento do outro, a sua relação surge à custa de uma interpelação transitória e preparatória para a negociação e nesse dialogo as identidades se mantêm irredutível. Apesar de que, os sentidos não são engessados ou cerrados completamente, porque são desestabilizados no processo dialógico em um momento sócio-histórico-ideológico, de modo que os sujeitos não interagem usando a linguagem do sistema linguístico, mas as palavras são construídas no curso da vida cotidiana. Há nas relações humanas a metáfora da narrativa que é uma construção intelectual, mas que só pode ser compreendida no ato da experiência humana em sua temporalidade (GERMANO E BESSA, 2010).

É certo que a palavra “desqualificado” constitui-se em uma aporia entre explicar e compreender. Para Ricoeur (1988) essas duas formas de interpretação são complementares. Por isso o trabalho e suas formas de se estruturar os significados das palavras dependem como são construídas as relações sociais, porém, o trabalho potencializa as relações e ao mesmo tempo descharacteriza os indivíduos na dinâmica das trocas sejam elas utilitárias ou dádivas. Estas questões nos pressionam para assumir uma postura compreensiva do mercado de trabalho em sua dinâmica desencaixada das análises tradicionais, mas sem perder de vista o sentido ontológico do trabalho.

A modelagem do mercado de trabalho na Amazônia Oriental, e conseqüentemente, no Sudeste paraense, onde foram implantados os denominados grandes projetos, são consolidados pelo processo de urbanização e modernização da Amazônia, herança da penetração capitalista no mundo do trabalho, na estrutura produtiva e na geração de novos espaços urbanos. O mundo do trabalho na Amazônia também é resultado dos paradoxos, enfatizados neste capítulo, em que convive a existência de extrema pobreza; modernidade e arcaísmo (SOUZA, 2002).

Se a Amazônia é vista como um espaço de criação de irracionalidade, entretanto, lembra Souza, herdamos dos portugueses a capacidade de organização e planejamento, nem sempre pensado a partir da realidade. Então o modelo de trabalho hegemônico não foi obra do acaso, e os mais pobres tiveram que usar a criatividade para sobreviver, constituindo formas de subsistência a margem e a partir das migalhas deixadas pelos planos de modernização da Amazônia.

Souza ao interpretar a realidade da Amazônia sugere que os aspectos relacionados à condução da tragédia política e econômica, por tecnocratas e governantes, não foram capazes de aceitar as experiências produtivas locais no curso da integração econômica amazônica. Estes mesmos governantes e tecnocratas tiveram a companhia de “salvadores”, preocupados em inovar, reeditaram com nova roupagem o extrativismo, tentaram generalizar experiências produtivas apresentando-as como solução para realidades diferentes, “(...) uma espécie de proposta geral para a região, pois o “futuro” da Amazônia estava em sua total regressão à economia extrativista” (SOUZA, 2002, p.33). Mas paradoxalmente, a Amazônia está inserida no mercado global, sem que a força produtiva local e migrante, em sua maioria, tenha acompanhado o processo de qualificação para o trabalho de complexidade tecnológica.

Se temos dois brasis, o Brasil dos pobres e o Brasil dos ricos; temos uma Amazônia da economia da enxada e outra da indústria com tecnologia avançada, uma versão criada de cima para baixo.

A questão a refletir é se concordamos que a Amazônia é uma invenção do Brasil, na opinião de Souza a resposta é positiva, também consideramos como verdadeira a afirmação, não obstante o Brasil não acabou com as particularidades culturais e sociais que fazem dela um espaço local, nacional e internacional singular.

O mundo do trabalho na Amazônia é igualmente agressivo como o é a modernidade brasileira. O modo precário como se vive, e o modo escasso como se ganha para viver. Naturalmente, no modo de ver de Giddens (2002), a modernidade é uma cultura de riscos, sendo um arranjo pós-tradicional é “apocalíptica”, não porque o sentido seja o flagelo da humanidade, mas em razão de que a modernidade “produz diferenças, exclusão e marginalidade” (ibid. p.15). Por conseguinte, frustra a possibilidade de emancipação, de supressão da realização do “eu”.

A desqualificação, portanto, é o modo pelo qual se converte negativamente o processo do trabalho, para enfim negar a natureza do trabalho. A força de trabalho migrante excluída do processo produtivo formal é a mesma que é excluída de por ser pobre, em sua maioria negra, e no caso de Parauapebas, nordestina e maranhense. Estes são afetados em todas as dimensões sociais e culturais, refletida no espaço econômico, e por isso a maioria são obrigados a ocupar os trabalhos menos tecnicamente qualificados pelo capital. A forma precarizada como a força

de trabalho migrante é recepcionada, e como ela é incluída nas relações sociais, tem a sua causa principal no modo como o capital organiza o trabalho. O modo fragmentado e alienante que a divisão social do trabalho, entre o trabalho manual e intelectual, é interpretado e implementado, representa a natureza do capital. Estes fundamentos do capital reverbera no campo social e cultural, aonde o outro é inventado e desqualificado para acentuar o estranhamento e o preconceito com as camadas mais populares da força de trabalho migrante. Ou seja, o migrante é desfigurado de suas identidades, é um estranho como outro migrante qualquer, porém, o mais pobre é um estranho desclassificado, destituído de capacidades, confundindo-se conhecimento técnico-organizacional com saberes sociais.

Este primeiro capítulo, como vimos, procurou estabelecer fundamentalmente três aspectos para caracterizar o espaço e a força de trabalho migrante, nos aspectos gerais e conceituais: tratou-se de focar os conceitos de migração, sociabilidade e trabalho “desqualificado”. Nos aspectos gerais-específicos: localizou os espaços em que a trama social se desdobra; e identificar o campo econômico e político para compreender o complexo que envolve a territorialidade amazônica e a escolha da cidade de Parauapebas como espaço específico onde se desdobrou o processo migratório. Nos aspectos social e cultural: problematizou sobre, como os dois aspectos anteriores afetaram a sociabilidade do migrante?

## CAPITULO 2

### **2 Uma crítica à teoria da migração: as sociedades de migrantes**

As sociedades de migrantes herdam as discontinuidades e, conseqüentemente, a sociabilidade da sua sociedade de origem. A hipótese da afetação da sociabilidade do migrante é uma construção teórica conjuntural, não no sentido estrito do termo político, mas uma condição imediata, de tempo não definido. A condição subjetiva de ser migrante é dura mas as vezes é passageira, e por isso, as sociedades se modelam a partir da diversidade cultural e de sociabilidades reconstruídas. Porquanto, antes mesmo de serem rurais ou urbanos os seres humanos são de outras sociedades, momento que conforma por meio da migração.

A definição de sociedades de migrantes se constitui para além de uma constatação da realidade das sociedades, é a condição de ser das sociedades. Não sociedades urbanas ou sociedades rurais, mas sociedades resultado da mobilização, ou deslocamentos, geral de forças produtivas ou precisamente sociedades de migrantes e imigrantes que se constituem em formações urbanas e/ou rurais. O termo geral poderia designar-se, para reconhecimento do sentido epistemológico, em sociedades de migrantes, que surgem a partir das mobilidades humanas. E para definir as particularidades de cada sociedade surgem inúmeras denominações e termos, tal como: rural, industrial, pós-industrial, técnica, de abundância, de lazer, de consumo (LEFEBVRE,2002), estas não guardam tanta generalidade quanto à definição de sociedades de migrantes, mesmo sabendo-se que todos os termos têm validade teórica e histórica.

Aqui não se trata de um projeto teórico ambicioso, com a profundidade necessária com objetivo de superação, ou de generalização suficiente para se constituir em novo constructo, mas apenas e tão somente, como sugere Alexander (1999), uma evocação para ir da subdeterminação empírica em busca de uma subdeterminação teórica, ou seja, subjaz uma experiência empírica do processo migratório que merece uma confirmação teórica. É uma possibilidade de generalização antecipada sobre migração como causa de uma ocorrência social. É um ensaio necessário de percepção e interpretação da aventura sociológica e de reconstrução de parte do mundo empírico social. Um exercício pessoal que é lançado à crítica.

Por outro lado, entende-se como necessária construir hipóteses empíricas e hipóteses teóricas, neste sentido, ao retomar os termos propostos para esse trabalho: migração, sociabilidade e força de trabalho, a definição de migração necessita de ser estudada com mais espessura a partir do processo migratório à Região amazônica, “aqui o objeto se inclui na hipótese e a hipótese se refere ao objeto” (LEFEBVRE, 2012, p. 16). Assim como também fazer saber o

que se pode aprender de um objeto subjetivo que é a afetação da sociabilidade da força de trabalho migrante, pois, “...teremos que mostrar o nascimento e o desenvolvimento relacionando-os, a um processo e a uma práxis<sup>30</sup>, a uma teoria e ação prática” (ibid.). Ou seja, os fenômenos sociais nascem e se desenvolvem em campos sociais específicos se generalizando no seu processo de desenvolvimento. Isto porque a migração é um fenômeno social histórico, um aspecto real, sociológico porque é histórico, histórico porque podemos exceder o simples relato dos fatos, “(...) é um conhecimento rigoroso e tão preciso quanto possível dos acontecimentos (...)” (GOLDEMAN, 1978, p. 18).

De outro modo, reforçado no primeiro capítulo, a questão da migração impõe-se em escala mundial. Sendo causa e razão da existência de muitas sociedades, que modificou as relações de produção, introduziu novos conceitos, novas tecnologias e novas sociabilidades. O migrante que vem de uma sociedade, muitas das vezes em processo de desestruturação, atua na estrutura econômica, ou sendo exército de reserva, ou mesmo, como força produtiva ativa, ocupando espaços importantes na produção. Ou que, em sua maioria, assumem atividades econômicas precárias para sobreviver.

Justamente por isso, Standing (2013) denomina, na contemporaneidade, o migrante como parcela do “preariado”, uma simbiose de um “novo” proletariado desenvolvido durante os anos 1970 resultado da implementação dos modelos neoliberais, baseado na ideia de que o crescimento e o desenvolvimento das economias mundiais só poderiam ter sucesso se houvesse uma forte competitividade de mercado. Segundo o ideário neoliberal, para que o crescimento e desenvolvimento econômico ocorresse era necessário flexibilizar a contratação da força de trabalho. No cerne da questão estava a autenticação da transferência de riscos e insegurança para os trabalhadores e suas famílias. Esses momentos anteciparam a criação de um “preariado global”, “que consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade” (Ibd., p.15), que se deslocam freneticamente em busca de estabilidade social e econômica.

No instante em que o migrante muda - de um lugar para outro - as sociedades cobram-lhes o tributo. É lhes sentenciam a ter que mobilizar uma multiplicidade de experiências e de condutas para se sociabilizarem. Por isso a sociabilidade assume outro caráter. Em sua sociedade de origem o migrante tinha claro que a sua sociabilidade estava segura no seu próprio valor de afetividade, aceitação de normas e pertencimento do grupo social; agora, com a migração, a sociabilidade é aceitação e assimilação dos valores dos “outros”. Parece paradoxal, mas

---

<sup>30</sup> Grifo nosso.

considerar que sair de um ambiente de segurança de sociabilidade em busca do indefinido, se estaria depositando esperanças de melhoras de vida. A ideia seria então, tentar deslocar parte das afirmações para alguma pergunta chave mais ampla: o que levou os homens a se deslocarem de um lugar para outro?

Em parte a resposta seria: o sentimento da aventura, o ato de levantar-se e expiar sobre os ombros dos outros, o espaço torna-se algo para além do que a visão cabisbaixa pode alcançar. O nascimento do circulante, mobilizado pelo espírito de curiosidade, que desejou sair do “bando”. O domínio de tecnologias que permitiam sair da fronteira de segurança. Entretanto, por outro lado, a mobilização humana – êxodo, diáspora – que levou o surgimento do migrante, e sua continuidade, foi à busca de uma organização social que garantisse a estabilidade econômica, entretanto, não imaginaria que deveria alterar as suas subjetividades, incorporadas em sua cultura, para ser aceito na vida estranha. E mais, a preocupação deve constituir-se, como afirma Pinsky (1994), em um modo de não determinar para outros povos história e forma diferentes de viver, valores, padrões de comportamento e vontades que são próprias de nossas sociedades. Mesmo porque, encontramos sociedade que não se interessam em deslocar-se freneticamente em busca do inusitado, de fazer parte de novas organizações sociais mais “estáveis”, aos olhos dos outros, ou de formar novas colônias. Algum fenômeno, de diferentes formas, pessoal ou/ coletivo dispara o desejo de deslocar-se.

Em sociedades primitivas não sabemos ao certo o que contribuiu para os deslocamentos, apenas suposições que se aproximam de pesquisas arqueológicas realizadas é que podem ser base de argumentos. Sabe-se, entretanto, que o que gerou o espírito de aventura foram os conhecimentos acumulados, que tornou relevante a proeza de se perguntar o que havia para além de montanhas, talvez, então, não fosse apenas o problema alimentar ou a necessidade de espaço (ibid.). Tanta possibilidade exige compreender o ser humano em sua totalidade, como nos ensina a abrangência epistemológica da Antropologia.

Pode-se pensar de forma livre que os grupos sociais foram conduzidos por necessidades objetivas a deslocar-se para ambientes melhores e equilibrados, ambientalmente e economicamente, e que condições históricas são elementos essenciais para compreender como uma multidão de migrantes se espalhou sobre todo o planeta e construiu sociedades variadas. No entanto, deixar no obscurantismo a capacidade individual de escolha é negligenciar os aspectos que validam o sujeito, dotado de atividades psíquicas que permitem fazer escolhas no campo sentimental, emocionais e volitivas que pressionam o condicionamento histórico, mesmo porque, sentimentos e sensações são escolhas dos indivíduos resultado da sua própria e coletiva criação e história.



Como afirma Pinsk (1994) a necessidade é a mãe das invenções, quanto mais a natureza apresenta obstáculos aos seres humanos, mais são desafiados a superá-las, não foi e não é diferente do fenômeno migratório. Não se planeja o resultado de relações sociais-econômicas-culturais, por isso o fenômeno migratório das cidades desestruturadas para cidades um pouco mais estáveis tem como vetor necessidades imediatas, que nas incomensuráveis migrações formaram o que hoje conhecemos como sociedades rurais, urbanas, industriais etc.

Historicamente as sociedades contemporâneas são revestidas de maior complexidade interpretativa e analítica para compreender o processo migratório, porque muito mais sentidos mobilizam os desejos de se transportar. Não obstante, a reflexão sobre fluxos migratórios podem nos indicar quais os interesses atraem a maioria dos que migram de uma cidade para outra, ou de um meio para outro. Fluxos do meio rural para o urbano, de cidades tradicionais para cidades modernas, até mesmo o fenômeno migratório inverso de grandes metrópoles para pequenas cidades economicamente desenvolvidas, podem nos ajudar a ponderar sobre o que contribui de forma decisiva à migração da média das pessoas.

Ou seja, em concordância com os autores citados nesta seção, a razão de ser da vida é a aventura humana em imaginar e tornar real os seus desejos, é uma obra complexa que os sujeitos transformam em história, mas às vezes sem compreender a razão de criar estruturas de relações e estruturas sociais, derivadas das necessidades objetivas e subjetivas, que alimentam o contínuo processo de formação de novas formas de modo de vida e, ao mesmo tempo, a sua desconstrução. Aqui o esforço é compreender que de fato é a *desenraizamento* de migrantes que constitui, em outras sociedades, as novas relações sociais e novos modelos societários. Pode-se também pensar no caso particular de sociedade em que o migrante para se incluir tem que primeiramente se convencer que é um excluído. Visto que, quando se migra, para uma sociedade já constituída, o *desenraizamento* tem como consequência a afetação da sociabilidade, problema muito comum em sociedades capitalistas, geralmente caracterizadas como sociedades instáveis, por ser preponderante a alienação do comportamento coletivo.

Logo, sociedades, como a capitalista, “tendem a destruir relações que não sejam relações capitalistas” (MARTINS, 2002, p. 120). Nessas, toda ou qualquer relação social que não tenha como domínio as leis de mercado os sujeitos são “excluídos”. O sistema capitalista faz isso para incluir e transformar cada indivíduo, não importa sua classe social, aspectos físicos, psíquicos ou moradia, serão todos produtores e consumidores de mercadoria. Por isso o capitalista “ignora” se a sociedade é agrária ou urbana, o importante é que todas as relações se reduzirão a mercadoria, para acumular riquezas, por meio da mais valia.

Ao tornar fraco os laços sociais coletivos o capitalismo objetiva deixar os migrantes apenas com uma única coisa, a sua força de trabalho. Isso ocorre, por exemplo, quando o trabalhador camponês perde a sua condição de trabalhador rural, ao migrar para as cidades urbanizadas. Nas cidades em pleno processo migratório esse trabalhador rural terá que procurar ser reincluído socialmente, mas, com outras bases de sociabilidade, depois de passar pela condição de desqualificado. Como bem sinaliza para o problema Martins (2002, p. 140):

A diferença com as transformações positivas que as migrações possam promover, e de certo modo promovem, está no fato de que são migrações que desagregam sem transformar; dessocializam, mas não ressocializam, não preparam nem reeducam para uma sociabilidade mais rica e humanizadora. Deixam aberto o espaço para formas precárias e socialmente problemáticas de ajustamento recíproco de pessoas, na socialização espontânea dos ambientes degradados.

Não somente, mas também, o fenômeno migratório inscreve-se na categoria humana contrária a perspectiva mecanicista de mobilidade. O que talvez poderia se pensar como parte da natureza humana, como algo sem clara distinção social, a migração é parte das subjetividades fabricadas, elaboradas pelas necessidades e pela possibilidade de se aventurar, conquistar novos espaços, para se manter ou para contemplar. O que os seres humanos buscam com a (i)migração é a constituição de um mundo-próprio, um mundo-ambiente, ou o Umwelt.

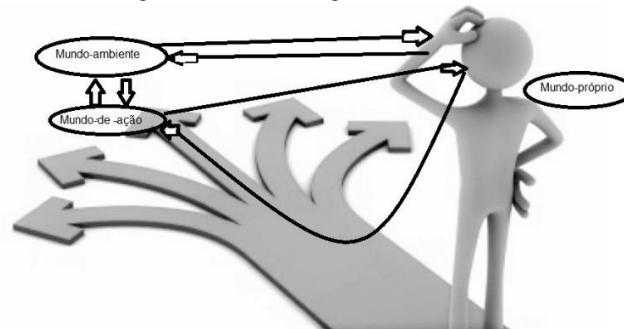
Essa proposta de Umwelt em Uexküll (2008) se contrapõem a concepção behaviourista de comportamento humano, que mecaniza os seres humanos, que tenta reduzi-lo a uma máquina. “Segundo os behaviouristas, as nossas sensações e a nossa vontade são meras aparências, no melhor dos casos vem a valer como acidentes incômodos” (Ibid, p.25). Todos os sentidos e instrumentos dos humanos servem para distinguir e para a ação, se mobilizam conforme a sua vontade, isso permite que escolha o seu mundo-próprio (Umwelt), que fique no seu espaço de natureza ou desloca-se para outros como desejar. O mundo-de-ação e o mundo-de-compreensão é o mundo-próprio que são unidades intrínsecas numa totalidade.

O mundo-próprio dos seres humanos são tantos quantos eles desejem, o que Uexküll (2008) denomina de mundo-ambiente, a cada ambiente descoberto os seres humanos criam uma bolha em volta, que não se fecha mais se abre em torno de outros meios-ambientes<sup>31</sup>, é em cada bolha que se escolhe um mundo novo, novas aventuras sociológicas são processadas. Razão pela qual, somos as marcas da ação do outro, assim como marcamos os outros, saímos da nossa bolha de mundo-próprio para outros mundos-ambientes, são as marcas-de-ação que acionam o mundo-de-compreensão.

---

<sup>31</sup> Poderíamos considerar a bolha de Uexküll filosoficamente como: os seres humanos buscam explicações para dar significado a sua existência por meio dos fenômenos ou objetos

Figura 09. Processo geral do Umwelt



Fonte: academiamedica (2015). Destaques do autor.

Segundo ainda Uexküll (2008), há o mundo interno do sujeito e o seus objetos, que pode ser interpretado como sendo a cultura, habitus e costumes, fora dele, um mundo inteligível e ininteligível, o mundo-de-ação e de percepções que se incorporam na bolha dos indivíduos por meio dos órgãos de percepções e órgãos de impulso, de um lado; e de outro, os sinais que os objetos interagem por meio de receptores, portado de sinais e marcas-de-ação, efeitos do processo em que o sujeito e objeto procuram se ajustar, para o sujeito compreender o mundo externo em sua totalidade. Então, são esses ajustes que os seres humanos buscam, ordenar o seu mundo de percepções com o mundo de ação as suas necessidades materiais, compreendidas como objetos, constituindo um mundo-de-funções. Podemos então interpretar que o (i)migrante se liga a um ou mais objetos, - suas necessidades, por meio do ciclo-de-funções. Os sujeitos (i)migrantes se ajustam ao seu mundo-próprio interno e/ou das sociedades para qual eles migram ou imigram.

O mundo-próprio do sujeito é as suas subjetividades construídas ao longo do seu processo de socialização, assim como também o é o meio ambiente constituído por todos os objetos de interação que seus órgãos de percepções podem sentir, ou os significados que o sujeito pode recolher para constitui o seu mundo-próprio, e para dar significado a sua própria existência fora das suas subjetividades.

O estudo sobre migração é apenas uma fração do mundo-ambiente dos sujeitos e seus objetos, o mundo-próprios dos seres humanos. Quaisquer que sejam as correspondências entre sujeito e objeto elas ocorrem exterior ao sujeito, o que implica em afirmar que o sujeito não tem completo arbítrio sobre suas ação e portanto na constituição de seu mundo-próprio, o migrante, por exemplo, precisará conviver com os outros sujeitos, no mundo-ação, para acomodar-se enquanto membro de outros mundos-ambientes. A negociação do mundo-ambiente se dá oposto aos hábitos do migrante, por isso a convivência na sociedade é sempre aventura e conquista. Isso porque, tentamos nos ligar a outros sujeitos, como afirmado antes, sempre exterior ao

mundo-próprio, num espaço e tempo que não é no mundo-próprio e no mundo-ambiente do (i)migrante. Afirmo Uexküll (2008), se referindo a existência de três mundos e não um dos seres humanos e outro dos animais: o mundo interno dos sujeitos, o mundo das percepções e o mundo da ação:

Só por excessiva leviandade alimentamos a ilusão de as correlações do sujeito, outro que não nós, com as coisas do seu mundo-próprio existirem no mesmo espaço e no mesmo tempo que as que nos ligam as coisas do nosso próprio mundo humano. Esta ilusão é alimentada pela suposição da existência de um mundo único em que todos os seres vivos estão encerrados. Daí, a convicção geralmente aceita, de que deve haver um único espaço e um único tempo para todos os seres vivos. Só recentemente surgiram no espírito dos físicos dúvidas sobre a existência de um universo com um espaço válido para todos os seres. Que tal espaço não pode existir resulta já do facto de cada homem viver em três espaços que se penetram mutuamente, completando-se, mas que também até certo ponto se contrapõem (UEXKÜLL, 2008, p.42).

Dos movimentos mais simples aos mais complexos executados no dia-a-dia, são próprios de nossa condição animal, em que precisamos todos os dias, ao redor de nós mesmos, nos movimentar para dormir, levantar, a visualização espacial e temporal, movimentar os membros no campo de ação do mundo-próprio para conquistar o mundo-ambiente. Porém, esse espaço-ação não são perceptíveis, de imediato, como sendo parte integrante do mundo externo ao mundo-próprio, porque as sensações por si seguem apenas as sensações de orientações dos sentidos que constituem parte importante de qualquer animal da natureza. O espaço-de-ação dos seres humanos seguem planos, objetivos, olhar em um sentido para focar, olhar em várias direções para ter uma visão para proporcionar leitura panorâmica da realidade. Olhar ao redor de cima a baixo, em perspectivas de crianças e adultos têm sensações diferentes do seu mundo-próprio e de seus mundos externos, Assim como adultos de sociedades diferentes têm sensações de espaço e tempo diferentes, (i)migrantes têm sensações de espaço e tempo diferentes dos membros de sociedades receptoras. O espaço-ação tem sentidos e representações de realidade diferentes, justamente porque o nosso mundo-próprio, que se cristaliza ao longo da vida, nos fecha em nossas sensações, e o mundo-ambiente fora da “bolha” nós é estranho. O espaço-ação precisa da percepção do tempo para se guiar. O tempo é uma criação dos sujeitos e varia de um mundo para outro. Apesar dos sujeitos viverem, muitas das vezes, em espaços iguais, o tempo é diferente,

O tempo como sequência de momentos varia de um mundo para os outros. consoante o número e momentos, que os sujeitos vivem nos mesmo intervalo de tempo. Os momentos são os mínimos, indivisíveis, continentes de tempo, pois que são a expressão de sensações elementares indivisíveis, os chamados sinais instantâneos (ibid. p.63-64).

Os seres humanos, diferentes de outros seres vivos, decidem a cada instante o que fazer, o porquê está fazendo, e como possivelmente fará. São as finalidades de cada indivíduo que determinam estes passos, o mesmo não ocorre no mundo-próprio dos outros animais. Obviamente que as finalidades escolhidas por cada indivíduo no mundo-ação, com outros indivíduos, ganham determinações e finalizações nem sempre coerente, e nem sempre atendem à perspectiva esperada; é quando se tem a falsa impressão de as relações sociais não são predeterminações das ações humanas, na medida em que, no ato das relações sociais nem sempre estão ligadas a finalidades (utilitarismo). O que ocorre é que os indivíduos na iminência de suas finalidades totais não serem atendidas negociam menos perdas. Assim o faz um migrante no mundo-ambiente do outro para não perder por completo o seu mundo-próprio, - a sua identidade.

Os mundos-ambientes correspondem às várias sociedades, no espaço e tempo, a sua variabilidade ocorre de acordo com os mundos-próprios de cada indivíduo e grupos de indivíduos, o que no conceito culturalista é denominado diversidade sócio-cultural.

No início deste capítulo defendeu-se que as sociedades são de migrantes, o que implica em afirmar que boa parcela dos seres humanos buscara sair de seus mundos-próprios para enveredar-se em outros mundos-ambientes. Se o mundo próprio dos indivíduos constitui-se de sensações apreendidas no mundo-ambiente por meio do mundo-ação, compreendida aqui como experiências do indivíduo e também do mundo-próprio de grupos sociais, questiona-se: 1 - Como as diversidades são produzidas no mundo-de-ação, e constitui-se novas experiências (novas sociabilidades)? 2 - Por que os seres humanos desejam constituir novas sensações no mundo-ambiente desconhecido? 3 - Por que as sociedades receptoras resistem ao assédio da mobilidade, retirando as boas qualidades do outro?

Se existe oposição entre o mundo ambiente com outros animais não humanos, sem dúvida há oposição entre mundos ambientes dos seres humanos. Esse é um produto dos mundos-próprios e coletivos imaginários, que se constituem de suas subjetividades, a realidade produto dela. Esse imaginário também é responsável pela constituição do que conhecemos como pátria, o meu lugar, é o agrupamento das reprises das experiências pessoais dos sujeitos. Esses mundos-imaginários, em sua maioria, desenvolvemos na sociabilidade primária e secundária, em que queremos se pertencidos a um mundo-próprio, mas na realidade, o convívio pleno entre sujeitos, afasta cada vez mais a possibilidade de um mundo real apenas “meu”; crio apenas um

mundo-próprio que é resultado das experiências pessoais. O melhor exemplo poderia ser a criança ou adolescente na narrativa da obra “o mundo de Sofia”<sup>32</sup>, em que busca reproduzir o mundo-imaginário, de um mundo-próprio.

De todo modo, as teorias têm muito mais implicações envolvidas, elas não passam incólumes a revisão de muitos outros autores, porque a dinâmica social, da realidade vivida, insistem em nos incitar a novos desafios. Entre esses desafios podemos considerar o conceito de mitos fundadores e o multiculturalismo revisando as proposições de Hall (2003).

Para Hall (2003) a liberdade é contingente, de certo que as experiências pessoais não trazem uma razão determinada para existência dos indivíduos, sendo assim, as histórias pessoais são redentoras, o mundo-imaginário resgata os indivíduos do aprisionamento coletivo. O mundo de todos para existir precisa que cada um construa um mundo próprio, porém não sem escapar da realidade que se impõem sobre todos.

Quando alguém precisa encontrar forças para viver longe do seu mundo-ambiente ele recupera as forças restaurando o seu momento original, reconstroem o mito fundador de sua cultura. Esse conceito “fechado”, tal como o conceito de Umwelt de Uexküll, em muito aparenta ser imutável e atemporal. Tribo, diáspora, pátria são conceitos aproximados do Umwelt, o mundo-próprio, o mundo-ambiente é onde são construídos os mitos que moldam os imaginários dos seres humanos. Conceitos e preconceitos, influenciam nossas ações, “conferem significado às nossas vidas e dá sentido à nossa história” (HALL, 2003. p.29). Essas concepções criam o que se denomina-se de a construção dos mitos fundadores.

Os mitos fundadores para fazerem sentido para um grupo de seres humanos, específicos, precisam ser ahistóricos, como algo que surge do imaginário do mundo-próprio, que não tenha relação com outros meios-ambientes. Mas, há muito tempo os antropólogos e sociólogos comprovaram a não existência de mundos-próprios, em que o imaginário seja original. Entretanto o mundo original dos mitos fundadores não servem para abrir o sujeito para o mundo, e sim para fechá-los em um mundo, e, para onde quer que ele vá, levará o seu mundo com ele, que é o mundo de sua sociedade (mundo-ambiente).

A propósito, Hall (2003) cria problemas para não confiar na dialética da totalidade para compreendermos a realidade social. Entretanto, a migração pode ser compreendida na sua totalidade enquanto um fenômeno social. Considerar as sociedades, todas, formadas por (i)mi-

---

<sup>32</sup> O Mundo de Sofia é um romance escrito por Jostein Gaarder, publicado em 1991. O livro foi escrito originalmente em norueguês, mas já foi traduzido para mais de 50 línguas.

grantes é um modo de compreender dialeticamente o fenômeno da migração. Nesse caso a dinâmica socio-histórica e o demarcador da análise. As migrações ocorrem em temporalidades e espaços cujos fenômenos ocorrem a partir da inconsistência interna influenciada pelos fatores internos e externos.

O mundo-próprio de Uexküll (2008) e a desestabilização da cultura de Hall, se distanciam porque aquele considera o mundo-próprio do sujeito como algo relativamente estável, aonde as mudanças se dão muito lentamente como o mundo-próprio de qualquer ser vivo; Hall tem como princípio considerar que as diásporas ocorrem segundo o efeito disruptivo; considera que saímos de um racismo biológico para o racismo cultural, porém, o racismo biológico e cultural são articulados e combinados, o que podemos ponderar nesta análise, que o preconceito ao migrante combina o racismo biológico com o preconceito cultural.

Hall considera que depois da década de 1980, justamente o momento em que se combinam o discurso de inferiorização biológica e cultural, surgiram as características básicas que definiram “o momento multicultural” (HALL, 2003. p.72-73). O momento multicultural seria o aprofundamento da desestabilização da cultura, quando a oposição binária, “derivada do iluminismo”: entre particularismo e universalismo, tradição e modernidade se fragmentam-se e se contrapõem. Se por um lado o particularismo e o tradicionalismo produzem uma forma específica de compreensão sobre a questão cultural e identidade, embora sendo culturas distintas em espaços diferentes, constituem identidades homogêneas, autossuficientes e fortemente aglutinadas. O universalismo e a modernidade constroem o seu oposto, sociedades abertas, racionais, universalistas e individualistas. Intui Hall (2003), que nestas sociedades os nexos particulares são afastados na vida pública, neutralizados pela sociedade civil, “para que o indivíduo fique formalmente livre para escrever seu próprio *script*” (ibid. p. 73). É claro, veremos mais adiante na pesquisa “empírica”, que a tese de Hall é universalista apesar de no fundo não desejar, porque sociedades receptoras, em sua maioria, não permitem que migrantes, por exemplo, escrevam sua própria história; não lhes dão autonomia para circularem com seus próprios *habitus*, se não seguirem esse preceito são constrangidos.

Bem, mas Hall (2003) nos mostrar, já ao longo do século XV, que o conteúdo tradicional de identidade cultural, já veio sendo minado pelo essencialismo da Modernidade. O projeto globalizante do Ocidente transformou as sociedades colonizadas, que mesmo ainda sendo dis-

tintas, foram afetadas pelas culturas ocidentais, de modo que, as sociedades tradicionais se universalizaram (leia ocidentalizaram-se), deixando de ser sociedades mecânicas<sup>33</sup>, com formações variadas, cruzadas muitas delas do tradicional e da modernidade.

O repertório acima tem como objetivo construir um conjunto de ideias que fortalecem a proposta da desestabilização das culturas e a fundação do multiculturalismo, que seria em última instância considerar as sociedades atuais “livres” da cultura tradicional como vínculo principal, o “fim” das fronteiras, “derrubando”, desse modo, a tese do mundo-próprio e do ambiente-próprio. Mas como se viu antes, o mundo-próprio e ambiente-próprio são temporais e territoriais. Porém, mesmo com essa ressalva de Uexküll (2008), só se podem utilizar os seus conceitos se forem interpretados, como tentamos fazer, numa abordagem dialética e ontológica.

Entretanto, seria uma estupidez considerar que um e/ou outro, Uexküll (2008) e Hall (2003), estariam completamente equivocados em suas interpretações, o primeiro por “biologizar” o comportamento humano, a cultura, e o outro por desenraizá-lo por completo. Hall nos mostra em sua obra que a humanidade sempre constitui sociedades multiculturais, não em regra geral, mas como parte da epopeia, ou da aventura sociológica própria dos seres humanos. Isso nos ajuda a compreender por que defendemos que as sociedades são o produto da mobilidade humana, e por isso todas as sociedades são sociedades de migrantes, à maneira de Hall:

As sociedades multiculturais não são algo novo. Bem antes da expansão europeia (a partir do século quinze) – e com crescente intensidade desde então – a migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedade étnica ou culturalmente “mistas”. “movimento e migração (...) são condições de definição sócio-histórica da humanidade” (GOLDBERG,1994 apud HALL, 2003. p.55).

Em conformidade com todas as buscas por afirmações, logo, migrante é um sujeito temporal que precisa ser compreendido não apenas especificamente no seu processo de mobilidade territorial e social. O migrante é um ser ontológico, e a relação social por ele desenvolvida deve seguir critérios ontológicos que são resolutos para se compreender o desenvolvimento humano.

A superação das barreiras naturais, como antítese ao ser humano, está com os dias contados, entretanto, associar todo o comportamento humano a outras espécies de seres vivos é não compreender que a realização humana se instala quando a sociabilidade e sua negação é a forma compreendida no processo principal de humanização. Enquanto a sociabilidade se constituir

---

<sup>33</sup> Solidariedade mecânica e orgânica. Conceito em Durkheim Sociedades mecânicas são as tradicionais e orgânicas as sociedades contemporâneas, ou modernas. A primeira se caracteriza por ser manter “coesas pelo consenso moral ao passo” que a segunda “se fundamenta num sistema de troca baseada na divisão social do trabalho” (VIANA,2006, p. 32).



como objeto ahistórico, a civilidade será apenas a forma pelo qual as pessoas são aceitas por meio da não-negação de suas próprias identidades.

Se a ontologia do ser social se estabelece por meio da sociabilidade, e no processo de “negociação” do espaços sociais e culturais do migrante com o receptor, porém não se realiza através da sociabilidade positiva, não há como se completar o processo de humanização e de civilidade. Milton Santos em um celebre documentário, “O mundo global visto do lado de cá”<sup>34</sup>, feito em sua homenagem, faz um instigante comentário sobre a pergunta de um entrevistador sobre o futuro da humanidade, ou se somos civilizados? Ele responde diretamente: “Nunca houve humanidade. Estamos fazendo os ensaios do que será a humanidade”. Não precisamos fazer muita pesquisa para comprovar essa afirmação. Nossos dias são repletos de exemplos. Após a conquista da democracia no Brasil, aos poucos, tomamos informações do quanto a maioria da sociedade ignora a diversidade humana.

Não há como no século XXI utilizar conceitos que se fecham para analisar pequenos grupos sociais ou de classes sociais, separadas do contexto mais amplo que definem o conceito de civilização, e de outro modo, que explica somente antigas sociedades colonizadoras e novas colonizadoras como civilizadas. Neste sentido, se abarcarmos o conceito com mais amplitude, poderemos presumir que essas potencias capitalistas estão colocando em risco o processo civilizatório, impedindo alcance da plenitude da humanização do ser social. Ou se vermos a atual globalização do lado cá, perceberemos que os ensaios civilizatórios poderão não se concluir como o esperado.

O conceito de civilização que melhor pode contribuir para superar os limites do padrão ocidental, é aquele que se move de modo assíduo, não o que minimiza as diferenças nacionais e regionais, mas o que reconhece os limites estreitos da identidade e da sociabilidade; que estranha, mas que não teme a presença, não se sente ameaçado.

A crítica à teoria da migração tem em seu conteúdo o germe provocador da sociologia contemporânea, que intenta compreender as relações sociais a pleno processo histórico e que produziu a mais desafiadora realidade, entretanto, que também pode produzir uma gazua<sup>35</sup> e abrir o falseamento da realidade do migrante, ou seja, produzir uma interpretação invertida da realidade. Dita de outro modo, as sociedades são o produto da invenção humana, não há como definir tempo de inauguração, ou quem foi o primeiro a ter a ideia de constituir aglomerados

---

<sup>34</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW\\_mnM](https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM). Acessado em 08-09-2015

<sup>35</sup> Ferro curvo ou torto com que se podem abrir fechaduras; chave falsa (Dicionário Aurélio)

humanos. A variedade de sociedades existem porque em algum momento seres humanos decidiram ir em busca de novas possibilidades e se viram frente a frente com outros “iguais”, e isso impactou de forma decisiva na mente humana. Mesmo a nossa existência enquanto indivíduo foi impactada, porque para existir o estranhamento do outro, nós nos estranhamos, para nos protegermos, juntamos as nossas necessidades vitais de sobrevivência e resolveu-se que a única forma de nos manter seria viver em agrupamentos.

O certo é que o aparato “sociomorfológico” para entender o processo migratório está em construção. Ainda não há uma elaboração sintética com base em dados complexos, que comporte um conjunto parcial de características que possibilitem generalizar em um único conceito o processo e distinções de sociedades derivadas do processo migratório. Desse modo, pode-se arriscar em caracterizar as sociedades e suas formações como resultado de uma longa aventura migratória, e as cidades fruto da imaginação e desejos de homens e mulheres que fora concretizada sem que para isso se pensasse a priori nas consequências que o esforço da imaginação traria objetivamente às sociedades.

Todas estas questões redundam obrigatoriamente em definir novos marcos teóricos a respeito dos fluxos migratórios para a região do Sul do Pará (ou para a Amazônia Oriental). A razão desta afirmação assenta-se nas mudanças operadas ao longo dos últimos 20 ou 30 anos, principalmente nas novas exigências do capital, que mudou a forma de exploração das riquezas e por isso exigiu novos perfis da força de trabalho. Essas transformações intimam também novos perfis na sociabilidade do migrante e, por isso, algumas características gerais do migrante se remodelam.

Podemos apontar algumas características gerais para tentar definir que todas sociedades são de migrantes, resumidas da seguinte maneira. A condição para se afirmar na prática a existência das sociedades se baseia nas ideias gerais: de que as sociedades procedem da movimentação das forças produtivas. São agrupamentos de migrantes, quando da movimentação interna, e imigrantes quando se movimentam externamente; conseqüentemente, a migração é um fenômeno sociológicos, porque é social e histórico. A migração é resultado de instabilidades econômicas, que não se reduzem apenas às trocas, mas da condição geral da sociedade; essa instabilidade permite o surgimento do “precariado global” que pode ser identificado por, transferir a segurança das sociabilidades aos riscos de novas experiências. Assumem atividades precárias; contudo, o desenraizamento social do migrante constitui novas relações e novos modelos societários que provém dos conflitos entre sociabilidades.

## 2.1 A exigência de novo marco teórico: migração e força de trabalho

A formação da força de trabalho nas fronteiras da Amazônia não se constituiu e não se regulou segundo modelos clássicos. Não obstante às mudanças que transformaram as relações de produção na Amazônia, foram conduzidas pela transformação do complexo de exploração das riquezas que implicou em mudanças no perfil da força de trabalho. Nas cidades polos do Sudeste do Pará, Marabá e Parauapebas foram forjadas e aprofundadas as características de um processo de construção do capitalismo na Amazônia muito particular, percebidos em diferentes unidades regionais que compõem a grande Amazônia brasileira.

Neste sentido, ao definir, na seção anterior, genericamente que todas as sociedades são sociedades de (i)migrante, que algumas são mais rurais do que urbanas, ou mais urbanas do que rurais, ou até mesmo cidades em transição, podemos então definir que a força de trabalho na Amazônia acompanha o processo de transição da forma de explorar as riquezas, sentido rural-urbana, e estas novas modelagem implicam em novas exigências às forças produtivas.

Becker (1997) afirma que a partir da década de 1970 a maioria da força de trabalho migrante era composta por trabalhadores rurais sem terras, pequenos agricultores e proprietário sem capital excedente, e o fluxo migratório deslocava-se das regiões pressionadas pelo latifúndio, como o caso do Nordeste e Centro Oeste; e por intempéries naturais, fluxos migratórios vindos especificamente do Nordeste. Do Sul, Sudeste e Centro Oeste do país os fluxos eram em grande parte causados pelo crescimento do agronegócio no meio rural, a diminuição de terras cultiváveis disponíveis e o aumento de cidades urbanizadas. Por isso vimos, nos anos de 2000, a maioria do fluxo migratório é pressionado pelo processo de urbanização em todas as regiões de fronteira com o Pará.

Ainda, para Becker (1997), há pesquisas que investigam a migração a partir da direção e a duração dos movimentos de população. Segundo a autora, esse enfoque não leva em consideração a diversidade das direções do fluxo migratório (rural/rural, rural/urbano, urbano/urbano, urbano/rural) que desfaz e desatualiza os constructos que baseiam os fluxos migratórios apenas aos parâmetros rural/urbano.

Outrossim, as durações dos movimentos migratórios tampouco podem ser consideradas isoladamente para atualizar as referências teóricas, e passem a se constituir marcos teóricos pra ampliar o conhecimento sobre a migração na Amazônia Oriental. Além disso, há questões que precisam ser melhor trabalhadas como o problema da fixação do migrante. Ou seja, na Amazônia Oriental parcela dos migrantes tinham o interesse de se fixarem, por isso levavam a família inteira, mas o sentimento era de retorno. Ademais, Becker tinha razão quando afirmava que a

duração não pode definir o conceito de migração ou as características do migrante. Isso porque, os migrantes se fixavam, nas décadas de 1970 e 1980, em razão de as vias de mobilidade serem muito precárias. Com a melhoria de transportes a mobilidade ficou mais ágil; razão pela qual, os migrantes não precisavam mais se fixar e ter que conduzir toda a família, surgindo, assim, uma nova forma de mobilidade na figura do migrante itinerante (BAENINGER,2008). Vejamos como Picoli se refere a estes migrantes:

A força de trabalho para oxigenar os projetos econômicos instalados na região, fruto da existência de um exército industrial de reserva do país aparece sob a forma de três atores: o primeiro encontra-se na região flutuando, não é possuidora de residência fixa, presta trabalho onde aparecer; o segundo encontra-se nas cidades planejadas, criadas para esta finalidade e o terceiro é importado de outras regiões do país, incentivados pelos capitalistas, quando falta mão-de-obra. Estes trabalhadores, com a finalidade única da subsistência vão formar os quadros funcionais das empresas da extração mineral e florestal, bem como dos projetos agropecuários e nas cidades. (p. 56).

Em Parauapebas a mobilidade de itinerantes flutuantes tem crescido, formando e fortalecendo essa nova modalidade de migrante, que deixam as suas famílias no lugar seguro, sem tirá-la do convívio. O migrantes se aventuram oferecendo a sua força produtiva, nos SINEs (Sistema Nacional de Empregos). Assim evitam o estranhamento de suas famílias com as sociedades receptoras. Lembremo-nos que isso ainda está em desenvolvimento.

O que o fenômeno dos migrantes itinerantes promove? Oscilação dos dados estatísticos populacional. Momentos em que são oferecidas mais vagas pelas empresas terceirizadas há um inchaço nas cidades<sup>36</sup>, quando as ofertas de trabalho minguam a população se retrai e aumenta o número de migrantes circulantes.

Becker (1997) assinala que é preciso compreender os contrastes dos modelos acima descritos como essenciais para definir um determinado marco teórico que traduza a realidade social. Se a realidade da migração for interpretada apenas na mobilidade rural/urbana, não terá força de explicação da verdadeira concepção, que reforça a ideia da existência das diversas formas de migração, até mesmo que se considere como um sistema em movimento, ou seja, a migração não se restringe a um fenômeno que se explique *per si*; há movimentos transitórios, como a mobilidade rural/rural, urbana/urbana, urbana/rural, que explicam a transitoriedade do processo migratório.

Para tentar esclarecer melhor, o marco teórico deve no estudo dos aspectos específicos buscar movimentos predominante na atualidade, considerando os aspectos históricos, mas sem

---

<sup>36</sup> No terceiro capítulo veremos na entrevistas de dirigentes sindicais a confirmação do exposto, a da força de trabalho itinerante, de fora para Parauapebas e de Parauapebas para os municípios circunvizinhos.

os tornarem exclusivos, porque o movimento do sistema de mobilidade jamais parará de produzir novas relações específicas. A mobilidade rural/urbana, no passado, tiveram a sua importância histórica para definir as características da força de trabalho migrante. De todo modo, apenas a polivalência pouco define as características de mobilidade da atual força de trabalho.

Com o propósito de encontrar nexos nas variáveis apresentadas, nesta seção, é necessário pôr em evidência as questões que se julgam centrais para a possível existência de marcos teóricos sobre migração. O objetivo não é engolfar as evidências, mas elencar algumas questões que nos ajudem a refletir sobre o tema da seção. Vejamos:

A força motriz que exige refazer as leituras sobre o conceito de migração são as mudanças constantes nas formas de exploração das riquezas na Amazônia Oriental. Essas mudanças exigiram um novo perfil de mobilidade do migrante e portanto um novo perfil de força de trabalho: da mobilidade com fins de fixação, para a mobilidade itinerante (flexível na mobilidade e nas funções), como Becker deduziu.

Até a década de 1980 o fluxo migratório para a Amazônia tinha como vetor, quase que exclusivo, a pressão do latifúndio sobre as regiões do Nordeste e Centro Oeste do Brasil, ou seja, rural destas regiões para o meio rural amazônico; depois, no mesmo sentido da geografia do Brasil, rural/urbano, urbano/rural, e urbano/urbano. Esse fenômeno confirma a teoria de Becker, quando surge em plena Amazônia a figura da força de trabalho polivalente, entretanto, o tradicional e o moderno voltam a se confundir, uma vez que as subsidiárias da Vale contratam a força de trabalho polivalente, mas a Vale dá preferência a trabalhadores com perfil técnico mais específico.

Quanto à força de trabalho dos migrantes itinerantes, considera-se que interferem indiretamente nas políticas públicas, porque os gestores públicos ao tentarem planejar a vida urbana não sabem o número exato de habitantes migrantes, por causa da oscilação dos dados estatísticos; por outro lado, o migrante tradicional fica mais exposto ao confronto de sociabilidades, e o migrante itinerante não se envolver em disputas por espaços de sociabilidades.

## **2.2 O paradoxo necessário: mobilidade do capital e mobilidade da força de trabalho**

A mobilidade da força de trabalho como já foi insistentemente dito é uma necessidade para o capital. A dinâmica do capital se alimenta do trabalho necessário e do trabalho excedente; do trabalho pago e trabalho não pago, este é o fundamento da existência do sistema. Por isso o capital adquiriu capacidade para fascinar a força de trabalho, como saída para solucionar a sua necessidade de subsistência, é uma relação de dependência entre produção/trabalho. Ou seja,

O sistema imposto que aproxima essa amarração desenvolve níveis de dependência estabelecidos entre as duas classes, um para acumular, o outro para subsistir. Toda esta estrutura foi criada e engendrada para estabelecer relações capitalistas e de trabalho. Se de um lado só se acumula através do trabalho proporcionado pela mais-valia, por outro, fica a interdependência para procriar e subsistir (PICOLI, 2005, p. 54).

A pergunta inicial desta seção então é: o que estimulou a migração do capital e da força de trabalho para o Sudeste Paraense em particular para Parauapebas? A pergunta tenta incitar a retomada dos escritos iniciais que afirmam que as nossas sociedades são formadas e estruturadas por migrantes, mas fortemente, aproximar toda construção teórica geral em prospectos de ocorrências particulares até nos aproximarmos (nos capítulos seguintes) da realidade de baixo, ou seja do objeto específico da tese. Por outro lado, afirmar que a mobilidade do capital e a mobilidade da fora de trabalho é um paradoxo, é na verdade confirmar que o sistema capitalista necessita e acentua as contradições entre capita e trabalho. Mesmo porque a mobilidade de pessoas, em si, não pode ser configurada como paradoxo, mas o modo histórico em que o capital se apropria da força de trabalho é um contrassenso social, econômico, político e cultural.

E também, compreender que a mobilidade do capital e mobilidade da força de trabalho, trazem intrinsecamente as contradições fruto do choque entre a reprodução do capital e a necessidade de reprodução da força de trabalho (ANTUNES,2005). O estranhamento gerado nas tensões entre capital e trabalho é reproduzido em dimensão sociocultural em um ambiente político e econômico desfavorável para a força de trabalho como um todo, e para o migrante de Parauapebas em particular. São efeitos traduzidos pela mundialização do capital, tendo como vetor principal a Companhia Vale, na região do Sudeste do Pará.

A transnacionalização do capital no século XXI transformou a migração em um objeto de estudo ainda mais complexo à análise e interpretação do deslocamento do capital. Se se partir dos princípios que regem a lógica do capital veremos que não se permitirá diversidade na sua configuração estrutural. Justamente porque, a cadeia produtiva se internacionalizou mais fortemente, submetendo as formas distintas de trabalho aos modelos do capitalismo mundial. Por conseguinte, a força de trabalho é compelida a se adaptar ao processo crescente de *des-territorialização e territorialização* do capital. Essas mudanças paradigmáticas moldaram o processo de migração e a forma de explorar as forças produtivas, transformando e aprofundando as relações de produção capitalistas, adaptando a uma forma de vida individualizada, itinerante, com baixa remuneração e a exigência de mais flexibilização na qualificação e nos direitos trabalhistas (SANTOS,2005).

A marcha da migração da força de trabalho para Parauapebas já motivou diferentes pesquisadores a enfrentarem o desafio de entender com clareza as dimensões sociais que se envolvem atores-sujeitos<sup>37</sup> no cotidiano do sudeste paraense. Como vimos no Primeiro Capítulo, a migração é por sua natureza, em sua maioria, uma forma desordenada de deslocamento humano que, combinada com a ausência de planejamento estatal e à recepção aos migrantes, causam um conjunto de problemas sociais, afetando tanto a sociabilidade do migrante quanto dispararam o sentido de estranhamento dos grupos sociais receptores.

É importante acentuar que a dinâmica populacional de Parauapebas e região permaneceu por um longo período no geral em movimento ascendente, mas atualmente oscilatório, por causa do fenômeno crescente de trabalhadores itinerantes, forjado pelos anúncios de novos empreendimentos da Vale em municípios próximos (Ourilândia, Cannã dos Carajás, El Dourado e até mesmo Conceição do Araguaia a 417 Km de Parauapebas)<sup>38</sup>.

Parauapebas representa de modo pleno o que esse crescimento populacional na Amazônia Legal resultou: em alta taxa de natalidade; a violência como fato social; o deslocamento interno da população rural para os centros urbanos, conhecida como migração intermunicipal; esgarçamento da sociabilidade entre migrantes e receptores, conflitando interesses socioculturais; falta de equipamentos públicos que minimizasse os problemas causados pela concentração demográfica nas zonas urbanas. Essa tendência, atestada por Kowarick (1995) ainda está em continuidade, tendo em vista o fortalecimento das grandes empresas, a construção de novas empresas siderúrgicas de 2008 a 2010 (IDESP,2012).

Seguindo a mesma lógica, o modelo de ocupação e de industrialização capitalista na Amazônia foi e é um atrativo para as migrações desordenadas. Esse modelo recria as desigualdades regionais que proporcionam as cidades polos a acumular “vantagens”<sup>39</sup>, beneficiando os grandes projetos. Mas, a maioria da população ocupa as fronteiras, ou franjas das cidades; estas convivem com o empobrecimento, desemprego e empregos precarizados; parcela significativa dos migrantes é incluída na desordem urbana, fora dos benefícios reais do desenvolvimento econômico.

No capitalismo a migração é uma forma desarticulada de deslocamento e ocupação. É uma combinação de ausência de planejamento estatal com desigualdades sociais, ampliadas

---

<sup>37</sup> Termo utilizado de forma composta para dar significado à ideia de que não apenas se atua, também se age no âmbito das relações objetivas e subjetivas.

<sup>38</sup> No terceiro capítulo, nas entrevistas com dirigentes sindicais nos deteremos melhor, apresentaremos exemplos concretos sobre esta questão.

<sup>39</sup> Esta afirmação é ambígua, se o capitalismo produz desigualdades, por conta do seu modo de produção, é compreensível que não haja possibilidade de compatibilidade entre, as cidades polos que acumulam vantagens e cidades periféricas para onde são deslocadas as desvantagens. Como afirma Santos (2011), não há excluídos e incluídos, todos somos incluídos só que de forma desigual.

para as desigualdades regionais, que são responsáveis em acionar a explosão demográfica, com efeito, criando polos de concentração e polos de esvaziamento de pessoas<sup>40</sup>. A concentração e esvaziamento populacional se apresentam de formas variadas, dependem do momento das econômicas locais e regionais. Como exemplo: na região da Serra dos Carajás muitas cidades antes completamente rurais sofreram rápida transformação, dando a economia agrária deu lugar para a urbana.

As frentes de expansão econômicas, principalmente a exploração mineral, se por um lado trouxeram a possibilidade de desenvolvimento social, por outro, acentuou os conflitos sociais entre os diferentes interesses (populações tradicionais e o latifúndio; os migrantes e a política de emprego com as grandes empresas; migrantes e latifúndio; pequeno produtor com o agronegócio). Esses conflitos tiveram a concordância dos representantes do Estado que privilegiaram a prática de diminuir a importância social do Estado, acentuando as suas ações com base a um Estado empresarial.

O resultado de um Estado empresarial foi o agravamento da violência social por causa da intensa migração inter-regional e intermunicipal em Parauapebas; rompimento da sociabilidade entre migrantes e receptores, por conta da ausência de políticas públicas eficientes; empobrecimento, desemprego e empregos precarizados para migrantes; equipamentos públicos em quantidade mínimas para o atendimentos das populações que habitam as franjas da cidade.

Os efeitos da ação do capital, os conflitos econômicos e sociais, geram todas as condições para a alteração do cotidiano e a sociabilidade do migrante, razão pela qual, diante da penetrante forma de dominação e alienação o migrante não percebe as distorções que disfarçam a sua percepção da história e a sua própria história. O homem amazônico, no seu infortúnio é impedido de perceber de modo inteligível a liberdade, o seu destino, as múltiplas misérias, a compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade, onde até a “esperança parece falsa e falsificada”. A propaganda do desenvolvimento é um logro, que não reparte com o migrante o resultado do “progresso”, e homens e mulheres se perdem num labirinto todos os dias em busca de uma identidade (MARTINS,2008).

O interesse da mobilidade do capital é o lucro, mas não existe lucro sem mais-valia, e só há mais-valia com a exploração da força de trabalho. Então, a mobilidade do capital exige a mobilidade da força de trabalho, é por isso que definimos o termo “*o paradoxo necessário*”, tendo em vista que para o capital não há contradição ao explorar a força de trabalho, e a

---

<sup>40</sup> Lembremo-nos da diversidade de fluxos migratórios apresentados na seção anterior: rural/urbano, urbano/rural, e urbano/urbano, essa formulação é uma definição que supera o fluxo migratório tradicional, rural/urbano.



mobilidade da força de trabalho parte substancial do sistema. Ou, para quem concorda com o sistema mas o critica pela sua exacerbação, leva em consideração que existe um paradoxo na exploração da força de trabalho, mas que é necessário para a manutenção do sistema.

Afinal, as questões elencadas são essenciais para compreensão das relações de trabalho nas novas fronteiras de expansão do capital na Amazônia, que explicam tanto as relações de trabalho em âmbito particular, em tempo e lugar determinado; quanto para o entendimento dos processos globais da atualidade. A diferença é que nos dias atuais existe o exército de reserva mais organizado que no tempo da ditadura militar (PICOLI, 2005).

### **2.3 A Vale e a farsa do desenvolvimento**

Não é sem propósito, que insistiremos mais uma vez em colocar a Vale em tela para acentuar as problematizações. Mesmo porque é a empresa que mais tem contribuído para o processo migratório para o Sul e Sudeste do Pará.

Segundo os líderes sindicais de Parauapebas (terceiro capítulo) nessa década de 2000 a Vale aumentou o seu empreendimento nos municípios próximos a Serra dos Carajás, porém continua expandindo os projeto antigos sem investimentos de maior peso. Sob seus projetos milhares de cidadãos, já instalados e os migrantes, depositam esperanças em terem um sono tranquilo com a possibilidade de possuir um bom emprego ou de constituir empreendimentos comerciais e de serviços que possam garantir a prosperidade do futuro próximo para todos.

A população da região dos Carajás e a força de trabalho migrante vivem em uma “eterna” possibilidade de mudanças socioeconômica em que os grandes projetos compartilhem seus lucros extraídos das entranhas do solo amazônico. Essa atitude, atualmente, é produzida a cada movimento que a Vale faz com seus novos empreendimentos; entretanto essa mística de desenvolvimento econômico rápido na região amazônica não começa com a Vale e, o que tudo indica, se continuarmos a produzir mais ilusões de desenvolvimento planilhado pelas grandes corporações transnacionais, nem termina com ela.

O surgimento da Vale, no Governo de Getúlio Vargas, em 1943, é emblemático, Vargas necessitando industrializar o Brasil e o capital estrangeiro precisando se expandir e explorar matérias-primas para maximizar o consumo mundial e lucros das empresas, britânicos e americanos propuseram um acordo com o governo de Vargas para explorar as maiores jazidas de minérios do mundo em Minas Gerais, no Pico do Caué. Denominaram esse acordo de, Acordo de Washington.

Para Coelho (2015), o Acordo de Washington, foi uma concessão de financiamento pelos EUA que agregou as jazidas do Pico do Caué, mais as jazidas de minérios do estado do Espírito Santo, as estradas de ferro que ligavam Minas Gerais ao Espírito Santo. Para complementar o governo norte-americano outorgou um financiamento de US\$ 14 milhões de dólares para financiamento de maquinários. Em troca o governo de Vargas criou a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). Empresa de inspiração internacional para explorar as riquezas nacionais e que já nasce “umbilicalmente ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo com minério de ferro” (ibid. p.27). Segundo ainda Coelho, o contrato inicial era apenas de três anos, com renovação, até antes do final da Segunda Guerra Mundial. No acordo a estatal deveria vender toda a sua produção, de 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro para o consórcio inglês e norte americano, e o governo ainda assumiria o compromisso de modernizar a estrada de ferro Vitória-Minas.

Na coletânea de artigos da obra organizada por Coelho (2015) o autor constata que ao terminar a Segunda Guerra Mundial, não aconteceu o esperado, por causa da década de 1940 que foi repleta de crises econômicas, resultado da ressaca do pós-guerra. Na década de 1960 o Governo Goulart quis uma influência maior do capital nacional nas minas inexploradas pelo capital externo. A partir de 1964, com o golpe civil-militar, intensificou-se a presença do capital estrangeiro. Ainda na década de 1960 é que a orientação das empresas mineradoras se voltam para explorar o manganês, na Serra do Navio em Macapá<sup>41</sup>. No Sudeste do Pará, em Marabá, rico em bauxita, se descobre a existência de ferro próximo a superfície, segundo os geólogos, por ter vegetação rasteira. Daí acontece o que a maioria dos pesquisadores já sabiam, a partir de 1976, a CVRD, se torna uma das maiores empresas do mundo em exportação de minérios.

Quando se fala em desenvolvimento econômico no estado do Pará, e o Sul e Sudeste da região são pronunciados logo de imediato, e se pensa no papel da Vale. Pelo lado da população (comerciantes, pequenas e grandes empresas, população migrante, mineradoras, governos municipal e estadual) a Vale é a esperança de possibilidades de melhores dias; por outro, os movimentos sociais, intelectuais-pesquisadores, trabalhadores que por anos labutam de terceirizada em terceirizada (muitos se aposentaram e a riqueza da Vale não desceu ao pé da Serra dos Carajás), já não depositam esperanças que a *empresa* será a precursora do desenvolvimento da região. Ao contrário, acreditam que cada vez mais o que é repassado para o estado é municípios não *vale* e não *valerá* a pena; que o resultado de anos de exploração é conviver com as mazelas socioambiental produzidas em larga escala, resultado de anos de exploração.

---

<sup>41</sup> Neste período o hoje estado de Macapá pertencia ao território paraense.

O livro já citado de Coelho (2015), tem o título sugestivo de “Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado”. Para os autores a atuação da Vale constitui-se em vilipêndio aos interesses sociais, econômicos e ambientais. Não há lugar no mundo onde a Vale atue que não provoque os dois sentimentos, esperança de desenvolvimento econômico e a dolorosa constatação de que a atuação dessa empresa transnacional tem deixado um rastro de desastres socioambientais, violação aos direitos humanos e sociais, manobras reestruturantes que têm causado prejuízos incomensuráveis aos direitos trabalhistas. Tudo sempre mantendo, por meio de uma poderosa propaganda, uma fachada de empresas de responsabilidade social e ambiental. É considerada por ONGs do mundo como a pior empresa do mundo, com greves de longa duração no Canadá, despejo de famílias em Moçambique, repressão a líderes sindicais e a aos indígenas na Colômbia, Peru e Nova Caledônia, na Nigéria são 58 conflitos ambientais, além de acusações de espionagem aos movimentos sociais; somam-se a isso os salários pagos no Brasil e a utilização de trabalho escravo na produção de carvão vegetal. E por ai segue uma lista ímproba de relatados na obra de Coelho.

Lembremo-nos, de relatos já abordados aqui neste trabalho, de que a privatização da Vale em 1997 trouxe sérios prejuízos para os cofres públicos, e para os orçamentos dos municípios e estados onde a empresa assenta seus projetos. Os migrantes são tratados como trabalhadores de categoria inferior, principalmente os mais pobres e sem qualificação para trabalhar em mineradoras.

O que na verdade se desenvolve em Parauapebas, e não é de hoje, é um acelerado processo de subdesenvolvimento, encoberto pelo aparente desenvolvimento urbano. Como de praxe no capitalismo há uma ideologização do progresso de que a produção de riquezas estaria assentada no pragmatismo da acumulação de riquezas em antagonismo ao crescimento humano, ou seja, ao iniciar o soar das trombetas de possíveis crises no mercado, logo o sacrifício deve ser imputado ao trabalho humano, que deve ser sacrificado para salvar o capital.

A CVRD depois de privatizada auferiu lucros significativos, segundo a revista Exame (2005) os lucros da Vale saltou de lucros de 325 milhões de dólares, em 1997, para 1,5 bilhões em 2003. Todavia, esses lucros não redundaram em melhores condições para a população e principalmente para a mais pobre, em nem os lucros tiveram sustentabilidade<sup>42</sup>, isso implica constatar que “A acumulação do capital em atividade extrativista, quando lideradas pelas elites do capitalismo dependente e periférico, só pode ser realizada com todo seu vigor a expensas da natureza e do trabalho” (COELHO, 2015, p. 56).

---

<sup>42</sup> Segundo Lucio Flavio Pinto em 2014 a Vale teve um prejuízo de 44 bilhões de dólares. Fonte: <https://vale-qvale.wordpress.com/2016/02/25/vale-prejuizo-de-us-44-bi/>

A crise econômica do capitalismo rebaixa os lucros das grandes empresas mineradoras, porque os preços caem no mercado internacional, que para saírem do “buraco” buscam a saída mais cruel para o meio ambiente e o trabalho, diminuem os valor do trabalho, aumentado a mais-valia relativa, aceleram a extração mineral, isso resulta que a extração de minérios, em determinada área, que era para ser explorada durante 50 anos, é explorada em 20 anos, isto é, para compensar a queda de preço do minério aumentam a produção e abrem mais “investimento” em outros municípios, diminuindo a produção nas minas da Serra dos Carajás, desempregam milhares de trabalhadores que exercem atividades secundárias e super exploram a mão-de-obra qualificada. A conclusão é catastrófica para os homens e mulheres simples de Parauapebas e dos municípios onde a Vale atua.

Se observamos atentamente andando pela cidade de Parauapebas perceberemos uma sociedade cada vez mais estressada pela falta de certezas no futuro de seus empregos. As expectativas frustradas aumentam a xenofobia aos migrantes que chegam e aos mais pobres que estão na cidade. O aumento crescente da violência, a gula por lucro rápido encarece a sustentação da população, o individualismo em busca de soluções isola e torna as relações sociais mais tensas, muitas lojas vazias, muitas fechando, outras transferindo os seus pequenos e médios negócios para as cidades onde a Vale aponta que será outro nicho de “prosperidade”. Mas esse deslocamento transfere, sem que a cidade de Parauapebas mude sua rotina, parte das mazelas urbanas de uma cidade para outra. Os preços de moradia aumentam, a especulação imobiliária graças sem controle algum, a periferação urbana aumenta agravando a tênue vida urbana, a existência da corrupção desenfreada nas instituições públicas.

Para os homens e mulheres simples de Parauapebas não há saída de fácil solução. Ao conversar com as pessoas que veem o comércio aos poucos se evadindo da cidade para seguir os rastros da Vale, constata-se que as possíveis soluções e esperanças conduzem novamente ao início, seguir a Vale. Porém, o conselho dos mais velhos, que conversam nas praças em tom alto para serem ouvidos, que se aposentaram trabalhando da Vale é: “não sigam a Vale, eu segui e só ganhei uma péssima aposentadoria e uma velhice doentia” (declaração espontânea). A maioria das praças está cheia de pessoas, conversando, vendendo, parando para um ligeiro repouso: muitos parecem não querer chegar em casa. Se se fica ali por algum tempo, observamos que muitos não se deslocam, a Vale não sai da conversa, do discurso ou das esperanças. Há comércio para todos os lados que se olha, mas todos vazios ou com poucas pessoas circulando no interior. Até mesmo o “templo” do comércio, o Shopping, nos dias de semana, recém inaugurando, demonstra que o “boom” do desenvolvimento esperado se distancia da prosperidade. Mal sabiam, ou não acreditavam, os migrantes de todas as classes sociais, e os já fixados, que

a história está cobrando a falta de cautela quando se trata de deixar as suas esperanças nas mãos de um grande enclave<sup>43</sup>, como a Vale.

As esperanças depositadas na Vale, de melhores dias, foi construída com base nos gráficos apresentados pela própria empresa, com anos de crescimento vertiginoso na extração e venda de minérios para o exterior.

Em 2013 a Vale explorou e exportou 104,09 milhões de toneladas métricas e minérios de ferro (Ibid., p.56-57), se somarmos isso do ano de 1986 a 2013, a Vale produziu 1. 672,900 (um bilhão seiscentos e setenta e dois milhões e novecentos mil, toneladas métricas de ferro) porém todo essa exponencial riqueza, porém, deixou intocadas as estruturas do subdesenvolvimento. A mineração no capitalismo concentra mais riquezas e pauperiza as massas de trabalhadores.

Portanto, a região do Sul e Sudeste paraenses apresentam relativos índices de prosperidade econômica, mas isso em parte está relacionado às características desta região em comparação com regiões mais antigas do estado do Pará que apresentam índices de desenvolvimento abaixo do Sul e Sudeste do Brasil. Historicamente é uma região de recente exploração das riquezas naturais, enquanto o nordeste, norte e Oeste do Pará as suas riquezas naturais encontram-se exauridas.

Como exemplo histórico estas as regiões da Amazônia que se desenvolveram sob a exploração do imediatismo econômico da extração da borracha, da castanha e da madeira, onde só que enriqueceu foi uma parcela ínfima da população. No final o que assegura a sobrevivência das populações tem sido o comércio e o emprego no serviço público, cidades como Manaus foram salvas com a implantação de zonas comerciais e de indústrias de montagem. Em Macapá, com histórico idêntico, o ainda Território Federal ligado ao Pará fora um nicho de prosperidade quando da Serra do Navio eram tiradas milhões de toneladas de manganês. Neste instante na década de 1970 a 1980, as vozes que ecoavam eram pela emancipação de Macapá do estado do Pará, com forte argumento de que Belém se beneficiava das riquezas oriundas do Manganês. Atendido apelo, não demorou 20 anos o progresso, com a baixa produção para o mercado externo, logo Macapá deixou de ser a ilha de prosperidade e parte da população migrante começou a retornar aos seus locais de origem. O que “salvou”? No mesmo modelo de solução para Manaus, criou-se uma zona franca de venda de produtos exportados de baixa qualidade oriundos

---

<sup>43</sup> Instalação de uma economia exportadora que cria nenhum ou pouco links benéfico para os outros setores da economia local..Instalação de estruturas artificiais que são alheias e qualitativamente diferentes da realidade local (COLEHO,2015, p, 57)

da Ásia, com empregos de baixa renda. Não se criou nem uma empresa nacional que verticalizasse a produção. Todavia, mesmo essa saída não era certeza de que se garantiria melhores condições socioeconômicas para as populações, porque a mentalidade das elites amazônicas é de uma ideologia que não confia no desenvolvimento apoiado na força de trabalho, é uma elite econômica historicamente dependente; imediatista, porque explora a força de trabalho ao extremo para extrair mais-valia no curto espaço de tempo, levando a exaustão o trabalho humano.

Porém ao se verificar o intenso fluxo de migrantes para outros municípios vizinho a Parauapebas, a mentalidade da força de trabalho migrante também não sofreu mudanças, continuou a seguir o comando da Vale, isto porque, não se alterou a postura dos governantes do estado e municípios que querem medidas e saídas que não lhes deem trabalho para criar novas oportunidades. É uma ideologia econômica que não busca saídas coletivas, pois as associam às alternativas socializantes. Por outro lado, as lideranças de movimentos sociais apresentam críticas ao modelo econômico sem organizar formas alternativas para rivalizar com o capital. Ao que tudo indica, esperam que com as críticas criem uma consciência coletiva que vai arrebatá-las as massas migrantes e a população para construírem espontaneamente um novo modelo produtivo baseado na associação solidária e comunitária.

## CAPITULO 3

Este capítulo não tem o objetivo de repetir os dados, principalmente estatísticos, privilegiará o trabalho de observação da pesquisa. De certo modo, a ideia é trazer a responsabilidade para o pesquisador; é associar as observações realizadas, sem abrir mão dos referencias apontados nos capítulos anteriores. Subdividiu-se este capítulo em cinco seções.

A primeira, funcionará como introdução as seções seguintes. Traduz de modo geral as principais fronteiras com o estado do Pará, e os significados da fronteira que delineiam os contornos da migração da força de trabalho que se movimenta em direção à Parauapebas

A segunda seção, aborda a questão da territorialização de Parauapebas sob o viés sociológico. Apresenta aspectos da vivencia e do cotidiano, que para o migrante pêndula entre a territorialidade: o local em as contradições são assemelhadas; e a desterritorialização, espaço onde as relações se liquefazem. E novamente tratar da questão da sociabilidade afetada do migrante.

A terceira seção, trata de apresentar a condição social da força de trabalho migrante em Parauapebas. Como na seção anterior privilegiou-se as observações, mas aqui, precisou retomar alguns dados não mencionados no primeiro capítulo. A proposta também e materializar os dados por meio observação do pesquisador no âmbito das condições sociais precarizadas da força de trabalho migrante, tomando como ponto de partida a discussão sobre trabalho e sociabilidade. Está é o resultado das observações e conversas específicas junto a trabalhadores que frequentam o Sistema Nacional de Empregos (SINE) e estudos gerais sobre trabalho e sociabilidade. Com frequência será feita dialogias com estudos bibliográficos e documentais.

A quarta e última seção, é a realização de um estudo sobre a condição de fronteiras entre Pará e Maranhão, especificamente sobre as redes de recepção a comunidade Maranhense em Parauapebas. E também, como o migrante maranhense se modificou em foi modificado em meio aos atritos de identidades e sociabilidades no ambiente social no ambiente social desta cidade. Além das observações, das entrevistas realizadas, discute-se os fragmentos da entrevista do cantor Willian Barros, que foi transformada em uma música e cedida para ser interpretada.

### 3.1 Os Migrantes e a fronteira

De todas as fronteiras do estado do Pará, as mais importantes para o processo migratório têm sido, há mais de 44 anos, ao Sul com Tocantins e Mato Grosso; ao Sudeste com o Maranhão. Essas fronteiras permitiram a passagem do grande fluxo migratório de força de trabalho.

Houve uma transformação, nesta parte da Amazônia Oriental, de habitações “rarefeitas”, para uma das mais intensas frentes de expansão populacional e econômica da Amazônia. Por isso, é importante interpretar as novas estruturas sociais e o processo de mobilidade para a Amazônia Oriental. Compreendê-la como um complexo social, econômico e cultural, e principalmente interpretar como homens e mulheres se relacionam e constroem novas relações sociais. Precisamos, então, saber traduzir as teias de ligações humanas que organizam-se e se desorganizam, para voltar a se organizar, ao longo da fronteira com os estados mencionados (LOUREIRO, 2009; HÉBETTE, 2004; KOWARICK, 1995).

Essas (des)ordens nas fronteiras são “fabricadas” por itinerários não escritos. São fronteiras físicas aonde os “rastros” não ficam à amostra, e por isso precisam ser descobertos. Mas para isso é necessário mergulhar na realidade das pessoas, seguindo os seus itinerários. Mais do que isso, se posicionar-se face a face com os sujeitos. Visto que, a mobilização de migrantes em busca de novas condições materiais e de vida aciona movimentos de mudanças para construir novas realidades ampliadas. Isso significa afirmar que as mobilidades humanas naquelas fronteiras com o estado do Pará enfraquecem em parte as modelagens teóricas antes tidas como referências para compreender as mudanças socioculturais em andamento no Sudeste paraense.

As fronteiras criaram novas sociabilidades que brotaram das relações palmilhadas na dureza do cotidiano, na intensidade das relações que apresentavam-se em momentos de conflito e solidariedade; de situações de confronto na luta agrária recente; na política, com ascensão de novas forças políticas regionais se confrontando com as tradicionais.

Ou, interpretando esta realidade por meio de uma análise mais rebuscada, podemos compreendê-la no processo de mobilidade humana em dois momentos inseparáveis, a des-territorialização e a re-territorialização de humanos (SANTOS, 2002), vistas como uma mobilidade espacial, uma movimentação geográfica de indivíduo ou grupos de indivíduos que rasgaram a fronteira e se espalharam ao longo de uma extensa faixa territorial paraense.

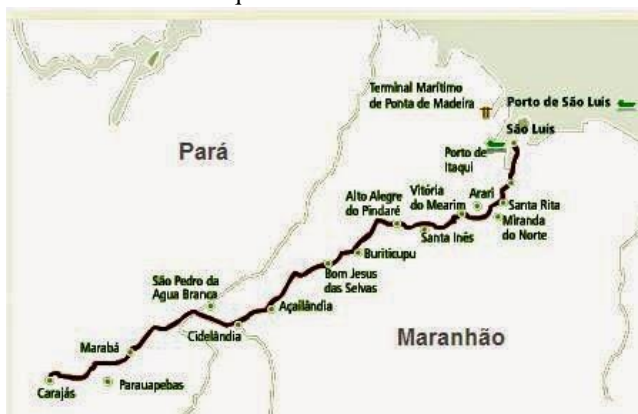
Aparentemente estes aspectos nos antevê uma falsa impressão de que conceitualmente está resolvida a possibilidade de já se ter sob domínio a realidade do migrante em seus deslocamentos territoriais. Porém, essa possível facilidade de compreensão, de entradas e saídas de pessoas de um território para outro, reclama entender a temporalidade dos deslocamentos humanos. O que exige muito mais contextualização conjuntural, e estrutural, quando necessitamos compreender a mobilidade da força de trabalho. Ou seja, a mobilidade da força de trabalho está explícita na des-territorializar e re-territorializar como um meio de buscar a satisfação humana.

O que de fato está intrínseco é a necessidade da reprodução da força de trabalho, é isso que a mobilidade humana vai em busca.



De todos os fluxos migratórios o que vem do estado do Maranhão conduz o maior contingente da força de trabalho para Parauapebas, conduzidos de ônibus ou pelo trem da Vale, milhares de migrantes se desterritorializam para arriscarem as suas sociabilidades no ambiente hostil à força de trabalho mais pauperizada.

Figura 10 - Estrada de Ferro Carajás. Parauapebas-PA ao Porto de Itaqui em São Luiz-MA



Fonte: Maps (Google, 2015)

A fronteira é o universo, que dá sentido ao mundo: de estabilidade e segurança. Porém quando o migrante se afasta da fronteira o mundo se torna grande, o universo que se pensava antes da aventura de romper a fronteira, se desfaz. Com o mundo multiplicado, se dispersam as referências. Espaço e tempo se dissolvem, o que implica em perda de algumas determinações essenciais: o real, a vida real, já não comporta apenas o *meu* lugar. Talvez por isso o migrante compreenda melhor o sentido de desordem, a necessidade de se rearticular cultura, signo e significados, realidades e imaginário. Estes são os novos sentidos sociológicos que associados a outros que se ampliam, como: indivíduos, famílias, grupo, classe se esvaem no “desconcerto do mundo” (IANNI, 1999, p.101).

### 3.2 A territorialização: por uma visão sociológica

Se o lugar é a vivência do cotidiano onde compartilho com diversas pessoas uma mesma realidade, então a o cotidiano é o palco onde vivencio ao mesmo tempo cooperação e conflito; e também onde os vínculos de sociabilidade são fortalecidos. Estar em um mesmo lugar é compartilhar o cotidiano no tempo e espaço, uma certa mesmidade, que se afeta quando um indivíduo ou grupo de indivíduos decide (i)migrar. Ou como sugere Bauman,

Essa mesmidade encontra dificuldades no momento em que suas condições começam a desabar: quando o equilíbrio entre a comunicação ‘de dentro’ e ‘de fora’, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’. A mesmidade se evapora quando a comunicação

entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas. (BAUMAN, 2003, p.18).

A territorialidade é o espaço vivenciando, o local que se pertence onde se encontra segurança e relações identitárias comuns, onde o conflito é mensurado, a comunicação é audível. Mas, apesar da tolerância no espaço onde vivo, o “meu” lugar não é o espaço de harmonização plena, entretanto, as minhas relações sociais no “meu” lugar as contradições são assimiladas, os confrontos são esperados porque sei distinguir a quem dirijo o confronto. Na desterritorialização se desmaterializam as relações sócias plenas, não tenho domínio e apropriação do espaço, há uma exclusão socioespacial (CARVALHO E MEDEIROS, 2005).

Assim sendo Parauapebas é o lugar da territorialização dos desterritorializados, o tempo e o espaço onde os conflitos sociais se desenvolvem. Que espaço é esse?

Parauapebas é um lugar um tanto singular, pequenas colinas enfileiradas brotam do chão para formar paisagens de pinturas. No final da rua principal da cidade, indo em linha reta, o viajante dá de encontro com os grandes portões de acesso a rica e grandiosa Serra dos Carajás. Só entra quem se identifica aos seguranças da Vale. Os que desejam visitar sem ser funcionários precisam de autorização prévia.

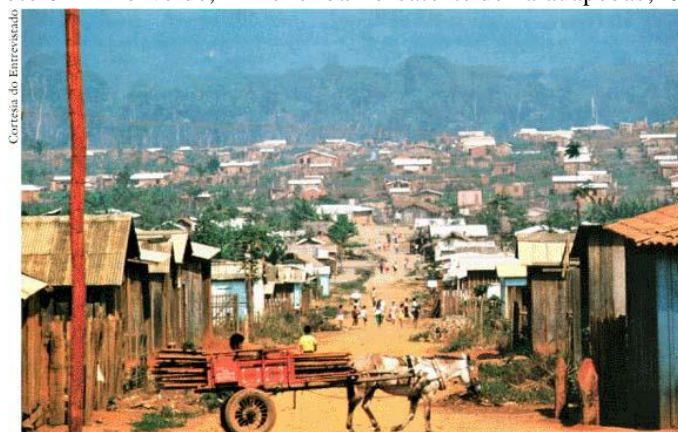
Foto 1: vista da prefeitura. Localizada no morro dos ventos, quadra especial, Ao fundo o centro da cidade, 2014



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Parauapebas nasce como um local improvisado para servir de apoio aos vários garimpos que brotavam todos os dias, cercada por casa de lonas, bares, comércio precários, bordeis etc. Mas esse local improvisado não existe mais. Quando se entra na cidade parece que desde o início tudo foi pensando para ser permanente. E isso ocorreu, desde quando a então estatal Vale do Rio Doce montou o primeiro núcleo de moradia de trabalhadores de força de trabalho migrante, e com seu projeto urbano trouxe as mesmas mazelas que cercam a falta de direito às cidades, e a principal, a segregação espacial (SOUZA, 2011).

Foto 02 - Rio Verde, Primeiro bairro satélite de Parauapebas, 1984

*Rio Verde, o núcleo satélite da cidade de Parauapebas.*

Fonte: Aziz Ab`Sáber, arquivo pessoal

Apesar da prosperidade aparente, Parauapebas está longe de ser uma cidade que dê condições para a população de menor condições econômicas sobreviver, de certo modo é um retrato da região Sudeste, rica mas com uma população pobre. Não foi sem razão que a maioria dessa região votou a favor da divisão do estado do Pará<sup>44</sup>. Presenciou-se no dia-a-dia da campanha de como foi fácil para a “nova” elite política, os latifundiários e os donos do agronegócio propagandear a falsa impressão de mudança radical em suas vidas com a divisão. Utilizaram para isso a falta de sensibilidade dos governantes para com o Sul do Pará, que historicamente tem secundarizados esta região em seus projetos de governança<sup>45</sup>.

Foto. 03 – Morro do Céu Azul, bairro Novo Horizonte, 2014



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Quando se viaja para esta região de ônibus, a ida já se constitui em uma aventura. De Belém a Marabá são cerca de seis horas, em condições normais, ou mais horas, dependendo das

<sup>44</sup> O Plesbicio decidiu contrário a divisão. A favor da divisão, Sim: 33,40 % dos votos válidos; contrários a divisão, Não: 66,60 % dos votos válidos. Porém a votação no Sul e Sudeste deu a vitória a favor da divisão (TRE-PA, 2011).

<sup>45</sup> Os gastos em % PIB do governo do estado do Pará com o Sul do Pará nos anos de 2008 foi de 19,1. Gastos por habitantes 2.681

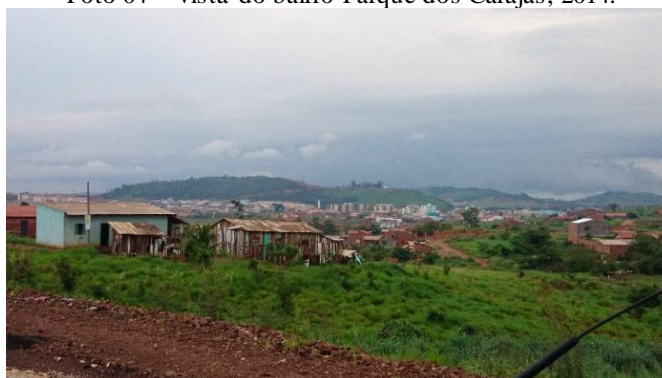
condições das estradas. A adrenalina é intensa, o medo de assaltos, estradas esburacadas, são apenas alguns momentos marcantes. As paradas constantes em locais sem segurança à noite, são uma experiência que testa a paciência e a tolerância ao medo. Podem ser contadas às dezenas a quantidade de pessoas que descem e sobem nos entroncamentos ou rodoviárias. Entretanto, é nestes ônibus que podemos ouvir os sotaques nordestinos da zona da seca se misturar a de paulistas, mineiros e paraenses. As paradas dos ônibus e de outras conduções são locais de baldeação de pessoas em trânsito para suas moradias ou de migrantes em busca de trabalho em direção ao meio urbano e rural das cidades.

Mesmo para quem já tenha realizado a viagem por muitas vezes, a tensão é a mesma. Entretanto, o fascinante é ouvir as experiências de grupos que conversam em tom alto, como se quisessem que todos compartilhassem as suas experiências de vida, os seus projetos e temores. A forma de se intercambiar com o outro é um complicado desvelo, porém não impede que se escutem desalinhos.

As conversas elevam o nível dos conflitos, “o que essa gente veio fazer aqui? São perguntas não ditas diretamente; são pronunciadas em tom baixo, e têm um efeito devastador na sociabilidade do migrante. São as palavras do “chegado”, aquele que já está inserido na sociedade, dirigida ao “chegante”, o indivíduo que está chegando.

As condições das estradas e das cidades que conduzem à Parauapebas nem de longe são o que migrante ouviu falar. Invariavelmente as cidades são cortadas por estradas; muitas são arborizadas e asfaltadas em pequenos trechos em frente às cidades, quanto mais nos aprofundamos pelas ruas ao interior destas vemos um “dégradé” urbano-social que esmaece a infraestrutura conforme se chega aos bairros mais pobres.

Foto 04 – Vista do bairro Parque dos Carajás, 2014.

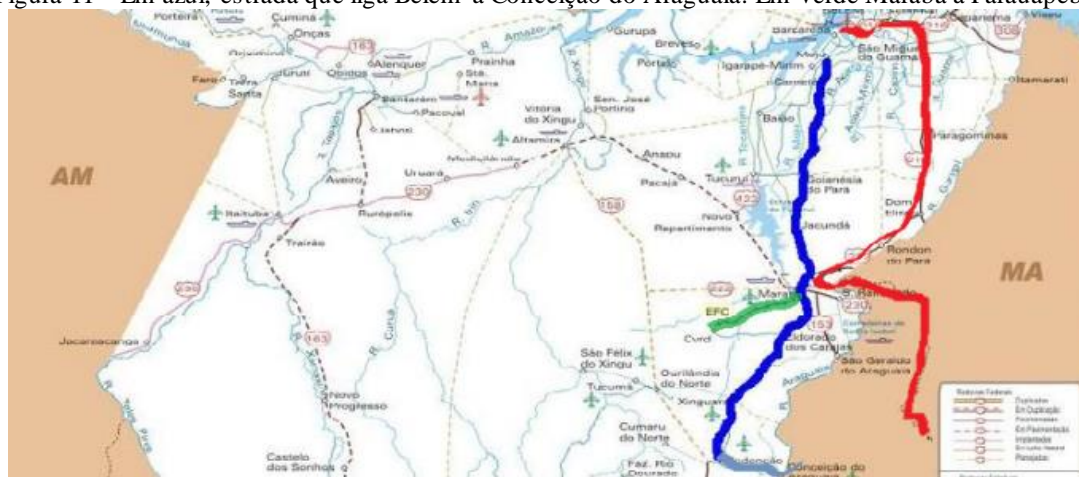


Fonte: Arquivo pessoal do autor

De todos os caminhos à PA 150 sempre foi uma estrada que historicamente pessoas com seus sonhos e esperanças caminharam sobre os seus mais de 900 km de extensão, partindo de Belém em direção a Conceição do Araguaia, fronteira com o estado de Tocantins; para se chegar

a Parauapebas, saindo de Belém, utiliza-se a PA 150 até Marabá, e a PA 475 de Marabá a Parauapebas. Ao longo dessas estradas vimos cidades mudarem com rapidez impressionante e migrantes serem obrigados a se transformar.

Figura 11 - Em azul, estrada que liga Belém a Conceição do Araguaia. Em verde Marabá à Parauapebas



Fonte Maps (Google, 2015)

Apesar de alguns poucos migrantes se deslocarem para o meio rural a maioria não tem a intenção de ir para o interior dos municípios com menos desenvolvimento. Comprova-se isso, com os dados impressos no primeiro capítulo em que a maioria dos migrantes se encontram na região urbana e aumenta o número de migrantes itinerantes.

Atualmente, isso é possível de se observar nas viagens, existe um número crescente de migrantes que não viajam com as famílias, o que permite mobilidade maior, “se não der certo, continuo a minha viagem até encontrar um lugar para me instalar e trazer a família” (anônimo), comenta a maioria dos migrantes de passagem. E cresce também aqueles que buscam trabalho e organizam-se em espécies de repúblicas. Como o migrante sabe que muitas funções nas empresas são sazonais, não arriscam alugar casa sozinhos e trazer a família, o custo seria maior e a mobilidade para percorrer o corredor da mineração seria menor. O corredor<sup>46</sup> da mineração é constituída por municípios em que a Vale realiza novos investimentos e cria novos mercados de trabalho.

Como se afirmou antes, até a década de 1980 os migrantes que se deslocavam para o Pará eram predominantemente de trabalhadores rurais. Os moradores se deslocavam internamente com vários propósitos. Ameaçados de perder a terra conquistada, sob as visitas frequentes de pistoleiros nas casas dos trabalhadores, os conflitos entre vizinhos, a perseguição policial

<sup>46</sup> Atualmente o corredor da mineração são novos empreendimentos da Vale constituído por municípios que circundam Parauapebas - El Dourado dos Carajás, Ourilândia, Curionópolis, Canaã dos Carajás e a 400 km de Parauapebas, a cidade de Conceição do Araguaia.

Por isso, as conversas em público eram recheadas de códigos. Nas localidades de conflitos, principalmente agrário, os migrantes, para se comunicarem utilizavam palavras pouco compreensivas para pessoas que os visitavam.

As palavras e frases constituíam-se em um código social importante. Distinguir com precisão os mais variados sotaques era uma forma de conhecer as representações que informavam o que de fato se está dizendo sobre os assuntos que nem todo mundo deveria compreender, ou seja, os migrantes construíam, no âmbito de seu grupo social, informações e o modo de compreendê-las para que outras pessoas que não pertenciam a comunidade, a maioria no meio rural, não entendessem com precisão qual realmente o significado de algumas palavras e frases. Isto, no entanto, daria outro estudo interessante.

Alguns migrantes chegavam na perspectiva de obter um lote de amigos e parentes na cidade ou no meio rural. A vinda de parentes e amigos acontecia porque era uma forma de ter aliados para combater as dificuldades ou ter força de trabalho de confiança.

Outras razões para os deslocamentos do migrante para as cidades não estavam diretamente associadas à violência, mas também à falta de médicos em localidades distantes das sedes dos municípios, compras de gêneros de primeira necessidade, e de material de trabalho.

Os itinerários de viagem são ricos em informação oral. De Belém a Marabá já permite saber que se está caminhando em uma realidade antinômica em que tudo se confunde, e é essencialmente nestes conflitos que se gestam os problemas e suas soluções. Homens e mulheres migrantes se trançam em redes sociais, um emaranhado delas que formam teias de relacionamentos na novas territorialidades.

De outro modo, reconhecer e relacionar pessoas de regiões do Brasil e seus interesses, é importante para conhecer as sociabilidades, ou, em alguns momentos a negação da sociabilidade do estranho, que se entrecrocaram e se agrupam na diversidade.

Os capixabas em sua maioria estavam mais interessados na extração de madeira, explorar a força de trabalho e retornar aos seus lugares de origem. O migrante do Sul e Sudeste brasileiro, buscavam terras férteis para plantações e instalar agronegócio, ou a agricultura familiar quando tinham menos posses. O mineiro se inclinava à criação de gado. O maranhense da fronteira com o Pará, de poucos bens materiais, são atraídos pelas redes de parentes e amigos, dirigem-se para o meio rural ou ficam nas cidades com os trabalhos precários. O nordestino, no geral, bem mais sofrido, com um repertório imenso de deslocamentos em seus históricos, se dedica à pequena agricultura de subsistência, ou quando tem bens materiais, ao gado e à agricultura. É bom afirmar que essas impressões não podem ser generalizadas, porque como foi escrito antes, essas afirmações são fruto de experiências pessoais, principalmente na década de

1980, e convívio com uma parcela de um universo pouco amplo de migrantes e, portanto, encontra-se perfil de migrantes de variações diversas, de classes sociais e estratos muito vasto com interesses que as vezes combinam uns com outros objetivos de deslocamento e escolha de forma de viver, entretanto, pra se chegar a realidade de Parauapebas é necessário compreender, pelo menos, esse processo de desterritorialização dos migrantes nos anos de 1980 a 2010

A convivência nos permite muita heurística para compreender a realidade atual. Com atenção o observador constatará a mudança de perfil do migrante na atualidade, mesmo porque muitos são migrantes que estão sempre de passagem e destino definido, que já não se deslocam como aventureiros caminhando às cegas. Se antes era fácil identificar os migrantes pelos seus vestuários, pelos objetos que transportavam, ou até mesmo relacionar os sotaques regionais com a sua condição social, isso já não serve mais como parâmetros de conhecimento imediato da realidade e de experiência social do migrante do sul e sudeste paraense.

A fixação e estabilização de grandes projetos, a intensificação da mobilidade de grandes capitais, as exigências de trabalhadores com escolarização média e superior, instalação de empreendimentos diversificados, transformaram a região do sul e sudeste paraense economicamente e politicamente, e também proporcionaram mudanças de hábitos e costumes, mudaram assim, o perfil geral do migrante (SOUZA e PEREIRA, 2008).

Antes, quando se perguntava a um migrante de passagem em que ele ia trabalhar a resposta sempre era “na lavoura” ou “cuidar de fazenda” (anônimo), ou mesmo em pequenas atividades de serviços, a maioria ligada ao cabo da enxada, pequenos serviços de pedreiro ou de montaria. Agora se a pergunta for: “vai trabalhar em que? A resposta será na maioria: “no que der” (anônimo). Essa resposta dá a falsa impressão de que o migrante venderá a força de trabalho dele a qualquer um porque não tem formação adequada, ledo engano, como as atividades se diversificaram parcela da força de trabalho migrante também diversificou a sua qualificação. Em alguns casos tanto os que já residem, quanto o migrante permanentemente itinerantes têm formação superior em dois ou mais cursos, não é a maioria; e os que têm apenas a formação do ensino médio, buscam trabalho no comércio e em pequenos escritórios, ou ainda em empresas terceirizadas ligadas aos serviços da Vale. Outros com pouca formação escolar, procuram trabalho no setor de vigilância de patrimônio, na construção civil (quando já conhecem o trabalho de pedreiro, podem conseguir uma vaga como ajudante), se não conhecem a profissão trabalham como servente na construção civil, que é uma função onde se adquire prática na atividade e pode-se subir de posto mais rápido que em outras atividades, como no comércio ou técnicos.

A cidade de Parauapebas reflete os dados econômicos que atestam o seu acelerado crescimento: polo de atração de força de trabalho de vários estados Brasil, com orçamento maior do que a capital do Pará, Belém.

Parauapebas não é uma cidade planejada, mas já não é meramente uma cidade dormitório. Cresce de forma desordenada. Os prejuízos sociais são da dimensão dos seus dados estatísticos. Mais da metade da receita do município é proveniente da extração mineral; é o “combustível” que mantém a robustez do orçamento e ao mesmo tempo as mazelas sociais, tudo num “cadinho” (dados no primeiro capítulo). São grandes distorções sustentadas por uma renda per capita idêntica à da cidade do Rio de Janeiro, mas com problemas sociais de cidades do estado do Pará com orçamentos menores. Há mudanças sendo operadas pela prefeitura de Parauapebas em moradias, porém os contrastes permanecem. Afastando-se do centro urbanizado há favelização nos morros por todos os lados, onde mora o precariado.

Em conversas e observação não se percebe que dados negativos perturbam os moradores, ou que tenham clareza que um dia a “fatura” orçamentaria proveniente dos *royalties* da Vale vai ter fim. Para muitos a mineração não é um meio, mas um fim. Ou seja, não se pensa na mineração para criar outras infraestruturas para manter riquezas mais permanentes, como por exemplo a verticalização da produção. A realidade é que após mais de 30 anos, 80% da produção *in natura* sai da mina da Vale e vai direto para o trem que escorre a produção para o exterior (COELHO, 2015).

Isso verte contradições profundas, possibilidade de um futuro melhor ou pobreza crescente. Essa situação produz certa desesperança de muitos. Alguns na eminência do esgotamento, “se não conseguir um emprego, volto para minha terra” (anônimo). Porém a maioria dos migrantes que quis ser provisório, virou permanente, e agora quer ser um migrante itinerante, isto é, para muitos não tem mais sentido permanecer, o objetivo de melhorar a vida em um lugar que ofereça centenas de oportunidades deita por terra a propaganda do mercado-capital em exigir mais e mais qualificação.

A lógica não é exatamente a qualificação, mas fazer com que a força de trabalho seja flexível suficiente para aceitar uma função em escritório e, ao mesmo tempo, quando desempregada, outra função como serviços gerais. Ao final, o trabalhador descobre nos limites mais estreitos as condições para a sua reprodução e de sua família, torna-se itinerantes porque não são aproveitados na linha direta da produção das empresas, tanto da Vale como de suas subsidiárias e das empresas terceirizadas, ocupando-se apenas nos períodos das obras em construção. Quando a construção de prédios e infraestruturas estão prontas, o desemprego é iminente.



Quais conclusões podem ser consideradas como caracterização para uma análise sociológica da territorialidade de Parauapebas? Considerando que a territorialidade é o espaço da construção de sociabilidades, o espaço onde é realizada a reprodução da força de trabalho, onde se estruturam novas organizações societária a partir das antigas relações sociais. O ponto de partida para a construção destas sociabilidades é definir que a territorialidade seja um conjugado de sistemas: sistemas de objetos e sistemas de ações indissociáveis. Entre objetos e ações considera-se, segundo Santos (2002), paisagens, a configuração territorial, a divisão social e territorial do trabalho, o espaço produtivo, palcos das ações dos sujeitos.

A ação dos sujeitos efetivamente possibilita o dinamismo das redes de relações humanas, razão pela qual, Parauapebas é o espaço da territorialidade que atrai forças produtivas. São essas novas forças produtivas que se desorganizam e se organizam.

O modo pelo qual as forças produtivas se organizam em Parauapebas, faz emergir novas característica do perfil do migrante: o surgimento da força de trabalho migrante itinerante, que prefere os centros urbanos; forçados pela forma de exploração do capital, que mudam o perfil profissional se adaptando aos interesses das empresas terceirizadas e das grandes empresas mineradoras; a força de trabalho migrante tornou-se permanente contra sua vontade, muitos decidem ser itinerantes em volta do polo de atração. A força de trabalho migrante cada vez mais assume funções flexíveis em atividades precarizadas; afetação da sociabilidade por meio da negação dos sistemas reprodução limitando a ação da força de trabalho migrante.

A sociabilidade do migrante é afetada pelo estranhamento com outro, o mal-estar que culturas diferentes causam uma as outras no des(encontro) do espaço social. Com o tempo à sociabilidade é afetada pela falta de perspectiva social, não o vazio de sentidos, mas o excesso de sentidos - negando as reclamações das ideias “pós-modernas” imputando a falta de sentidos ao estranhamento, a cultura sem fronteiras. Essas ainda são questões ainda pouco debatidas no espaço acadêmico, e pouco repercutidas nas políticas públicas de estados e municípios.

### **3.3 Trabalho e Sociabilidade: as condições do migrante em Parauapebas**

O problema da afetação da sociabilidade do migrante em muito está relacionada às condições do trabalho, principalmente o rareamento das oportunidades que o mercado oferece aos trabalhadores. Grosso modo, trabalhadores migram para encontrar melhores condições de vida. Condições de vida é um conjunto de possibilidades. Vejamos o que o conceito de desenvolvimento humanos, apresentado em 1990 no Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Os requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas são: a saúde,

que é ter oportunidade de se levar uma vida longa e saudável; educação, ter acesso ao conhecimento e; renda, poder desfrutar de um padrão de vida digno por meio das condições econômica (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

Como já vimos, a cidade de Parauapebas reúne condições favoráveis para que o migrante desenvolva parcialmente a luta pela sobrevivência: comércio bem desenvolvido, setor de serviços estruturado, urbanização em expansão (SOUZA, 2011). Porém nos últimos dez anos houve abertura de novos projetos de mineração da Vale em Eldorado em Cannã dos Carajás, Ourilândia e El Dourado dos Carajás, o que proporcionou a fragmentação do fluxo migratório concentrados antes em Parauapebas. Essa fragmentação fez diminuir a migração e rareou os empregos em Parauapebas.

A movimentação no SINE (Serviço Nacional de Empregos) demonstra que as inscrições de trabalhadores em busca de emprego oscilam desde 2010, com 90.532 inscritos; em 2011, com 55,523 inscritos; em 2012, apresenta um impulso extraordinário, 127.375; em 2013, uma baixa brusca, 56.725 de trabalhadores que procuraram emprego (MTE/SINE,2015). Ou seja, isso mostra que apesar da migração a Parauapebas ainda ser intensa, se comparado com outros municípios do estado do Pará, porém o processo migratório tem se diluído para outros municípios, a maioria vizinhos a Parauapebas por conta da implantação de novos projetos da Vale.

De todos os fluxos migratórios para Parauapebas, em comparação com as outros estados brasileiras, o Maranhão constitui-se na maior “bacia” de migrantes que se deslocam para Parauapebas, por isso, nos possibilitará definir algumas características importantes, por ser um estado de fronteira com o estado do Pará. Os municípios do Maranhão em sua maioria estão abaixo de níveis mínimos do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, o Maranhão (com índice entre, 0,286 e 0,434) ocupa a 25ª posição no ranking entre as 27 unidades da federação do Brasil. Sendo que o maior índice é de 0,824, ocupado pelo Distrito Federal: e o menor é 0,631, estado de Alagoas (PNUD, IPEA, FJP, 2013). Essa situação não é ocasional, ocorre pela situação específica de “fronteira” que o sudeste e sul do Pará estão expostos (CASTRO, 1994)

Essas características circundam o fundamento da migração da força de trabalho “desqualificado” para Parauapebas, ou seja, os maiores fluxos migratórios para Parauapebas têm origem dos estados mais pobres do Brasil. Com qualificação inadequada para a exigência do mercado de trabalho formal, principalmente nas mineradoras que pagam melhores salários, a maioria dos migrantes são obrigados a buscar empregos de baixa remuneração e mais precarizados. Isso implica afirmar que a sociabilidade da população maranhense é a mais afetada. Por

causa de todas as características acima descritas, são acusados, em Parauapebas, pelo aumento da periferização das moradias e da violência.

Foto 5: Praça do cidadão, bairro: Rio verde. Trabalhadores aposentados conversam sobre as condições de trabalho na Vale, 2014.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Entretanto, muitos migrantes, em geral os itinerantes, se adaptaram as exigências do mercado, ou seja, a sociabilidade já apresenta certa estabilidade para os migrantes mais antigos, e o itinerante procura não se envolver nas disputas do espaço social e cultural, isso não significa que a tarefa para conseguir um emprego seja mais fácil, ou que as acusações de estrangeiros recrudesceram.

Como afirma Castro os processos atuais de trabalho parte de exigência de diversificação na estrutura produtiva e da flexibilização da força de trabalho. A difusão do assalariamento na Amazônia intensificou a mobilização da força de trabalho, “...neste sentido há um deslocamento espacial da pobreza e da exclusão social” (Ibid. p. 6)

Como verificamos e constataremos, a flexibilidade exigida não é apenas quanto a formação profissional, mas é principalmente a capacidade de mobilidade territorial da força de trabalho que se torna algo de grande importância para o capital, A Vale funciona como um maestro da economia da região, determinando quando, como e para onde a força de trabalho, menos ou mais qualificada para o trabalho da mineração, deve-se deslocar. As atividades da Vale, sendo o maior empregado da região sudeste, seja diretamente ou indiretamente, se caracterizam pelo modelo expansionista de desenvolvimento que favorece a mobilidade irregular da força de trabalho (Ibdi. p. 11) . Obviamente, que os deslocamentos estão diretamente ligados à abertura de novas frentes de trabalho em municípios que apresentam potencial de extração e industrialização do minério, principalmente o de ferro. Isso pode ser comprovada na movimentação de pessoas que circulam em torno do SINE de Parauapebas.

Durante os dias de observação e conversas informais com trabalhadores que procuravam o SINE<sup>47</sup> de Parauapebas, constatam-se os vários interesses que mobilizam os trabalhadores a procurar este órgão ligado ao Ministério do Trabalho. As 7h30m a frente do SINE se contabilizam-se 170 pessoas. A partir das, quando se abrem os portões o número de trabalhadores triplica, dentro e fora do prédio do referido órgão. Alguns em busca do seguro desemprego, outros fazem e refazem seus cadastros para candidatarem-se à novas vagas. A maioria se reveza olhando os anúncios colados nas paredes à frente do prédio anunciando as vagas em várias empresas terceirizadas.

Foto 06 - Trabalhadores em frente ao SINE de Parauapebas, 2013



Fonte: arquivo pessoal do autor

Antes mesmo do servidor do SINE terminar de colar os cartazes com as vagas, dezenas de trabalhadores se concentram. As vagas são diversas: auxiliar de cozinha, serralheiros, nutricionistas, eletricitas, atendentes, controlador de sanitários, essa função curiosa, e ao perguntar para os trabalhadores, informaram que é para vigiar os trabalhadores para não excederem o tempo de uso do banheiro. A Vale também tem seu espaço, oferece vagas para técnicos, ensino superior e médio com especialização em várias funções determinadas para trabalhos específicos na mineração.

Em um cartaz, de uma empreiteira, colado à parede do SINE, concentra-se a maioria dos trabalhadores; O anúncio não exige qualificação técnica “atualizada”, porém, para surpresa, a maioria após se concentrar, imediatamente se dispersam. Por que será que empregos que exigem exígua qualificação técnica levam poucos são os trabalhadores a se apresentar para as va-

---

<sup>47</sup> Sistema Nacional de Empregos – do Ministério do Trabalho.

gas? É compreensivo que as vagas oferecidas pela Vale são pouco procuradas pelos trabalhadores, pois os critérios são rígidos, a empresa multinacional não contrata para qualificar, exige que a força de trabalho já tenha qualificação prévia e que se encaixe exatamente no que exigem (registros em vídeo e fotos). Além do que as empresas ligadas a Vale seguem um padrão de contratação que estão para além da exigência formal da profissão, como

...principal empregador direto do setor mineral no Carajás e também indireta se levarmos em conta as empresas que lhe prestam serviços. O *enjeu* principal é, portanto, uma nova forma de regulamentação institucional do mercado, na medida em que se esboçam certas regras pertinentes ao modelo de gestão da mão-de-obra, compreendendo atitudes e comportamentos – como higiene e disciplina – e um senso de “profissionalização! Introduzido desde o recrutamento, como norma, nas empresas subcontratadas (CASTRO, 1994, P. 11).

Em conversa com a servidora do SINE, para solicitar dados estatísticos, recebe-se resposta curiosa. Não existem dados sistematizados dos trabalhadores. Os cadastros dos trabalhadores não acompanham o processo a partir do momento em que procuram o SINE e se registram à indicação para a certa empresa. Finalmente, não há dados se foram empregados ou não, e o porquê. Entretanto a servidora e os trabalhadores sabem responder algumas perguntas a esse respeito.

A conclusão é que a maioria dos trabalhadores indicados para as empresas não são contratados, todos têm qualificação para a função que procuram, porém, ao passar por testes simples de escrita perdem a vaga. Perguntou-se então: por que o SINE não sistematiza os dados e as ocorrências para contribuir com a formação e qualificação dos trabalhadores onde se identificam as suas debilidades? A resposta foi encontrada ao visitar as instituições de assistência social e de formação dos trabalhadores, é por que não há comunicação entre as instituições que têm a competência para formar, como as secretarias de assistência social, o FAT e outros; assim construiriam um conjunto de informações para elaborar políticas de formação mais eficientes.

A explicação imediata, mas não verdadeira, é que a servidora não domina o programa de cadastro. Ora, então não há sistematização do cadastro e nem a preparação adequada para a operacionalização do programa do sistema. Mas há um mundo subterrâneo nestas instituições. Os trabalhadores reclamam nas filas; quem conseguem empregos são aqueles que têm contato direto com a alguém dentro do SINE.

Por outro lado, o FAT<sup>48</sup> promove cursos que os trabalhadores já têm a formação profissional exigida, o que boa parcela não sabe é escrever e ler, não tem domínio das novas exigências das funções. Por exemplo: um almoxarife distribui o material a partir de um programa de

---

<sup>48</sup> FAT, fundo de Amparo ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

computador, um operador de máquinas pesadas terá em sua frente não enormes alavancas, mas sistemas eletrônicos, pneumático e hidráulico computadorizado com mensagens digitais. Se não souber ler, identificar códigos digitais, como terá um emprego com melhor remuneração? o que lhe resta, a curiosa função de controlador de banheiros, ou simplesmente de operador de máquinas com pouca inovação tecnológica e menos remuneradas, porque o maquinário é de baixa tecnologia. No geral as funções que a maioria dos trabalhadores relegam em voz alta quando estão ao lado de outros trabalhadores, alguns, depois, ao “pé do ouvido” do servidor do SINE, se apresentam para a vaga. Para a maioria dos trabalhadores aceitar outras funções que não esteja inscrita em sua carteira profissional, é ofender o seu caráter.

Nestas condições o caráter da força de trabalho migrante é corroído. Etimologicamente *caráter* se define como o modo de ser de um indivíduo, ou qualidade inerente de uma pessoa. Entretanto, o conceito sociológico se aproxima mais da contextualização para definir o sentido de caráter, na medida em que a palavra precisa se coadunar, aproximar-se da realidade provocada pelas mudanças implementadas no sistema capitalista pelos ideólogos do capitalismo. Desse modo, ficamos com o conceito de Sennett (2014), em que caráter é aplicado para expressar o modelo “flexível de trabalho”, que narra nos dias atuais um sistema que nega as formas rígidas de trabalho, combate a rotina do modelo fordista. A empresa exige agilidade do trabalhador, que sejam abertos a mudanças de curto de prazo, assumam riscos, e que se sujeitem menos as leis e procedimentos formais e aceitem as condições precárias de trabalho e direitos.

A instabilidade do emprego se dá em um momento singular, em que não há lutas sindicais que resulte em um amplo movimento grevista. Apesar de abalos nas economias, o capitalismo está cada vez mais vigoroso. Agora, a força de trabalho tem que se ajustar a novas mudanças. Não há tempo de desenvolver uma “narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos” (Ibid., p.27).

A força de trabalho migrante em Parauapebas vive a incerteza por falta de empregos permanentes, ou que que tenha uma longevidade um pouco mais estável. Esse capitalismo de lucro de curto prazo corrói o caráter e a sociabilidade do migrante. O mais afetado é o migrante itinerante, aquele que circula nos “corredores” da indústria do minério, convive com o frequente questionamento da população receptora já: “o que essa gente veio fazer aqui?” Esse questionamento se torna forte no convívio social, porque é associada à qualificação, ou a falta dela, a “desqualificação”, utilizada como forma de colocar o “outro” em seu “lugar”. Desse modo, o impacto da convivência com o outro coloca em risco “sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável” (ibid.).

Essas questões se aproximam das afirmações de Castro (1994), para ela, a realidade dos operários que desejam se integrar ao trabalho formal é decepcionante, uma vez que,

“...não somente porque uma boa parte dentre eles se inscreve pela primeira vez na condição de trabalhador assalariado, com carteira profissional, e contrato de trabalho, mas também em razão das insatisfações que eles ressentem em relação ao trabalho” (Ibid., p. 16).

Situação confirmadas nas duas entrevistas com sindicalistas que veremos em seguida.

A força de trabalho da construção civil leve e pesada, rodoviária, metalúrgica, especializada (qualificada) para extração de minérios, migrou principalmente dos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Não foi considerada a força de trabalho paraense, justificada por não existir instituições de ensino voltadas para a mineração. Acrescenta-se que a força de trabalho com nenhuma qualificação para a mineração migrou dos estados do Piauí, Ceará, Tocantins, com destaque para os estado do Maranhã. Como foi afirmado ao longo de várias seções dos capítulos, os migrantes maranhenses tinham, e ainda tem, mais facilidades de deslocamento por meio do trem de transporte de minério e passageiros. O trem da Vale transporta minérios da Serra dos Carajás, em Parauapebas para O Porto de Itaqui no Maranhão.

As mudanças em Parauapebas e região continuam, são permanentes e assustadoras, conforme as narrativas do Presidente do SIMETAL<sup>49</sup>. Meireles (2015)<sup>50</sup>, nos informou que chegou a Parauapebas em abril de 1998, assumiu o mandato de Juiz Classista, entre os anos de 1998 a 2001, como representante dos trabalhadores. Para quem atuou em mais de 7.000 processos trabalhista, mas que confirma a sua experiência e visão abrangente, porque a sua atividade nos quatro municípios, considerados como o corredor da mineração (Parauapebas, Eldorado do Carajás, Curionópolis e Canaã dos Carajás/Pará), permitia-lhe a vivência com a realidade arredia de Parauapebas, e a mudança de “humor” da principal empresa que arrasta a econômica da região, a Vale, sem que para isso seja a que mais emprega atualmente, embora sendo a que determina a marcha da econômica local.

Segundo Meireles (Informação verbal), entre os anos de 1998 e 2001, a Vale restringia a mineração nas Minas de N4-E, N5, das localidades conhecidas como Manganês do Azul e Igarapé Baia, localizadas na Serra dos Carajás, no município de Parauapebas. Mas, sutilmente a Companhia diminui a sua ação nestas Minas, tendo como estratégia forçar a migração dos

---

<sup>49</sup> Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Prestadoras de Serviços Metalúrgicos, Eletromecânicos e Eletroeletrônicos e nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico e de Informática dos Municípios de Parauapebas, El Dorado do Carajás, Curionópolis e Canaã dos Carajás/Pará

<sup>50</sup> Entrevista verbal concedida por: Odilon Rabelo Meireles. Entrevista I. [Nov. 2015]. Entrevistador: Raimundo Miguel dos Reis Pereira. Parauapebas-PA, 2015. 1 anotações.

trabalhadores qualificados para os novos empreendimentos, para não contratar do exército de reservas.

Neste período em que Meireles exerceu suas funções de Juiz Classista, foram anos de expansão para a Vale firmar a sua atuação em Parauapebas. É certo que já havia pesquisas anteriores para abertura de novas frentes de exploração mineral nos municípios vizinhos, mas que se expandiu assim que a Vale conseguiu os licenciamentos para a exploração mineral no município de Canaã dos Carajás, nas minas de cobre da Serra do Sossego. O resultado foi o esperado, a força de trabalho qualificada, para a mineração, em massa migrou para Canaã, e, com ela, milhares de pessoas acompanharam o fluxo migratório. Os migrantes que não conseguiam emprego nos dois projetos (em Canaã e Parauapebas) se espalhavam nos municípios vizinhos, Curionópolis e Eldorado dos Carajás.

Ainda segundo o entrevistado, depois de 2001 até os dias de hoje, a Vale conseguiu o licenciamento para explorar minério de ferro na Serra do Salobo, no município de Marabá (e para outros municípios geminados a Parauapebas). Este projeto fica na fronteira com o município de Parauapebas. A Vale, para diminuir os gastos, deslocava muitos trabalhadores, que atuavam nos projetos em Parauapebas, para trabalharem (sobretrabalho<sup>51</sup>) na fase de implantação da Usina em Marabá. Alguns trabalhadores ficavam em Parauapebas para garantir o mínimo de funcionamento da mineração na Serra dos Carajás e a outra parte dos trabalhadores deslocavam-se, segundo Meireles, ainda deslocam-se, diariamente para trabalhar na Mina do Salobo (em Marabá) nos horários de contra turno de trabalho.

A Vale ao conseguir o licenciamento para explorar os minérios de *ferro* na Mina S11D, no município de Canaã dos Carajás, para explorar o *Níquel Vermelho*, na Serra Sul no município de Curionópolis, causou a circularidade da força de trabalho nessa região, (fazem parte da bacia dos minérios no sudeste paraense: Marabá, Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás, Curionópolis) a esvaziar um município e aquecer outros. A força de trabalho contratada para Curionópolis, segundo Meireles, era a mesma que atua, ou atuou em Canaã. Esse efeito “sanfona” da migração, ordenado pela Vale, desordenava, e ordena a migração da força de trabalho, incha o setor urbano, causando problemas sociais graves aos municípios, completamente despreparados para receber a “enchente” e esvaziamento urbano de forma abrupta.

O efeito “sanfona” que a Vale promove, nos deslocamentos da força de trabalho qualificada para a mineração, é a comprovação de que empresas e Estado não conseguem trabalhar

---

<sup>51</sup> Os trabalhadores não eram demitidos para serem readmitidos em outros municípios, a Vale mantém o trabalhador “fichado” na Serra dos Carajás com dupla jornada, em um período trabalha na Serra e outro nos outros investimentos vizinhos à Parauapebas.



em conjunto para formar força de trabalho qualificada suficiente para atender a demanda exigida pela indústria de mineração no Sudeste paraense. Confirma Meireles “É importante ressaltar que a formação da mão-de-obra desses municípios é bastante precária, pois só existe uma pequena unidade do SENAI em Parauapebas que forma, principalmente *trainee* para a própria Vale, deixando de fora outros seguimentos” (MEIRELES, 2015, p.01).

Meireles ainda anuncia que há outros centros de formação, que, entretanto, não priorizam a formação técnica, a formação além de precária é desfocada, isto porque, as empresa individualizam seus próprios critérios de contratação. O SINE atua sem contato com outras instituições, como sindicatos, secretarias municipais e estaduais, por isso recruta de forma geral e não sistematizam seu dados.

Meireles também concorda que a pobreza, violência, doenças e outros efeitos negativos da migração poderiam ser minimizados com planejamento, e avalia, que quando da liberação das primeiras concessões de licenciamento para a Vale, para a exploração mineral, foram acompanhadas de exigências do estado e municípios afetados, para que parte dos minérios extraídos, exportados *in natura* deveriam ter a sua produção verticalizada. Se assim fosse feito. Estado e municípios teriam: construído parques industriais produtivos, constituído grandes centros de formação profissional; planejado os eixos rodoviários compatíveis com as necessidades de transporte; estimulado o crescimento da produção agrícola e pecuária, comércio e serviços. Segundo Meireles, isso desenvolveria e ordenava outras “matrizes econômicas com sustentabilidade para o presente e futuro da cidade, em vista do esgotamento da produção mineral (...)” (ibid. p.3).

Em entrevista com o Diretor do Sindicato da Indústria Pesada (SINTRAPAV), Sr. Costa (2015)<sup>52</sup>, o mesmo faz um ligeiro balanço do processo migratório da força de trabalho na região. Afirma que quem comanda as mudanças dos fluxos migratório tem sido a Vale. A empresa determina onde será esvaziado e para onde deslocar a força de trabalho qualificada em mineração, tal afirmativa corrobora com as declarações do entrevistado anterior.

Mesmo antes do projeto ser visibilizado milhares de pessoas se deslocam, entre elas aquelas que ficarão com as funções terciárias, comerciantes principalmente. Isso disparar a especulação imobiliária, a vida urbana fica conturbada, milhares de pessoas com ou sem potencial financeiro para investir, e sem qualificação para a mineração, buscam as franjas das cidades, potencializando uma economia precária, causando transtornos nos serviços públicos.

---

<sup>52</sup> Entrevista verbal concedida por: Wuebio Costa. Entrevista 2. [Nov. 2015]. Entrevistador: Raimundo Miguel dos Reis Pereira. Parauapebas-PA, 2015. 2 anotações.

Segundo Costa (2015), a Vale nos últimos anos busca ampliar a sua ação nos municípios ao entorno de Parauapebas. No momento em que fazíamos a entrevista, a empresa estava carreando capital para Canaã dos Carajás, já em fase adiantada, interrompendo os investimentos na Serra dos Carajás em Parauapebas. O resultado desse movimento tem sido: a própria Vale desloca a força de trabalho qualificada, esvaziando Parauapebas; Como municípios e o Estado, de modo geral, não acompanham o planejamento da Vale, das empresas terceirizadas, o caos social se instala. Não havendo a qualificação de jovens e adultos, especificamente para o trabalho na mineração, e a demanda sempre alta, a pouca força de trabalho acaba forçando as empresas a pagarem salários maiores. Como as empresas fazem para baixar o valor da força de trabalho? Contratam força de trabalho desqualificada (sem certificação), por meio de um mecanismo indecoroso. As empresas “esquentam”<sup>53</sup> as carteiras profissionais dos trabalhadores para puxar para baixo o valor da força de trabalho. O resultado tem sido: o aumento de acidentes no trabalho; estranhamento xenófobos. Trabalhadores locais e regionais culpam os migrantes de tirarem seus empregos. Esse fenômeno não é diferente do que assistimos em nível nacional e internacional.

Para Costa (2015), em boa parte os problemas de formação da força de trabalho local e migrante se acentua porque os governos não conseguem criar uma estrutura em cadeia de instituições voltadas para a capacitação na área mineralógica, e o deslocamento da força de trabalho qualificada, e o arrefecimento dos investimentos da Vale em Parauapebas, impõe: gradual esvaziamento populacional de Parauapebas; o esvaziamento conduz ao agravamento da situação social; Parauapebas começa a perder o lugar central na cadeia indústria de minérios, não que isso em termos gerais seja algo negativo, mas, a forma como a Vale desloca seus investimentos não deixa espaço para a intervenção governamental e das entidades sindicais.

### **3.4 Condições sociais de fronteira, migração e trocas entre Pará e Maranhã**

O território do Sul e Sudeste do Pará desde seu princípio foi uma construção de seres humanos por meio do imaginário dos mitos fundadores. Também o é também no século XIX e XX a invenção avassaladora da modernidade, capaz de criar “pretensões” de fundar e legitimar “começos”, como Silva (2010) afirma em sua pesquisa de doutorado. As trocas entre Pará e Maranhão são inspiradoras por se tratarem de uma dinâmica social que desde a problemática das desigualdades regionais às trocas simbólicas, o intercâmbios entre fronteiras, e de toda sorte

---

<sup>53</sup> É uma forma usada para os sindicalista identificarem carteiras “frias” sem registros que confirme que o trabalhador verdadeiramente trabalhou na função especificada na carteira. As empresa carimbam e assinam as carteira as “esquentando-AS”.

de bens materiais, as redes sociais que se expandem para além do entre fronteiras dos estados, são frenéticas e acirradas. Segundo Souza (2012, p. 01):

A existência e manutenção da povoação de Turiaçu expressa bem o que foi a fronteira entre Pará e Maranhão em fins do século XVIII e início do XIX. Uma região cujo ir e vir era constante e onde as dificuldades e diversidades acompanhavam o cotidiano dos sujeitos. De acordo com Flávio Gomes e Rosa Acevedo, as fronteiras em geral, e a Amazônica particularmente, são e foram campos de relações renovadas, plena de movimento dos atores com amplas experiências históricas, adquiridas, principalmente, a partir do contrabando e formação de comunidades de fugitivos.

Metaforicamente, os cidadãos do Pará e Maranhão, já deveríamos ter começado a se tratar como “primos”. Seria uma transladação de sentidos que rompe a barreira da mera troca econômica, para repor a invenção colonial da pan-amazônia, que nos ligava a uma única territorialidade física para agora ser uma territorialidade de sociabilidades.

Os Tupi e Tupinambá caminharam sobre o que hoje são as linhas que separam o Pará e Maranhão. Quando o território era definido no susto do encontro de tribos diferentes, poderiam até se enfrentar no corpo a corpo para definir o marco territorial. Eram os nossos primeiros migrantes que não pensavam que ensaiavam os primeiros passos da construção de uma civilidade. Os Carajá talvez tenham se encontrado para guerrear ou para comemorar. Esse possível encontro romantizado já não tem lugar no cotidiano. Os imigrantes e migrantes já são outros, já nem mais constituídos ou com lembranças recentes da colonização portuguesa, ou da rápida colonização francesa no Maranhão que deixaram marcas indelévels na cor, nos ritmos músicas, na erudição<sup>54</sup>.

A migração, as trocas entre Pará e Maranhão, formou um povo diferente, com representações construídas na refrega do cotidiano, mimetizado pela falsa promessa que do lado de cá é melhor que o lado de lá, e que nem a força da necessidade pode mudar o histórico de pobreza senão no simulacro do capital. Esta imagética realidade entorpece as possibilidades por mudanças, porque o migrante já não confia nas promessas; ou deixa-se apenas arrastar-se para dentro do turbilhão de promessas para cotizar-se com outros migrantes de vários outros estados um espaço no território paraense. Para o maranhense, em sua maioria, e para os mais pobres no geral, ficou o “pedaço” já “mordido” das riquezas. Como vemos, os limites de fronteiras nunca foram problemas para a intensa relação entre Para e Maranhão, como afirma Souza (Ibid., p. 03):

Na fronteira entre Pará e Maranhão por mais que limites fossem estabelecidos o que regia a ocupação e área de circulação dos sujeitos eram seus interesses,

---

<sup>54</sup> Das leituras de Silva (2010) e de outras leituras esparsas durante o estudo sobre o assunto.

necessidades, suas redes de sociabilidade e conflitos. Nesse sentido, a fronteira entre as duas Capitânicas não pode ser restringida ao limite físico estabelecido no rio Turiaçu, pois a fronteira se constituiu ou era constituída pela área de circulação dos sujeitos que ao movimentarem-se construam e demarcavam um novo território a partir de suas ações cotidianas. Essa área de circulação envolvia relações contraditórias características dessa área de fronteira que ora era marcada por conflitos ora pela integração dos sujeitos. Tudo isso permitia aos sujeitos delimitarem seus espaços, estabelecerem suas fronteiras e se identificarem com suas ações, sem a necessidade obrigatória de “reconhecer”, ou respeitar claramente as divisões administrativas ou forças políticas.

Porém esta relação não pode ser considerada perfeita, que formou uma cultura única, como querem aqueles interessados em confundir para angariarem adesão política. Não se sabe como os “achistas” encontraram perfeita homogeneidade<sup>55</sup> nas migrações, e na constituição de uma “nova cultura” no Sul e Sudeste do Pará, tão somente porque a população paraense constituía apenas 10% dos migrantes. Como afirma Silva, esta era uma propaganda panfletária que visava induzir os migrantes com a ideia de um futuro novo, com uma gente nova, “eliminando as desigualdades e diferenças internas entre grupos de migrantes” (ibid. p, 49). Mas na verdade o que sempre houve foram lutas intensas de reprodução de identidades e de luta de classes, abertamente, até mesmo violenta, ou tão somente como rivalidade no campo da representação social. É verdadeiro que se a população maranhense, apenas de Parauapebas, constituísse um município, ele seria o 30º município mais populoso do Estado do Pará (SOUZA e EID, 2013)

Realidades diferentes entre Pará e Maranhão, mas na essência padecem da mesma fratura exposta das desigualdades sociais, promovidas por desigualdades regionais, impostas pela divisão do trabalho e riquezas definidas pelas elites econômicas do sul e sudeste brasileiro, com aporte histórico substancial de governantes que por muito tempo revessavam a ocupação do poder no governo federal.

A fronteira do Pará e Maranhão é um artificialismo que embota a possibilidade dos cidadãos e dos estados constituírem saídas juntos para problemas idênticos. E quanto mais as elites dividem entre si espaço de poder político, mais se aprofunda a pobreza que é exportada e estimulada pelos muitos governantes de estado e municípios do Maranhão. Nos últimos anos recentes de 2014-2015, a escolha eleitoral trouxe uma mudança de mentalidade que deslocou a oligarquia que detinha o poder às custas de uma ideologização do “rouba mais faz”, replicado por longos anos na nas décadas de 1980 a 1990 também no estado do Pará.

---

<sup>55</sup> “O sul do Pará, hoje, tem pouco mais de 10% de pessoas nascidas no estado. O restante é originário de uma corrente migratória que formou uma cultura de perfeita homogeneidade, resultado de muita luta, trabalho incansável e crença na região para onde vieram como dadeiros bandeirantes” (MALHEIRO apud SILVA, 2010, p. 61)

No Sul do Maranhão, assim como no Sudeste do Pará encorpou uma máxima de desenvolvimentismo baseada na “na autonomia territorial”, um simulacro que tinha interesses tão somente da partilha e rearranjos de poder entre as velhas oligarquias com as novas oligarquias insatisfeitas com exíguo pedaço de poder reservada às recentes elites econômicas do Sul do Maranhão. Para isso, foram elaborados e colocados em prática discursos que exaltavam as potencialidades econômicas retidas pela elite do norte do estado do Maranhão. Igual discursos eram reproduzidos com a mesma fortidão de falácia do desenvolvimentismo econômico no estado do Pará.

Na compreensão de Silva (2010), o que estava em jogo era um recorte espacial esmaecido por forte discurso *feitichizado*, motivado pelo abandono também histórico dessas regiões. De olhos atentos a essa disputa regional, não estavam desatentas as elites do sul e sudeste brasileiro, as grandes empresas da soja, mineradoras e grandes conglomerados do agronegócio que entrariam como investidores do progresso contido.

A contenda entre as elites, no sul maranhense e no sul e sudeste paraense, se desenvolveu tentando identificar as rasuras do discurso do oponente. No sul do Maranhão tentou-se resgatar a velha aporia entre sertão e litoral e a discriminação política e administrativa. A política era aumentar a rivalidade e propor a reinvenção do espaço. Para isso, instituíram ao longo da disputa uma enviesada alteridade sintetizada na exaltação de superioridade com o emprego do termo sulista (Ibid.), local de riqueza abundante que é carreada para sustentar o norte, no caso do Pará, e para sustentar o litoral, no Maranhão, e ideia ufanista de projeto de futuro. Daí para a provocação e hostilidades aos migrantes e aos autóctones contrários à ideia de repartição territorial foi um pequeno salto. No final pesou a decisão do Norte do Pará e do litoral do Maranhão com a maior densidade de eleitores e convencidos de que a intenção era, grosso modo, “despartiar” o povo maranhense e paraense.

A migração maranhense não é um contexto a parte do que já foi dito. Migrantes maranhenses podem ser encontrados para além das fronteiras do Pará. A pobreza que se instalou no sul maranhense é resultado das desigualdades sociais, assim como o é das disputas políticas entre as elites. Isso tem provocado um grande fluxo de emigração do Maranhão para toda a Amazônia. Atualmente a maior corrente de migração tem sido para o Sudeste do Pará.

As narrativas sobre a emigração maranhense tem sido alvo de jornalistas e pesquisadores, como também aqueles que emitem de imediato juízo de valor sem a profundidade necessária. De todo modo, são estes que buscam tentar compreender e interpretar a realidade da emigração pelo lado maranhense e a migração pelo ângulo paraense. Porém, a tragédia da migração em massa precisa ser vista em ângulos compartilhados, para inversamente encontrar soluções

diferentes para territorialidades diferentes. Isso para evitar o caminho que estava sendo trilhado pela elite econômica dos dois estados, desejosas de ter seu próprio território e poder político. E talvez isso coloque em segundo plano a xenofobia praticada em ambos estados. Deixando, com isso, poucos espaços para os tons espalhafatosos dos noticiários e comentários.

Esse sensacionalismo é narrado por Silva por meio das reportagens dos jornais no Maranhão, sobre os que vivem na pobreza e emigrantes que vão em busca de melhores condições: “...uma boa pedida é conhecer uma filial do inferno em terras maranhenses”; ou “Os escravos do fim do século” (SILVA, 2010, p. 105). Se não usam a metodologia adequada para as abordagens, entretanto, demonstra a crueldade da realidade entre fronteiras da abundância que convivem com a miséria é real.

Para o migrante maranhense que chega em terras paraenses o estranhamento do receptor é: “o que essa gente veio fazer aqui?”; para o maranhense que sai de seu estado os que ficam questionam-se: “para onde esse povo vai?”. Coincidências de escolhas de enfoque com ângulos invertidos, poderiam ser resumidos numa frase também coletada por Silva em suas pesquisas: “Maranhão exporta tensões sociais” (p.110). Uma verdade indesejada, mas que retrata a grave situação de migrantes maranhenses no sul e sudeste do Pará, em particular em Parauapebas. Parte significativa de migrantes maranhenses constitui a força de trabalho que exercem as funções degradantes de trabalho, seja nas terceirizadas da Vale, na Serra dos Carajás; ou seja na cadeia produtiva de siderurgias, especificamente na coleta da madeira para a produção do carvão, e trabalhando nas funções mais precarizadas, vivendo nas periferias da cidade.

### **3.4 A sociabilidade afetada da força de trabalho migrante do Maranhão: preconceito e discriminação na bacia de riquezas da Serra dos Carajás.**

Nesta seção emprestaremos o poema do músico Barros<sup>56</sup> para descrever a realidade de preconceito e discriminação da população maranhense que historicamente emigra parte de sua população para o sudeste paraense. A saga destes migrantes maranhenses, primeiro considerados como desbravadores e pioneiros, depois, com a aceleração do processo de urbanização, como desqualificados para as atividades melhor remuneradas na indústria do minério. Nestas condições sociais a população maranhense torna-se mais precarizada, por causa de sua condição social de existência, por sua matriz cultural negra e pobre. Segundo Silva (2010, p. 112) “a visibilidade do migrante maranhense tem se dado no campo da construção de estereótipos”, que o colocam como sub cidadão, uma “ralé” no meio do “progresso” e da riqueza. Esqueceu-se da

---

<sup>56</sup> Letra da música concedida por: Willian Barros. Letra de música 1 [Nov. 2015]. Com direito de reprodução a: Raimundo Miguel dos Reis Pereira. Parauapebas-PA, 2015. 1 anotações.

contribuição da força de trabalho dos maranhenses para a construção desta mesma riqueza, tirando-os da bacia da distribuição de riquezas para colocá-los na bacias das almas<sup>57</sup>: a última ocasião proposta como piedade, quando outras melhores oportunidades foram deixadas ou esquecidas.

A proposta é partir da sensibilidade que não se transforma em um repositório de vitimização, mas um brado contra o preconceito e a discriminação, ou como Silva denomina: contra a zombaria que se naturaliza a partir da

...construção de um saber ordinário composto de estereótipos discriminatórios sobre o maranhense tem tido lugar nas anedotas e rimas de histórias. Segundo Possenti (1998), as piadas são interessantes para estudo porque geralmente abordam temas socialmente controversos, domínios discursivos “quentes” que possibilitam reconhecer manifestações culturais e ideológicas. Nelas, veicula-se geralmente um discurso proibido, isto é, não assumido oficialmente (SILVA, 2010. 121).

Essa é uma realidade em que questões culturais se entrelaçam com as consequências das condições sociais do trabalho no “novo capitalismo” (SENNET, 2014). Se a solução para o enfrentamento do preconceito e da discriminação é o retorno ao sentido e práxis da vida coletiva, por outro lado, o “novo” capitalismo corroí o caráter individual, estimulando a negação da sociabilidade ao migrante, ou seja, o receptor recusando para que esse migrante possa tirar proveito do convívio coletivo sem que seja afetada a sua identidade sociocultural.

O conceito de sociabilidade, teoricamente, vai muito além da condição de um indivíduo ser meramente sociável. Visto desse modo comumente apresentado por boa parte da sociologia, aparenta ser apenas o modo como o indivíduo se encaixa nas normas sociais, inscritas ou consuetudinárias, seja o indivíduo autóctone ou estrangeiro. O conceito já foi discutido no primeiro capítulo, entretanto, buscaremos a aplicabilidade do conceito tratando de aproximar o conceito de sociabilidade ao processo de migração da força de trabalho “desqualificada” à Parauapebas. Lembremos que o termo desqualificado é exatamente uma forma de como a sociedade receptora vê o migrante, e não um paradigma xenofóbico. Esse conceito, em que se já deu também um certo tratamento no primeiro capítulo, o retomaremos a ele com o objetivo de demonstrar que o estrangeiro é tratado de desqualificado para afetar a sua sociabilidade, em consequência, não

---

<sup>57</sup> “Bassin des âmes, palavra de matriz francesa. Nas igrejas francesas do período medieval tardio, “bacias das almas” eram irmandades criadas para angariar fundos que financiassem missas em favor das almas do purgatório. Na tradição católica as almas do purgatório estavam em situação particularmente desfavorável. Estavam na antecâmara do Paraíso mas sofriam punições idênticas às do Inferno, e da sua posição entre os dois não tinham mais como oferecer ofertas, jejuns e penitências de modo a expiar os seus próprios pecados. Para diminuir a extensão da sua pena tinham de depender da boa vontade dos vivos” (BRABO,2014) <http://www.baciadasalmas.com/a-origem-da-expressao-na-bacia-das-almas/>, acessado em, 02-10-2015. Componente importante da noção católica de purgatório.

lhe atribuindo a condição de cidadão igual. Com ajuda das imagens e relatos pela mídia, neste ano de 2015, temos vistos como a xenofobia é utilizada como um poderoso instrumento de tratar migrantes, ou imigrantes, como não-humanos, repulsivos, não-cidadão de classe inferior.

O que os migrantes do passado e da atualidade procuram? Sempre estão em busca de um refúgio seguro, seja das guerras, das perseguições religiosas, da fome ou mesmo da situação precária de subsistência. Os migrantes desejam lugares que sejam um receptáculo seguro, em que haja certo desenvolvimento econômico para recomeçar, mesmo que a situação seja passageira, mas que exista possibilidade de sobreviver. Talvez, o próprio migrante já saiba que não terá tratamento solidário da sociedade receptora, de certo modo, já está preparado para enfrentar no seu cotidiano os olhares de repulsa, os achincalhes indiretos e diretos, a negação de sua identidade. Por outro lado, alguns migrantes se tornam passivos, aceitam o achincalhe na tentativa desesperada de contribuir para que não seja expulso ou sofra violência. Mas isso leva a mais rompimento com sua identidade e até segregação por parte da sua própria comunidade.

Vemos que os espaços públicos são espaços discursivos, o espaço da concordância discordante e do exercício das práticas sociais diversas. Neste sentido o migrante maranhense chega a Parauapebas com várias desvantagens para se enquadrar. Na sua maioria tem os empregos menos remunerados, moram nos bairros mais pobres, e por se tratar de um dos estados mais pobres do Brasil, recebem tratamento profundamente sem a alteridade necessária para que os encaixes da sociabilidade, o oposto do tratamento do que recebem os migrantes oriundos do sul e sudeste brasileiro.

O poeta e músico Barros (2015), nascido na cidade de Carolina no Maranhão, expressa em uma de suas músicas intitulada de “Bandeira Viva”, a iniquidade em que seus conterrâneos passam ao serem discriminados em Parauapebas. Da sua entrevista surgiu a inspiração para transformada a letra em música de estilo *Hip Hop*, porque o estilo se aproxima dos guetos das cidades urbanizadas, em síntese o estilo dos que praticam o *Hip Hop* é de contestação da vida segregada em que são obrigados a viver.

Barros em seu poema inicia “desembainhando” um estilo agressivo: “Há muito tempo ouço palavra cortantes, brincadeiras, risadas a todos instantes, na casa de famílias, na mesa dos bares, me sinto um exilado em todos os lugares...”. O autor se coloca no lugar do migrante maranhense, sendo maranhense, mais um músico de prestígio, talvez sofra menos o assédio do preconceito, estabelece a condição em que o migrante, ao ser um migrante, e conviver escutando achincalhes, não se sente pertencido a comunidade receptora. Para Sivinsk (2015), nestes casos a atitude do indivíduo nos espaços de discordância deve ser o de responder à pergunta “quem?”, - “de quem o receptor fala?”. Obviamente que se não lhe fosse feita a pergunta direta



o migrante faria a si mesmo e responderia ao receptor. Em interpretação direta faria o migrante sair de sua condição de exaltado e humilhado e recorreria à narração direta. É o recurso que Barros busca para iniciar a sua música.

Segue o poema-música, já representando a visão de um “esclarecido”, obviamente que encontraremos aqueles poucos migrantes que tenham consciência da sua situação de migrante “desqualificado”, achando portanto natural, ou do destino, passar por provações, vejamos:

...O que me incomoda, parece cultural. O que me assusta, mano, para muitos é tão natural, puro mito, lógica sem explicação: como racismo, etnocentrismo, discriminação, atravessando os séculos não ficou no passado, ela existe aqui e em todos os estados, sendo transmitidas de adultos a crianças, através de brincadeiras, sem nem uma importância, como cúmplice, riso da própria vítima, que se sentindo inferior se vê acreditar ignorando a riqueza que há no nosso estado, e que não somos pobres somos saqueados  
-Sou maranhense, o que que tem, ao contrário de você eu nunca discriminei ninguém, não nego minha origem e nem o meu passado, sou a bandeira viva do meu estado maranhense...(BARROS, letra de música cedida, 2015).

O artista não utiliza a narrativa propriamente de sua história de vida, mas de uma linguagem que não é apenas de quem observa e sim de quem sente profundamente o processo histórico de discriminação aos seus conterrâneos e a si. Longe de considerar que o discurso seja a ontologia do ser social, porque senão seríamos obrigados a concordar que são as ideias que modelam a vida material concreta, firma-se que a narrativa é a forma com que indivíduos acreditam dar significado à própria existência, isso porque a pergunta para “si” “quem?”, implica que o sujeito busque a resposta no âmbito da convivência e da ação social. Assim, a construção das narrativas expressam situações e interesses arraigados nas relações ordinárias, de caráter econômico, que os homens reunidos em classes sociais, assentam entre si. De modo que, há a armadilha da ilusão de acreditar que os seres humanos, e as relações, são escolhas que se regem exclusivamente pelas escolhas dos sujeitos, aonde, no espaço social, ou campo social, seja completamente autônoma de determinantes econômicos. Isto porque os códigos simbólicos são dependentes da aferição de vantagem materiais e simbólicas.

Para Souza (2012) o objetivismo estruturalista é uma concepção que automatiza e atomiza os sujeitos, cria-lhes uma redoma, anulando parte significativa da subjetividade. Porém, Souza também não concorda com as relações sociais em que o sujeito não existe objetivamente, que não cria as suas próprias estratégias a partir do convívio social, para ele seria estabelecer uma “sociologia sem sujeitos”, “...em que os agentes históricos são reduzidos a suportes de estrutura e percebido como “autônomo” com vida própria” (SOUZA, 2012. p.44). Ora, o campo da ação é o campo da luta política, em que se misturam as trocas simbólicas com trocas econô-

micas, é o sujeito histórico que faz as escolhas de que interesses negociar. Em alguns momentos, principalmente na situação de isolamento, prefere negociar a sua identidade do que à necessidade material. Quando está em vantagem, luta para manter os conteúdos simbólicos de sua identidade.

Por isso, o campo da luta política é que move a sociedade. As dinâmicas de transformações impelem os sujeitos a lutar por equidade e liberdade nas relações. O discurso, incorporado à música de Willian, expressa a afirmação política da indignação à falta de alteridade e equidade na esfera pública.

Barros é um músico comprometido com as questões sociais, entretanto, isso acrescenta à força coletiva, expressa por meio de suas lentes de ver o mundo a latência em que os “seus” manifestam ao não reagir à pobreza do preconceito, inferiorizados pela exigência da sociedade receptora em imolar a identidade maranhense, para assim serem aceitos.

Barros tenta mobilizar politicamente os “seus”. Porém, como convencê-los se existe crescente destruição do corpo político, da ação político na arena social, a “ausência” de variedade nos discursos. Talvez, a ideia do senso comum seja manter a identidade por meio da manutenção de “si” empobrecendo a coletividade (SIVINSKI, 2015).

O que precisa ser compreendido é que o espaço público, ou a esfera pública como querem alguns sociólogos, é o espaço das realizações humanas e das simulações e, também, do exercício do poder, e é o poder que sustenta a esfera pública, “O espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam” (ARENDT, 2007, p.104).

O migrante maranhense é uma força produtiva, que não se reproduz em inercia, pois nele recai a aridez da negação de sua identidade para que seja incluído pela sociedade receptora. Para isso, passa pela provação de não reagir quando provocado na sua integridade social e cultural. Ao ser considerado um desqualificado para as funções bem remuneradas, e não sendo reservado o espaço de poder para negociar a sua inserção em igualdade de condições, lhes resta, por um lado, aceitar o diminuto espaço, trabalhar nas funções menos prestigiadas, sendo um precariado; por outro, como Barros, utilizar a narrativa de “si” para não ser cúmplice, vítima e nem omissor, utiliza o “palco”, e responde “quem” sou eu? Ao invés de aceitar, “O que essa gente veio fazer aqui?”.

O preconceito ao migrante maranhense, aqui se fala da maioria do migrante pobre, e negro, seguramente está relacionado a sua condição social em seu estado de origem, na maioria pobre e negro. Essa condição social nos faz nos lembrar que desde no Brasil, desde meados do século XIX, o parlamento brasileiro andava às voltas tentando definir uma política de imigra-

ção para o Brasil. Perguntavam-se, antes de elaborar a política de imigrantes: “quem virá trabalhar em nosso país? Antes, porém, precisavam responder a uma questão, “Para quem se virá trabalhar em nosso país?”. (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, p. 206). Seguem e definem a resposta a essas questões: “Se o imigrante viesse trabalhar por conta de outra pessoa, para os fazendeiros, poderia ser de qualquer raça. Em compensação, se viesse cultivar terras por conta própria, deveria preencher as características étnicas e culturais desejadas pelos funcionários do Império...” (ibid.). Que características étnicas o maranhense representa? Não apenas étnicas mas regionais. O maranhense é *nortista* e nordestino. É uma mistura “explosiva” em um país que aos poucos vai descobrindo que não é cordial e parcela significativa não exercita a democracia racial.

O maranhense é esse. Exigem que ele se descole de sua sociabilidade, que o seu caráter seja negado, vivendo em um estado rico é o pobre, que recai sobre ele as agruras da miséria e pobreza. Isso é o resultado da nossa história moderna inconclusa.

Florestan Fernandes (org. IANNI, 2011) já nos chamava atenção para essa história *ahistórica* da nossa formação política que implicou em toda nossa formação cultural e social. Muito mais do que exatamente um preconceito cultural e racial (é a deliberação histórica que nós delineou), o maranhense, assim como o nortista e nordestinos, sofrem com o processo de formação política do Estado brasileiro, que forjou um amálgama político a negar a diversidade do ambiente social e a atropelar a nossa construção cultural. Ou seja, as características da formação do Estado Moderno implantado no Brasil impeliu a constituição de uma cultura política, social e econômica plena de falta de alteridade, que devastou as características da diversidade sociocultural da esfera pública.

A história política sempre foi *ahistórica*, privilegiando uma historiografia acrítica, de perfil eurocêntrica de mudança e desenvolvimento social. Na prática a revolução burguesa de fato não existiu no Brasil. As nossas transformações não foram o resultado de pressão das novas classes sociais, mesmo porque a burguesia brasileira não existiu enquanto classe, unida em torno de um projeto novo de sociedade, sustentada na luta para a formação de uma nova concepção filosófica, ideológica e econômica que se confrontaria com as estruturas da sociedade monárquica. Assim, se preservou os interesses comerciais da burguesia brasileira e junto se manteve a senzala, o racismo e o preconceito aos mais pobres. Isto porque a burguesia brasileira tem origem da antiga aristocracia agrária, que na década de 1920 se transforma em agrária-comercial. De modo que, ficou às classes subalternas apenas a possibilidade de resistência, um eterno recomeçar. A cada mudança conjuntural a burguesia afasta, de forma violenta ou amena, o precariado do poder do Estado, dos direitos sociais e da diversidade.

Nas estrofes finais Willian estampa essa resistência, e põe em relevo a luta pela sobrevivência.

Que ao seu preconceito sujo não vou me render. Que falo por mim da senhora ao o senhor falo de um povo forte e trabalhador. Que ajudou a construir e formar esse país e mesmo na tristeza preserva-se feliz. E mesmo sem chance de na vida vencer transforma a vida em arte só pra sobreviver. Que não é perfeito não como nem um povo é e apesar dos pesares não perde a fé. Falo de índios, mestiços brancos e pretos do sul ao norte do maranhão em todos os guetos. Pois sou a bandeira viva do meu estado sou maranhense falou, (BARROS, letra de música cedida, 2015).

A música de Barros é essencialmente de resistência, tem uma significação especial por combater a continuação da concepção de uma “ralé” estrutural perifêrizada (SOUZA 2012). A sociedade brasileira parece estar sempre aberta, porém a abertura é uma fresta que não permite a ampliação da cidadania, esse não é o caso só para os migrantes, o espaço, até onde cada classe social deve ir, é permanentemente “monitorado” pelo Estado<sup>58</sup>, pelos meios de comunicação privado e pela classe dominante que conserva o seu domínio por meio de uma articulada luta política de ataque aos direitos sociais.

O passado aqui não se restabelece, nem tão pouco se repete. Há uma redefinição moderna da “ralé” estrutural (ibid.), antes apenas o negro escravo, agora o negro pobre e todos que vivem na periferia das cidades, o “imprestável” (o “desqualificado”) para exercer as múltiplas funções conveniente e produtiva na nova reestruturação produtiva. Se o pobre maranhense ou qualquer migrante não assumem as novas exigências, o seu lugar é o espaço da subcidadania, a desclassificação social, porque se considera que as oportunidades estão abertas para todos, precisando apenas de vontade para obter sucesso.

---

<sup>58</sup> A burguesia brasileira sabia que seu ponto franco era a fragmentação de classe, dessa debilidade fez nascer o poder, impondo que a luta política se desse no campo político, onde estabeleceram o pacto de dominação de classe. A burguesia brasileira historicamente não forjaram instituições próprias de poder, o Estado só foi acionado para destravar empecilhos que impediam os avanço da burguesia. No Brasil a burguesia convergiu sua força política para o Estado e dele fez o trampolim para, primeiramente se unificar enquanto classe, e depois para exercer a dominação socioeconômica.

## CAPITULO 4

### **Os pontos cegos da alteridade: sociabilidade afetada da força de trabalho migrante**

Para ser apresentada a proposição, ou a tese, é importante redefinirmos o ponto de saída expostas ao longo deste trabalho. Inclusive retomar os conceitos que apresentam certa essencialidade da exposição. Pois, para determinarmos que a sociabilidade do migrante é afetada por meio de tradições inventas, que causam o estranhamento entre migrantes e receptores, e portanto são responsáveis pelo forte atrito no convívio social, a definição do termo de lugar nos ajudará, nessa exposição, a encontrar os pontos cegos que impedem o exercício pleno da alteridade. Lembremos que tratamos do sentido de lugar, emprestando o conceito de territorialidade e desterritorialização dos estudos da geografia humana e da antropologia, por considera que o conceito de lugar seja o ponto de partida do estudo resumido em: “O que essa gente veio fazer aqui? Migração e sociabilidade da força de trabalho “desqualificada” para Parauapebas, título deste trabalho.

Se forcarmos um pouco as definições e comparamos o migrante a um nômade, não encontraremos aproximação adequada para a nossa realidade. Porque para o nômade, o sentido de lugar (territorialidade), tempo e de retorno não são aspectos estranhos a sua continuidade social e cultural. Para o migrante, principalmente para a força de trabalho (mobilidade que objetiva o trabalho produtivo e remunerado), lugar, tempo e retorno, correspondem ao paradoxo da desterritorialização, que exige da força de trabalho migrante a reivindicação da territorialidade em ambiente estranho (AUGÉ,2010).

A definição de lugar toma, então, novas definições. O lugar é uma realidade tensa, uma relação ininterruptamente instável. Conforme a realidade que vimos em Parauapebas no Pará, a relação entre local e global se confundem, embora, tenham juntas a capacidade de repor a centralidade do lugar como ponto de partida para entender o global. De fato, compreender a cultura local, principalmente em ambientes sociais que trazem aspectos da moderna sociedade capitalista, nos fazem transitar de imediato à realidade capitalista global (SANTOS, 2002; COUTINHO, 2011), pois é no lugar que se constroem a identidade cultural e o sentido de pertencimento. Desse modo, deve-se observar que as contribuições étnicas, linguísticas e demais manifestações sociais, se consolidam através da socialização e constituem o mundo-próprio dos indivíduos (UEXKULL, 2008). Portanto é essa bagagem cultural que é levada pelos migrantes à sociedade que é estranha.

Estar no lugar do outro exige que o migrante adapte seu hábito aos novos hábitos; a sua sociabilidade às novas sociabilidades, em virtude de se sabe que o “mergulho” na cultura do outro é parcial, uma vez que a memória coletiva permite a manutenção de fortes vestígios profundos no imaginário do migrante (MAZZA e SIMSON, org. 2011).

Decorre que, se compreendemos a definição de lugar por meio dos conceitos acima expostos, talvez não seja tão complicado compreender a frase cunhada no Portal de Delfos, na Grécia Antiga: “Conhece-te a ti mesmo” (GOMES, 2010). Em tese, se reconheço que tenho uma identidade edificada por meio do processo de socialização, que gerou práticas sociais e culturais atualizadas pelo *habitus* (FLEURY, 2009), o indivíduo na posição de receptor seria capaz de conter em si o reconhecimento de que as diferenças culturais é própria da ontologia humana. No entanto, o reconhecimento de si não implica reconhecer o outro, porque como eu me vejo é habitual; e como eu vejo o outro, é para mim estranho (GOMES, 2010).

Na forma atual, ao estudarmos a cidade de Parauapebas a interpretamos de acordo com a sua realidade atual: localizada no sudeste do Pará, onde foi implantado o complexo da indústria do minério, em abundância ferro e manganês; sociedade urbanizada, e por isso palco de conflitos próprios de cidades modernas (ou de modernidade inconclusa, como se refere Martins (2012b), iremos chegar a conclusões que, Parauapebas passou por transformações urbanas, alçada à condição de atrativo de força de trabalho migrante. E ao se urbanizar apresentou os naturais processo de fragmentação do sentido humanístico de sociedade. Igualmente, a urbanização multiplica os pontos cegos da alteridade, ao privar de amplitude a visão dos habitantes das cidades diante do outro, do estranho; os habitantes receptores confundem-se ao interpreta a imagem do outro, trata-o de desqualificado; acentuam a invenção do estranho, mantendo aspectos das tradições que excluem os que exercem funções precarizadas; exigem do migrante a alteração de sua sociabilidade, por não compreender que a assimilação de outra cultura deveria se dar por um processo natural de fusões e assimilações dos modos de vidas do migrante. A exemplo, a população maranhense é tratada na cidade de Parauapebas de acordo a uma “classe perigosa” e marginal, uma vez que esta, se recente de um lugar que preze a alteridade no convívio social.

Por outro lado, para este estudo foi muito importante a discussão sobre a mudança da identidade do migrante. O migrante trabalhador em Parauapebas, de um ser singular virá um ser genérico: “o maranhense”, “o paraíba”. Protótipos confirmados nas falas de Barros (Músico), os sindicalistas Meireles e Costa, que afirmam: de todos os migrantes o maranhense é o que sofre com os chamados “apelidos” como o objetivo de torná-los um sem lugar, sendo identificado de forma genérica perde o direito de reivindicar um espaço específico no lugar. A

população receptora acabar por hostilizar e inculcar mecanismos psicológicos e marcar ainda mais os maranhenses como gente estranha.

Estes trabalhadores migrantes de identidades estranhadas, em Parauapebas, primeiramente vão morar sobre lonas e telhados de zinco, nas décadas de 1960 a 1970; depois, habita os morros e margens de rios e igarapés; atualmente, desde 2012, estão sendo remanejados para conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade, como: Residencial dos Minérios, Residencial Alto Bonito, Jardim Tropical, Jardim Ipiranga, Cidade Jardim. Nos conjuntos residenciais que foram construídos para o remanejamento da população mais pobre, a maioria são de origem do estado do Maranhão.

O Censo de 2010, constata que a população maranhense cresceu 123,77%, apenas em uma década, sendo que o crescimento municipal foi de 115,51%. O trem da Vale que realiza frequentes viagens de Parauapebas, no Pará, à São Luiz no Maranhão, é conhecido como “trem dos maranhenses” (SILVA, 199), Para estes maranhenses as suas identidades sofreram uma metamorfose que no descompasso entre a alteridade e estranhamento foram atingidos em suas sociabilidades, agravada pela situação social imposta a este seguimento da população. E pela forma hostil em que foram recepcionados pelo Estado, foram deixados à margem da sociedade, absorvidos, na sua maioria, tão somente em trabalhos e moradias precarizados. Porém, estes mesmos habitantes dos morros e áreas de preservação, criaram movimentos de resistências, um deles resultou na construção do bairro Tropical e Ipiranga, as margens da PA 160 que corta Parauapebas, episódios de manifestações em frente a prefeitura relatados por seu Francisco, com o qual tivemos dois encontros, uma das lideranças comunitária do bairro. E outra resistência às desocupações ocorrida no Morro do Chapéu, também localizado na PA-160, no dia 24 de julho de 2013 (MELO e CARDOSO, 2014).

Estas intervenções para desmonte de paisagens urbanas, agrediu a sociabilidade dos moradores em dois momentos: quando chegam como migrantes em que a sociabilidade é alterada, e quando são obrigados a abrir espaço para implantação de projetos urbanísticos a agudizar ainda mais os conflitos. Assim, os migrantes: são afetados em sua sociabilidade por serem tirados do local em que já havia se restabelecido parcialmente o “equilíbrio” emocional ao reencontrar o sentido de comunidade, nos lugares e habitações insalubres. Por mais de uma vez encontrou-se moradores que foram remanejados para os conjuntos habitacionais a reclamar que a vida ficou mais difícil longe da solidariedade de amigos e parentes, que ficaram em outros conjuntos distantes; como os remanejamentos foram de forma compulsória, que não deu alternativas de escolhas, passaram a ocupar as franjas das periferias da cidade, antes, nos

morros, estavam mais próximos do centro comercial. Assim, a trajetória que os moradores dos morros em Parauapebas vivenciaram podemos compreendê-la

Através da análise da evolução urbana do município é possível observar a alternância das trajetórias do forma e do informal e de como esses tecidos urbanos se configuram, de modo a criar um espaço de tensão sobre certas áreas da cidade como é o caso do Morro do Chapéu, um enclave geográfico entre as duas trajetórias. Neste sentido, destacam-se quatro período de expansão da cidade, ora marcada pelo predomínio do informal, ora pela produção imobiliária formal, a saber: inicialmente, a ocupação espontânea, e posterior regulamentação urbanística e fundiária dos núcleos de pioneiros (até 1985); seguida pela abertura de novas frentes de expansão, extensão do núcleo pioneiro e origem das primeiras ocupações periféricas (de 1986 a 1995); e posterior *boom* da ocupação informal, que coincide com a privatização CVRD e com o aumento vertiginoso da população urbana no município...(ibid., p. 07)

As características regionais da maioria dos migrantes para Parauapebas, em todo sul e sudeste do Pará, leva-nos a afirmar que a afetação da sociabilidade têm características gerais quanto ao estranhamento das sociabilidades do outro (forasteiro no dizer de muitos), porém a particularidade de serem nordestinos proporciona acentuação no preconceito exercido na vida cotidiana da população. O que conduz a outra forma de estranhamento, muito comum em regiões que recebem migrantes em busca de trabalho, considerados como *desqualificados*. Com efeito, a qualificação, ou competências exigidas à força de trabalho, é a exigência da necessidade da acumulação capitalista, tem passagem na história. É a serviço da lógica do capital que se inventou práticas educativas voltadas para a qualificação, em outras palavras:

A qualificação da força de trabalho, ao longo da história do capitalismo, foi definida e construída com base nas necessidades do processo de acumulação capitalista, que é realizado por meio de práticas educativas, segundo a lógica do capital. Nas diversas formas que a organização do trabalho assumiu desde a manufatura, práticas educativas subjacentes sempre estiveram presentes, demarcando um caráter de subordinação e de resistência do homem ao trabalho, a exemplo das práticas que dividiram as formas artesanais de produção, evidenciadas na evolução do processo histórico de expropriação gradativa do trabalhador dos seus instrumentos de trabalho. (REVISTA DA FAEEBA, 2006, p. 46)

O que possibilitou a intensa migração está inscrito nas obras de autores que se dedicaram a compreender que parte dos desvios migratórios de nordestino em direção a Amazônia, está relacionado a sua modernização, que por intermédio da construção de rodovias e ferrovias, abriu redes de integração importantes que estabeleceram ligações de articulação do sul e sudeste paraense com as demais regiões do Brasil. E assim se formou uma nova dinâmica territorial amazônica (no primeiro capítulo definiu-se como: “O contínuo refazimento da Amazônica”), que determinou um novo enredo na reestruturação produtiva em Parauapebas, com as mudanças



na estrutura do trabalho e do povoamento (SOUZA e EID, 2013). Neste sentido, é com Milton Santos que fica mais evidente estas afirmações.

As primeiras fase do processo de integração (*da Amazônia*)<sup>59</sup> foram concentradoras das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geograficamente. É na última fase, quando já existe um capitalismo maduro, que vamos testemunhar a possibilidade de uma difusão da modernização, não só presente com os capitais, como quanto à tecnologia e as formas de organização (SANTOS, 1993, p.39).

É na divisão territorial do trabalho que as novas dinâmicas do território e do trabalho se constroem, e é nesse processo que se acentua o movimento migratório. Como consequência, a força de trabalho se desloca em busca de emprego. Os deslocamentos da força de trabalho segue o “Sistema de Singer” (1998, p.99), no capítulo primeiro desta tese, que vista de outro modo por Souza e Eid (2013, p. 10) consolida em parte a teoria da migração em Singer: “Essa divisão cria uma hierarquia de lugares movidos pela racionalidade do capital e pela maximização do lucro. As escolhas de espaços com vantagens [...] em detrimento de outros”.

Parauapebas se transformou em atrativo por conta de todos atributos que se elencou na seção do primeiro capítulo (“Reconhecendo o objeto de estudo”), com o desenvolvimento econômico inflado pelas mineradoras, que implantaram, em particular a Vale, crescente introdução de novas tecnologias e técnicas de formação e informação, forte investimento em infraestrutura.

Pois bem, o setor mineral, responsável por atrair o fluxo migratório da força de trabalho, muda a ideia de trabalho na Amazônia, por conta dos novos processos de trabalho; com a organização da produção nas médias e grandes empresas e; a implementação de novos padrões da gestão de trabalho. Este processo de modernização do trabalho secundarizou a estrutura da produção tradicional. Logo o processo de acumulação de capital exigiu que novas tecnologias fossem introduzidas para maximizar os lucros. Ou seja:

Além disso, se reconhecemos essa fantástica diversidade empírica de sociedades e, portanto, de processos de trabalho, construída diferentemente em épocas diversas, teremos de constatar o quanto a noção de trabalho deve incorporar esse múltiplo, complexo, da ação humana sobre o território. Afinal de contas, não é aí que se fundam os princípios da relação cultura-natureza, cara à análise clássica das ciências sociais? Ainda que existam representações simbólicas e míticas que perpassem as diferentes formas de organizar o trabalho, cada uma delas defronta-se com as capacidades e os limites dos saberes e dos interesses de cada grupo, de suas formas de agir sobre o território e de se apropriar de recursos de acordo com padrões de seletividade pertinentes a cada grupo (CASTRO, 1999, p.36)

---

<sup>59</sup> Grifo nosso.

Para além do campo identitários, ou do estranhamento simbólico, a questão da qualificação insere-se na organização do trabalho aquecida no ramo da gestão organizacional, muito mais refletidas nos influxos no modelo japonês de flexibilização do trabalho (ajustes das novas exigências do mercado) do que nas inovações tecnológicas (REVISTA DA FAEEBA, 2006). Uma vez que,

Nesse contexto, nasce no meio empresarial a concepção de qualificação profissional, atrelada à “noção de competência”. Tal perspectiva se fundamenta na flexibilização da produção em que se baseia o novo padrão técnico organizacional introduzido nas grandes empresas, passando a exigir do empregado um perfil profissional sustentado em atributos subjetivos. Na verdade, para as empresas, a noção de competência é componente de uma retórica que consolida, por meio de “novos conceitos”, os objetivos reintegradores dos trabalhadores à reestruturação do capital na organização do trabalho. A noção de competência, segundo Tanguy (1997), é usada pelas políticas de emprego norteadas pela flexibilização e pelas mudanças na organização do trabalho e na gestão de pessoal. (Ibid.,p.54).

Então vejamos: a força de trabalho migrante é atraída pelos empreendimentos minerais, porém, as empresas ao se modernizarem excluem parcela significativa dessa força de trabalho, a desqualificada, ao não assumir postos técnicos na mineração. O resultado é o isolamento das multiplicidades de saberes dos migrantes, afetados em sua natureza material e simbólica. Novamente, a ambivalência do termo “força de trabalho desqualificada” foi discutida tendo como parâmetro as relações sociais em conflito, o estranhamento no campo do trabalho, em que os espaços de empregos são disputados por migrante e populações receptoras, que estas utilizam o “desqualificado” para diminuir o espaço para o estranho no convívio social e econômico; como também afetar da sociabilidade no campo simbólico das relações sociais. Assim, a ideia de acentuar o termo “desqualificado” serve para aumentar os pontos cegos da alteridade no convívio empírico de migrantes e receptores.

#### **4.2 As fronteiras: migração, sociabilidade e trabalho “desqualificado”**

Os estudos sobre migração inclinam-se, como todo o fenômeno social, a se tornarem cada vez mais complexos, tendo em vista que as sociedades mostram-se cada vez mais fechadas, contrariando o que afirmavam os multiculturalistas que acreditavam que as barreiras culturais, as fronteiras, tanto físicas quanto subjetivas, tenderiam a ser rompidas por conta de um processo crescente de mundialização cultural. Afirmavam, mais fortemente nas décadas de 1980 e 1990, quando as concepções neoliberais tinham apelo no âmbito da universidade, contaminados por eventos como a derrubada do muro de Berlim na Alemanha, uma aparente tendência de

aceitação das diversidades culturais, com forte apelo à desterritorialização da cidadania, alardeadas pelos meios de comunicação, como o fim dos passaportes e das divisões de fronteiras, que caminharíamos rumo às sociedades globais em que as pessoas seriam cidadãos do mundo, com a perda das identidades regionais culturais.

Nem bem estas notícias sobre “um mundo sem fronteiras” esfriaram, e os milhares de livros sobre o assunto sortiam as prateleiras das livrarias, os países ditos desenvolvidos iniciaram uma corrida a proclamar leis alfandegárias e de emissão de controle mais rígidos para fortalecerem as suas fronteiras. O propósito era impedir a imigração e migrações de milhares de “cidadãos do mundo” e regionais, que acreditaram na propaganda da flexibilização das fronteiras, a construção de espaços coletivos de multiculturas.

Porém, os espaços onde se constroem culturas não é meramente um espaço físico, com fronteiras imaginárias para impedir a livre circulação, isto porque para os membros das sociedades um rio não é apenas um rio, na maioria das vezes é uma fronteira. A fronteira está carregada de significados, de sentimentos de pertencimentos, de nostalgia, não é algo meramente material que com uma dúzia de leis e de decretos se consiga desfazê-la. A fronteira é algo enraizado na cultura dos povos, tem sentido de proteção cultural, de identidades sociais e é o que nos distingue dos outros. Para superar essas fronteiras os indivíduos precisam perder o que adquiriram por longos séculos da história da humanidade: a desconfiança do outro, o forte sentimento de posse, a propriedade. Superar isto é de uma complexidade material e simbólica ainda apenas imaginável: conquistar um ambiente de solidariedade e de trocas, que não sejam baseadas em espólios e na exploração e acumulação do capital.

Tratar a questão da migração e sociabilidade mobilizou todos estes sentidos subjetivos, pertencimento, alteridade, conflitos, solidariedade, preconceito, discriminação, diversidade, etnocentrismo, xenofobia, aceitação, negação. Embora o desejo seja romper com a dura carapaça da bolha (Uwelt em Uxekull, 2008) que nos prende ao nosso mundo-próprio, os receios de perder completamente a ligação com a “minha” comunidade “me” faz resistir ao assédio de sermos seres genéricos, desprovidos completamente dos invólucros culturais que “me” envolvem. Justamente por isso não serão medidas administrativas que resolveram os problemas dos confrontos entre migrantes e receptores, ou seja, não serão medidas governamentais, mas medidas de Estado, de longo prazo, tendo um papel de mediador no espaço de conflitos de interesses, de criar condições para que os atritos sejam minimizados. Entretanto, pensar que os problemas da migração e da afetação da sociabilidade serão resolvidos em sua plenitude tem uma distância imensa da realidade objetiva. Isto porque, vivemos em uma sociedade desigual,

e, quando se luta por igualdade, confunde-se igualdade de direito com igualdade natural. Culturalmente nunca seremos iguais, porque é isso que nos torna humanos.

A mobilidade de pessoas implica em perdas de sentidos: amigos, parentes e do espaço, e se deve pensar: se as pessoas se desterritorializaram-se a sociedade tem a obrigação de reterritorializa-los, assentá-los nas novas relações, no novo lugar, permitir que o migrante se acostume com os novos sentidos, acima elencados. Ser migrante é conseguir se recosturar, de incluir novas “retalhos”, de reinventar-se. Entretanto o sistema político, econômico e social em que vivemos tem como base a contradição de classes e a desigualdade social. Por conta disso é que o Estado precisa intervir como mediador no âmbito de políticas que arrefeçam as desigualdades.

Podemos então listar algumas proposições básicas que caracterizam no geral e especificamente a migração e a sociabilidade tratadas neste estudo.

1 Quanto à migração aspectos peculiares aparecem na mobilidade de força de trabalho, acentua-se nos fluxos migratórios, a categoria de migrante itinerante (migrante em estado flutuante, em Picoli (2005)), conforme as entrevistas com líderes sindicais e diálogos com trabalhadores. Apesar de ainda se manter a rede de apoio tradicional de recepção popular, que mantinham os migrantes com interesse de se fixar, em Parauapebas, tem aumentado o número de migrantes que preferem se deslocar com mais segurança, principalmente dos estados que fazem fronteira com o estado do Pará, em especial o Maranhão, aonde o fluxo migratório é maior.

Quando a Vale começa as novas prospecções em outros municípios, mobiliza os interesses do comércio e serviços, antes mesmo do processo de industrialização do minério. Atrás dos projetos da Vale, deslocam-se centenas de migrantes em busca das vagas de empregos. Então, essa categoria de migração é mantida por essas exigências recentes das mineradoras, principalmente da Vale, que por expandirem os empreendimentos da indústria de mineração para além de Parauapebas, na Serra dos Carajás, exigem força de trabalho de mobilidade flexível que tenha pouco apego em fixar-se.

Atualmente o migrante já não se desloca com a família. De suas cidades de origem mantém contato com a rede de conhecidos em Parauapebas e região, parentes ou amigos, para facilitar a moradia durante os períodos de testes nas empresas. Se não forem aprovados, retornam para os seus estados ou cidades; aprovados, se mantém na rede de apoio. Porém, como sabem que os empreendimentos podem se deslocar, ao contrário de trazer a família, sustentam-na nos seus locais de origem. E por que que isso se tornou um costume? Porque a Vale diminuiu o investimento no principal empreendimento; desemprega a força de trabalho experiente, que é

empregada novamente em outros municípios (denominamos nesse trabalho de circuito da mineração, que engloba todos os municípios próximo com potencial para exploração mineral). A Vale não reaquece os empregos nos novos empreendimentos, não emprega a força de trabalho migrante de recente mobilização, e cria uma nova modalidade, a força de trabalho migrante itinerante (SOUZA, 2011).

Essa recente categoria, de migrante itinerante, intrinsecamente, acaba por confirmar a teoria de autores como Sayad (1998), que afirma que no fundo o desejo do migrante é não tornar duradoura a sua condição de estranho, por conta do caráter hostil da sociedade receptora e pela instabilidade dos empregos. Foi dado portanto, nessa nova modalidade de migração, o caráter permanente da provisoriade da condição de migrante, o que antes, décadas de 1960 a 1980, não era possível por causa da precariedade das condições de mobilidade da força de trabalho (estradas e transporte), e pela falta de recepção, ainda insolúvel, por parte do Estado.

O processo de migração, portanto, ganha novas possibilidades de formulações teóricas, que podem ser encorpadas: pela ideia geral de que todas as sociedades são sociedades de migrantes, o que induz para a existência da possibilidade de haver melhor convivência com o estranho; e pelos enfoques de direção do fluxo migratório, teoria de Becker (1997;2005), antes predominantemente rural/urbano. Com a generalização do modo de vida urbano, muitas cidades antes apenas rurais transformam-se dando lugar a uma multiplicidade de possibilidade de direções de fluxos migratórios: urbano/rural. urbano/urbano e rural/rural.

A migração no sistema capitalista é motivada pela mobilidade do capital, que ao buscar acumular lucros rompe as fronteiras regionais atraindo a força de trabalho sem organizar a vida cotidiana. Como já está comprovado, a migração desordenada causa desestruturação da vida social e econômica, porém, o capitalismo deixaria de existir se: não se expandir e não acumular riquezas. E para acumular riqueza necessita da força de trabalho (ANTUNES,1999). Consideramos esse processo um paradoxo necessário para a existência do capital. Do ponto de vista da força de trabalho as consequência são: contradição entre a mobilidade do capital e mobilidade da força de trabalho, por causa da oposição entre os sistemas da necessidade da reprodução do capital e a reprodução das forças produtivas; e nas relações sociais efetivas afetam a alteridade migrante. Isso se justifica também na delimitação da realidade amazônica e portanto, também na realidade da territorialidade de Parauapebas. Por quê?

- a) A migração é um fenômeno sociológico porque é social e histórico, e devem ser interpretadas no âmbito das relações sociais, mesmo que se tenha que utilizar suportes demográfico e estatístico, o privilegio da análise é social porque é

- imprescindível que aspectos econômicos, culturais e políticos sejam amplificados para ser o fundamento metodológico ao interpretar as características da migração;
- b) A migração é consequência das instabilidades econômicas que excluem os setores mais pobres das sociedades autóctones;
  - c) As instabilidades socio-econômicas proporcionam o surgimento do precariado, que seria um proletariado, segundo Standing (2013), mais perigoso, no sentido de ameaçar as instituições capitalistas, do que o antigo proletariado;
  - d) O precariado caracteriza-se, grosso modo, por: assumir atividades precárias, essas atividades não são exatamente industriais e/ou comerciais, são aquelas que mesmo o proletariado se exime de fazê-la, porém, no susto do desemprego aceitam essas atividades como forma última de sobrevivência; e transferem a segurança das sociabilidades aos riscos de novas experiências;
  - e) As mudanças constantes nas formas de exploração das riquezas na Amazônia Oriental, exigiram um novo perfil de mobilidade que moldou um novo perfil de força de trabalho: flexível na mobilidade, flexível na função (polivalência);
  - f) O Sistema de Mobilidade da força de trabalho de Singer (1994) é um forma que contribui para compreender o processo de migração da força produtiva que considera: fatores de mudança (efeitos propulsores) e fatores de estagnação (efeitos de expulsão), sucintamente este diz respeito a processos econômicos em declínio que esvaziam as cidades, e aquele, a cidades em pleno desempenho positivo da economia que atraem a força de trabalho (trabalhados na p. 108 deste trabalho).
  - g) A migração é desterritorialização da cultura, das identidades da força de trabalho migrante. Para o migrante há necessidade emergente para se criar novos vínculos de sociabilidade, uma nova territorialização.

2 Sociabilidade do migrante. Do ponto de vista geral o desenraizamento social do migrante desencadeou no surgimento de novas relações e novos modelos societários que resultam dos conflitos entre sociabilidades, e constroem a diversidade social e cultural existente em todas as sociedades.

De modo insistente procurou-se demonstrar, nos capítulos deste estudo, que: os efeitos da ação do capital, os conflitos econômicos e sociais, foram causadores da alteração do cotidiano e da sociabilidade do migrante. A forma pela qual o capital explora a força de trabalho migrante, domina e aliena-o, disfarça a sua compreensão da história e da sua própria história. Homens e mulheres amazônicos são impedidos de perceberem a liberdade, as múltiplas

misérias, o seu lugar na construção social da realidade. Isso se confirma também nos estudos de Martins (2008).

Há, desse modo, uma confirmação de que no processo de migração a sociabilidade é afetada, pelo motivo de que, a figura do outro é uma ideia inventada pelas sociedades receptoras, ou como afirma Hobsbawm (2012), a rejeição à sociabilidade do outro são práticas sociais de índole simbólica, que é uma exigência do receptor para que o migrante altere a sua sociabilidade. Contraditoriamente, própria das relações humanas, a sociabilidade só se realiza, ou, só se percebe de fato a sua existência no confronto com o outro, no contraste do que sou “eu” com o que é o “outro”, é uma unidade contraditória (SIMMEL, 2006; LUCKÁCS, 2009).

Em qualquer circunstância do encontro com o outro, sempre haverá a desconfiança “do que essa gente veio fazer aqui?” Mesmo no âmbito das redes de apoio ao migrante, ou ao visitante.

Nessas circunstâncias, quando a força de trabalho migrante se desloca com o objetivo de melhorar de vida não pensa *a priori* quais desafios serão enfrentados; e tampouco analisa que a sua atitude para se deslocar será tolerado pelo sistema social, político e econômico. Notemos então, que afirmamos nos capítulos de desenvolvimento, de fato, “a mobilidade do trabalho é uma qualidade que o capitalismo confere à força de trabalho” (p.45 deste trabalho). Esta é uma consolidação da ideia de que a mobilidade da força de trabalho tem como objetivo potencial à criação de mais-valia. Se o capital é móvel a força de trabalho deve ser estimulada à mobilidade, induzindo redes de migrantes fixos ou itinerante de regiões mais empobrecidas para mais desenvolvidas economicamente; ou de regiões mais desenvolvidas para regiões em desenvolvimento (SINGER, 1998). Afinal, às regiões mais empobrecidas fornecem mão-de-obra para assumir atividades mais precárias, e as regiões mais desenvolvidas fornecerão mão-de-obra mais qualificada. É nesse confronto que entra em curso a desconstrução de identidades e construção de novas, que moldam novas sociabilidades.

Como afirmamos, segundo Lukács (2010), a sociabilidade é o resultado da ação concreta dos indivíduos, é ligação entre a natureza inorgânica, orgânica e a sociedade. Significa dizer que a sociabilidade é resultado da práxis, na realização do trabalho.

Desse modo, delineamos algumas características da sociabilidade de modo geral, e como essas características gerais são encontradas na atualidade das migrações que podem caracterizar o perfil da sociabilidade da força de trabalho migrante. Vejamos então como podemos caracterizar as questões apresentadas.

- a) A sociedade não é vivenciada (obviamente que a sociedade é existente) no sentido genérico, porque é na ação recíproca entre os sujeitos, na relação mútua que estimula a causa final e que formam outras unidade de relação que moldam as sociedades;
- b) Concordando com Simmel (2006), a qualidade inerente à questão democrática da sociabilidade é a sua vivencia no interior das classes sociais, isso porque, a sociabilidade fora do estrato social é contraditória e constrangedora. A democracia da sociabilidade é um jogo de cena. No “mundo-próprio” do migrante a sociabilidade cria um mundo ideal, um momento ideal, porque a realização do indivíduo está totalmente vinculada à felicidade do outro;
- c) Dito isto, o migrante que chega a Parauapebas, ao perceber as condições adversas de sua sociabilidade, compreende, com o tempo, que precisa renovar a sua história, percebe que não depende de sua própria atitude ser aceito, ele depende de outros agentes ativos;
- d) Como os maiores fluxos migratórios da força de trabalho originam-se de estado do Brasil mais pobres, como por exemplo o Maranhão, que dedicamos duas seções no capítulo terceiro, muitos têm a sua sociabilidade afetada por conta de ter pouca formação (qualificação) para os empregos melhor remunerados. A força de trabalho migrante é pechada de desqualificada, tanto na recepção quanto na convivência, porque os que chegam são obrigados a aceitar os empregos mais precarizados;
- e) Nestas condições o caráter do migrante é corroído (SENNET, 2014). Visto que, o sistema capitalista exige atualmente que a força de trabalho: seja aberta, que enseje atitudes de curto prazo, e assumam riscos como: se sujeitar menos às leis e procedimentos formais; aceitar condições precárias de trabalho e direitos (estas afirmações vão ao encontro do relato dos sindicalistas entrevistados no terceiro capítulo);
- f) Esse “novo capitalismo”, passa a corroer a práxis da vida coletiva, estimulando a negação, mesmo que indiretamente, da sociabilidade do migrante, na medida em que, a população receptora se recusa a aceitar que a força de trabalho migrante se aproveite do convívio coletivo para manter a sua identidade sociocultural (a sua sociabilidade);
- g) A sociabilidade da força de trabalho é positiva na proporção em que as condições econômicas gerais são favoráveis, neste caso o migrante é um pioneiro um desbravador; quando são desfavoráveis, ele só se torna visível quando é para desqualificá-lo, por conta da sua condição social e econômicas precárias;



- h) A partir daí a força de trabalho é estereotipada, considerada como a ralé, mora nas habitações e regiões da cidade mais degradantes e ocupam em sua maioria os empregos mais precarizados.

3 Afirmamos no primeiro capítulo, seção 1.7, que do ponto de vista geral consideramos que a desqualificação incide sobre a sociabilidade do migrante e é um dos mecanismos para aumentar o lucro das empresas e forçosamente baixar o valor da força de trabalho, contudo, esta não é a forma tradicional da concepção de exército reserva. Qual seja, as empresas contratam trabalhadores que não têm experiências na função, adulteram carteira de trabalho, registrando que o trabalhador tem dois anos na função e combinam um salário menor do que se assinassem a carteira de um trabalhador que efetivamente tem mais experiência na função (no popular as empresas “esquentam” a carteira do trabalhador). Quais as consequências deste ato? Menores salários; rebaixam a remuneração geral; aumento dos lucros das empresas; aumento de acidentes de trabalho; disputa entre trabalhadores, muitas das vezes estimulada pelos sindicatos, levando à xenofobia. Na sociedade e no trabalho, os que têm qualificação acusam os que aceitam “esquentar” a carteira de desqualificado e de provocarem a redução os trabalhos formais.

A outra forma de afetação da sociabilidade, pelo viés do “desqualificado”, é quando se provoca a força de trabalho migrante a perder poder para negociar a sua inserção em igualdade de condições, se lhes impõem: trabalhar nas funções menos prestigiada; ou se indispor com as empresas a aceitar que “esquentem” a carteira de trabalho para se incluir no trabalho formal. Ou seja, as grandes empresas que atuam em Parauapebas têm como prática negociar, fora do âmbito legal, a qualificação social colocando em risco a sociabilidade e a segurança da força de trabalho, inclusive, sequer praticam os princípios hierárquicos do capital, produção e organização do trabalho, tornando a força de trabalho apta para exercer as funções exigidas (FILHO, 1995).

Essas significações ganham outras conotações nas relações sociais fora do trabalho produtivo, e indo se instalar no aforismo da linguagem cotidiana. A força de trabalho migrante transita no estado de quem experimenta os dois sentidos opostos de desqualificado: não se insere no mercado formal por não ser um qualificado, não tem “capital humano”: habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento político e econômico; ou não pode fazer frente às demandas técnico-organizativas do mercado de trabalho formal; e a força de trabalho como “o que essa gente veio fazer aqui? Esta é, uma forma figurada pela qual se

utiliza um termo a fingir, a hesitar, ter dúvidas, na escolha da expressão, para dizer: esse não é o seu lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **Os novos desafios para a pesquisa sobre migração: a emancipação da força de trabalho migrante**

À maneira de conclusão se colocará algumas problematizações e sugestões que não foram aprofundadas no desenvolvimento da tese, mas que indicam os passos seguintes que poderá estimular a discussão sobre o papel do Estado frente ao problema da migração e contribuir em reconstruir rupturas teóricas sobre a possibilidade da emancipação do trabalho. Infere-se então que, a migração é o objeto concreto e a sociabilidade a forma de vivenciar práticas sociais relativas à força de trabalho, e também as formas subjetivas que amarram e animam as relações cotidianas de mulheres e “homens simples” (MARTINS,2008). Então como as instituições tratam a questão da migração?

As instituições de assistência social e habitação dos municípios atuam mormente na ponta do problema, quando os migrantes de baixa renda, em busca da sobrevivência, já habitam lugares insalubres e se dedicam a trabalhos precarizados. Ou seja, o migrante não recebe tratamento social adequado em sua entrada na cidade. Quando os órgãos acima citados começam seus trabalhos o migrante, principalmente os que não tem qualificação específica para atividades profissionais, exigidas por empresas em cidades com acelerado processo de urbanização, já está encaixado em situações degradante.

Ao compreender que a condição de ser migrante é um “processo de adaptação de indivíduos e grupos familiares em uma nova realidade socioeconômica e política” (HÉBETTE; ROSA, 2004, p. 163), e comparando os processos de migração em outras regiões e países, constata-se que o trabalhador migrante que se dirigi(u) ao sudeste paraense sofreu dupla pressão. Primeiramente, não é recepcionado pelo aparato do Estado para garantir a adaptação a realidades diversas, pois, não há estudos das instituições governamentais que constatem a condição social do migrante e realize projetos estruturantes que minimizem os impactos materiais dos conflitos entre migrantes e receptores; e, depois, o estranhamento com o outro, dificulta que o migrante busque alternativas imediatas para o aprofundamento de seu processo de sociação.

Neste sentido, deduz-se que o processo de adaptação do migrante, em parte, principalmente nas situações de moradia e emprego, não está sendo favorecido pela atitude oficial, recebendo melhoria econômica e social para a sua fixação no trabalho agrícola e em outras funções no meio urbano. Na realidade o migrante se desloca empurrado para a periferia

das cidades polos, onde não há recepção do estado, o que contribui para a precarização da estrutura da cidade receptora, e a marginalização socioeconômica do migrante.

Isto confirma o que vários autores, como, Hébette e Rosa (2004); Loureiro (2009); Kowarick (1995) e outros, de que o processo de ocupação econômica na Amazônia não fora planejado, levando em conta a realidade sócio-econômica-ambiental das populações locais, principalmente os homens e mulheres de diferentes sociedades ou grupos sociais que se deslocam para habitar o espaço amazônico.

Algumas instituições que atuam na região Sul e Sudeste paraense fazendo pesquisas socioeconômicas, como o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da UFMG, apresentam soluções para o problema no âmbito da ocupação do trabalho levando em consideração as taxas de crescimento da indústria, comparada com o setor primário e a evolução da população economicamente ativa. Todavia, apesar de não haver graves confrontos de expectativa quanto a essa metodologia empregada pelo CEDEPLAR, de medir os empregos estimulados pelo crescimento da indústria e como ocupá-los, todavia, a CEDEPLAR aponta apenas a possibilidade do crescimento vegetativo dos empregos, e, por outro lado, entidades não-governamentais e o Estado, não promovem alternativas de curto alcance fora do emprego formal. Os empregos formais, apesar de existirem, não estão à disposição da força de trabalho migrante que já perderam a perspectiva de ocupar funções que exigem o manuseio de maquinaria sofisticada, na indústria de mineração, por exemplo, e outras funções que intimam um grau significativo de escolarização (HÉBETTE, 2004).

O que o CEDEPLAR sugere é a preparação de jovens para ocupar as funções nas indústrias, porém, se a sugestão não deve ser ignorada, sendo importante a ocupação dos empregos por parte da população jovem, mas, as soluções ignoram a população que não tem como exercer uma nova formação profissional, em particular o migrante oriundo de outras regiões do estado do Pará, e os migrantes do Nordeste e parte do Centro Oeste do Brasil (antes predominantemente agricultores, atualmente há mais diversidade de profissões dos migrantes).

Pensemos então de outro modo, do ponto de vista das soluções macrossocial. A reflexão aqui apresentada, se baseia no modo pelo qual as possibilidades de superação dos problemas sociais da economia desigual, passa pela redefinição das relações de trabalho e a construção de um novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional; de experiências sociais organizativas, uma nova cultura do trabalho, que acesse a tecnologia social como instrumento de “autogestão” da economia. Ou seja, ter a capacidade de pensar em uma sociedade do trabalho voltada para a solidariedade nas relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Essas questões se aproximam da construção das relações de trabalho solidárias, apresenta a possibilidade do fortalecimento da economia “secundária”, que busca ações fora do assalariamento formal, recompondo o sentido de coletividade, provocando a solidariedade na produção. Isto porque, variados grupos sociais podem se reunir em associações, a entrelaçar redes econômicas, pequenas empresas, baseados na cooperação, na autogestão e na heterogeneidade das organizações. Neste sentido, Barbosa (2007) afirma que o caráter heterogêneo é a marca da estruturação da economia solidária e que formaliza e prolonga as práticas de organização e gestão produtiva do trabalho.

Segundo esta dimensão proposta, o trabalho cooperativo contribui para a ressignificação da condição social do trabalho como indutor de novas relações sociais. Recupera o significado ideológico do trabalho, confundido durante os anos de 1980 e 1990, pelos ideólogos da flexibilização da economia e da precarização do trabalho, como sendo o fim da categoria do trabalho.

O importante para as organizações de migrantes é ter a base da economia solidária que negue o desemprego como instrumento importante do processo de relação econômica, e aprecie o trabalho como categoria fundante do ser social por considerar o trabalho coletivo e solidário como a base da função social e emancipacionista.

A emancipação social do homem simples, da força de trabalho migrante, não é (a natureza de sua estrutura) para o capitalismo contemporâneo função essencial, ao contrário, as relações sociais do cotidiano são esgarçadas, sendo fundamental o ser econômico acima dos Seres Sociais. Para Boaventura (2005), a sociedade atual precisa tratar com urgência a construção de uma “política a partir de baixo”, que é central para a emancipação social da força de trabalho.

A emancipação da força de trabalho migrante, que os autores apresentados propõem, não tem relação com a emancipação liberal. A proposição liberal condiciona a emancipação humana aos mercados liberalizados sem a intervenção do Estado, e tem como prática o estímulo à competição como medida para o crescimento econômico e humano, assim como escolher entre os indivíduos aquele que aspirem à realização individual para permitir o nascimento do empreendedor, uma cultura de “inovação”, trabalho intensivo e mérito, que é para o capitalismo contemporâneo a forma de assegurar a emancipação material e psicológica. Ou seja, “Nessas condições, não há necessidade de emancipação social, uma vez que a sociedade e as relações sociais se esfumam perante a dinâmica de indivíduos competitivos, economicamente interligados...” (WEBSTER; LAMBERT, 2005, p.82).

Os processos migratórios sempre existirão, em consequência disso, sempre haverá estranhamento entre diferentes. O que é possível buscar talvez são soluções que apresentem respostas provisórias à minimização do estranhamento do migrante e da sociedade receptora, que essa atitude conduz à falta de alteridade provocada por relações desiguais; à subordinação à miséria e ao desconforto do habitat; à falta de certificação ao trabalho, confundido com desqualificação; e apresentar questionamentos à ação que envolvem o Estado no processo de mediatização entre os sujeitos que conflitam interesses no espaço amazônico.

Grosso modo, as ideias a serem trabalhadas são caracterizadas pelos aspectos sociais, político e econômico que circundam os fenômenos na Amazônia, como um processo em construção, de forma que, compreende-se, em virtude da correlação de forças na luta política, que há limites técnico deste estudo, por não ter a pretensão de apresentar formas que substituam o modelo capitalista de ocupação e exploração da força de trabalho, ainda por compreender que a dinâmica do capital tem como característica essencial às relações sociais, e o processo de migração como aspecto importante para levar, no limite, a subordinação e a dominação da força de trabalho, que precisa ser flexível e móvel para maximizar lucros, há enfraquecer “os sentidos do trabalho”.

Barbosa (2007) sugere que a fragilização do trabalho, a partir da precarização do emprego estrutural, tem uma importância específica no processo de exploração, “funciona como dosador da oferta de mão de obra e, por isso, também da arbitragem dos salários, das formas de contratação e, conseqüentemente, dos níveis de exploração” (MARX, 1980, 1981 apud BARBOSA, 2007, p.40).

Longe das elites econômicas apresentarem possibilidades de soluções para a crise do modelo de trabalho, a tendência tem sido o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo. O modelo precário do trabalho do capitalismo do século XX, posto como conquista das forças produtivas, apresentou as seguintes condições, na análise de Barbosa (ibid.): trabalho “a) em tempo parcial do dia, semana, mês, com extensas horas de trabalho, com pagamento por produção de serviços; b) privação de garantias legais de segurança contra dispensas, de carga horária definida, de descanso semanal entre outros quesitos.

Esse é um processo que se desenvolveu por meio de um artificial mecanismo ideológico, centralizador e totalizante, para sujeitar a sociedade a uma política dosadora, “...como se os efeitos da força e do poder fossem estabelecidos pela própria ordem natural (...) e modo a justificar a desigualdade social e a liberdade abstrata de escolha política” (ibid.). Frente a essas questões, discutir a sociabilidade da força de trabalho migrante e construir a ideia de economia

solidária, recepciona a diversidade de modelos associativistas em múltiplos ramos da atividade, que podem ser desenvolvidos por migrantes excluídos do emprego formal.

Guardadas as proporções que diferenciam-se as formas de exploração capitalista no Sul e Sudeste Brasileiro, mais industrializado, concordamos com Martins (2012), que afirmar ser a modernidade na Amazônia inconclusa, e por isso encontra-se com suas forças produtivas ainda em atraso por conta de ser o modelo do capitalismo na Amazônia de caráter periférico. Mesmo assim a Amazônia é moldada para ser parte do processo da globalização capitalista, o que se Pressupõe, portanto, que a construção econômica na Amazônia deve ser invertida, acentuando o processo de avanço das forças produtivas e planejamentos que visem mediar às relações conflitantes, privilegiando a população mais pobre e migrante.

Um das saídas históricas para a questão do trabalho, a sua ressignificação, assim como minimizar os impactos do desemprego no capitalismo, foi o surgimento das cooperativas. De certo modo, as cooperativas promovem o trabalho coletivo, livrando parcialmente a força de trabalho das amarras do emprego que sujeitam o indivíduo à alienação. Talvez, devemos partir dessa concepção de economia solidária para tentar buscar proposições mais amplas e profundas para ressignificar o trabalho por um viés ideológico mais claro. Porquanto, é necessário que saibamos os caminhos para propor políticas públicas que valorizem a atividade cooperativa dos migrantes, para isso é importante partir do já existente, das formas cooperativas e das suas formas de normalização no Brasil.

### **Breve quadro do cooperativismo brasileiro**

Com ressalvas, apresentaremos um quadro estatístico que mostra a importância da cooperativas no Brasil e algumas reflexões a respeito do tema, para gerarmos um conjunto de competências que nos ajudarão mais em frente a contestar o formato cooperativista no Brasil, obviamente sem tirar-lhe a relativa importância das experiências bem sucedidas. A crítica será tão somente nos aspectos ideológicos que mobilizam as experiências de cooperativas no Brasil, por uma opção política de escolha do pesquisador deste trabalho. Os dados são importantes para confirmar que no Brasil ainda se lança mão de forma modesta da organização de estrutura autônoma de trabalho e emprego. Então observemos a situação das cooperativas no Brasil.

Criada em 1969 a OCB (Organização de Cooperativas no Brasil) é considerada o órgão máximo de representação das cooperativas. Considera-se juridicamente a “...responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. É de sua responsabilidade também a “preservação e o aprimoramento desse sistema,

o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas”. Uma das frentes de trabalho da OCB e a SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

A SESCOOP divulgou em março de 2012 um Relatório da Gerência de Monitoramento, denominado de “Panorama do Cooperativismo no Brasil - ano 2011”, e construiu alguns dados interessantes. É importante ressaltar que o relatório se refere apenas às cooperativas registradas na OCB.

A OCB (2012) registra que no Brasil houve um decréscimo de 1% de organização e legalização de cooperativas: de 2001 a 2011 decresceu de 7000 cooperativas para 6600. Entretanto, registram um aumento significativo de cooperados em 11%, saindo de 4779, chegando em 2011 a um total de 10,09 milhões de cooperados no Brasil. E um acréscimo de 9% de empregados em cooperativas da OCB: em 2001 tinham 165 empregados, chegou no final de 2011 com 296. Nesse período as mulheres foram as que mais se empregaram em cooperativas, 52%.

Os ramos que mais cresceram foram as cooperativas Agropecuária, com 1.523; transporte, com 1.088; crédito, com 1.047; as cooperativas de trabalho 966; e saúde, 846. As outras são muito abaixo desses números, inclusive as cooperativas da indústria mineral que é foco desta estudo, com apenas 69 cooperativas no Brasil.

O panorama regional é um dos mais interessantes, mostra-nos que a Região Norte precisa em muito estimular esse tipo de modalidade de trabalho, emprego e renda. Em número de cooperativas por região, dados da OCB identificam que ficamos acima apenas da Região Centro-Oeste. Vejamos, ano de 2011: Região Sudeste, 2.349 cooperativas; Nordeste, 1.738; Sul, 1.050; Norte, 789; Centro-Oeste, 660.

Quando se trata de cooperados a Região Norte também fica no último lugar. O primeiro é ocupado pela Região Sudeste com 4.702,109 cooperados, e o último a Região Norte com 164,886.

Em número de empregados a Região Norte também fica na última posição com 7.724 empregados. Mais tranquilizador é que os números de cooperativas por Estado em 2011 coloca o estado do Pará em 7º lugar, com 252 cooperativas, fica em 14º em número de cooperados, em empregados, 15ª posição. Porém esses números são parcos em se tratando de um dos maiores estados do Brasil em território.

As cooperativas atuam em vários ramos da atividade produtiva: turismo e lazer, transporte, organização e administração de trabalho, produção de bens agrícola ou industrial, infraestrutura, mineral, para pessoas com deficiências, habitacional, agropecuário, ambiental, educacional, de crédito rural e mútuo, e o que mais a criatividade humana permitir.



Os princípios que norteiam o cooperativismo são: associações de pessoas unidas por interesse de colaborar com outras pessoas, encontrar soluções de problemas econômicos por meio da solidariedade humana, que visa a organização e distribuição de riquezas (SANTOS e CEBALLOS, 2006, p. 1144). A associação é livre, e os interesses pessoais não podem conflitar com o interesses da cooperativa. Essas cooperativas têm características próprias de outras modalidades de adesão. São voluntárias, capital social variável, um homem um voto, depende de um número mínimo de associados para garantir sua existência, rateiam entre cooperados de perdas e sobras de lucros. O mais importante é a valorização do ser humano e não do capital.

Se aprofundarmos o histórico do cooperativismo, verificamos que a sua prática existe desde a pré-história e entre os nossos atuais indígenas, resultam de quando seres humanos se juntam para defenderem interesses comuns. A pesquisa de Santos e Ceballos conduzem a afirmar que o cooperativismo moderno data do século XIX, em 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra. A organização de cooperativas surge justamente com as primeiras manifestações de crise do capitalismo, com a Revolução Industrial, o surgimento da máquina a vapor, que desempregou milhares de tecelões, essa situação permitiu que se criassem as primeiras cooperativas na modernidade.

No Brasil as primeiras cooperativas surgem por volta de 1600 com as reduções jesuíticas (EDUCOOP. 2015). O cooperativismo, que inspirou os modelos atuais, surgiu em 1847, pelas mãos do médico francês Jean Maurice Faivre, inspirado nos ideais do Socialista Utópico de Charles Fourier. Jean Faivre, apoiado por um grupo de europeus no estado do Paraná, organizou, na Colônia denominada Tereza Cristina, as bases cooperativas (BENATO AZOLIN. 2002). Essa experiência teve rápida existência, porém permaneceu inspirando o surgimento de várias cooperativas no Sul do Brasil. Na atualidade as cooperativas no Brasil foram normatizadas em 1971 pela Lei 5.764.

### **A economia solidária para a ressignificação da força de trabalho migrante.**

Como afirmado anteriormente, o sistema de cooperativas não é uma novidade. Já com o advento da Revolução Industrial os capitalistas operaram mudanças fundamentais na relação de produção feudal, que originaram novas relações de trabalho. Com o cotidiano alterado, o antigo servo deu lugar a um proletariado altamente explorado, com mínimo de direitos trabalhistas, era questão de sobrevivência se unir em grupos com o objetivo de criar novos sistemas de produção.

Da revolução industrial até os dias de hoje o processo de exploração se sofisticou, e as lutas por direitos também se alteraram. De modo geral, houve conquistas significativas que permitiram ao proletariado contemporâneo usufruir de mais direitos fruto de lutas sociais pertinentes contra a explosão do capital.

O verdadeiro propósito dessa discussão é construir reflexões sobre as condições teóricas e práticas para o enfrentamento da questão do emprego da força de trabalho migrante, e/ou construir uma crítica ao o terceiro setor e ao desenvolvimento sustentável. Ao final, a proposta é tentar apresentar possibilidades de organização de uma economia que seja alternativa ao mercado formal, construindo a ideia de consolidar a economia solidária como forma alternativa ao mercado de trabalho capitalista e ao capital, sem ter a ilusão de que a economia solidária é uma forma sustentável de alternativa global, ou total, ao capital, mesmo porque o terceiro setor e o desenvolvimento sustentável são conceitos que não foram, teoricamente bem formulados, por isso não tiveram fôlego para tornarem-se alternativas reais ao capital. Neles as contradições do mercado não deixavam margem para ir além da filantropia (do Grego “amor a humanidade”), e que por conseguinte se tratava de omitir o caráter mercadológico do empreendimento das empresas, fundações e institutos que queriam o retorno do investimento ao criar as condições par rivalizar com o empreendimento estatal e privado.

No Brasil, na década de 1990, as conquistas se deram no campo da efetivação de legislação que dera o direito de trabalhadores se reunirem em grupo para instalar cooperativas autônomas, inscritas na CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, pela lei 8.949/94, resultado de uma lei especial de 1971 (Lei 5.764/71). Na legislação a caracterização de cooperativas se distancia dos interesses ideológicos, ou de classe, reduz a cooperativa a uma sociedade de pessoas que têm como objetivo a aquisição de vantagens econômicas. Na prática a maioria das cooperativas existentes cumprem atividades terceirizadas o que ao invés de minimizar a exploração capitalista, os membros das cooperativas e seus funcionários passam a ser trabalhadores que exercem funções insalubres, compõem parte do exército de reserva do capital, muitas das vezes substituem a força de trabalho especializada ganhando menos em bancos, mineradoras e muitas outras funções.

As cooperativas acabam rivalizando com as empresas terceirizadas os postos de trabalho em grandes empresas, com baixos salários, comparados com os efetivos das empresas. Mas qual é mesmo a questão em jogo? Não é exatamente a legislação, é sim como as atuais cooperativas, ou melhor os seus dirigente tendenciam para comprometer as cooperativas e os trabalhadores com o capital e seu sistema de exploração. A cooperativa deve ser de economia solidária, por isso, a ideia é que os migrantes recentes, ou os que devem ser recepcionados pelo

Estado, precisariam constituir econômicas solidárias que tenham clara a opção ideológica na configuração conceitual das cooperativas. O ponto de sustentação ideológica é o trabalho de economia solidária como modo de significar o trabalho.

Mas ao contrário, o que vimos são vários setores da sociedade buscando criar as instituições do terceiro setor, depois conhecidas como Organizações Não-Governamentais, de um lado para lucrar e fortalecer a imagem filantrópica dos empreendimentos, de outro, alguns sujeitos pretendiam, de forma ingênua, constituir empreendimentos fora do padrão que o mercado único exigia. A primeira questão é saber, se há possibilidade de existir condições de igualdade entre os agentes econômicos? Se a resposta for afirmativa, que há condições de rivalizar com igualdade, entretanto, a vida se encarregaria de provar o contrário, de que não há possibilidade de igualdade de condições entre agentes econômicos, porque a submissão aos monopólios é a regra para as “atividades de baixa competitividade” no mercado capitalista (BARBOSA, 2007, p. 27).

Para salvar o esforço, os ideólogos da nomenclatura, terceiro setor, tentaram associar os setores (primeiro, segundo, terceiro setor). O primeiro setor seria a indústria; o segundo o comércio; e o terceiro, os serviços públicos e as iniciativas populares, o conhecido empreendedorismo cooperativo à ideia de desenvolvimento social dos defensores deste modelo do terceiro setor, não compreendiam com exatidão que o terceiro setor sendo público é também privado, para a sua sobrevivência exigiria maior suporte do setor público. Essa concepção não é desconhecida, ela está próxima da ideia neoliberal vigente nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil. A proposta era retirar do Estado as obrigações sociais imputadas ao Estado de Bem Estar Social, que entrou em crise na década de 1970 e se aprofundou nas décadas seguintes.

A professora Ruth Cardoso foi a mais vigorosa defensora do fortalecimento da Sociedade civil, e também, a mais competente em buscar uma definição que não implica-se em associar o terceiro setor ao empreendimento de empresas, denominando-o de setor não-lucrativo e não-governamental, inspirando-a a elaborar o programa de “Comunidade Solidária” (IOS-CHPE,1997). A professora Ruth Cardoso trabalhou nesta obra com conceitos vagos próprio do momento histórico em que se buscava toda sorte de argumentos para sustentar as postulações neoliberais, ou seja, não queria amarrar os propósitos do Terceiro Setor, nem no primeiro, que era o setor público, e nem ao segundo, “imagem” das atividades lucrativas. Seria, em sua concepção: o Terceiro Setor deve “...descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social” (ibid.,p.08).

Por que faliu esse empreendimento? Porque não sendo público nem privado não teria quem o financiasse, e a ideia de romper com a dicotomia entre público e privado provou que

era um esforço em vão. Justamente porque no Brasil o privado é uma falácia, de fato não existe na essência como concepção liberal, o privado é sustentado pelo público. São raríssimos os empresários no Brasil que podem dizer que não vivem do financiamento público.

O Terceiro Setor falhou enquanto propósito social porque não se distinguiu das entidades filantrópicas. Apesar de teoricamente apresentar um grande espectro de atores, a centralidade da proposta estava assentada na possibilidade dos empresários assumirem uma postura solidária, filantrópica e se dedicarem às causas da saúde, educação, por exemplo, já que o governo brasileiro, na década de 1990 e início da década de 2000, abriu mão do compromisso social. Esperava-se que a sociedade civil, imbuída de um sentimento pró-ativo e de “responsabilidade social”<sup>60</sup> se conscientizasse do seu papel social, porém, apenas poucas “donas” de casa de classe média se mobilizavam para ministrar atividades nas escolas na falta de professores.

Esperançosa, a professora Ruth Cardoso acentuava o propósito de conquistar o empresariado brasileiro. Fazê-lo perceber que se gestava o aparecimento de uma extensão de poder público não-estatal e de iniciativa privada com sentido “público”. A intenção era que o Terceiro Setor fosse um mobilizador de recursos humanos e se constituísse em agente do combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social, capitaneado pelo Conselho Nacional da “Comunidade Solidária” instituídos no governo do Presidente Fernando Cardoso. Infelizmente nem um destes desideratos foram alcançados, porque tanto a ideia, quanto a prática do Terceiro Setor não vieram de baixo, do sentimento popular, e, apesar de surgirem a partir dos agentes estatais, foram parcialmente financiados pelo Estado. Acreditavam que depois do impulso a sociedade iria adotar o projeto.

Atualmente novos desafios se impõem, porém a propositura de novos canais de ressignificação teórica do trabalho deve vir de constructos sem os embotamentos teóricos que partem de cima, sem serem tecidos a partir da realidade social. Assim, pode se pensar em uma certa probabilidade que as economias solidárias para migrantes dê certo.

A propositura seria tentar idealizar a economia solidária associada às questões do problema da migração, por considerarmos, neste trabalho, um problema de graves proporções sociais, que afetam os campos econômicos, culturais (sociabilidade especificamente) e político. Constatamos que a sociabilidade do migrante é afetada muito mais pela falta de recepção do Estado do que pelo impacto do mal estar cultural e social causado pelo confronto de culturas diferentes entre os migrantes que já se estabeleceram, e os que estão chegando, ou, os em processo de ressocialização com o receptor.

---

<sup>60</sup> Surgida na Europa na década de 1950 pelas mãos do mercado, pressionado pelo boicote que a população europeia empreendeu às empresas que não tinham compromisso social

Constatamos que os problemas causados pela intensa migração estão na embocadura,<sup>61</sup> da chegada em Parauapebas dos migrantes. Há certo tempo, no passado não muito distante os governantes dos municípios deportavam os migrantes pobres de volta aos seus municípios de origem, ou a assistência social pagava para o migrante ir se alojar nos municípios vizinhos.

Com o crescimento da Vale em Parauapebas, as empresas terceirizadas foram encarregadas de construir a estrutura e infraestrutura dos projetos de mineração e construção civil. Estas atividades empregavam a força de trabalho com nível de qualificação que não exigiam formação técnica ou superior, e começou, então, a se aproveitar dos migrantes “desqualificados” para estas atividades que se encerravam assim que as construções civis estavam concretizadas

A prefeitura de Parauapebas e a Vale perceberam a necessidade de empregar a força de trabalho migrante, aceitaram a chegada dos migrantes, porém, não proporcionaram a sua qualificação na embocadura da migração<sup>62</sup>. Resultado, os migrantes se espalharam nas franjas da cidade, criando uma bacia de trabalhadores precarizados, servindo-se de moradias ao longo de igarapés e rios, buscando as sobras de empregos, reforçando a cultura do auto-emprego e da informalidade.

Como sugerido, o migrante nas cidades urbanizadas é um problema. Entretanto, só permanecem sendo um problema se não houver programa de políticas públicas permanentes e “sustentáveis”. Entretanto, considera-se que o vago conceito de sustentável, aplicado de forma indiscriminada, em todos os programas sociais, ambientais entre outras, se não tem força teórica, porque não se sustenta em uma sociedade de abissais desigualdades sociais, também não tem força concreta, pois, a luta entre os mais variados interesses no campo da ação social, na luta política, na maioria dos casos, privilegiará os interesses de classe que se alojam nos poderes públicos, em detrimento às necessidades das classes subalternas. De modo que, os programas sociais de caráter permanente têm sido negligenciados pelas forças políticas que preferem os programas de curto prazo, que duram no máximo até o fim dos mandatos eletivos.

Como o processo de mobilidade humana não cessará, porque as desigualdades regionais provocam a migração, que se intensificam acompanhando os picos de desenvolvimento econômico em regiões específicas, ou quando a mobilidade do capital atraí a força de trabalho mi-

---

<sup>61</sup> Como a etimologia da palavra tem vários sentidos dispares, utilizamos como introduzir-se, entrar. A entrada do migrante em Parauapebas.

<sup>62</sup> Essa é uma constatação, tendo em vista que tanto a pesquisa bibliográfica de dados quanto os sindicalistas entrevistados confirmaram a não atenção governamental para a ampla formação para atividades específicas oferecidas pela Vale e suas subsidiárias, assim como as terceirizadas.

grante para ocupar as funções, na maioria, com baixa remuneração e de exigência de qualificação menos estratégica, os governos não apresentam soluções de longo prazo, de projeto de Estado. Então, qual a saída para minimizar os transtornos sociais causados pela avalanche migratória? Como diminuir os impactos do estranhamento de sociabilidades dos migrantes? Algumas respostas são possíveis de se inferir tendo como base as estatísticas e constatações de inúmeros autores, que nos capítulos deste trabalho foram recepcionados e discutidos, mas nesta considerações finais vamos adiantar algumas questões que joga-se serem importantes.

Não interessa ao grandes projetos que apenas a força de trabalho com qualificação adequada às exigências técnicas das empresas seja flexível, no sentido da mobilidade geográfica, mas também é necessário, que o migrante crie uma cultura de autonomia em relação aos empregos formais, visto que, as grandes empresas precisam de grande número de força de trabalho no início das obras de estrutura, ou de construções. Terminada essa fase, as atividades das mineradoras concentram-se nas áreas que precisam de força de trabalho mais especializada em manuseio de tecnologia de média e grande complexidade. O pouco de funções de baixa complexidade é exercida pelo que denominamos de migrantes itinerantes. As empresas que seduzem essa modalidade de migrante não criam vínculo estáveis de empregabilidade, conscientes disso, o migrante têm várias qualificações para vender a sua força de trabalho nos momentos de desemprego.

A conjuntura atual tem sido provocada pelas constantes incertezas. As décadas de 1980 e 1990, produziram os anos 2000 que foram marcados pela reestruturações produtivas e por revisões ideológicas que desconstruíram ideários mais ou menos estáveis. Isso se fazia necessário para o capital poder flexibilizar direitos, mas também flexibilizar a formação e qualificação da força de trabalho. Neste sentido, a força de trabalho migrante, e principalmente o migrante itinerante, a que não tem o propósito de se fixar com a família em algum lugar, mesmo que de forma momentânea, é a que se encaixa melhor para assumir as atividades flutuantes dos grandes projetos econômicos, que no caso de Parauapebas é a mineração em franca expansão.

Como se constrói a cultura do auto-emprego e da informalidade? A maioria dos migrantes itinerantes acumulam indenizações conseguidas dos vários empregos, com a intenção de se inserir no mercado informal, ou de constituir um “negócio” próprio. Serralheiros, soldadores, pintores, eletricitas, pedreiros, mestres de obras, mecânicos, etc. serão importantes prestadores de serviços para as subsidiárias das grandes empresas mineradoras. Porém, o que os trabalhadores não sabem é que o “negócio próprio” não fica isento do sobre trabalho. Ora, a grande reclamação dos trabalhadores é que as empresas principais e subsidiárias da Vale, e de outras grandes empresas em Parauapebas, cobram horários rígidos, 10 a 12 horas de trabalho, pagam

pouco, e trabalhadores qualificados em mineração são forçados a manterem a atividade, por exemplo em Parauapebas, e também prestarem serviços nos novos projetos, em outros municípios. A solução para os trabalhadores é constituir o ‘negócio próprio’ assim estariam livres do sobre trabalho, da precarização e dos salários baixos.

Porém, o “negócio próprio” exige tempo total de dedicação ao trabalho, muito mais rigidez nos horários. É quando se desfaz uma outra ilusão, de que o produto das pequenas empresas será consumido pelas subsidiárias e pelas grandes mineradoras. Como o pequeno “empreendedor” não tem capacidade de produção em escala necessária para suprir a necessidade das empresas, o “negócio próprio” fracassa. Barbosa (2007) nos dá algumas pistas do porquê esse fenômeno acontece. É mais interessante para as grandes empresas consumidoras de produtos acabados comprar de empresas com parque industrial de larga escala, que tenham condições tecnológicas de produção de geração mecatrônica<sup>63</sup> ou robótica, que integram a linha de produção e potencializam a produtividade em escala global, não a produção do produtor isolado. Ou seja, o aparato tecnológico proporciona maior produtividade e logicamente, para o capital, menores custos do trabalho, menor extração do sobre-trabalho, menor preço do produto. Por isso, nem o “negócio próprio” e nem a “economia solidária” obterão sucesso se a sua produção for dirigida apenas para os grandes empreendimentos.

A questão primeira é ter consciência de que nas relações de troca na sociedade se confrontarão nas relações de mercado capitalista, e se subordinarão a ele. Desse modo, “As atividades da economia solidária podem até apresentar *um modo de produzir*, mas não *um modo de produção* diferente” (ibid. p. 27). E não haverá no sistema capitalista uma forma de negociar o produto sem lucro e, portanto, sem sobre-trabalho (mais valia no conceito marxista) da força produtiva. A diferença, em uma economia solidária, será o modo de apropriação da riqueza. Então, seria, ou será possível mesmo pensar que há existência de experiências socialistas e comunistas no interior do capitalismo? Mesmo que comunidades produtoras, economias sustentáveis, possíveis de viverem e sobreviverem na lógica capitalista de mercado?

Estas são perguntas que nos remetem à crítica histórica de Marx e Engels as experiências socialista e comunitárias antes do século XIX. Afirmamos que não foi obra de origem de Marx a apontar como alternativa à sociedade capitalista o socialismo e o comunismo. Foi a partir da

---

<sup>63</sup> A mecatrônica influencia na divisão do trabalho entre homens e máquinas. As máquinas fogem do funcionamento tradicional que é planejada apenas para os salões da fábrica. Ela é implementada em escritórios e casas. As máquinas são pensadas para funcionar em conjunto, informática e os sistemas eletro-eletrônico. Utilizam os microprocessadores que controlam desde os sistemas simples até complexos sistemas de produção. O profissional da mecatrônica agrega as habilidades do engenheiro mecânico e dos conceitos de técnicas de computação, eletrônica e eletrotécnica.

crítica às sociedades alternativas que *eles* esboçaram o que conhecemos como socialismo científico, como crítica de oposição ao socialismo utópico. Engels que em suas obras identificou a existência de comunidades comunistas cristãs, os Shakers (Alguns por perseguições religiosa na Grã-Bretanha foram para nos Estados Unidos); a organização de rappistas, comunidades utópicas criada pelo alemão George Rapp (1757-1847), e separatistas. Quando estas experiências foram conhecidas, inspirou Engels a afirmar a viabilidade do comunismo.

Para muitos marxistas, Marx teria construído uma ideia e uma ideologia prática de socialismo e comunismo, antes de ter compreendido o funcionamento do capitalismo, não é bem assim. O socialismo moderno não tem seu histórico ligado às ideias de Platão, Thomas More ou mesmo Marx e Engels. Novamente, É a partir da crítica às experiências, e principalmente os seus fracassos, de comunidades socialistas e comunistas, que Marx vê a impossibilidade de constituir comunidades de cunho coletivistas no interior do sistema capitalista. (HOBSBAWM, 2011). Qual a lição? Marx e Engels não pensaram primeiramente na sociedade ideal como Platão e More; primeiro procuraram compreender a sociedade real, atitude que lhes tomou boa parte de suas vidas, para depois buscar na própria sociedade possibilidades de sociedades socialistas e comunistas, porém não tiveram tempo e nem vida suficiente para explorar melhor essas experiências.

Para o nosso caso específico será, procurar compreender a sociedade de Parauapebas no contexto global e local, as formas de organização social, as estruturas que se assentam a cultura, a política e a economia, para não idealizar hipóteses de respostas já testadas. Assim, poderemos perceber que “A realidade é vista, portanto, como um todo em que as partes se vinculam por relações diversas de unidade e contradições e são sempre determinadas” (ibid. p. 28). Isso implica que, pode-se até propor um caminho para uma economia funcionar paralela ao capital, mas não terá como rivalizar com o capital.

Por isso, terceiro setor, economia secundária, economia solidária e outras tantas experiências não terão sucesso se em suas propostas se o objetivo principal for a negação pura e simples da concorrência no mercado capitalista. Ou seja, constituir um mercado de trocas paralelo, em que o processo de produção ou o modelo de produção sejam coletivistas, sem utilização da tecnologia como instrumento para diminuir os custos de produção, pode talvez incorrer em erros de condução e artificialismo. Projetos de governo ou programas de Estado “sustentáveis”, que visem incluir os migrantes em uma rede de qualificação, e uma recepção eficiente ao migrante na embocadura do problema, relativamente, precisariam ser pensados a partir da realidade local com auxílio da compreensão geral de que, Parauapebas é parte da Amazônia já incluída no processo global de mobilização do capital.



Para ficar claro, estamos nos referindo à concorrência em larga escala, nas subcontratações e redução de custos. Há experiências de economia solidária de cunho artesanal bem sucedidas, justamente porque não concorrem com a produção em série. De todo modo, a maioria dessas experiências está localizada no meio rural, nas cidades fortemente urbanizadas de pequeno, médio e grande porte não se tem notícias de experiências produtivistas eficazes. Mas, então o que se propõe? Não se propõe, reflete-se tendo como instrumento a ciência sociais. Podemos no máximo, considerar que é necessário constituir economias mediadoras, em forma de políticas públicas, sustentadas à nova estrutura das relações de trabalho. Contraditoriamente, é uma forma de negar o velho a partir de experiências concretas, experimentadas no próprio confronto e interação da economia solidária e a produção capitalista.

A ideia é compreender que a atividade associativista vertebraliza interesses e direitos coletivos e que possibilita ver para além da esfera individual (consideramos que o pleito do negócio próprio, pequenas empresas grandes negócios só aumenta o sentido individualista), em última instância o associativismo ressignifica a ideologia da força de trabalho. De outro modo, atividades coletivas, sejam produtivas ou culturais, criam esferas intermediária de fortalecimento da democracia e são relevantes para criar fortes elos de ligação da comunidade receptora com migrante ou grupo de migrantes. Para que isso se concretize os migrantes têm que se permitir ser reconhecidos como tal. É o primeiro passo para criar associações legítimas de migrantes. Construindo estruturas de importância capital para o processo de socialização, de fortalecimento de laços ordinários de cultura, de afirmação identitária, de solidariedade, tendo em vista o isolamento dos migrantes, e adversidades resultantes da mobilidade do migrante. Fundamentalmente essa seria concretamente uma política para amplificar a voz a quem não é ouvido.

O *associativismo* é uma das formas eficientes para o processo de fixação digna do migrante em países, estados e municípios receptores. Não sendo um estudo ou uma experiência recente, o associativismo de migrantes no Brasil constitui-se em questão pouco estudada, e mesmo colocada em prática em regiões de intensa migração como atualmente o Sudeste do Pará e Parauapebas especificamente. Em alguns países, entre eles a se destacar Portugal, o estudo é mais extensivo, com conclusões que atestam a importância do associativismo na preservação da herança cultural, afirmação dos valores e crenças de grupos e comunidades (i)migrantes, e o mais importante, é vital para o processo de adaptação e de integração às regiões receptoras (CARNEIRO, HORTA, et al, 2010).

A criação de associações mediadoras não podem servir como instrumento segregacionista, e sim como atividade essencial para a inclusão do migrante no meio social majoritário. A

dimensão da estrutura organizacional da economia solidária deve-se restringir aos seguintes aspectos: a dimensão que facilitará o processo de inserção, ao trabalho produtivo e acesso cultural e simbólico do migrante; a dinâmica associativa fortalecerá o sentimento de pertencimento, que contribuirá com a expectativa de sociabilidade produzidas no convívio associativo. Essa forma de reestruturação solidária atenuará os conflitos próprios das dificuldades que o migrante enfrenta para formar novas sociabilidades e ao mesmo tempo manter laços com a sua tradição.

O acesso aos bens materiais é resultado de estruturas organizacionais sólidas em que os sujeitos constroem redes de relação informal. Ou seja, a ideia deve ser a de tornar formal as redes de relações já existentes, criando estratégias de ajuda mútua, de solidariedade que se formará nas redes associativistas, possibilitando que o migrante acesse recursos indispensáveis para a sua permanência em todos os níveis: político, moradia, educação, saúde, lazer e, principalmente trabalho (ibid.). Essa na verdade é uma forma de fortalecer o capital social do migrante, na medida em que se fortalecem as redes sociais formais, o migrante tornará a sua ação política relevante para a região receptora, e manterá vínculos sólidos sem que seja gravemente afetada a sociabilidade do migrante.

Na experiência brasileira o associativismo para recepcionar migrantes ainda são hipóteses, enquanto para vários países a forma de lidar com os conflitos gerados pela migração tem sido infalível o associativismo de imigrante e migrantes. Porquanto, tudo que for pensado sobre novos processo de associativismo, como a economia solidária, deve ser colocada na balança da realidade concreta para verificar a veracidade da organização de migrantes em associações produtivistas que tenham como eixo central o sentido de pertencimento dos migrantes, a participação política, e que tudo isso implique na participação pública por meio de políticas de Estado, tanto de municípios quanto, e principalmente, do governo e do Estado.

A abrangência dos estudos sobre a questão da sociabilidade migrante e a qualificação dirigida pelo Estado se alargam na medida em que se percebe que para cada região as formas de migração exigem uma observação particular e, desse modo, exige que sejam pensadas formas que se adaptem às estruturas organizacionais do processo migratório, e como cada comunidade de migrantes se organizam em cooperativas.

Assim, para Parauapebas a maior rede de migrantes é formada pela população maranhense, que habitavam as franjas do estado do Maranhão, com pouca ou nem uma formação técnica formal, e há muito tempo estimulada pelos governos a se deslocar para o estado do Pará. Talvez, seja necessário que se dê atenção especial para estes migrantes para despressurizar os

problemas sociais. Não simplesmente os preparando para assumir postos das grandes mineradoras, mas verticalizando a produção que sai das próprias, estimulando a construção de economias solidárias em volta dos grandes projetos e fora dele, combatendo, com isso, a política retrógrada e imediatista das classes dirigentes nos municípios.

A prova de que as elites econômicas da Amazônia são imediatistas se observa durante os longos anos da extração da borracha em que as riquezas serviram apenas para promover o status social, não se pensando em um projeto de Estado, com sentido estratégico, para promover o bem estar da sociedade. Nem sequer as classes dominantes pensaram que as riquezas advindo da extração da borracha seriam efêmeras. Outro grande exemplo, foi a Serra do Navio em Macapá. Sendo a primeira experiência de exploração industrial do minério, projeto dirigido pela Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), abrigou-se na região na década de 1950 do Século XX, com todas as desconfianças que um projeto novo impõem, entretanto foi apresentada à sociedade como sendo uma atividade importante para a modernização da região.

A criação do Território Federal do Amapá se consolidou em 1943, e a mineração era considerada pelas mais diversas opiniões como sendo o marco do desenvolvimento econômico para a região; porém, o milagre da indústria do minério durou meio século de história. A indústria de minério em Macapá, segundo Monteiro (2003), foi competitiva, proporcionou o desenvolvimento do então território federal, contribuiu com atração de migrantes de todos os cantos do Brasil, principalmente do Estado do Pará, mas o projeto não conseguiu impulsionar o desenvolvimento econômico e a modernização do território. Nos poucos mais de 50 anos a industrialização do minério se esgotou enquanto fonte de recursos que injetavam “rios” de recursos. O então Território Federal foi salvo com a construção da Zona Franca de Macapá.

Do ponto de vista socio-econômico a analogia entre os dois maiores projetos de industrialização do minério na região Amazônica deveriam servir como ponto de partida para criar um projeto estratégico de desenvolvimento para a Amazônia Oriental. Primeiramente, como projeto de Estado para o desenvolvimento sustentável dos municípios que são diretamente afetados sobre os impactos ambientais e sociais dos projetos, ao mesmo tempo como fator de desenvolvimento humano, e depois, como ampliação do desenvolvimento social e econômico para toda a região amazônica. Mas, tudo leva a crer que historicamente não tem sido a preocupação das velhas e nem das novas oligarquias amazônicas, a projeção estratégica do desenvolvimento humano-ambiental da Amazônia.

## **Economia solidária e economia tradicional capitalista, um espaço de disputas de significação**

Bourdieu (1997) construiu um conjunto de reflexões entre elas o conceito de campo econômico. Um campo de luta entre os vários que a sociedade trava para estabelecer espaços de trocas. A economia solidária deveria se postar neste campo de provas em que a experimentação ganha contornos de construção econômica, de representação da ação mesmo dos sujeitos, de estabelecer predileção da vital necessidade humana e ambiental. Essa afirmação não é uma forma de negar a generalização necessária da macro política social, no entanto, é uma forma de pensar a política e a economia como um aspecto social que vem de baixo, não meramente uma escolha de contratos entre indivíduos, mas uma relação necessária para pressionar mudanças macrosociais nas relações econômicas que marcam o domínio de campo dos agentes protagonistas de novas relações sociais, culturais e econômicas. Essas são questões que colocam a problemática da migração no campo econômico que se generaliza enquanto fato social.

Então vejamos, a migração se transforma em fato social porque se generaliza<sup>64</sup>, e por isso causa os problemas sociais, por conta da forma desordenada em que a migração se desenvolve. A economia solidária seria uma construção social, organizada pelos sujeitos, na qual o Estado contribuiria de forma resoluta. De outro modo, como a economia solidária não é um campo isolado, travará uma luta interna para se estabelecer, porque entre os que organizarem esse tipo de economia cooperativa, haverá aqueles que tentarão manter os princípios de mercado capitalista, e outros a romper. É a luta externa, que se caracteriza por exercer pressão para esse tipo de economia que vem de baixo, cooperativa e organizada, não prospere.

Para Bourdieu (1997, p. 22) o campo econômico tem algumas particularidades que precisa ser discriminado, “O campo econômico se distingue dos outros campos pelo fato de que as sanções são especialmente brutais e que as condutas podem se atribuir publicamente como fim à busca aberta da maximização do lucro material individual”. Lembremos que a economia solidária precisa ter características e formas de ação completamente avessas aos princípios liberais de trocas e de distribuição dos ganhos, assim como os princípios ideológicos de solidariedade e precisam ter o papel de ressignificar o sentido do trabalho e o trabalho concreto no sentido ontológico do ser social. Entretanto, negociará no âmbito do sistema capitalista. O que

---

<sup>64</sup> Em seu método sociológico Durkheim estabelece as regras para identificar se um fato é social, e se pode ser estudado cientificamente pela Sociologia. Para isso estabelece algumas características marcantes nos fatos sociais: exterioridade, coercitividade e generalidade.

se precisa compreender, para evitar a ingenuidade ideológica, de que não bastará a vontade para as coisas deem certo. Haverá combate no campo econômico.

Há esferas na dimensão da existência humana, no âmbito da família, da arte, da literatura, da ciência e da burocracia que permanecem a nos impelir a manutenção do *status quo*. Mas, a lógica do mercado “nunca conseguiu suplantando completamente os fatores não econômicos na produção ou consumo” (Ibid.). Ou seja, a economia de mercado nunca reduz tudo há contratos de cláusulas, há a dimensão simbólica não contratual que se apresentam no jogo econômico. Não exatamente o jogo contratual deve ser aprendido, também e principalmente o jogo no campo econômico, é este que precisa ser aprendido.

Objetivamente, não se pode compreender que a questão econômica é inerente apenas à economia de mercado, por isso os aspectos sociológicos ganham mais importância no processo de reflexão. Existem inclinações econômicas mais fatais, disposições fundamentais como a forma trabalho, próprias de uma determinada cultura, e dependentes de uma história, de uma estrutura. Compreender o campo econômico, exige reconhecer, em cada territorialidade, as formas de recompensa, as capacidades econômicas, os meios e fins razoáveis para atingi-los.

A realidade do migrante, justaposta a sua alteridade afetada pelo estranhamento com o receptor, a sociabilidade que precisa ser alterada, de certo modo, negando parte de sua identidade, exige, ao organizar a estrutura da economia solidária, compreender a estrutura do campo econômico em disputa, mesmo porque a hipótese que fundamenta a estratégia propositivista da economia solidária, ou economia secundária, é o rompimento com o modelo dominante, sustentada pelo princípio da estabilidade geral e a teoria do ator racional.

Segundo o princípio da estrutura do campo econômico, deve haver relação de trocas efetivas e disputas por espaços entre grupos de indivíduos com idênticos interesses. O campo econômico só existe por causa dos agentes que se encontram nele, e ao reforçá-lo, deformam o campo da vizinhança. Essa ação é que estrutura o campo, dá-lhe sentido, forma e conteúdo; estruturam-se os meios e fins necessário para funcionar. Reforçando, “Dito de outro modo, é a relação entre as diferentes “fontes de campo”, isto é, entre as diferentes empresas de produção, que se engendram o campo e as relações de força que o caracterizam” (ibid. p. 23)

Bourdieu (1997) não trabalha em seus conceitos exatamente com economia solidária, ou secundária, utiliza-se o conceito de campo econômico colocando a economia solidária como um campo em disputa. Em seu artigo Bourdieu faz uso de forma ampla do campo econômico, trata agentes como empresas, e mercado como parte de um sistema internacional em que o

campo econômico é visto por meio da estrutura do capital: capital financeiro, capital cultural<sup>65</sup>, capital tecnológico, capital jurídico, capital organizacional, capital comercial.

Ou seja, este trabalho não teve o objetivo de voar com as águias, porém captura o que de mais emblemático, no sentido de significativo. O conceito de campo econômico pode permitir calçar a sistematização de que, o processo migratório nunca poderá ser contido porque ela é parte da natureza humana: as sociedades são de migrantes. Sendo assim, as sociedades que se estruturam a partir do processo migratório necessitam construir um conjunto de políticas de Estado, entre elas o socioeconômico, entretanto o processo de organização e de estruturação das organizações das economias solidárias precisam ter o perfil autônomo, para constituir um campo econômico que venha de baixo, do campo de lutas para transformar o campo de forças, “um campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes dotados de recursos diferentes” (Ibid. p. 33).

---

<sup>65</sup> Não é parte do capital humano que incluem: o capital social e capital cultural.

## BIBLIOGRAFIAS

**A CONSTRUÇÃO DA TRANSAMZÔNICA, 1970.** Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=j-cK0WzIR7k>. Acessado em 27-08-2013

**A Globalização e as Ciências Sociais /** Boaventura de Sousa Santos (org.). – 4 ed. – São Paulo – Cortez, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. **Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 303-305. V. 2.

ANTUNES, Ricardo, 1953 – **Adeus ao Trabalho?** : ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho / Ricardo L. Antunes. – 10. ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 7ª ed. – São Paulo: Boitempo. 1999.

\_\_\_\_\_, **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho /** Ricardo Antunes. – São Paulo : Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_, **Trabalho e dialética : Hegel, Marx e a teoria social do devir /** Ricardo Antunes. – São Paulo : Boitempo, 2005.

ANPOLL. Disponível em: <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/129/137>. Acessado em 14-05-13.

ARENDT, Hanna. **A condição humana.** Tradução Roberto Raposo. 7. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BAENINGER, Rosana. **Rotatividade Migratória: um olhar para as migrações no século XXI.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, setembro/outubro de 2008.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública : uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil /** Rosângela Nair de Carvalho Barbosa. – São Paulo : Cortez, 2007.

BARROS, Willian, **Bandeira Viva.** Música cedida pelo autor. 2015

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações.** Tradutora Maria João da Costa Pereira. Lisboa : Ed. Relógio D'Água.1991.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica na Amazônia.** Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP, 2004. Estudos avançados NAE. v. 19, nº53. 2005.

\_\_\_\_\_. **Amazônia.** 5. ed. São Paulo. Ética, 1997.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses.** São Paulo. UNESP, 2013

**Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, volume 2, 1997.

BOURDIEU, PIERRE. **O campo econômico.** São Carlos-SP. Revista Política e Sociedade, N. 06 – abril de 2005. (Artigo publicado na revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 119, setembro de 1997, p. 48-66. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi)

CASTRO, Edna. **Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho.** Belém, Papers do NAEA N. 23. 1994.

\_\_\_\_\_. **Tradição e modernidade a propósito de processos de trabalho na Amazônia.** Belém : Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 1999

CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA – CEDAC, **A Acumulação do capital,** - São Paulo : ed. Loyola, Coleção “Brasil dos Trabalhadores”, 1981.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais.** 10. ed. – São Paulo : Cortez, 2009. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola ; v.16).

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado.** Org. Tádzio Peters Coelho; Marcio Zonta e Charles Trocate – Marabá, PA: Ed. Iguana, 2015.

CONDURÚ, Marise Teles ; MOREIRA, Maria da Conceição Ruffeil. **Produção Científica na universidade: normas para apresentação.** 2. ed. ver. e atual. – Belém: EDUEPA, 2007.

COMPANS, Jean; TORNAY, S.; GODELIER, M.; BACKÉS-CLÉMENT, C. **Antropologia, Ciências das Sociedades Primitivas.** – Lisboa. Edições 70, 1974.

COSTA, João Alberto da. **França: Lutas sociais anticapitalistas no maio de 1968.** Revista Espaço Acadêmico – Nº 85 – mensal – junho de 2008. <http://www.espacoacademico.com.br/085/85pinto.htm>. Acessado em 20 maio de 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil; ensaios sobre ideias e forma / Carlos Nelson Coutinho.**—4. ed. —São Paulo : Expressão Popular, 2011.

**CURSOS COOPERATIVISTAS.** Disponível em: <http://cursoscooperativistas.com.br/cursos-gratis/mood/book/print.php?id=47>. Acessado em 28-082015.

**DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX** / editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellener Robert Nisbet, Alain Touraine, editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Zahar ed., 1996.

DUMÉNIL, Gérard. **Ler Marx / Gérard Duménil, Michel Löwy.** Emanuel Renauld; tradução Maria Echalar. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DNPM. Disponível em: [https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuciao\\_cfem\\_muni.aspx?ano=2015&uf=PA](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuciao_cfem_muni.aspx?ano=2015&uf=PA). Acessado em: 12-07-2016.

ELIAS, Norbert, 1897-1990. **O processo civilizador,** v. 1: uma história dos costumes; Tradução: Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. – 2, ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.



EMBRACAT. Disponível em: <http://www.embracat.org/PARA-PT.htm>. Acessado em 22-03-2016.

EXAME. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/838/noticias/antes-e-depois-da-venda-m0051381>. Acessado em 22-06-2016.

FAZITO, Dimitri (2005b) **A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação**, Texto submetido para avaliação e participação no Seminário: As famílias e as políticas públicas no Brasil, 21-22 de novembro de 2005, ABEP, Belo Horizonte.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira ; Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. – 4. ed. – Curitiba : Ed. Positivo, 2009.

FLEURY, Laurent. **Sociologia da cultura e das práticas culturais**. Tradução de Marcelo Gomes. – São Paulo, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

FILHO, Wilson Danilo Lunari. Divisão do trabalho: trabalhadores especializados, trabalho (de) qualificado? Rio Grande do Sul: UFRGS, Fundação Rio Grande : SINERGIA, V.7, p. 29-41. 1995.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4 ed., Rio de Janeiro, : Editora Paz e Terra, 1974.

GARNERO, Luiz; SAMPAIO, Sully. **Globalização e ambientalismo: etnicidades polifônicas na Amazônia**. Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos, rio de Janeiro, v. 12, n. 3, dec. 2005, Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artt&pid=SO104-59702005000300007&ing=em&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt&pid=SO104-59702005000300007&ing=em&nrm=isso)>. On 05 Sept. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/SO104-59702005000300007>.

GERMANO, Idilva; BESSA, Leticia Leite. **Pesquisas narrativo-dialógicas no contexto de conflito com a lei: considerações sobre uma entrevista com jovem autora de infração**. Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. X – Nº 3 – p. 995-1033– set/2010.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony, 1938. **Modernidade e identidade**, Anthony Giddens ; tradução, Plinio Dentzien – Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 2002.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia : ciência do homem: filosofia da cultura**. 1. ed., 3ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2010.

GUIAGEO. Disponível em: <http://www.guiageo.com/brasil-mapa.htm>. Acessado em 22-03-2016.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**/ Jean Hébette. –V. I. Belém: EDUFPA, 2004.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**/Eric Hobsbawm, Terence Ranger (org.) ; tradução de Celina Cardim Cavalcante. – 2ª ed. – São Paulo, 2012.

IBGE. Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_estatisticos/censo\\_2010/mapa\\_municipal\\_estatistico/pa/parauapebas\\_v2.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2010/mapa_municipal_estatistico/pa/parauapebas_v2.pdf). Acessado em 15-03-2016.

\_\_\_\_Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/fisico/regionais/norte\\_fisico.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/fisico/regionais/norte_fisico.pdf), Acessado em 15-03-2016.

\_\_\_\_ Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/fisico/unidades\\_federacao/pa\\_fisico.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/fisico/unidades_federacao/pa_fisico.pdf). Acessado em 15-03-2016.

\_\_\_\_ Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/integrado\\_zee\\_amazonia\\_legal/amazonia\\_rede\\_urbano\\_regional.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_rede_urbano_regional.pdf). Acessado em 15-03-2016.

\_\_\_\_ Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/integrado\\_zee\\_amazonia\\_legal/amazonia\\_administrativo.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_administrativo.pdf). Acessado em 15-03-2016.

\_\_\_\_ Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/integrado\\_zee\\_amazonia\\_legal/amazonia\\_logistica.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_logistica.pdf). Acessado em 15-03-2016.

\_\_\_\_ Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/integrado\\_zee\\_amazonia\\_legal/amazonia\\_frenteira\\_agricola.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_frenteira_agricola.pdf), Acessado em 15-03-2016.

\_\_\_\_ Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/mapas\\_murais/mapao\\_regio\\_2007\\_d.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/mapao_regio_2007_d.pdf). Acessado em 15-03-2016.

\_\_\_\_ Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/politico/unidades\\_federacao/pa\\_politico\\_2015.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/politico/unidades_federacao/pa_politico_2015.pdf). Acessado em 15-03-2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ, **Estatísticas Municipais** – Parauapebas, 2012.

KOWARICK, Marcos. Amazônia-Carajás. **Na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos** / Marcos Kowarick, Pref. De Orlando Valverde. São Paulo : Editora Anita Garibaldi, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. – 5ª. Ed. – São Paulo : Atlas, 2003.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. Sérgio Lessa, - São Paulo : Cortez, 2007.

LOUREIRO, Refkalefsky Loureiro. **A Amazônia no Seculo XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo, Editora Empório do Livro, 2009.

LUKÁCS, György, 1885-1971. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social : questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível** / György Lukács ; tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento ; supervisão editora de Ester Vaisman. – São Paulo : Boi Tempo, 2010.

MACHADO, Iran F.. **Indústria mineral. Estud. av.**, São Paulo , v. 12, n. 33, Aug. 1998 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141998000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 Sept. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000200004>.

MANFREDI, Silvia Maria. **Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas**, Educ. Soc., Campinas, v 19, n. 64, p. 01-26, Sept 1998. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173301998000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173301998000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 04 Abril de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000300002>.

MARX, Karl. **Capítulo Inédito de o Capital**. 12 ed. - Portugal, Porto. 1875.

\_\_\_\_\_, 1818-1883. **Salário Preço e Lucro**/ Karl Marx; tradução Paulo Ferreira Leite. 4º ed. – São Paulo. Centauro 2002.

\_\_\_\_\_. **O capital: Crítica da Economia Política: livro I** / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. - 23ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política: livro II** / Karl Marx; 10ª ed. tradução Reginaldo Sant'Anna. - 10ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo. Contexto, 2008

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo : novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano** / José de Souza Martins. – 2ª ed. 1ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2012.

MAZZA, Débora e SIMSON, Olga Von, Organizadoras. **Mobilidade Humana e diversidade Sociocultural**. – Jundiaí, Paco Editora: 2011.

MAPAS-BRASIL. Disponível em: <http://www.mapas-brasil.com/para.htm>. Acessado em 22-03-2016.

MAPS.GOOGLE. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acessado em 22-03-2016.

MELO, Ana Carolina; CARDOSO, Ana Claudia. Cidade Para quem? O descompasso entre políticas ambientais e políticas urbanas na periferia do capitalismo. III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação permanente e Meio Urbano e Restrição Ambientais ao Parcelamento do Solo. UFPA-Belém, 10 a 13 de setembro de 2014.

MEMMI, Albert, 1920 – **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador** / Albert Memmi; [prefácio de Jean-Paul Sartre]; tradução de Marcelo Jacques de Moraes. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, Armando Dias. **Amazônia: modos de (o)usar**. Manaus: Editora Valer, 2001. migrantes e imigrantes. In NOVAIS, Fernando A.

MENDES, José M. Amado. **Características da Cultura Portuguesa: Alguns aspectos de sua interpretação.** Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12795/1/Jos%C3%A9%20M.Amado%20Mendes%2031%20vol.%201.pdf>. Acessado em: 23-08-2013.

\_\_\_\_\_, **A invenção da Amazônia.** Belém-PA, Editora UFPA. 1974, (Coleção Amazônia – Série Tavares Bastos)

MILLS, C. Wright (Charles Wright), 1916-1962. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios** / C. Wright Milles; seleção e introdução Celso Castro; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica Celso Castro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MOREL, Edmar. **Amazônia Saqueada.** – 3ªed ampl. – São Paulo : Global, 1984.

NUNES, Edson de Oliveira (org.) **A Aventura sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social.** Rio de Janeiro – Zahar Editores, 1978.

OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO. **Associativismo imigrante.** Org, HORTA, Ana Paula Beja. Tradução: Clarice Healy, Isabel Matos e Ana Paula. ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural. Lisboa-PT, Revista do Observatório da Imigração. N.º 6. Abril 2010.

OCB. Disponível em: [http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama\\_do\\_cooperativismo\\_brasileiro\\_\\_\\_2011.pdf](http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro___2011.pdf). Acessado em: 20-05-2013

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo.** São Paulo : Revista de Antropologia (USP), v. 39, nº 1, 1996

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial.** Belém : PAka-Tatu, 2014.

PINSKY, Jaime. **As primeiras Civilizações** / Jaime Pinsky. 138 ed. ver. Atual. São Paulo: Atual, 1994. (Discutindo a História).

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: Alienação e estranhamento em Marx.** São Paulo: Boitempo. 2001.

REIS, Artur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça Internacional.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social : método e técnicas.** Colaboradores José Augusto de Souza Peres...(et al). – 3ª ed. – 16, reimpr. – São Paulo : Atlas, 2015.

RICOUER, Paul. **Interpretação e ideologias.** Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro, F. Alves.1988.

REVISTA DA FAEEDBA: Educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. ALVES, Ana Elizabeth Santos. **Qualificação e trabalho no capitalismo.** – v. 15, n. 26, p. 45-56, (jul./dez., 2006) - Salvador: UNEB, 1992-

SALATI, Enéas *et al.* **Amazônia: um ecossistema em transformação**. Manaus/ Brasília, Inpa/ Cnpq, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e uma nova questão social**. São Paulo. Boi Tempo, 2003.

SANTOS, Célia Cristina Moura; CEBALLOS, Zenaide Homem de Mello. **A importância do cooperativismo**. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2006/inic/inic/06/INIC000027ok.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC000027ok.pdf). Acessado em 28-08-2015.

SANTOS, Célia Cristina Moura. CEBALLOS, Zenaide Homem de Mello. **A importância do cooperativismo**. Revista UNIVAP, São José dos Campos, São Paulo, v.13, n. 24, out. 2006.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. – (Coleção Milton Santos; 1)

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade** / Abdelmalek Sayad; prefácio Pierre Boudieu; tradução Cristina Murachco. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHMINK, Marianne. **Conflitos e a formação da Amazônia** / Marianne Schmink; Charles H. Wood; [tradução de Noemi Miyasaka Porto e Raimundo Moura] Belém: ed. Ufpa, 2012.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução Marcos Santarrita, 18 ed. Rio de Janeiro; São Paulo, Editora Record. 2014.

SEFA-PA. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/todas-as-noticias/10995-arrecadacao-propria-do-para-se-manteve-positiva-nos-primeiros-seis-meses-do-ano?highlight=WyJyb3lhbHRpZXMiLCJlbSIzMjAxNCwiZW0gMjAxNCJd>. Acessado em: 12-07-2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – **Metodologia do trabalho científico** / Antonio Joaquim Severino. – 23ª ed. rev. E atual.. – São Paulo : Cortez, 2007.

SILVIA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século** / Maria Aparecida de Moraes Silvia. – São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999. – (Prisma)

SIMMEL, Georg, 1858-1918. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade** / George Simmel; [tradução, Pedro Caldas]. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SINGER, Paul, **Economia política da urbanização**. Ed. 14ª. São Paulo. Contexto. 1998.

SIVINSK, Daniel Jacobsen. **A identidade Narrativa de Paul Ricouer: Pressupostos, referencias e propostas**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/16768697/daniel-jacobsen-sivinskipdf-uniritter>. Acessado em: 14-05-2013.

SOARES, Aldacides Ribeiro. **Princípios de Economia Política: uma introdução a leitura de “O capital”**. São Paulo : Global (Global Universitária : Série economia), 1985

SOGEOGRAFIA. Disponível em: <http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/Estados/Para/>. Acessado em 22-03-2016.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **A vulnerabilidade social no entorno dos grandes projetos na Amazônia: o caso de Parauapebas** (Pará, Brasil) Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 238-255, jul./dec. 2011.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque; PEREIRA, Tania Cristina Brunele. **A Urbanização no entorno dos Grandes Projetos da Amazônia: As áreas de Risco em Parauapebas-PA**. IV Encontro Nacional da Anppas – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Brasília - DF – Brasil - 4,5 e 6 de junho de 2008.

SOUZA, Diana Oliveira de. **ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTORIA – ANPUH-RIO**. Ofício do historiador: Ensino e Pesquisa. São Gonçalo - RJ, 23 a 27 de julho 2012, FEP-UERJ. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acessado em: 13-08-2014.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Márcia. **Amazônia e modernidade**. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 16 n. 45, Aug. 2002, Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_att&pid=S0103-401420020000200003&ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_att&pid=S0103-401420020000200003&ing=en&nrm=iso)>. accessed on 04 Sep. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-401420000200003>.

STANDING, Guy. **O precariado : a nova classe perigosa** / tradução Cristina Antunes. –Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2013 (invenções democráticas, v. IV)

**Teoria social hoje**, Antony Giddens e Jonathan Turner organizadores; tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. –São Paulo: Editora UNESP, 1998. (Biblioteca Básica).

**Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário** / Boaventura de Souza (org.). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TER-PA. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/plebiscito-2011/relatorios-da-votacao-dos-plebiscitos-2011>, acesso em: 19.01.2016.

UEXKULL, Jacob Von. **Dos animais e dos homens**. Ed. Livros do Brasil, Lisboa-PT, 2008. Coleção: Vida e cultura.

VALE. Disponível: <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/quarterly-results/paginas/default.aspx>. Acessado em 20-06-2016

VELHO, Guilherme Velho. **Frentes de expansão e estrutura agrária estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisa Social. 2009.